

U N I V E R S I D A D E D O M I N H O



19.1  
2005

REVISTA DO  
CENTRO DE ESTUDOS HUMANÍSTICOS

# DIACRÍTICA

(N.º 19 • 1 – 2005)

**Série CIÊNCIAS DA LINGUAGEM**

## DIRECÇÃO

MARIA EDUARDA KEATING  
ANA GABRIELA MACEDO

## COORDENADORA

MARIA ALDINA MARQUES

## COMISSÃO REDACTORIAL

ÁLVARO IRIARTE SANROMÁN  
ERWIN KOLLER  
JOSÉ TEIXEIRA  
MANUEL SILVA  
MARIA ALDINA MARQUES  
MARIA DO PILAR BARBOSA

## COMISSÃO CIENTÍFICA

ÁLVARO IRIARTE (U. Minho), AMADEU TORRES (UCP), ANTÓNIO MIRANDA (U. Aveiro), BRIAN HEAD (U. Minho), DIETER MESSNER (U. Salzburgo), EDUARDO PAIVA RAPOSO (U. da Califórnia), ERWIN KOLLER (U. Minho), FERNANDA BACELAR (Centro de Linguística da U. de Lisboa), HANS SCHEMANN (U. Minho), ISABEL ERMIDA (U. Minho), IVO CASTRO (U. Lisboa), JOAQUIM FONSECA (U. Porto), JORGE MORAIS BARBOSA (U. Coimbra), JOSÉ LUÍS CIFUENTES HONRUBIA (U. Alicante), JOSÉ LUÍS RODRIGUES (U. Santiago de Compostela), JOSÉ TEIXEIRA (U. Minho), MARIA ALDINA MARQUES (U. Minho), MARINA VIGÁRIO (U. Minho), MARY KATO (U. Campinas), PILAR BARBOSA (U. Minho), SÓNIA FROTA (U. Nova de Lisboa)

## PUBLICAÇÃO SUBSIDIADA PELA

FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA

Os artigos propostos para publicação devem ser enviados ao Coordenador.

Não são devolvidos os originais dos artigos não publicados.

## DEPOSITÁRIO:

LIVRARIA MINHO  
LARGO DA SENHORA-A-BRANCA, 66  
4710-443 BRAGA  
TEL. 253271152 • FAX 253267001

CAPA: LUÍS CRISTÓVAM

ISSN 0807-8967

DEPÓSITO LEGAL N.º 18084/87

## COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO

OFICINAS GRÁFICAS DE BARBOSA & XAVIER, LIMITADA  
RUA GABRIEL PEREIRA DE CASTRO, 31 A e C — 4700-385 BRAGA  
TELEFONES 253263063/253618916 • FAX 253615350  
E-MAIL: barbosa.xavier@clix.pt

# ÍNDICE

|  |     |
|--|-----|
| A IMPESSOALIDADE EM PORTUGUÊS E EM FRANCÊS   |     |
| Sílvia Lima Gonçalves Araújo .....   | 5   |
| O ETHOS ARGUMENTADOR: ROSTOS E ESTRATÉGIAS LINGUÍSTICO-<br>-DISCURSIVAS  |     |
| Daniela Braga .....  | 39  |
| PARA UMA LINGUÍSTICA DOS GÊNEROS DE TEXTO  |     |
| Maria Antónia Coutinho .....   | 73  |
| «LÁ ESTÁ ELE A <i>SCHMATZEN!</i> » PARTICULARIDADES DO DISCURSO<br>DE BILINGUES LUSO-ALEMÃES   |     |
| Cristina Flores .....  | 89  |
| NÍVEIS ORACIONAIS  |     |
| Maria João Marçalo .....   | 109 |
| LÍNGUA GALEGA E LEGISLAÇÃO: PROPOSTAS DA LEGALIDADE/<br>PROPOSTAS DA NECESSIDADE. SINCRONIA DO GALEGO A RES-<br>PEITO DO ESPANHOL, DO CATALÃO E DO BASCO |     |
| Maria Pilar Garcia Negro .....   | 129 |
| A FALAR [E A ESCREVER EM LATIM] É QUE A GENTE SE ENTENDE   |     |
| António Pereira .....  | 139 |
| VARIAÇÃO ENTRE TESTEMUNHOS DE UM MESMO TEXTO   |     |
| Jorge Augusto Paulo Pereira .....  | 151 |
| ROUBAR: O SIGNIFICADO LINGUÍSTICO VERSUS O SIGNIFICADO<br>JURÍDICO   |     |
| Maria Helena Pinto .....   | 177 |

|   |     |
|---|-----|
| LA TRANSITIVITÉ REVISITÉE À LA LUMIÈRE DE LA CONSTRUCTION PRONOMINALE EN FRANÇAIS<br>Nicole Rivière .....   | 203 |
| TENDANCES À LA SIMPLIFICATION DU SYSTÈME LINGUISTIQUE FRANÇAIS ET L'EMPLOI DE <i>ON</i> DANS LE LANGAGE D'AUJOUR-D'HUI<br>Manuel José Silva.....    | 229 |
| ORGANIZAÇÃO CONCEPTUAL DAS CATEGORIAS E A LEXICALIZAÇÃO DE UM PROTÓTIPO ( <i>FRUTA</i> )<br>José Teixeira .....                                     | 239 |
| <i>CONDICIONAL</i> E <i>IMPERFEITO</i> . BREVE PERCURSO POR FRAGMENTOS DA LITERATURA PORTUGUESA DO SÉCULO XIII AO SÉCULO XX<br>Carla Abreu Vaz..... | 281 |

# A impessoalidade em português e em francês

SÍLVIA LIMA GONÇALVES ARAÚJO  
(Universidade do Minho)  
saraujo@ilch.uminho.pt

## Résumé

Comme son titre l'indique, le présent article se propose d'étudier la notion de l'**impersonnel** telle qu'elle s'organise en français et en portugais contemporains afin de mettre en relief certaines des différences entre les deux langues. Comme nous le verrons, ces différences découlent principalement de la nécessité en français d'avoir toujours un **terme de départ** explicite dans l'énoncé qui, dans le cas de l'impersonnel, correspond au repère situationnel Sit représenté en surface par *il* alors que pour des langues comme le portugais qui offrent la possibilité de postposer le sujet au verbe, sans «sujet explétif», le repère Sit n'a pas de marque de surface. L'absence de ce marqueur explicite de repérage situationnel fait qu'il n'y a pas, en portugais, à la différence du français, de **disjonction** entre le terme de départ et l'argument avec lequel s'accorde en nombre et en personne le verbe placé en position initiale. L'antéposition du verbe par rapport à cet argument qui maintient ses caractéristiques subjectales bloque, comme nous allons le voir, l'interprétation impersonnelle des énoncés portugais dont l'**ordre VS** est généralement rendu en français par des constructions couramment désignées comme impersonnelles qui permettent, elles aussi, de détopicaliser le sujet en le plaçant en position post-verbale.

**Mots-clés:** constructions impersonnelles actives, passives, pronominales, orientation diathétique, terme de départ, complément de rang zéro, ordre VS.

## 1. Introdução

Neste trabalho, pretendemos abordar, numa perspectiva contrastiva entre o francês e o português, alguns aspectos morfo-sintáticos e semânticos relacionados com a categoria da **diátese** geralmente defi-

nida como uma operação «consistant à choisir comme point de départ de l'énoncé, soit le procès lui-même, soit l'un de ses participants ou circonstants» (Gaatone 1998: 35). Face à multiplicidade e heterogeneidade das formas linguísticas que representam essa categoria, e das propostas de análise que discutem esta questão, foi necessário restringir o nosso objecto de estudo: é nossa intenção, neste breve estudo, descrever, de forma tão sistemática e rigorosa quanto possível, os diferentes processos de realização da **impessoalidade** (para retomar um termo de Lapa 1984: 185) nas duas línguas acima mencionadas. Fá-lo-emos, porque estamos convencidos de que esta descrição pode ajudar a encontrar uma possível invariância na variabilidade, descritível metalinguisticamente, que reflecte a especificidade do funcionamento das construções habitualmente designadas por impessoais nas duas línguas acima referidas. Para tal, servir-nos-emos de um quadro teórico específico, a Teoria das Operações Enunciativas de A. Culioli, que se mostra adequado para descrever estas configurações linguísticas, trazendo novos conceitos que, como veremos, dão resposta a algumas questões que até aqui se revelavam problemáticas, nomeadamente no que respeita a já velha e polémica discussão sobre o conceito de *sujeto*.

## 2. Breves considerações sobre as construções impessoais (activa, passiva e pronominal) em francês

Comecemos por atender a algumas considerações que foram merecendo, por parte de vários gramáticos, as construções impessoais em francês. Para Brunot (1936: 283), este tipo de construções:

- (1a) il mange toujours beaucoup de touristes dans ce restaurant
- (2) ? il a couru plusieurs personnes
- (3a) ?\* il criait quelques personnes
- (4a) ?\* il a travaillé plusieurs hommes

têm a virtude de «concevoir l'action ou l'état, où la pensée part de l'idée de l'acte, non du sujet qui le fait», na medida em que não pretendem «focaliser l'attention sur le premier ou le second argument», mas «sur le procès lui-même» (Gaatone 1998: 270), Mas como se pode ver pela fraca aceitabilidade ou mesmo inaceitabilidade das construções impessoais activas (2)-(4a), estas parecem não aceitar facilmente verbos intransitivos que correspondem, geralmente, a ver-

bos de actividade, isto é, a verbos cujo único argumento é interpretado como um agente, o que não acontece, necessariamente, com as impessoais passivas:

- (5) il a été couru un cent mètres ce matin dans la cour du lycée
- (6) il a été dansé un quadrille par toutes les jeunes filles au bal du collège  
(exs de Desclés et Guentchéva 1993: 74)

Tanto as construções impessoais activas como as impessoais passivas têm em comum o facto de exigirem uma «sequência» remática (termo da autoria de Brunot 1936: 291, geralmente utilizado, pelos linguistas, para designar «le membre de phrase suivant le verbe» (cf. Martinet 1975: 76)), contrariamente ao que se passa com as construções em que ocorre aquilo que Corblin (1994: 45) chama um «sujeito indistincto» representado linguisticamente por *ça*<sup>1</sup>. Para este linguista, este marcador exclui todo e qualquer «argument en séquence pouvant également se réaliser comme sujet», pelo facto de corresponder a um termo deíctico «[qui], à la différence de *il*, n'est pas explétif, mais conserve en tout emploi un contenu référentiel», apesar de não implicar «une délimitation précise du référent dans la situation englobante» (*id.*, *ibid.*, p. 46).

Comparemos:

- (3a) ?\* il criait quelques personnes e
- (4a) ?\* il a travaillé plusieurs hommes

---

<sup>1</sup> Para conferir um carácter impessoal a uma construção dependente de um verbo intransitivo, o falante do francês parece dispor, de facto, de uma construção activa impessoal em que o demonstrativo *ça* permite exprimir, à semelhança do que acontece com a construção activa com sujeito indefinido humano *on*, «la pure représentation du procès, abstraction faite de tout actant ou circonstant» (Gaatone 1998: 124). Parece-nos que a tradução francesa do enunciado português dado em (1a) *cantou-se e dançou-se toda a noite em casa dos vizinhos* pode passar, com efeito, pelo uso das duas construções activas acima mencionadas: (1b) *ça a chanté et ça a dansé toute la nuit chez les voisins*; (1c) *on a chanté et on a dansé toute la nuit chez les voisins*. Não se pense, contudo, que há uma verdadeira identidade semântica entre as construções (1a) e (1b). De facto, «la construction française à “sujet indistinct” [...] exclut automatiquement le locuteur de toute participation au procès» (Almeida 1994: 15), enquanto que as construções de clítico *se* impessoal portuguesas nada dizem sobre a intervenção ou não do locutor no processo; em construções do tipo: *ontem, falou-se da Maria na reunião*, o clítico *se* é claramente ambíguo, dado que pode remeter tanto para um *nós* como para um *eles*.

com as duas estruturas (3b) e (4b) que se seguem, em que suprimimos a expansão nominal que, em (3c) e (4c), vem a seguir ao verbo:

- (3b) ça criait dans la cuisine
- (3c) \*ça criait quelques personnes
- (4b) ça travaille par ici
- (4c) \*ça travaille plusieurs hommes

É também comum às construções impessoais activas e impessoais passivas o facto de o verbo surgir sempre numa forma de terceira pessoa do singular, não concordando com o SN co-ocorrente. De facto, num enunciado como:

- (7a) il est venu de nombreuses personnalités  
(ex. de Gaatone 1998: 126)

por exemplo, o verbo *est venu* não é afectado pelas variações em género-número da sequência nominal que lhe segue:

- (7b) il est venu de nombreuses personnalités/ des invités/quelqu'un

Convém salientar que, neste tipo de construções em que o sujeito sintáctico não corresponde, como vemos, a nenhum dos argumentos seleccionados pelo verbo, mas a um elemento expletivo (cf. *supra*, *il*) que é por definição vazio de conteúdo e de referência, esse elemento de tipo pronominal bloqueia uma possível concordância do verbo com uma sequência nominal, susceptível de tornar-se um sujeito remático. Obviamente, o pronome *il* não pode comutar com os outros índices do paradigma: *je*, *tu*, *elle* (cf. *infra*, ex. (7c)):

- (7c) \*elle/je/tu est venu de nombreuses personnalités

Como conclui, a este propósito, Maillard (1994: 48), «c'est donc un abus de langage de dire que le verbe s'accorde avec son sujet («apparent») puisqu'il n'y pas de covariation possible entre [le prédicat et son indice de sujet *il*]. Qui dit accord dit concordance entre deux variations.» O que este facto indicia é que, em qualquer destas frases, «loin que *il* se comporte comme le sujet du verbe, son rôle est plutôt de l'empêcher d'en avoir un» (*id.*, *ibid.*, p. 49). Nesta perspectiva, o que define, para este linguista, o impessoal francês é precisamente o seu carácter «asubjectival», i.e. o facto de estar desprovido de sujeito sintáctico. Importa notar que nem todos os linguistas partilham da



mesma opinião, pois esta depende muito daquilo que entendemos por «sujeito»: se definirmos este último com base num critério puramente morfo-sintáctico que consiste em ver no sujeito «ce qui s'accorde en genre et en nombre avec le verbe, sans considération ni des rôles sémantiques ni des rôles pragmatiques» (Blanche-Benveniste 1994: 82), então é defensável considerar que os «il» impessoais constituem verdadeiros sujeitos: tal é, por exemplo, o ponto de vista de Gary-Prieur (1985: 107), de Comrie (1989: 58) ou de Gaatone 1994. Se adotarmos este critério, inútil será lembrar que o português, tal como o italiano, surge «como uma língua que se opõe a línguas como o francês ou o inglês — ao contrário destas, permite a ocorrência de sujeitos nulos» (Ambar 1992: 185), o que exemplificamos em:

- (8) ha mangiato Gianni
- (9) comeu o João
- (10) \*a mangé Jean
- (11) \*ate John (exs de Ambar 1992: 185)

Embora o português e o francês sejam línguas historicamente mais próximas do que são o francês e o inglês, o que é certo é que o francês se aproxima aqui do inglês pelo facto de «não admitir, nestas construções, a posição pós-verbal para um sujeito marcado FOCO»<sup>2</sup> (Ambar 1992: 68), i.e., construções como (8) ou (9) que, para Ambar (*ibid.*: 186), «surgem apenas no contexto de um FOCO, como o de pergunta-resposta»<sup>3</sup>.

<sup>2</sup> Para uma definição do conceito de Foco, cf. Ambar (1992:68).

<sup>3</sup> De facto, para Ambar (1992: 185), frases como (9) só são possíveis num determinado contexto, nomeadamente como resposta a uma pergunta, aqui representada por (i): (i) – *Quem comeu o bolo?* – *Comeu o João*. Repare-se que a hipótese aqui esboçada sobre a obrigatoriedade de ISV (= inversão sujeito verbo) num contexto FOCO, como o de pergunta-resposta é reforçada pela clara marginalidade da sequência correspondente sem inversão, o que exemplificamos aqui em (ii): (ii) – *Quem comeu o bolo?* – \*o João comeu. O português opõe-se, assim, neste aspecto da sua sintaxe, a línguas como o francês ou o inglês que não admitem construções de inversão em resposta a interrogativas parciais (ou interrogativas focalizadas para retomar a terminologia de Ambar 1992: 63). Veja-se, por ex., o contraste de gramaticalidade entre a construção de (i) supra mencionada e a de (iiia) abaixo: (iii) – *Qui a mangé le gâteau?* a. \**A mangé Jean*; b. *C'est jean (qui l'a mangé)*. Enquanto resposta que veicula informação nova, relativamente à contida na pergunta (cf. *quelqu'un a mangé le gâteau*), a frase gramatical de (iiib) constitui claramente a forma mais natural de responder à pergunta (iii). Como veremos adiante, o que é dito aqui na discussão de (9) sobre a ocorrência (obrigatória) do sujeito numa posição imediatamente pós-verbal (cf. *supra*, exs (i)) é válido também para cons-

Dada a agramaticalidade de (10) em francês, e com ela a impossibilidade de haver nesta língua inversão do sujeito sempre que não estiverem presentes determinados elementos<sup>4</sup>, é então natural que a posição pré-verbal tenha forçosamente de vir preenchida tanto nas construções pessoais como nas construções impessoais, como se pode ver através da tradução francesa da frase (12a), dada em (13):

(12a) acontece cada coisa em Lisboa!

(13) il arrive de ces choses à Lisbonne!

### 3. Para uma definição do conceito de ‘passiva’

Se admitirmos, à semelhança de Langacker e Munro (1975: 791) que as configurações linguísticas do tipo:

truções propostas na terceira parte deste trabalho (cf. por exemplo, o enunciado (21a) *vieram várias personalidades* apresentado nas páginas que se seguem).

<sup>4</sup> Recorde-se, de facto, que a não existência em francês da inversão exemplificada em (10) não significa que esta língua não permite construções «où le sujet n’occupe pas la place canonique attendue en français, c’est-à-dire ne se trouve pas à gauche du verbe, mais à sa droite» (Fuchs 1997: 7). Note-se que o francês aceita, por exemplo, inversões no contexto de um constituinte anteposto. Este constituinte poderá corresponder, por exemplo: (i) a um advérbio passível de impor ou favorecer a posposição do sujeito, quer a posposição simples (*Peut-être viendra-t-il?*), quer a posposição complexa (*Peut-être Pierre viendra-t-il?*) (veja-se, a este propósito, Guimier 1997: 43-96) (ii) ou ainda a um complemento preposicional (veja-se Fournier 1997: 97-132), como em frases do tipo de (iii) *dans mon jardin poussent des plantes exotiques* ou de (iv) *sur le trottoir grouille une petite foule sordide* (estes dois exs são tirados de Tasmowski & Willems 1987: 181). Repare-se que, neste caso, também podemos recorrer, em francês, a construções impessoais do tipo *il VS*, o que exemplificamos abaixo em (iii’) e (iv’): (iii’) *il pousse des plantes exotiques dans mon jardin*; (iv’) *il grouille sur le trottoir une petite foule sordide*. Tudo indica que, no que respeita a colocação do complemento locativo nos exemplos acima apresentados, existe, em francês, «une sorte de complémentarité [qui] semble régir le recours à *il VS* ou *VS*» (*id., ibid.*: 181). De facto, para Tasmowski & Willems (*ibidem*), *VS* é preferido após um complemento inicial (cf. *supra*, exs (iii) e (iv)), enquanto que *il VS* apresenta este complemento sobretudo na posição final (ex. (iv’)). Este complemento pode, também, aparecer sob a forma dos clíticos *y* ou *en*, como se pode ver pelos exemplos (v) e (vi) que se seguem: (v) *il y pousse des plantes exotiques*; (vi) *il y grouille une petite foule sordide*. Não é pois de estranhar que Ambar 1992 tenha defendido, no seu trabalho sobre a *IVS* (= inversão sujeito-verbo), que a chamada «inversão livre» «entendida como aquela que não é desencadeada por nenhum mecanismo» [...] não existiria nas línguas» (*id., ibid.*: 186), pois, como conclui esta linguista, em qualquer língua, mesmo em línguas como o português, *ISV* «é provocada por um dado mecanismo» (*ibidem*).

|   |
|---|
| N1 Vaux ( <i>être</i> em francês, <i>ser</i> nos idiomas peninsulares) Vpp Prep No W <sup>5</sup> |
|---|

constituem o protótipo da passiva<sup>6</sup>, e se aceitarmos, na esteira de Gaatone (1998: 27), que «est dit passif tout participe passé dont le support n'est pas le premier argument de son lexème verbal, et est raccordable à ce support par *être*, indépendamment du temps-aspect», é lícito postular que o nosso conceito de *passiva* contempla apenas dois tipos de passivas:

- as passivas que admitem simultaneamente uma configuração pessoal (cf., *infra*, ex. (14b)) e impessoal (esta última corresponde então a uma estrutura do tipo de (14a) que designaremos daqui para frente por «*passiva acidentalmente impessoal*»):

(14a) il a été mené une enquête (par la police)

(14b) une enquête a été menée (par la police)

- e as passivas que admitem unicamente uma configuração impessoal (do tipo de (15a) *il a été procédé à une enquête* que designa-

<sup>5</sup> Símbolo utilizado por Gross (1975: 79) para designar qualquer sequência de elementos não especificados.

<sup>6</sup> Apesar de sabermos que certos verbos (por ex.: *dirigir/orientar, indicar, interpretar, liderar*, etc) não permitem o apagamento do agente (ex.: *a reunião foi dirigida pelo presidente do Instituto/\*a sessão foi dirigida*), a não ser quando se introduza na construção um modificador (ex.: *a sessão foi **bem** dirigida*), «[qui] permet de récupérer l'interprétation agentive, assurée dans la phrase active par la seule position sujet» (Milner 1986: 31), partiremos do princípio que o esquema de base (*pattern*) das construções passivas corresponde, como veremos adiante, a uma «passiva curta», isto é, a um esquema em que não figura o agente da passiva (ex.: *os alunos foram aprovados*), e não a uma «passiva longa» (ex.: *os alunos foram aprovados pelo júri*) para retomarmos a terminologia de Desclés e Guentchéva (1993: 77).

<sup>7</sup> Vale a pena referir que a *passiva acidentalmente impessoal* distingue-se da *passiva essencialmente impessoal* no que respeita ao tipo de verbos com que se pode combinar (cf. Gaatone 1998: 125). Com efeito, a passiva acidentalmente impessoal só é compatível com verbos transitivos directos (cf. *supra*, ex. (14a)), mas nem todos admitem este tipo de construção (cf. *infra*, nota 19). Já a passiva essencialmente impessoal pode surgir tanto em enunciados com verbos transitivos indirectos (cf. *infra*, ex. (15a)) como em enunciados com verbos intransitivos — do tipo de *il a été appareillé à 4h du matin* (ex. de Rivière 1981: 21) ou *il a été défilé dans les rues de la ville*. Apesar de alguns linguistas franceses aceitarem enunciados do tipo: *?il a été dormi dans mon lit* (Rivière 1981: 42); *?il a été beaucoup dormi ici* (Gross 1975: 99), consideramos que estas construções são dificilmente aceitáveis em francês.

remos doravante por «*passiva essencialmente impessoal*»<sup>7</sup> (daqui em diante, PEI) para retomar a terminologia de Gaatone 1994: 43; 1998: 32), pois, como se pode ver pelos exemplos (15b) e (15c) que se seguem, o francês não admite sujeitos preposicionais, nem dissociações entre a preposição e o sintagma nominal:

- (15a) il a été procédé à une enquête (par la police)
- (15b) \*à une enquête a été procédée (par la police)
- (15c) \*une enquête a été procédée (à) (par la police)

Se o português é uma língua em que, como regra geral, o sujeito de uma passiva tem de ser um complemento directo na correspondente activa, não nos surpreende que recuse, tal como o francês, qualquer tipo de passivação realizada a partir de verbos transitivos indirectos<sup>8</sup>:

- (16a) a polícia procedeu a um inquérito
- (16b) \*a um inquérito foi procedido (pela polícia)
- (16c) \*um inquérito foi procedido a (pela polícia)

---

<sup>8</sup> Convém notar que a inserção do verbo *proceder* numa *passiva essencialmente impessoal* levaria à obtenção da seguinte estrutura anómala correspondente à construção francesa normal de (15a): (16d) ?\*foi procedido a um inquérito (pela polícia). A correcção de (16d) passa ou pelo uso de uma construção em que o verbo acompanhado do clítico se está no singular concordando com o seu argumento interno preposicionado (cf. (16e) *procedeu-se a um inquérito*) ou pela substituição de *proceder* por um verbo transitivo directo como *fazer* ou *elaborar*: (16f) *foi feito/elaborado um inquérito (pela polícia)*. Vejamos o juízo de gramaticalidade que fazemos, por exemplo, sobre os segundos membros dos pares de sequências seguintes: (1a) *il a été recouru à une nouvelle méthode (par les chirurgiens)* (ex. de Gaatone 1998: 117) / (1b) *\*foi recorrido a um novo método (pelos cirurgiões)*; (2a) *il a été opté pour cette décision* (ex. de Rivière 1981: 41); (2b) *\*foi optado por esta decisão*; (3a) *il a été renoncé à ce projet* (ex. de Gaatone 1998: 127) / (3b) *\*foi renunciado a este projecto*. O que este contraste de gramaticalidade indicia é que a ocorrência de uma *passiva essencialmente impessoal* com verbos transitivos indirectos parece geradora de agramaticalidade em português. Mas Peres e Mória 1995 parecem ter encontrado, em vários textos jornalísticos (produzidos entre 1986 e 1994), construções passivas que tratam o complemento preposicional de verbos transitivos indirectos como *prescindir de*, *participar de*, *embater em* como um verdadeiro complemento directo (pelo que a preposição é pura e simplesmente suprimida), como se vê no exemplo abaixo: *O depoimento do ex-Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas, general Lemos Ferreira, foi 'prescindido' pelo advogado de Correia da Cunha (...)* (*id.*, *ibid.*, p. 218). Permanece, sem dúvida, em aberto a possibilidade de efectuar, neste domínio, um levantamento das restrições sobre os diferentes tipos de verbos que podem co-ocorrer ou não, nas duas línguas, com a construção essencialmente impessoal aqui abordada.

Como vemos, ao suprimirmos a preposição do argumento interno seleccionado pelo verbo *proceder* e ao querermos utilizá-lo como sujeito da chamada estrutura passiva, deparamos necessariamente com uma estrutura passiva anómala, tal como acontece em francês com a sequência (15c), o que nos leva a deduzir que o enunciado impessoal passivo (15a) não pode ser considerado como proveniente de uma transformação do enunciado pessoal passivo correspondente (cf. Rivière 1981: 45). Evidente se torna que «a frase impessoal é uma construção particular e autónoma» (Silva 1988-89: 182), pois como vemos, a frase pessoal nem sempre «é a génese do enunciado impessoal» (*id.*, *ibid.*, p. 182). Afastámo-nos então claramente de uma certa tradição gramatical, que sempre considerou a frase impessoal derivada da pessoal (cf. especialmente, Boons *et alii* 1976: 251, Gaatone 1970: 389-411, Martin 1970: 377-394).

É importante acentuar que, se a forma verbal *a été procédé* é inquestionavelmente passiva, a orientação diatéctica desta mesma forma não o é integralmente. De facto, se o argumento externo pode, como na passiva pessoal, funcionar na passiva essencialmente impessoal enquanto complemento preposicional facultativo, uma vez que em ambas as construções, a morfologia passiva (*être/ser + Vpp*) «a pour propriété de faire tomber le 1<sup>er</sup> argument» (Milner 1980: 13), «[ce qui] collabor[e] à une baisse de l'agentivité» (Maillard 1994: 5), o argumento interno, em contrapartida, conserva, na passiva impessoal, a posição pós-verbal que possuía na activa<sup>9</sup>. Não é pois de estranhar que alguns linguistas (cf. Frajzyngier 1982: 289) considerem a passiva essencialmente impessoal como uma forma passiva com função activa. Outros linguistas (cf. Martin 1970: 387-8 ou Rivière 1981: 21) não hesitam em qualificá-la de «pseudo-passiva».

---

<sup>9</sup> De facto, a diferença mais marcante é que a passiva pessoal atribui proeminência sintáctica ao argumento objecto, o que não se aplica à construção impessoal. Sendo assim, esta já não pode ser analisada em termos de conversão gramatical, como o resultado de uma permuta executada sobre uma frase activa, dado que se reduz a uma mera introdução do pronome *il*: cf. *supra*, ex. (15a) *il a été procédé à une enquête (par la police)*, «ce qui prouve bien qu'il n'y a pas de connexion bi-univoque entre l'existence d'un C.O.D et le passif» (Milner 1980: 10), e que as duas operações que presidem à construção de uma estrutura passiva (I) o sujeito gramatical/agente na activa passa a agente da passiva e (II) o objecto directo/paciente da activa passa a sujeito da passiva) são, na realidade, independentes. O que este facto indicia é que a operação (II) deixa de ser obrigatória quando a posição Co é ocupada por *il*.

#### 4. Para uma redefinição do conceito de 'sujeito'

Após estas considerações sobre o que entendemos aqui por **impessoal**, procurar-se-á determinar, no presente capítulo, ainda que de forma um pouco simplificada, as propriedades diferenciais de algumas construções acima apresentadas como representantes de um mesmo fenómeno gramatical, observado nas duas línguas.

Um dos problemas que se colocam a quem inicia uma tal investigação é o da proliferação terminológica que está na base do conceito de «sujeito». Este último mereceu, de facto, ao longo da tradição gramatical, um número considerável de denominações: «*sujet grammatical, sujet réel, sujet profond, sujet apparent, sujet logique*» (cf. Culioli 1975-76: 95), entre outras, que se revelam totalmente inadequadas para delimitar as estruturas sintácticas em estudo, uma vez que na construção dos valores diatéticos destas últimas convergem três planos (cf. Bouscaren *et alii* 1993: 7; Campos 1997: 186):

- a) o *plano nocional*, no qual se definem e estruturam as propriedades semânticas de uma **relação primitiva** entre duas noções /a/ e /b/, especificada por uma terceira noção /r/;
- b) o *plano das operações predicativas*, em que o sujeito enunciador vai determinar a organização sintáctica da relação predicativa, através da localização abstracta dos elementos que a constituem, construindo-se um **termo de partida** (ou localizador predicativo) (cf. Culioli 1982: 14; Bouscaren & Chuquet 1987: 138).
- c) e finalmente, o *plano das operações enunciativas*, em que o sujeito enunciador vai localizar a relação predicativa em relação à **situação enunciativa** (doravante **Sit**), dando assim origem ao enunciado.

Importa salientar, desde já, que o termo de partida em torno do qual é organizada a relação predicativa pode coincidir com o que entendemos tradicionalmente por «**sujeito**», sujeito este que Culioli designa por **complemento de grau 0** (doravante Co)<sup>10</sup>. Tentaremos

---

<sup>10</sup> Esta escolha terminológica prende-se com o facto de Culioli recusar «des notions comme celles de complément d'objet et de sujet, qui confondent plusieurs ordres de paramètres, au profit d'une identification strictement positionnelle [...] déterminé[e]

demonstrar, nas páginas que se seguem, que este último coincide, nas construções impessoais do francês, com o termo de partida que é exterior à relação predicativa. Este é, como se pode ver nas frases que se seguem, representado por um pronome expletivo com conteúdo fonético (como o *il* francês, o *it/there* inglês ou o *es* alemão), que ocorre numa posição pré-verbal, em línguas como o francês, o inglês ou alemão cuja flexão é, deste ponto de vista, mais *pobre* que a do português (dado que não «permite a identificação de pro» (Ambar 1992: 201-202)):

---

par la seule linéarité de la phrase (ou plutôt de la relation prédicative constitutive de cette phrase») (de Vogüé 1991: 48). Assim, para este linguista (1975-76: 94-95), o Co é, por exemplo, em francês, identificado graças à pronominalização do sintagma pelos pronomes sujeitos (*je, tu, il, ...*), o C1 pela pronominalização pelos pronomes OD (*le, la, ...*), o C3 pela pronominalização pelos pronomes *en* e *y*, etc. O mesmo se aplica ao Português, com as respectivas pronominalizações, é claro. Este tipo de classificação sintáctica é também muito usada pela gramática de valências. Exemplifiquemos com a seguinte família parafrástica de enunciados que deriva da relação predicativa <os rapazes perder a bola>, em que *os rapazes, a bola* e *perder* correspondem, respectivamente, a *a, b* e *r*. (1a) *os rapazes perderam a bola*; (1b) *a bola, os rapazes perderam-na*; (1c) *foram os rapazes que perderam a bola*; (1d) *os rapazes perderam a bola!*; (1e) *a bola foi perdida pelos rapazes*. Importa referir que a organização sintáctica dos enunciados (1a)-(1e) acima apresentados difere consoante a escolha do termo de partida ou do localizador predicativo: *os rapazes*, em (1a), *a bola*, em (1b) e em (1e), e a relação predicativa não saturada <( ) r b>, em (1c). Em (1d), nenhum dos termos é distinguido, é a relação predicativa, em bloco, que é localizada em relação à situação de enunciação. Como vemos, o termo de partida pode coincidir com Co, como em (1a), ou não. Pode, inclusivamente, nem coincidir com qualquer dos argumentos da relação predicativa, como em (1c) cuja representação metalinguística é a seguinte: <( ) perder bola>  $\exists$  <bola  $\subseteq$  <( ) perder bola>>. Na sequência da pergunta *Quem perdeu a bola?*, que determina qual é o termo de partida no enunciado resposta, a glosa metalinguística de (1c) poderia ser: «sabendo-se que alguém (*quem*) *perdeu a bola*, «rapazes» é, da classe representada pelo marcador *quem*, o único objecto que instancia o lugar não saturado e permite a validação da relação predicativa» (cf. Campos 1993: 52). Como se pode ver pelo ex. (1e) *a bola foi perdida pelos rapazes*, se escolhermos como termo de partida o termo alvo («a bola»), instauramos, tal como no ex. (1a) *os rapazes perderam a bola*, uma identificação entre o termo de partida do enunciado (que corresponde em (1a) ao termo *a*, e em (1e) ao termo *b* da relação primitiva) e Co (que remete, em (1a), para o sintagma *os rapazes*, e em (1e) para o sintagma *a bola*). Num enunciado do tipo de (1b) *a bola, os rapazes perderam-na*, a relação predicativa é, pelo contrário, construída com um valor de diátese activa, apesar de o termo de partida do enunciado (= *a bola*) remeter para o termo alvo da relação primitiva como em (1e), e não para o termo origem que, neste caso, corresponde, tal como no ex. (1a), ao Co do enunciado (1e). Como vemos, é Co (e não o termo de partida) que determina o valor diatético do enunciado.

- (17) il semble que les enfants aiment leur institutrice
- (18) it seems that the children like their teacher
- (19) es macht den Eindruck, dab die Schüler ihre Lehrerin mögen

## 5. O 'impessoal' nas línguas francesa e portuguesa no quadro da Teoria das Operações Enunciativas de A. Culioli

Retomemos alguns aspectos da descrição explicativa desenvolvida até ao momento para sistematizar, neste momento, algumas diferenças básicas, entre as construções impessoais em francês e em português. Se considerarmos, por exemplo, os seguintes enunciados em francês:

- (7a) il est venu de nombreuses personnalités
- (20) il manque trois personnes

parece-nos possível concluir que não há construções equivalentes em português. De facto, como se disse atrás, o facto de esta língua permitir a posposição do sujeito ao verbo dá origem a enunciados sem «pronome expletivo»:

- (21a) vieram várias personalidades (da região)
- (22) faltam três pessoas

Convém notar que o C1 seleccionado, quer pelos verbos *est venu* em (7a), *vieram* em (21a), quer pelos verbos *manque* em (20), *faltam* em (22), é escolhido de entre os argumentos da relação predicativa. C1 corresponde, em todos os casos, ao termo origem da relação primitiva. Repare-se, contudo, que nenhum dos argumentos é destacado, nos enunciados (21a) e (22), como termo de partida: é a relação predicativa, em bloco, que é localizada em relação à situação de enunciação Sit, e é a ordem sintáctica «verbo-sujeito» que expressa linguisticamente esta operação de localização. Todavia, e em contraste com os exemplos franceses (7a) e (20) que bloqueiam, automaticamente, a concordância do verbo com o SN co-ocorrente, a inexistência, nos exemplos (21a) e (22), de um *termo de partida* explícito faz com que não haja, nestes últimos, dissociação entre o termo de partida e o argumento *várias personalidades* (em (21a)) ou *três pessoas* (em (22)) que ocorre, como vemos, em posição pós-verbal. Este argumento reúne, de facto, todas as características do «sujeito», mesmo que se considere, na esteira de Moreno (1987: 79), que a própria alteração da ordem



típica do Português (SV) para VS aponte para a construção de um localizador particular dentro da relação predicativa.

O que significa que, em enunciados do tipo de (21a) que correspondem à ordem verbo-sujeito, a localização final do enunciado em relação a Sit não seria em bloco, mas sim mediatizada por um localizador intermédio: o verbo<sup>11</sup>. Mesmo que se aceite que este tipo de enunciados corresponde, efectivamente, à construção do verbo como termo de partida da relação predicativa, manteremos a ideia de que construções como (21a) ou (22) têm, contrariamente aos enunciados correspondentes em francês (cf. *supra*, exs (7a) e (20)), uma interpretação meramente pessoal dado que bloqueiam as características morfo-sintácticas que permitem de identificar como tais as construções impessoais, características essas que Berrendonner (2000: 43) enumera da seguinte forma: «indice personnel *il*, SV non accordé, pas de SN sujet devant le verbe».

Vemos que o que distingue um enunciado pessoal de um enunciado impessoal prende-se directamente com a escolha do termo de

<sup>11</sup> Embora não sejam abundantes, na Teoria das Operações Enunciativas de A. Culioli, as análises de enunciados nos quais o verbo seja termo de partida, não julgamos haver razões (de natureza empírica ou teórica) para rejeitar esta hipótese formulada por Moreno (1997: 74-86). De facto, esta hipótese vem ao encontro do que dissemos acima na discussão de (9) *comeu o João* (cf. *supra*, nota 3), pois, constatamos, mais uma vez, que o enunciado (21a) *vieram várias personalidades (da região)* só é possível num determinado contexto, nomeadamente como resposta a uma pergunta do tipo: (21b) *Quem veio?* Se aceitarmos, à semelhança de Ambar 1992, que a não ocorrência da inversão do sujeito neste contexto dá resultados duvidosos, do ponto de vista da aceitabilidade (cf. (21c) \**várias personalidades (da região) vieram*, então podemos admitir, na esteira de Moreno (1987: 79, 126), que o carácter obrigatório da inversão em estruturas sintácticas como (21a) remete para relações de localização em que o termo de partida é o verbo. De facto, em (21a), é a partir do localizador predicativo *vir*, objecto de pré-construção de (21b), que se constrói uma ocorrência de /*várias personalidades*/. Esta operação de construção de uma ocorrência está associada à ordem <vir ⊃ *várias personalidades*> ou seja <verbo ⊃ SN>. A alteração da ordem construtor/construído (sendo *vir* o construtor e *várias personalidades* o construído) é responsável pela não aceitabilidade de (21c), enquanto resposta possível a (21b). Tomando construções impessoais como (7a) *il est venu de nombreuses personnalités*, claramente nos damos conta de que línguas como o francês não permitem esta tematização do verbo, pois, como vimos, a impossibilidade de ocorrência, nesta língua, de sequências como: \**est venu de nombreuses personnalités* impõe a construção de um termo de partida que não pertence à relação predicativa (cf. *supra*, o marcador *il* no ex. (7a)). Neste trabalho, defenderemos que este marcador é apenas a marca de uma relação construída como estabilizada, isto é, uma marca que fornece a esta relação um *ancrage*, um *site*.

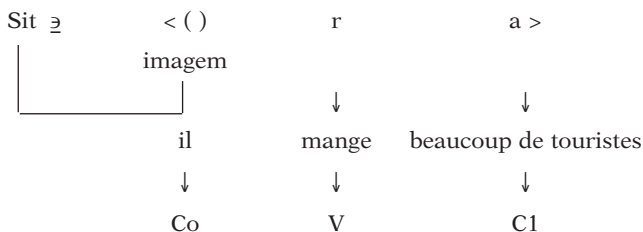
partida. À semelhança do que acontece nas construções impessoais francesas (7a) e (20), o termo de partida dos enunciados portugueses (21a) e (22) não corresponde nem ao termo *a*, nem ao termo *b* da relação predicativa, mas ao *localizador situacional* (Sit). Em português, é a ordem verbo-sujeito que serve de operador de localização da relação predicativa em relação a Sit e não um localizador realizado pelo marcador *il* que bloqueia a flexão pessoal do verbo, conforme vimos nos exemplos (7a) e (20) apresentados acima.

Nesta perspectiva, às construções impessoais do francês corresponde ora a fórmula: Sit  $\underline{\exists}$  < a  $\underline{\subseteq}$  ( ) r ( ) >> que aponta para uma orientação diatética activa (cf. *supra*, por exemplo (1a) ou (20), ora a fórmula: Sit  $\underline{\exists}$  < b  $\underline{\subseteq}$  ( ) r ( ) >> que corresponde a uma orientação passiva da relação predicativa (cf. *supra*, (5)-(6) ou (14a)).

Por conseguinte, para uma língua como o francês, o impessoal activo ou passivo «resulte d'un même choix du point de départ. [...] C'est, dans les deux cas, autre chose qu'un des deux arguments de la lexis qui garnit la place de surface Co» (Rivière 1977: 159). Tal escolha introduz necessariamente uma dissociação, na estrutura sintáctica, entre o termo de partida e os argumentos que fazem parte da relação predicativa (cf. Delveroudi 1996: 185). Neste caso, o termo de partida, isto é, o elemento com o qual concorda, em número e em pessoa, o verbo, é forçosamente o marcador *il* que «corresponde, pois, a uma marca linguística, expressa, da operação metalinguística de localização situacional» (Valentim 1998: 356). Pode dizer-se, na esteira de Culioli (1973: 88-89), que *il* é o representante da situação de enunciação, ou melhor, a «imagem» dessa situação, e não como acontece nas construções pessoais, um mero substituto anafórico. Para ilustrar o que acabámos de dizer, representemos, por exemplo, as operações que estão na origem da construção impessoal activa que se segue:

(1a) *il mange toujours beaucoup de touristes dans ce restaurant*

pelo seguinte diagrama:



A razão por que este tipo de enunciado pode causar alguma estranheza até a certos falantes nativos do francês resulta do facto de estes considerarem que o marcador *ele* está a ser usado como um pronome pessoal equivalente a um indivíduo real, determinado, exterior à língua. Ora, é evidente que este elemento pronominal não pertence ao mundo extralinguístico – não se lhe pode associar um referente –, pelo que o enunciado é necessariamente impessoal. De facto, o termo *a* seleccionado pelo verbo transitivo *manger* não constitui o termo de partida da relação predicativa, mas apenas o C1 que ocorre naturalmente numa posição imediatamente pós-verbal, apesar de ser necessariamente interpretado como o agente do verbo *manger*. Tal como o termo *a*, o termo *b* também não pode ocupar, em (1a), a posição de Co, dado que não foi instanciado<sup>12</sup>, pelo está necessariamente ausente da relação predicativa. Compreendemos então por que razão estas construções impessoais só admitem em Co um termo de partida que não pertence à relação predicativa. É precisamente porque há coincidência entre o *il* (= termo de partida-representante da situação de enunciação) e esse Co que o enunciado é impessoal e que deixa de haver concordância entre o verbo (cf. *mange*) e o seu potencial sujeito

---

<sup>12</sup> Note-se que, quando o verbo é transitivo, o impessoal só aceita um dos termos (*a* ou *b*) (cf. Rivière 1979: 298): de facto, o impessoal activo selecciona o termo *a* e rejeita, automaticamente, o termo *b* (daí a má-formação das sequências: (1a) *\*il mange toujours beaucoup de touristes des steaks dans ce restaurant* ou (1b) *\*il emprunte chaque jour beaucoup de gens des centaines livres dans cette bibliothèque*); o impessoal passivo só aceita, pelo contrário, o termo *b*, e não o termo *a* que, contrariamente ao que acontece nas construções pessoais, nunca poderá aparecer sob a forma de um agente da passiva (daí a má-formação da sequência *\*il a été mangé 10 kg de riz au lait par les enfants pour le goûter*). Se eliminarmos, em (1b) *\*il emprunte chaque jour beaucoup de gens des centaines livres dans cette bibliothèque*, o SN *beaucoup de gens*, obtemos, sem dúvida, uma construção gramaticalmente bem-formada em que o pronome *il* adquire, inevitavelmente, um conteúdo semântico e referencial: (1b') *il (= mon frère) emprunte chaque jour des centaines de livres dans cette bibliothèque*. Esta frase será, porém, recebida com estranheza, pois sabemos perfeitamente que é impossível requisitar centenas de livros por dia (mesmo para um leitor voraz). As razões para o carácter anómalo de (1b) tem, portanto, origem em factores de natureza extralinguística e não em factores gramaticais. A manutenção do pronome expletivo em posição pré-verbal só é possível, neste caso, se o verbo tiver uma forma passiva, o que neutraliza, automaticamente, a competição supra mencionada, pois, como foi referido atrás, a apassivação permite precisamente o apagamento do SN agente. É o que tentamos mostrar com o exemplo que se segue, em que a supressão do SN agente *beaucoup de gens* e a mudança sofrida pelo verbo devido à junção da morfologia passiva: (1b'') *il est emprunté chaque jour des centaines de livres dans cette bibliothèque*, contribuem necessariamente para a construção de uma frase impessoal perfeitamente gramatical e aceitável.

invertido (cf. *beaucoup de touristes*) que parece ter perdido todas as características morfo-sintáticas de um sujeito prototípico. Preconizada pela língua portuguesa:

(23) comem sempre muitos turistas neste restaurante

tal concordância provocaria, como podemos verificar, agramaticalidade em (1c):

(1b) \*il mangent toujours beaucoup de touristes dans ce restaurant

Se considerarmos que, em construções activas do tipo de (23), o termo de partida é a própria situação de enunciação que não é realizada em superfície por um localizador situacional explícito exterior à relação predicativa, mas pela própria ordem sintáctica VS do enunciado, então teremos de admitir que (23) corresponde aqui a um enunciado puramente pessoal em que a concordância é feita com a expressão nominal (cf. *muitos turistas*) que segue o verbo (cf. *comem*). Este fenómeno inscreve-se, como atrás foi referido, na diferença geral que apresentam os dois tipos de línguas aqui em análise, quanto à sua estrutura sintáctica, a saber a opcionalidade vs obrigatoriedade de ocorrência de sujeitos foneticamente realizados.

O que distingue estas construções activas do francês (cf., *supra*, ex. (1a)) e do português (cf., *supra*, (23)) dos enunciados passivos que se seguem:

(24a) il a été construit un immeuble de dix étages sur le terrain de sport  
(ex. de Rivière: 1977: 169)

(25a) foi construído um prédio de dez andares no campo de desporto

reside essencialmente no facto de C1 corresponder, tanto em francês (cf. *supra*, ex. (24a)) como em português (cf. *supra*, ex. (25a)), ao termo alvo da relação primitiva. Este ocupará, em ambos os casos, a posição pós-verbal, isto é, a mesma posição ocupada pelo termo origem nos dois enunciados activos que acabámos de analisar. Como nestes, a posição pré-verbal será preenchida, em (24a), pelo marcador *il*, e deixada vazia, em (25a). Podemos concluir, mais uma vez, que a construção do francês é impessoal, e que a do português apenas corresponde, neste caso, a uma construção passiva com valor impessoal, e não a uma construção passiva propriamente dita. De facto, se considerarmos, tal como Tutescu (1977: 250), que o impessoal ilustra acima de tudo «le processus de désémisation de l'agent, le méca-

nisme de la réduction de la charge d'agent», e se pensarmos, como veremos adiante, que o principal valor da construção passiva reside precisamente no facto «de marginaliser l'agent en en faisant un terme oblique» (Lazard 1994: 246), então parece ser possível concluir que o valor impessoal de (25a) resulta, na realidade, da operação de apassivação que afecta a orientação do operador de predicção. O que significa que esse valor não constitui, como acontece em enunciados do tipo:

- (26) il pleut
- (27) it's raining
- (28) chove
- (29) es regnet
- (30) piove

uma propriedade **inerente** ao predicado que exprime, em todos estes enunciados construídos apenas com o elemento predicador<sup>13</sup> e operadores temporais, um fenómeno meteorológico. Embora ausente da relação predicativa que subjaz ao enunciado:

(25a) foi construído um prédio de dez andares no campo de desporto

o termo *a* realiza-se na relação primitiva enquanto termo origem. Só assim se entende que possa ser explicitado no enunciado final sob a forma do chamado (complemento) agente da passiva. Se observarmos, mais atentamente, o enunciado (25a), constatamos que resulta da relação predicativa <a construir b>, na qual o termo *a* corresponde [aos que constroem b], e o termo *b* à sequência nominal *um prédio de dez andares*, que corresponde ao C1 da relação predicativa. Estamos

---

<sup>13</sup> É a intuição linguística que permite a um falante-ouvinte do português afirmar, sem muitas vezes explicar a razão, que uma sequência do tipo (1a) *choveu ontem à noite* é uma construção impessoal, mas a sequência (1b) *telefonou ontem à noite* não o é. De facto, em (1b), graças a uma relação anafórica, o Co, não explícito no enunciado, obtém um valor referencial: designa o termo *a* da relação <a telefonar>. Em contrapartida, na relação predicativa que subjaz ao enunciado (1a), o único lugar instanciado é o do operador de predicção (= r), o que podemos representar da forma seguinte: Sit  $\exists$  < ( ) chover ( ) >. Como vemos, o lugar Co permanece vazio, uma vez que a relação predicativa é totalmente desprovida de argumentos. Dado que a estrutura sintáctica dos enunciados (1a) e (1b) é semelhante, o falante-ouvinte só poderá interpretá-los e distingui-los se reconstituir a «história» das operações que presidem à constituição de cada um deles.

aqui perante uma construção em que a função de sujeito é desempenhada pelo termo *b* em causa, o que constitui, como veremos, uma característica fundamental das construções passivas<sup>14</sup>. Com esta inversão do operador de predicção, o termo *a* não faz parte integrante da relação predicativa, o que nos leva a considerar a passiva não como uma conversão sintáctica que coloca o objecto/paciente em sujeito gramatical da frase, mas antes, e essencialmente, como uma estratégia de «neutralização» do termo origem da relação predicativa, e, em muitos casos, como uma estratégia de supressão e ocultação do agente no enunciado final. O que significa que o valor impessoal do enunciado (25a) resulta, na verdade, de um esquema transitivo na sua origem ao qual terá sido aplicado uma operação de apassivação susceptível de ocultar o agente do processo. Acresce referir que este mesmo agente pode estar «oculto por detrás [do] pronome *se*» (Lapa 1984: 185) em construções impessoais pronominais do tipo:

- (31) en France, il se construit des pavillons d'une architecture déplorable  
 (32) il se construit une bien belle maison en face de chez toi  
 (exs de Rivière 1977: 159, 107))

que representam aquilo a que Culioli (1982: 27) chama o «réfléchi impersonnel». É interessante notar, desde já, que a estas duas construções (aparentemente similares do ponto de vista sintáctico) não correspondem as mesmas traduções para português. De facto, cremos que o enunciado (31) será naturalmente traduzido por uma passiva de clítico<sup>15</sup> em que o verbo surge na forma plural:

- (33) em França, constroem-se casas com uma arquitectura deplorável

---

<sup>14</sup> Vemos, de facto, que a concordância verbal é feita com o argumento interno do verbo *construir*. A existência desta concordância confirma-se facilmente: se colocarmos o SN *um prédio de dez andares* no plural e passarmos o verbo para o plural, obtemos uma forma gramatical: (25b) *foram construídos prédios de dez andares no campo de desporto* ao passo que se deixarmos o verbo no singular, geramos uma estrutura agramatical: (25c) *\*foram construídos um prédio de dez andares no campo de desporto*. Em francês, este problema de agramaticalidade não se coloca dado que verbo surge sempre numa forma de terceira pessoa do singular, independentemente do género e número gramatical do argumento interno do verbo: (25b) *il a été construit un immeuble de dix étages/deux pavillons/une tour sur le terrain de sport*.

<sup>15</sup> Mateus *et al.* (1983: 321-322) rotula-a de passiva de se, em oposição à passiva de ser. Peres e Mória (1995: 211-212) preferem as designações passiva de clítico e passiva participial.

ao passo que para (32), o tradutor pode optar por diferentes soluções<sup>16</sup>. A primeira consiste simplesmente em recorrer a uma construção activa do tipo:

(34) estão a construir uma bela casa em frente à tua

A segunda, que nos permite manter a orientação diatética (passiva) do enunciado francês, requer que a passiva de ser venha acompanhada da forma progressiva *estar a + infinitivo*. Assim:

(35) está a ser construída uma bela casa em frente à tua

A terceira, que procura manter o pronome *se* da construção original francesa, consiste em associar a forma progressiva acima mencionada a uma construção de clítico em que este é colocado logo a seguir ao verbo auxiliado (infinitivo), como é de norma (cf. *infra*, ex. (36)) ou depois do verbo auxiliar<sup>17</sup> (cf. *infra*, ex. (37)):

<sup>16</sup> Note-se, desde já, que todas as traduções portuguesas propostas para o enunciado (32) implicam necessariamente a presença da forma progressiva *estar a + infinitivo* para dar conta do valor temporo-aspectual subjacente ao enunciado francês em questão. Cremos, de facto, que a tradução adoptada para o enunciado (31) não seria de todo satisfatória para o enunciado (32), como se pode ver pela fraca aceitabilidade da sequência que se segue: (1a) *?\*constrói-se uma bela casa em frente à tua*. Além de factores de ordem sintáctica, também seguramente factores de ordem aspectual intervêm nos juízos de gramaticalidade que temos estado a produzir. Note-se, por exemplo, que a interpretação genérica que subjaz ao enunciado (31) acima apresentado não poderia ser veiculada por uma construção impessoal passiva do tipo: (1b) *\*en France, il est construit des pavillons d'une architecture déplorable* que se nos afigura um pouco estranha ou mesmo totalmente agramatical, dado que, em francês, o impessoal passivo parece ocorrer preferencialmente em enunciados em que há construção de uma fronteira de fechamento do processo (que é, portanto, perspectivado como um todo delimitado, compacto). Sendo assim, quando se pretende exprimir um valor de hábito que corresponde, em construções como (31), à atribuição de uma propriedade — «avec une architecture déplorable» — a uma entidade representada pelo nome «casas», recorreremos, em francês, ao impessoal pronominal (cf. Rivière 1977: 107) que serve visivelmente para descrever situações construídas como não delimitadas, abertas. Note-se, contudo, que as duas construções impessoais francesas acima mencionadas são plenamente aceitáveis num contexto em que o valor iterativo é complementado por um adverbial como em (1c) ou (1d): (1c) *il est construit chaque année dix HLM supplémentaires*; (1d) *il se construit chaque année dix HLM supplémentaires* (exs de Rivière 1977: 106).

<sup>17</sup> É possível que se surpreendam alguns falantes do português por estarmos aqui a considerar a construção (37) como uma das alternativas possíveis. É, porém, indubitável que esta estrutura é muito frequente e generalizada na linguagem oral dos nossos

- (36) está a construir-se uma bela casa em frente à tua  
 (37) está-se a construir uma bela casa em frente à tua

Parece-nos oportuno salientar que todos estes exemplos ((31), (32) e (33)) representam o mais alto grau de impessoalidade do verbo<sup>18</sup> (cf. Maillard 1994: 52), dado que não admitem, contrariamente às construções passivas pessoais, o (complemento) agente da passiva, pelo que «l'agent est non seulement occulté, mais grammaticalement inexprimable» (*id.*, *ibid.*, p. 52). Veja-se um exemplo que revela esta impossibilidade nas duas línguas:

- (38a) \*il se trame ici les plus noirs complots par ces institutions  
 (39) \*pintaram-se dez capelas por Miguel Ângelo  
 (ex. de Peres e Mória 1995: 213)

Se, como vimos, uma das funções essenciais da passiva consiste em dar um papel totalmente secundário ao agente, então podemos dizer que todas as construções reunidas nos dois pares de exemplos que se seguem:

---

dias, mesmos nos estratos mais escolarizados. As construções (36) e (37) representam, sem dúvida, uma área em que parece haver alguma hesitação por parte de alguns falantes e uma clara competição entre duas regras de colocação do clítico nas construções perifrásticas: uma, ilustrada no ex. (37), permite criar enunciados (do tipo: (1a) *está-se a trabalhar bem* ou (1b) *está-se mesmo a ver*) em que há atracção do clítico *se* pelo verbo auxiliar; outra, ilustrada em (36), mantém o clítico depois do verbo principal, como se esperaria que acontecesse normalmente. Um curto inquérito a que procedemos junto de falantes nativos do português sobre a aceitabilidade da estrutura (37) mostrou que alguns a utilizam com muita naturalidade e que outros já a encontraram, embora a não pratiquem, pelo menos na escrita, por a considerarem menos correcta, menos «elegante» do que a estrutura (36). Admitem, contudo, que também usam, na linguagem oral, estruturas com as de (1a) e (1b).

<sup>18</sup> O uso de uma construção impessoal pronominal como (38b) *il se trame ici les plus noirs complots* por exemplo, justifica-se plenamente, pois ao recorrer, por ex., à construção activa pessoal correspondente (*on trame ici les plus noirs complots*), o sujeito enunciadador estaria, de uma certa forma, a incluir-se, ele próprio, na classe dos que [trame b]. De facto, se é verdade que assistimos, hoje em dia, «à la personnalisation croissante de *on*», então também é verdade que esta personalização favorece «a contrario l'impersonnalisation de *il* (...), chaque fois que le locuteur cherche à (...) se désimpliquer lui-même du procès» (Maillard 1994: 52). É claro, por conseguinte, que um enunciadador que não se queira comprometer evitará, sistematicamente, neste contexto, este tipo de construções activas cujo pronome sujeito (= *on*) é cada vez mais inclusivo em francês contemporâneo, isto é, cada vez mais utilizado com um valor próximo do marcador *nous*.



- (24a) il a été construit un immeuble de dix étages sur le terrain de sport  
 (25a) foi construído um prédio de dez andares no campo de desporto
- (40) il se vend des tas de cochonneries dans ce magasin  
 (ex. de Rivière 1977: 159)
- (41a) vendem-se montes de bugigangas nesta loja

parecem obedecer a este critério. De facto, vemos que o efeito semântico mais característico de todas estas estruturas passivas é «um carácter desindividualizante ou impessoalizador da entidade prototipicamente agentiva» (Camacho 2001: 579), mesmo quando a forma verbal preserva, como em (40) e (41a), os seus traços activos e transitivos. Se a orientação do operador de predicção não sofre, nestes dois enunciados, qualquer modificação/inversão, contrariamente à forma verbal dos enunciados (24a) *il a été construit un immeuble de dix étages sur le terrain de sport* e (25a) *foi construído um prédio de dez andares no campo de desporto* cuja morfologia é claramente passiva, tal facto prende-se directamente com a presença do *se*. Se aceitarmos que este *se* realiza linguisticamente o termo origem da relação primitiva, (dado que absorve propriedades que seriam atribuídas ao argumento SN Agente se este tivesse realização lexical)<sup>19</sup>, então facilmente se compreende a forma activa dos verbos: *vendem-se SN* em (40)/*il se vend SN* em (41a). Estes verbos não poderiam ter uma outra forma, pois ao instanciar o lugar de origem, o marcador *se* bloqueia toda e qualquer operação de apassivação, apesar de as formas verbais em causa terem

---

<sup>19</sup> Vale a pena salientar que o enunciado impessoal pronominal só é possível se o clítico *se* indicar a existência de um agente indeterminado que não pode, como vimos, manifestar-se formalmente através de um SN lexical (cf. *supra*, ex. (38a)). Este facto sugere que a agramaticalidade de uma sequência como: *\*il se calme un vent* (ex. de Rivière 1977: 165) resulta precisamente da impossibilidade de propormos, ao contrário do que acontece, por exemplo, em (40), um agente que possa ter sido a causa do estado de coisas expresso (*calmer le vent*). Como refere ainda esta autora (cf. Rivière 1977: 165), se o enunciado impessoal pronominal aceitar duas interpretações (ausência de qualquer agente e/ou existência deste último), «seule l'interprétation agentive est acceptée: *il se tasse beaucoup de neige = X tasse beaucoup de neige*» (*id.*, *ibid.*). Parece-nos oportuno salientar que as construções passivas impessoais também só são compatíveis com um processo «dont la source est un animé humain» (Rivière 1977: 66). Não é pois de estranhar que revelem dificuldades na combinação com verbos de estado (cf. Rivière 1977: 70) que implicam, sem dúvida, uma entidade humana, mas não agentiva. Vejamos, a título de exemplo, as seguintes sequências: *\*il a été aimé des spectacles de ce genre*; *\* il a toujours été plu au public (par ce genre d'amuseurs)* (ex. de Gaatone 1998: 128) que nos parecem, de facto, de muito difícil aceitação.

uma interpretação forçosamente «passiva»: urge distinguir, de facto, como refere a este propósito Rivière (1981:103), «la non instanciation [de la place de la source] qui aboutit au retournement du relateur (forme passive du verbe dans l'énoncé de surface), de l'instanciation par une image, ce qui est le cas de *se*, qui bloque le retournement».

Por ser, como vemos, mais económica, na sua forma, do que o impessoal passivo, o impessoal pronominal nem sempre assegura (tão nitidamente) a vacuidade referencial do *il* pré-verbal que garante a impessoalidade da construção. De facto, se considerarmos, por exemplo, uma construção do tipo:

(42a) *il s'achète des livres tous les jours dans cette librairie*

constatamos que pode desencadear, contrariamente ao exemplo que se segue:

(43) *il se vend des livres tous les jours dans cette librairie*  
(ex. de Desclés *et al.* 1986: 11-12)

cuja interpretação é inequivocamente impessoal, fenómenos de co-referência, sendo, nestes casos, a partícula *se* um índice anafórico:

(42b) *il (= mon frère) s'achète des livres tous les jours dans cette librairie*

que tem como referente real o mesmo que o sujeito do verbo *acheter*. A este propósito, é oportuno referir que o português tem recursos para desfazer automaticamente esta co-referencialidade. Ao colocar simplesmente o verbo *comprar* num enunciado em que a concordância verbal é feita com o argumento interno não repositado:

(44) *compram-se livros todos os dias nesta livraria*

vemos que o clítico *se* deixa de ser sentido como reflexo. É o que acontece em todos os enunciados do tipo verbo + se que permitem, conforme se vê no enunciado (44) que acabámos de apresentar ou ainda no enunciado (41a) que voltamos a transcrever.

(41a) *vendem-se montes de bugigangas nesta loja*<sup>20</sup>

---

<sup>20</sup> Nem sempre é fácil, quando deparamos com enunciados que envolvem sujeitos constituídos por dois núcleos nominais separados pela preposição *de* proceder à escolha

a concordância entre o verbo e um seu argumento interno, o que leva, como vimos, a classificar estes enunciados como **passivos**. A ausência desta concordância, como se exemplifica no seguinte enunciado:

(41b) vende-se um monte de bugigangas nesta loja

autoriza-nos a considerar que estamos aqui perante um enunciado **activo**<sup>21</sup> em que o clítico *se* «não apresenta relação anafórica, e, por conseguinte, também não correferencial com o SN sujeito, estando antes em seu lugar» (Camacho 2001: 579).

Como vemos, uma mesma estrutura (verbo + se)<sup>22</sup> aponta, em línguas de sujeito nulo como o português, para duas orientações diatélicas opostas, que as traduções francesas (forçosamente não literais) fazem ressaltar.

Para apreendermos os pontos de intersecção entre as duas línguas no que respeita à expressão da impessoalidade, importa lembrar que, na linguagem popular ou popularizante de Portugal<sup>23</sup> (cf. Cunha

sintáctica de um ou outro dos núcleos como determinante da concordância verbal. De facto, como referem, a este propósito, Peres e Mória (1995: 472), o problema geral que estes enunciados colocam «é o da concordância nem sempre se efectuar com o primeiro núcleo nominal, como, por razões de estrutura sintáctica, se esperaria que acontecesse normalmente». Mas para estes autores, não podemos rejeitar construções do tipo: *reuniram-se na sala um milhão de congressistas* ou *foram vacinadas um milhão de crianças*, em que, como vemos, é o núcleo nominal mais encaixado que determina a concordância com o verbo.

<sup>21</sup> Neste caso, esta é, contudo, uma das interpretações possíveis. De facto, repare-se que a construção (41b), em que a forma verbal é transitiva e singular, é sintacticamente ambígua: podemos classificá-la como passiva (em que o argumento interno do verbo *vender* – neste caso, *um monte de bugigangas* – é sujeito) ou como activa impessoal (em que temos um sujeito indeterminado e o argumento interno é complemento directo).

<sup>22</sup> Convém salientar que este tipo de construção verbo + se não acompanha apenas formas verbais transitivas, flexionadas no singular (cf., *supra*, ex. (41b)) ou no plural (cf., *supra*, ex. (41a)) consoante o número gramatical do argumento com que concordam, argumento esse que ocorre preferencialmente em posição pós-verbal (compare-se (1a) com (1c), em que colocámos o sujeito em posição pré-verbal): (1a) *vendeu-se um livro*; (1b) *\*venderam-se um livro*; (1c) *??muitos livros venderam-se*). Como vimos, a impessoalidade inerente à estrutura V+ se estende-se também, ao contrário do que acontece com as passivas canónicas, a construções com verbos intransitivos, em que não há nenhum argumento que possa receber a função de sujeito. Veja-se o contraste de agramaticalidade entre: cf. *supra*, ex. (1a) *cantou-se e dançou-se todo a noite na casa dos vizinhos* e *\*foi cantado e foi dançado todo a noite na casa dos vizinhos*.

<sup>23</sup> O trabalho realizado por Carrilho 2001 sobre as construções expletivas do Português (com base em dados dialectais) revelam que o *ele* expletivo se encontra efec-

e Cintra 1984: 284), a posição pré-verbal pode vir preenchida por um pronome expletivo *ele*, que parece exercer precisamente a mesma função do *il* francês: i.e., a de explicitar um termo de partida para o enunciado, totalmente dissociado do C1, o que exemplificamos em:

- (12b) *ele* acontece cada coisa em Lisboa!  
(ex. de Casteleiro 1981: 142)

em que, como vemos, o pronome *ele* ocupa como sujeito sintáctico (sujeito esse que os manuais de gramática tradicional designam, frequentemente, por «sujeito gramatical aparente») o lugar deixado vago pelo SN posposto.

Além disso, quando o SN sujeito se encontra em posição pós-verbal, há certas variantes do português em que se verifica ausência de concordância entre aquele e o verbo, podendo mesmo continuar a verificar-se a presença do pronome *ele*:

- (12c) em Lisboa acontece coisas incríveis  
(12d) em Lisboa *ele* acontece coisas incríveis  
(exs de Casteleiro 1981: 142)

tivamente mais difundido em variedades não-padrão, num leque de contextos muito mais diversificados do que aqueles da variedade padrão em que o *ele* parece estar limitado a contextos muito restritos como os de (1) *Ele há* tanta mulher por aí! (ex. citado na gramática de Cunha e Cintra 1984: 284). Para esta linguista, construções do tipo de (1) são, de facto, «admitidas na variedade padrão desde que em contextos enfáticos» (*id.*, *ibid.*, p. 132). Não é pois de estranhar que a estrutura (1) tenha um contorno prosódico exclamativo. Cremos, contudo, que o uso deste expletivo não se prende apenas com factores de ordem fonética. Como assinala, a este propósito, Silva (1988-89: 200), «esta tendência, deveras curiosa, para empregar o elemento impessoal *ele* numa frase como a seguinte: (1a) *ele, há tantos homens assim!* parece mostrar que os falantes, consciente ou inconscientemente, têm a intuição de que, na frase [(1a) acima], a sequência nominal não é propriamente um sujeito», mas sim «um complemento específico do verbo impessoal», tal como acontece em francês, em enunciados do tipo: (2a) *il y a des hommes dans le jardin*; (2b) *il y a un homme dans le jardin*. Dado que concorda com o sujeito expletivo *il*, o verbo *y avoir*, em (2a), conserva, necessariamente, o seu carácter impessoal, o que não acontece com o marcador *be* em inglês, como se pode ver pela inaceitabilidade do exemplo (3a) abaixo: (3a) *\*there is men in the garden*; (3b) *there is a man in the garden*. Contrariamente ao que acontece em português com o «há existencial» (cf. Almeida 1994: 12) e em francês com a expressão *il y a*, que são indiferentes às variações de número do SN co-ocorrente, a expressão **there is** implica aquilo que Rivière (1995: 30) chama um «dédoublement de sujet», dado que «le mot *there* se comporte comme un sujet par sa position [...]». Par contre, c'est le groupe nominal qui suit le verbe BE qui déclenche l'accord» (*id.*, *ibid.*, p. 30). Passemos então à versão corrigida de (3a): (3c) *there are men in the garden*.

- (45a) conta-se coisas que não lembram nem ao diabo  
 (45b) (ele) conta-se coisas que não lembram nem ao diabo  
 (ex. de Almeida 1994: 15)

Parece-nos oportuno relembrar que alguns puristas admitem construções em que o clítico *se* impessoal (cf. Peres e Mória 1995: 254) se combina com verbos intransitivos (cf. *infra*, ex. (1a) na nota 1), rejeitando, pois, estruturas em que o verbo é transitivo e tem um segundo argumento não preposicionado com que não concorda, como acontece também no exemplo que se segue:

- (46a) ouviu-se vários ruídos durante a noite  
 (ex. de Peres e Mória 1995: 234)

Como alternativa a estas estruturas (cf. (45a) e (46a)) propõem construções passivas de clítico<sup>24</sup>, em que o verbo surge na forma plural:

- (45c) contam-se coisas que não lembram nem ao diabo  
 (46b) ouviram-se vários ruídos durante a noite

O que, no seu conjunto, os factos descritos aqui parecem indicar é que se está a verificar uma extensão do *se* impessoal a verbos transitivos cujo argumento interno não preposicionado só admite, em princípio, construções passivas de clítico.

Se é verdade que «in many traditional grammars, the *se*-passive (even in its modern version without agent phrase) is viewed as the ‘correct’ construction, while the *se*-impersonal is thought of as a corruption of the corresponding passive» (cf. Naro 1976: 795), também é verdade que o uso do clítico impessoal com verbos transitivos parece ter uma certa aceitação por parte dos falantes. De facto, temos de

---

<sup>24</sup> Estes dois tipos de construções (de clítico apassivante e/ou impessoal) correspondem, sem dúvida, a uma área de hesitação por parte dos falantes e de concorrência entre duas regras alternativas: regra de concordância entre o verbo e um seu argumento interno (plural) ou regra de impessoalidade do verbo. Para Peres e Mória (1995: 235), não há razões estruturais ou semânticas para rejeitar o uso do clítico impessoal com verbos transitivos em construções do tipo de (45a) ou (46a), pois estamos perante uma construção que tem vindo a ganhar foros de cidadania na língua portuguesa. É evidente que o conflito entre as duas regras acima apresentadas não se verifica em estruturas intransitivas do tipo: *naquela festa, cantou-se a noite inteira* dado que, neste caso, o clítico impessoal só pode co-ocorrer com uma forma verbal singular: \* *naquela festa, cantaram-se a noite inteira*.

admitir que «la règle de l'impersonnalisation du verbe devant un nominal rhématique s'observe de plus en plus fréquemment» (Almeida 1994: 15), apesar desta regra infringir seriamente uma regra que parece ser, no domínio ibérico, mais arcaica: referimo-nos aqui à regra que recomenda a concordância do verbo por antecipação com o seu argumento interno não preposicionado.

Assim sendo, o aparecimento das construções com o clítico impessoal parece resultar, na realidade, de uma reinterpretação do clítico passivo ditada por um princípio funcional de simplicidade-regularidade (analogia); pois, é importante acentuar que «comme (...) les structures actives sont plus fréquentes, et acquises plus tôt, que les structures «passives» (au sens large), un enfant futur lusitanophone sera «naturellement» conduit à décoder une structure SP de la forme [cf. *supra*, ex. (45c) *contam-se coisas que P*], comme une forme active dont *se* constitue le sujet» (Zribi-Hertz 1982: 376), isto é, como construções de clítico impessoal que só se combinam, como vimos, com formas verbais singulares (cf. *supra*, (45b) (*ele*) *conta-se coisas que P*), e que são classicamente traduzidas em francês por: *on* + verbo (*on dit des choses que P*). E como refere, a este respeito, Zribi-Hertz (1982: 377), esta reanálise *clítico passivo* → *clítico impessoal* «n'aurait pu opérer en français, puisque seule une langue autorisant les sujets phonologiquement nuls en surface (langue à «*pro-drop*») permettra *a priori* l'occurrence d'une séquence telle que [...] [*se-V NP*]». A concorrência que parece existir entre as duas construções (de clítico passivo e de clítico impessoal) pode estar na origem daquilo que poderíamos designar por fenómenos de «bâtardise», e que ilustraremos aqui com construções um tanto ou quanto estranhas do tipo:

- (45d) ele contam-se coisas que não lembram nem ao diabo  
(ex. de Almeida 1994: 15)

O que torna esta construção tão singular é a sua natureza híbrida: não se trata aqui nem de uma construção de clítico impessoal, nem de uma construção com clítico passivo, pois assistimos a uma espécie de (con-)fusão das duas construções numa só; de facto, como podemos ver, o verbo concorda com o seu argumento interno plural (cf. *supra*, regra da concordância por antecipação), apesar de estar precedido de um *ele* impessoal (cf. *supra*, regra da impessoalidade). Inaceitável em francês:

- (47) il se racontent des choses que P

este tipo de construção é muito frequente em alemão:

- (48) es kommen zwei Studenten  
(trad. lit. \*il arrivent deux étudiants)
- (49) es starben viele Menschen während des Tsunami  
(trad. lit. \*il sont mortes plusieurs personnes pendant le Tsunami)

Nestas construções alemãs, a concordância do verbo com o SN co-ocorrente não passa de um fenómeno de superfície que consiste em interpretar o argumento pós-verbal (e não o pronome expletivo *es*) como o verdadeiro sujeito do enunciado. Como vimos este argumento pós-verbal nem sempre recebe, em português, a função de sujeito sintáctico (cf. as construções de clítico (45a) ou (46a)), o que dá frequentemente origem a uma «despersonalização»<sup>25</sup> do verbo, exemplificada nos dois enunciados passivos abaixo:

---

<sup>25</sup> Na realidade, não é de estranhar que este processo de «despersonalização» do verbo (que atribui ao SN a função de objecto) detenha, hoje em dia, uma frequência de utilização tão significativa, pois, como se pode ver pelo exs (50) e (51a), «au niveau pragmatique, en commençant son enoncé par une expression verbale neutralisée du point de vue des oppositions de genre et nombre, le locuteur s'octroie la liberté de terminer sa phrase par un constituant nominal de son choix, singulier ou pluriel, féminin ou masculin» (Almeida 1994: 14). Exemplifique-se: (51b) *foi desejado aos nubentes muitos parabéns/muita prosperidade/um casamento feliz*. É claro que esta variação lexical ao nível do sujeito remático seria impossível se este concordasse, como o exige a norma-padrão, com o verbo co-ocorrente. Parece-nos oportuno sublinhar que também podemos assistir, em português, a um fenómeno inverso de «repersonnalisation» (de acordo com a terminologia de Koch 1994: 10) do verbo. Tal é o caso, por exemplo, com verbo como *haver* que seleccionam um argumento cuja função é de objecto directo. De facto, são frequentes, no quotidiano, e mesmo na comunicação social, construções como: *terão de haver soluções diversificadas para tantos problemas* ou *houveram muitos acidentes este fim de semana* (exs de Teixeira 1996: 532) que podem ser representadas pela fórmula *haver + SN/sujeito*, e não pela fórmula *haver + SN/objecto* como seria de esperar (cf. Casteleiro 1981: 141-142), pois como sabemos, o verbo *haver*, para a norma-padrão, não pode manter uma relação de concordância com o SN co-ocorrente. Linguisticamente, a regra que 'legitima' este fenómeno de «repersonalização» do verbo *haver* é fácil de compreender: como não existe argumento SN/sujeito para este verbo, o argumento interno objecto tem tendência a ocupar o «lugar vazio», «até porque, como é pacificamente aceite em sintaxe, SUJ é dominante em relação a outro qualquer argumento, incluindo, naturalmente, OBJ» (Teixeira, *ibid.*, p. 532). Por outro lado, como foi referido atrás, na língua portuguesa acontece muitas vezes a inversão do sujeito, sobretudo quando o verbo é intransitivo. «Isto leva a que se possa atribuir, na construção *haver + SN*, ao SN, não só a função de OBJ (como normativamente acontece), mas igualmente a de SUJ» (*id. ibid.*, p. 533). Como vemos, nada admira que a fórmula que atribui a função de sujeito ao SN do verbo *haver* venha a prevalecer, apesar da forma antiga, exigida pela norma-padrão, manter o estatuto de forma «correcta».

- (50) é exposto no átrio da escola as pautas dos alunos  
 (51a) foi desejado aos nubentes muitas felicidades  
 (exs de Almeida 1994: 13-14)

Creemos que a ausência de concordância, nestes dois exemplos, seja devida à intercalação de um adjunto circunstancial (cf. «*no átrio da escola*» em (50)) ou de um argumento interno preposicionado (cf. «*aos nubentes*» em (51a)) entre o verbo («*é exposto*» em (50)), «*foi desejado*» em (51a)) e o seu potencial sujeito invertido (cf. «*as pautas*» e «*muitas felicidades*» respectivamente). O que este facto indicia é que estes sujeitos remáticos recebem a função de objecto, e não a função de sujeito (como normativamente acontece). Estamos aqui em presença de uma construção impessoal tipicamente oral que parece ser muito mais produtiva em português do que em francês. De facto, não podemos esquecer que na língua francesa, as construções impessoais passivas «*sont essentiellement limitées à des registres de langue qu'on peut qualifier d'«officiels», tels que le style juridique et administratif, ou encore politique et scientifique*» (Gatone 1998: 119).

## 6. Conclusão

O interesse que pode apresentar este estudo reside, em parte, no facto de nele se abordar, de forma necessariamente breve e não exaustiva, a partir da análise de alguns exemplos, o fenómeno da impessoalidade (tão estudado e ainda tão problemático) em termos metalinguísticos de operações que se combinam para produzir um enunciado.

Mas também, e talvez principalmente, no facto de nele se focalizar o que aproxima e o que diferencia este fenómeno em francês e em português com recurso a alguns conceitos emprestados por um modelo teórico que evita, por exemplo, as ambiguidades morfológicas, sintácticas e semânticas que estão associadas às designações tradicionais de sujeito ou de objecto directo. Para além de dar resposta a alguns problemas até aqui deixados em suspenso, a utilização desta terminologia revelou-se também extremamente frutuosa para mostrar que o português, como regra geral, não implica, contrariamente ao francês, uma dissociação, na estrutura sintáctica, entre o termo de partida e os argumentos que pertencem à relação predicativa, pelo que o enunciado final não é propriamente impessoal. De facto, tentámos mostrar que, em português, o Co não corresponde, como em francês, ao termo de partida *il* (que é exterior à relação predicativa) mas tão-só



ao argumento pós-verbal que controla a concordância em número-pessoa com o verbo. Mas como vimos, é possível encontrar, em português, enunciados que representam indícios claros de que o falante não trata o argumento posposto ao verbo como o sujeito sintáctico da construção, como seria de esperar. Como vimos, este facto dá origem a estruturas que exibem todas as características de um enunciado impessoal.

É importante referir que os valores construídos por todas estas estruturas parecem corresponder aos diversos pontos de uma escala de valores diatéticos, situando-se entre um pólo **activo** que põe em evidência «la relation entre **le participant le plus dynamique et l'activité**» (Manoliu-Manea 2000: 107), e um pólo **passivo** que coloca, pelo contrário, no centro «de la reconstruction linguistique la relation entre **résultat et activité**» (*id.*, *ibid*). Não é pois de estranhar que este último pólo seja geralmente formalizado, nas línguas românicas, por auxiliares estativos como *ser/essere/être* e um participípio passado comumente associado à expressão do aspecto acabado, concluído. Em pontos intermédios desta escala, situam-se valores diatéticos representados por construções de clítico em que o verbo manifesta, como vimos, um sentido 'passivo' apesar de preservar os seus traços activos e transitivos (cf. *supra*, exs de passiva de clítico (41a), (45c) ou (46b)). Cremos que as construções mais marcadas, em português, pela impessoalidade se situam nos dois extremos desta escala. No pólo activo, teríamos, a nosso ver, as construções do tipo de (46a) *ouveu-se vários ruídos durante a noite* em que o verbo é transitivo e têm um argumento interno (não preposicionado) com que não concorda. Cria-se, assim, uma espécie de diátese activa indeterminadora do sujeito, cuja marca é o clítico *se*. No pólo passivo, surgem, da mesma forma, todas as construções que bloqueiam esta concordância verbo-sujeito (cf. *supra*, ex, (51a) *é exposto no átrio da escola as pautas dos alunos*), à semelhança do que acontece com as impessoais passivas francesas do tipo de (24b) *il a été construit un immeuble de dix étages/deux pavillons/une tour sur le terrain de sport*.

Em todos estes casos, vemos que a violação desta regra de concordância do verbo (por antecipação) com o SN co-ocorrente representa uma maneira de «aumentar», com ou sem a introdução de um *ele* não referencial, a **autonomia do verbo** (pelo menos a nível gramatical; a nível semântico, o processo implica sempre um agente). Esta maior autonomia reflecte-se claramente no facto do verbo poder ser usado numa forma de terceira pessoa do singular, independentemente do género e número gramatical do argumento que o segue. Obtemos,

assim, enunciados impessoais em que assistimos sempre a uma subida do verbo. O que esta deslocação do verbo para o início do enunciado pretende tornar saliente é o próprio processo. De facto, já não se trata aqui de atribuir destaque à entidade agentiva (como nas construções activas), nem de tematizar o não-Agente (como nas estruturas passivas), mas de apresentar o processo em si mesmo, independentemente de uma entidade (mais ou menos dinâmica) que lhe sirva de referência.

### Referências bibliográficas

- AMBAR, M. M., 1992, *Para uma sintaxe da inversão sujeito-verbo em português*, Lisboa, Edições Colibri.
- ALMEIDA, M. E., 1994, «L'impersonnel en portugais et en français: approche constative», *L'information grammaticale* 62, 12-15.
- BLANCHE-BENVENISTE, C, 1994, «Quelques caractéristiques grammaticales des «sujets» employés dans le français parlé des conversations» in M. YAGUELLO (éd.), *Subjecthood and Subjectivity. The Status of the Subject in Linguistic Theory*, Paris, Ophrys, 77-107.
- BERRENDONNER, A. «Que reste-t-il de nos actants?... Les passifs impersonnels en français», in *Cahiers de L'ILSL*, N.º12, 43-53.
- BOONS, J-P. et al. 1976, *La structure des phrases simples en français. Constructions intransitives*, Genève-Paris, Droz.
- BOUSCAREN, J.; J. CHUQUET, 1987 *Grammaire et textes anglais. Guide pour l'analyse linguistique*, Paris, Ophrys.
- BOUSCAREN, J. et al., 1993, «Éléments pour une typologie des procès», *Cahiers de recherche. Types de procès et repères temporels*, tome 6, Paris, Éditions Ophrys, 07-34.
- BRUNOT, F., [1926] 1936, *La Pensée et la Langue*, Paris, Masson.
- CAMACHO, R. G., 2001, «Construções passivas e impessoais: distinções funcionais», in *Actas do XVI Encontro da APL*, Lisboa, Colibri, 577-598.
- CAMPOS, M. H. C., 1993, *Semântica e enunciação. Conteúdos programáticos, métodos, referências*, Relatório para o Concurso de Prof. Associado, FCSH-UNL. (não publicado).
- CAMPOS, M. H. C., 1997, *Tempo, Aspecto e Modalidade. Estudos de Linguística Portuguesa*, Porto, Porto Editora.
- CARRILHO, E. «Expletivos do português Europeu em foco: a evidência dos dados dialectais» in *Actas do XVI Encontro da APL*, Lisboa, Colibri, 131-145.
- CASTELEIRO, J. M., 1981, *Sintaxe transformacional do adjetivo*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica.

- COMRIE, B., 1989, *Language Universals and Linguistic Typology*, Oxford, Basil Blackwell.
- CORBLIN, F., 1994, «Existe-t-il un «ça» impersonnel en français?», *L'information grammaticale* 62, 45-47.
- CULIOLI, A. 1973, «Sur quelques contradictions en linguistique», *Communications* 20, 83-91.
- CULIOLI, A. 1975-76, *Notes du Séminaire de D.E.A. 1975-1976*, Poitiers, D.R.L./Univ. Paris 7.
- CULIOLI, A. 1982, «Rôle des représentations métalinguistiques en syntaxe» in *Communication présentée à la session plénière du XIIIème Congrès International des Linguistes*. Tokyo, 29 août-4 septembre 1982, Collection ERA 642, Paris, Université Paris 7, DRL, 01-30.
- CUNHA, C.; L. F. CINTRA, 1984, *Nova Gramática do português Contemporâneo*. Lisboa, João Sá da Costa.
- DELVEROUDI, R., 1996, «Énoncés sans «sujet» ou énoncés à «sujet explétif»? La notion du terme de départ» in *Linguistique contrastive et traduction, N° spécial, La notion de «sujet» et sa réalisation dans l'énoncé en grec moderne et en français*, Paris, Ophrys, 179-222.
- DESLÈS, J-P. *et al.*, 1986, «Theoretical analysis of reflexivization in the framework of applicative grammar», *Linguisticae Investigationes*, X: 1, 1-65.
- DESLÈS, J-P; Z. GUENTHÉVA, 1993, «Le passif dans le système des voix du français», *Langages* 109, 73-102.
- DE VOGUÉ, S., 1991, «La transitivité comme question théorique: querelle entre la Théorie des Positions de J. C. Milner et la théorie des opérations prédicatives et Énonciatives d'A. Culioli», *LINX* 24, 37-65.
- DUBOIS, J., 1967, *Grammaire structurale du français: le verbe*, Paris, Larousse.
- FOURNIER, N., 1997, «La place du sujet nominal dans les phrases à complément prépositionnel initial» in C. Fuchs (éd.) 1997, 97-132.
- FRAJZYNGIER, Z., 1982, «Passive and Impersonal passives», *Lingua* 58, 262-296.
- FUCHS, C. (éd), 1997, *La place du sujet en français contemporain*, Louvain-la-Neuve, Duculot.
- FUCHS, C., 1997, «La problématique générale de la place du sujet» in C. Fuchs (éd.) 1997, 7-11.
- GAATONE, D., 1970, «La transformation impersonnelle en français», *Le français moderne* 38(4), 18-29.
- GAATONE, D., 1994, «Passif, impersonnel et passif impersonnel en français: quelques réflexions», *L'information grammaticale* 62, 42-44.
- GAATONE, D., 1998, *Le passif en français*, Paris, Bruxelles, Duculot.
- GARY-PRIEUR, M. N., 1885, *de la Grammaire à la Linguistique. L'étude de la phrase*, Paris, Armand Colin Éditeur.
- GROSS, M., 1975, *Méthodes en syntaxe, régime des constructions complétives*, Paris, Hermann.

- GUIMIER, Cl., 1997, «La place du sujet clitique dans les énoncés avec adverbe initial» in C. Fuchs (éd.) 1997, 43-96.
- KOCH, P., 1994, «Dépersonnalisation (et repersonnalisation). A propos de la diachronie des verbes impersonnels», *L'information grammaticale* 62, 09-11.
- LANGACKER, R. W.; P. MUNRO, 1975, «Passives and their Meaning», *Language* 51 (3-4), 789-830.
- LAPA, M. R., [1973] 1984<sup>11</sup>, *Estilística da língua portuguesa*, Coimbra, Editora Limitada.
- LAZARD, G., 1994, *L'actance*, Paris, PUF.
- MAILLARD, M., 1994, «Concurrence et complémentarité de *il et ça* devant les prédicats impersonnels en français contemporain ou comment distinguer une phrase asubjectale d'une phrase à sujet indistinct», *L'information grammaticale* 62, 48-52.
- MANOLIU-MANEA, M., 2000, «Une hypothèse cognitive sur les formes latines en -r. A la recherche d'un invariant», in *Le passif, Etudes Romanes*, vol. 45, Museum Tusulanum Press, University of Copenhagen, 99-115.
- MARTIN, R., 1970, «La transformation impersonnelle», *Revue de linguistique romane* 34, 377-394.
- MARTINET, H., 1975, «Les variantes impersonnelles d'énoncés en français», *La linguistique* 11 (1), 75-86.
- MATEUS, M. H. M. et al., 1983, *Gramática da Língua Portuguesa*, Coimbra, Almedina.
- MILNER, J.-C., 1980, «La théorie du passif dans la grammaire transformationnelle», Paris, LALIES.
- MILNER, J.-C., 1986, *Introduction à un traitement du passif*, Collection ERA 642 (UA A4 1028), Université Paris 7.
- MORENO, A. , 1997, *Indefinidos, determinação e negação: contribuição para o estudo dos marcadores 'nenhum', 'ninguém', 'nada' e 'nunca'*, Tese de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa. (não publicada).
- NARO, A. J., 1976, «The genesis of reflexive impersonal in portuguese. A study in syntactic change as a surface phenomenon», *Language* 52 (4), 779-810.
- PERES, J. A. & T. MÓIA, 1995, *Áreas Críticas da Língua Portuguesa*, Lisboa, Editorial Caminho.
- RIVIÈRE, N., 1977, *L'impersonnel en français*, Thèse présentée à l'Univeristé de Paris VII pour l'obtention du Doctorat de 3<sup>e</sup> Cycle.
- RIVIÈRE, N., 1979, «Problèmes de l'intégration de l'impersonnel dans une théorie linguistique», *Le français moderne* 47 (4), 289-311.
- RIVIÈRE, N., 1981, *La construction impersonnelle en français contemporain*, Documents de Linguistique Quantitative n.º 41, St Sulpice-de-Favière, Éditions Jean-Favard.
- RIVIÈRE, N., 1995, *Pour une syntaxe simple à l'usage des anglicistes*, Paris, Ophrys.
- SILVA, M. J., 1988-89, «O sujeito lógico da frase impessoal em francês contemporâneo» *Diacrítica* 3-4, *Revista do Centro de Estudos Humanísticos*, Universidade do Minho, 181-202.

- TASMOWSKI, L.; D. WILLEMS, 1987, «Les phrases à première position actancielle vide, *Par la porte ouverte (il) entrain une odeur de nuit et de fleurs*», *Travaux de linguistique*, 14/15, 177-191.
- TEIXEIRA, J., 1996, «ERRARE HUMANUM EST (sincronia, diacronia e erro)» *Diacrítica* 11, *Revista do Centro de Estudos Humanísticos*, Universidade do Minho, 529-537.
- TUTESCU, M., 1977, «Sur la voix impersonnelle», *Revue roumaine de linguistique* 22 (2), 249-258.
- VALENTIM, H.T., 1998, «Ele há várias coisas...» – uma abordagem enunciativa» in *Actas do XIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, vol. I, Lisboa, Colibri, 353-358.
- ZRIBI-HERTZ, A., 1982, «La construction SE-moyen du français et son statut dans le triangle passif-moyen-réfléchi», *Linguisticae Investigationes* VI-2, 345-401.



# O Ethos Argumentador: Rostos e Estratégias Linguístico-Discursivas

DANIELA BRAGA

Facultade de Filoxía – Universidade da Coruña  
dbraga@udc.es

## Abstract

In this work we intend to highlight the discourse strategies involved in the construction of the speaker's personal image (so called ethos, by the rhetorical tradition) and how they convey a leadership position in the context of the television political debate.

We have then considered three types of strategies: strategies for controlling and dominating the debate (which are conveyed by some treatment forms, turn's duration, turn's maintenance, intrusion, interruption and speech acts of interdiction, authorization, critics, refutation and mockery); strategies for building the speaker's personal image (which are conveyed by the pre-discourse ethos and by linguistic markers of subjectivity and modality); strategies for building the public's image according to the persuasive aims of the speaker. The argumentative ethos builds certain dominant faces in the debate and to do so it selects specific strategies (among those that were mentioned above).

We chose to study the speaker's personal image as it appears in the television political debate because it seemed to be a rather competitive type of speech interaction where argumentation is difficult to be done. The participants' political, ideological and social differences also assure the argumentation goal, especially if they are the invited speakers for a television show where they have to represent their political parties. Moreover, the oral dimension of the debate, plus the live broadcasting of the programme are factors that put a lot of pressure on the participants, which makes any attempt of controlling the debate become the final challenge.

**Palavras-Chave:** ethos argumentador, ethos pré-discursivo, ethos discursivo, argumentação, debate político televisivo, locutor, alocutário, destinatário

## 1. O debate político televisivo: interesse para o estudo do *ethos* argumentador

«Toute parole, au fond d'elle-même, est publicitaire. (...) Ce qu'elle veut dire, c'est ce qu'elle veut faire dire à l'autre. Ainsi, nos énoncés se présentent, indépendamment même de leur aptitude à fonder un raisonnement, comme l'origine ou le relais d'un discours argumentatif»

(OSWALD DUCROT, 1980 : 11-12)

A língua é argumentativa por natureza. Como defende O. Ducrot na expressão em epígrafe, o que quer que digamos tem sempre como efeito agir sobre o outro. Mais do que isso, pelo nosso discurso construímos uma imagem perante o outro, uma imagem que adaptamos às expectativas que julgamos que o outro tem sobre nós e cujos contornos definimos em função do nosso interesse em agradar ou desagradar ao outro. Pela palavra construímos a imagem com a qual pretendemos ser observados pelo outro.

Da argumentatividade intrínseca da língua entendida em sentido lato, passámos à argumentatividade em sentido restrito, enquanto característica em que são especializados alguns tipos de discursos. O discurso político é antes de mais uma lugar de argumentação, um discurso orientado para um fim: a persuasão. É também um espaço em que o discurso é colocado ao serviço da imagem pessoal, imagem essa que decorre simultaneamente de um conhecimento prévio por parte do público e da eficácia e competência de cada prestação discursiva. Mas há uma situação de comunicação em que o discurso político se abre ao discurso polémico, por natureza dialógico e agónico. Essa situação é, por excelência, o debate<sup>1</sup>, tipo de interacção verbal cordial

---

<sup>1</sup> A noção de *debate*, partindo da definição proposta por C. Kerbrat-Orecchioni, foi por nós desenvolvida e aplicada na dissertação de mestrado que está na base do presente trabalho e que se intitula *Estratégias de Argumentação e Construção da Imagem Pessoal no Debate Político Televisivo* (Braga, D. 2004). Não sendo, porém, nosso objectivo discutir aqui este assunto, segundo C. Kerbrat-Orecchioni (1990:118), o debate é, portanto, uma *discussão* em que se verifica um confronto de opiniões, mas que possui um carácter mais organizado, desenrolando-se dentro de um quadro «pré-fixado», ou seja, o seu *quadro comunicativo*. Algumas coordenadas são pré-determinadas. A presença de um *moderador* e de um *público* completam o *quadro participativo* e contribuem para a especificidade do debate dentro da tipologia de interacções verbais proposta pela



mas assente no dissenso e na competição discursiva (R. Vion, 1992). O debate consiste na troca de ideias, mas tem como objectivo vencer, convencendo. A sua modalidade televisiva pareceu-nos desde logo a mais competitiva e a mais ambiciosa, sobretudo quando o debate é transmitido em horário nobre e em directo para milhares de portugueses.

O nosso interesse em estudar a construção do *ethos* (imagem pessoal) na interacção verbal conduziu-nos ao programa *Prós e Contras*, transmitido pela RTP1, cuja emissão particularmente interessante e especial do dia 6 de Janeiro de 2003 nos serviu de corpus de análise à presente dissertação. O tema que lhe serve de pano de fundo e o estatuto dos seus participantes principais confere-lhe a dimensão política. O enquadramento temporal/conjuntural (no início do ano civil de 2003, após 8 meses de governo liderado pelo PSD-CDS/PP, num ambiente de depressão económica grave e de políticas económicas austeras) em que o país estava mergulhado favorecia a argumentação da oposição (painel Contra) na mesma proporção em que dificultava a argumentação do governo (painel Pró). O programa *Prós e Contras*, mediatizado pela televisão, traz o debate parlamentar para a praça pública, o que necessariamente obriga a um reajuste discursivo. O carácter bipolar do programa, cristalizado na expressão doxal *Prós e Contras*, permite estruturar os dois pólos da argumentação, identificar os participantes segundo as suas convicções ideológico-políticas e prever algumas imagens que os participantes construirão no seu discurso.

O objectivo deste trabalho é, pois, mostrar as diversas facetas que o locutor adopta ao construir o seu *ethos argumentativo*, bem como as diversas estratégias discursivas de que se serve para construir a sua imagem pessoal, imagem essa que, sobretudo no debate político televisivo, tem como único e último propósito convencer o seu destinatário principal: o público, ou seja, o conjunto dos cidadãos portugueses.

---

autora. É igualmente importante ressaltar da definição proposta por Orecchioni o carácter argumentativo e o carácter mediático que o debate partilha respectivamente com a discussão e com a entrevista e que contribuem para a sua heterogeneidade discursiva. Finalmente, a autora sugere que o debate funciona como um modelo de conversação, por ser uma interacção eficaz e disciplinada, exemplo da boa aplicação das regras conversacionais.

No que respeita ao enquadramento teórico, a modalidade oral do debate televisivo exigiu uma abordagem interaccionista e dialógica (na linha de autores como C. Kerbrat-Orecchioni, R.Vion), ao mesmo tempo que comporta outras dimensões paralinguísticas, como as dimensões cinésica, proxémica e prosódica que, por exigirem uma abordagem teórica distinta da análise linguística, não puderam ser contempladas neste trabalho. A dimensão argumentativa subjacente ao discurso político e ao género do debate conduziram-nos à Análise Argumentativa (R. Amossy), por nos parecer o enquadramento teórico que reúne os pressupostos mais interessantes enunciados pelas várias correntes saídas da Análise do Discurso, desde a Nova Retórica à Linguística de Texto, passando pela Estilística, pela Teoria da Enunciação e pelo Interaccionismo. É, também, no quadro da Análise Argumentativa que entendemos o conceito de *ethos*<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> A noção de *ethos* nascida na Retórica de Aristóteles, fundava-se nas virtudes morais e no estatuto social do orador, mas era projectada pelo seu próprio discurso. Amossy (2000: 60-73) faz o percurso histórico do conceito de *ethos* desde a Retórica Clássica às novas Ciências da Linguagem. Nos estudos em argumentação contemporânea, foi Perelman (1977:111) quem reabilitou a noção de *ethos*. No quadro da Semântico-Pragmática, o termo *ethos* é retomado por O. Ducrot e integrado na sua teoria polifónica da enunciação. O *ethos*, como imagem de si mesmo, está associado ao locutor L: «*Dans ma terminologie, je dirai que l'ethos est attaché a L, le locuteur en tant que tel: c'est en tant qu'il est source de l'énonciation qu'il se voit éffublé de certains caractères qui, par contre-coup, rendent cette énonciation acceptable ou rebutante.*» (Ducrot, 1984 : 201).

E. Goffman (1976), no quadro da análise conversacional, defende que em toda a interacção social existe uma «representação», ou seja, cada locutor comporta-se de uma certa forma, desempenha um papel (part) perante os interlocutores no sentido de os influenciar.

Em Análise do Discurso, D. Maingueneau trabalha o conceito de *ethos* defendendo que este decorre do discurso, mais do que de uma imagem prévia, e distingue as noções de *ethos dito* e *ethos mostrado*: «*Ce que l'orateur prétend être, il le donne à entendre et à voir: il ne dit pas qu'il est simple et honnête, il le montre à travers de sa manière de s'exprimer. L'ethos est ainsi attaché à l'exercice de la parole, au rôle qui correspond à son discours, et non à l'individu «réel», appréhendé indépendamment de sa prestation oratoire.*» (Maingueneau, 1993 :138).

Na linha de Goffman, a noção de *ethos* é retomada nos trabalhos de K.Orecchioni (1980, 1999) sobre a subjectividade da linguagem, ou seja, as imagens valorizantes que cada um dos interlocutores dá de si mesmo na interacção verbal. Orecchioni dá exemplos do funcionamento das marcas de subjectividade no discurso, nomeadamente ao nível dos morfemas verbais, dos vários modalisadores e dos décticos de pessoa.

Para Amossy, no quadro da Análise Argumentativa, a imagem pessoal está ancorada em estereótipos, um arsenal de representações colectivas que determinam em parte a apresentação de si próprio e a sua eficácia numa dada cultura. Considera dois tipos de

Segundo R. Amossy (2000), a imagem pessoal do orador (ou seja do locutor ser do mundo) é feita a dois níveis: ao nível pré-discursivo, a que chama «*ethos préalable*» ou «*ethos pré-discursif*», e ao nível discursivo, que designa por *ethos discursivo*. A imagem pré-discursiva engloba (*apud* R.Amossy, 2000:71):

- o estatuto institucional do locutor, as funções que exerce ou a posição social que ocupa e que conferem legitimidade ao seu discurso
- a imagem que o auditório possui da sua pessoa antes de tomar a palavra, que corresponde a uma representação colectiva, a um estereótipo acerca da sua pessoa.

A somar à sua imagem pré-discursiva, o locutor ser do mundo constrói uma imagem discursiva que deriva essencialmente da sua inscrição na enunciação e da forma como trabalha os dados pré-discursivos (*apud* R.Amossy, 2000:71). O locutor constrói a sua imagem não apenas através daquilo que ele diz acerca de si próprio, mas através da modalização do seu discurso e da sua inscrição pessoal na enunciação. O *ethos* discursivo e pré-discursivo é também construído em função de uma ideia estereotipada que o locutor tem do alocutário que o escuta e dos destinatários a quem se dirige.

Partindo da proposta teórica de Amossy (2000), e tendo em consideração a expressão da subjectividade discursiva apresentada por K. Orecchioni (1980, 1999), analisaremos, em seguida, de que forma é feita a construção do *ethos* em *Prós e Contras*. Tomámos também em consideração o trabalho realizado por Rosalice Pinto (2003), que analisa as facetas do *ethos* argumentativo nas secções editoriais de jornais portugueses<sup>3</sup>.

---

*ethos*: o discursivo e o pré-discursivo. O *ethos* discursivo está em relação com a imagem prévia que o auditório pode ter do orador (*ethos préalable* ou *pré-discursif*) ou com a imagem que o orador pode ter do auditório a quem se dirige. Embora observando as marcas de subjectividade propostas por Orecchioni reflectidas no *ethos* discursivo, considerámos neste trabalho o conceito de *ethos* proposto por Amossy (1999, 2000). Para uma síntese sobre as várias noções de *ethos*, cfr: também o artigo sobre o «Ethos», de R.Amossy, in *Dictionnaire d'Analyse du Discours* (Charaudeau, P. e Maingueneau, D., eds., 2002).

<sup>3</sup> No quadro dos estudos aplicados ao português sobre o *ethos*, é de salientar o trabalho realizado por Rosalice Pinto (2003), no âmbito da sua investigação de doutoramento ainda em curso. A autora analisa o *ethos* do sujeito enunciativo tendo por base um artigo de opinião da secção 'Espaço Público' do Jornal *Público*, a partir do qual

## 2. O *ethos* argumentador: rostos e estratégias linguístico-discursivas

### 2.1. *Ethos controlador/dominador do debate*

#### 2.1.1. *Estratégia 1: uso assimétrico das formas de tratamento*

Sendo o debate mediado pela moderadora, muitas vezes os participantes<sup>4</sup> têm que retomar discursos anteriores ou responder a afirmações feitas por outros «*débatteurs*», pelo que os convocam no seu discurso através de formas de tratamento<sup>5</sup>. Esse processo de nomeação pode ser feito através de formas de tratamento ou de vocativos, de pronomes pessoais ou de morfemas verbais de pessoa e número. Como nota M. A. Marques, as relações de proximidade/distanciamento entre os interlocutores constroem-se em torno dos pronomes Tu/Você:

«Quanto à alocação, a referência ao alocutário faz-se em português através de duas formas que marcam, em particular, relações de familiaridade/distância. O tratamento Tu/Você/Vocês, ou Tu/Você/Vós/Vocês como ainda é usado no Norte de Portugal, é muito complexo e mutante, no sentido de que são muitos e variáveis os factores que influenciam cada opção de tratamento(...)»(Marques, 2000:178)

Como propõe C. Kerbrat-Orecchioni (1992, 1996), o uso recíproco do mesmo sistema de formas de tratamento reflecte uma relativa igualdade entre os interlocutores, ao passo que o seu uso assimétrico exprime uma relação hierarquizada, o que designa por «relação ver-

---

distingue vários tipos (nomeadamente *ethos didáctico*, *ethos crítico*, *ethos crítico subjectivo*, *ethos moderado*, *ethos indagativo* e *ethos ponderado*), apoiada em critérios de ordem ortográfica, pragmática (ao nível das modalidades e dos operadores argumentativos), semântica e morfológica. R. Pinto destaca a finalidade argumentativa, subjacente ao discurso de opinião, a que obedece a construção dessa imagem multifacetada do sujeito enunciativo, constituindo um exemplo muito interessante de análise do funcionamento do *ethos* no âmbito do artigo de opinião em português europeu.

<sup>4</sup> Para a observação da lista completa dos participantes no debate do programa *Prós e Contras* de 6 de Janeiro de 2003 bem como das iniciais porque são identificados, vide Anexo.

<sup>5</sup> Sobre as formas de tratamento em português europeu, veja-se Lindley Cintra (1972:12-13) e Marques, M. E. R. (1988:105).

tical»<sup>6</sup>, que pode ser motivada pelo estatuto social de um dos interlocutores ou pela idade. A assimetria no uso das formas de tratamento promove a imagem pública do participante que é colocado em posição superior, o que pode ser funcionar a seu favor como estratégia argumentativa, ainda que não controlada, na medida em que contribui para a construção do seu *ethos* perante o público. Porém, essa assimetria, no caso do português europeu, não é apenas reflectida pelo uso dos pronomes Tu/Você. Na verdade, o eixo do pronome *Você* é bastante complexo e compreende vários níveis sociais/institucionais, que são observáveis na análise de *Prós e Contras*.

Em *Prós e Contras*, encontramos os seguintes tipos de tratamento assimétrico:

- 1) o tratamento assimétrico dentro do eixo do Você em torno da oposição:
  - a. título académico seguido do primeiro e último nomes /nome próprio
  - b. título académico seguido do primeiro e último nomes/ pronome «você»
- 2) o tratamento assimétrico dentro do eixo do Você em torno da oposição título académico/morfema verbal de 3.<sup>a</sup> pessoa (tratamento não marcado)

Cada um destes tipos de tratamento pode ser feito de forma *directa*, por vocativo, ou por forma *indirecta*, usando a 3.<sup>a</sup> pessoa. O uso da 3.<sup>a</sup> pessoa pode ser igualmente indicador da relação de tratamento entre o locutor e a dita 3.<sup>a</sup> pessoa, sobretudo se essa pessoa está presente na interacção.

São exemplos de relacionamentos assimétricos do tipo 1 e 2 acima listados e cuja assimetria é indicadora de *taxema de dominância* (na

---

<sup>6</sup> K.-Orecchioni define assim as **relações verticais**: «*Qu'on l'appelle «pouvoir», «hiérarchie», «domination», ou «rapport de places», cette dimension renvoie au fait que les partenaires en présence ne sont pas toujours égaux dans l'interaction : l'un d'entre eux peut se trouver en position «haute» de «dominant», cependant que l'autre est placé en position «basse» de «dominé»*». (K.-Orecchioni, 1996 : 45) [negritos nossos]. A autora descreve ainda estas relações verticais como assimétricas, graduais e dependentes de factores externos ou contextuais (como a idade, o sexo, o estatuto social, o papel interaccional) e internos (forma como os participantes gerem ou deixam ser geridas as suas tomadas de palavra na interacção).

designação de Kerbrat-Orecchioni (1992, 1996) para o interlocutor que é colocado em posição superior.

Por exemplo, a moderadora, Fátima Campos Ferreira convoca Medina Carreira sempre através do seu título académico seguido do seu primeiro e último nome, procedimento que não é seguido por Medina Carreira, que a trata por Você e pelo primeiro nome (cfr. tipo 1):

FCF: o qué que nós podemos fazer pelo estado, **professor medina carreira**? nós cidadãos? nós sociedade civil? [T29, 0:00-0:06] <sup>7</sup>

FCF: [...] **MC: ó fátima** mas é que a questão económica] mas [RR: a questão económica é que dá de comer às pessoas é um facto(!) [riso]] é o que tem sido crucial de facto. aa: inês serra lopes, directora [...] [T8, 3:40-3:47]

Uma vez mais, Medina Carreira é tratado por Fernando Rosas com distanciamento através do título académico, enquanto que Fernando Rosas é tratado pela forma indiferenciada de tratamento formal «você» <sup>8</sup> por Medina Carreira:

MC: [...] quando **o fernando rosas** se refere à baixa dos rendimentos (,)(-) à baixa da despesa pública [...] [T4, 3:43-3:48]

---

<sup>7</sup> O *corpus* que serviu de base ao presente trabalho é constituído pela totalidade do programa *Prós e Contras*, emitido a 6 de Janeiro de 2003 pela cadeia de televisão pública RTP1. Este material audio-visual foi gravado em formato *VHS* e posteriormente convertido para suporte digital, através da gravação e conversão do formato original numa extensão adequada a ficheiros de som (*wav*). Por razões de delimitação do objecto de análise à dimensão linguística da interacção verbal do debate televisivo, vimo-nos, neste trabalho, obrigados a não estudar a dimensão visual do programa (sobretudo ao nível das dimensões cinésica e proxémica), estando apesar disso conscientes da sua importância para compreensão global de qualquer tipo de interacção verbal. Posteriormente, o *corpus*, constituído por cerca de três horas de gravação, foi manualmente etiquetado à palavra, tendo ainda em consideração aspectos de vocalização fonética e modulação prosódica (sobretudo ao nível da duração das pausas, dos contornos entoacionais e de sinais paralinguísticos, como expiração, riso, tosse, etc). Para a análise de *Prós e Contras*, e após termos comparado vários modelos de transcrição de corpora orais, optámos pela proposta de I.G.Rodrigues (1998) com poucas alterações (de notar a localização temporal do excerto no ficheiro *wave* e algumas informações para-textuais), que adaptou para o português o sistema de transcrição de Kallmeyer e Schütze (1976).

<sup>8</sup> Pode tratar-se aqui de uma questão de quebra no princípio da delicadeza, na medida em que Fernando Rosas possui, além de idades aproximadas, o mesmo estatuto social e profissional que Medina Carreira (ambos são políticos e professores universitários, embora de áreas distintas) de quem se esperaria reciprocidade no tratamento.

MC: [...] **você** sabe quanto é que rende o imposto sobre as grandes fortunas em espanha (,)(?) [...] [T30, 2:00-2:04] [**dirigindo-se a FR**]

FR: [...] e sabe uma coisa **sofôr** (,)(?) [T30, 2:10-2:12] [**dirigindo-se a MC**]

Outro tipo de tratamento assimétrico (que designámos de tipo 2), ainda que um pouco ambíguo de um dos lados, é o que acontece entre Fátima Campos Ferreira e os elementos dos dois painéis. A moderadora trata-os quase<sup>9</sup> sempre pelo título académico (ver em baixo os dois primeiros excertos de Fátima Campos Ferreira), ao passo é tratada por eles pelo nome próprio ou pela 3.<sup>a</sup> pessoa verbal (ver o último excerto de Manuel Maria Carrilho), tratamento que, ainda que seja formal, não é seguramente simétrico:

FCF: **professor manuel maria carrilho** (')(, ) o senhore a:m é pessimista(')(, ) [T2, 3:40-3:44]

FCF: [...] [dirigindo-se a MMC] **o sô professor** (')(, ) **o sô professor** acabou de dizer que o país também não sabe para onde vai (-)(, ) é essa a sua convicção(?) (, ) [T2, 5:53-5:58]

MMC: [...] [dirigindo-se a FCF] claro que isto tem a ver com a questão dos valores que **referiu** (..)(') [...] [T28, 1:18-1:20]

É ainda interessante observar que com alguns participantes, Fátima Campos Ferreira altera o tipo de tratamento ao longo do debate, designadamente com Pacheco Pereira e especialmente com Ruben de Carvalho (com quem é manifestada mais familiaridade), o que pode ser indicador da existência de uma relação interpessoal prévia com menos formalidade que teve que ser camuflada pelo formato do programa. Além disso, a moderadora contribui também para a construção do ethos pessoal de cada participante, cuja presença no programa deve ser legitimada. A forma de tratamento pelo título académico reforça o estatuto social e político desses participantes, conferindo-lhes autoridade aos olhos do público. Seguem-se então exemplos da evolução

---

<sup>9</sup> Dizemos «quase sempre» porque existem casos em que a moderadora convoca os seus participantes apenas pelo primeiro e último nomes, numa estratégia de cedência de vez rápida que tem como consequência retirar a vez a outro locutor que está a falar:

FCF: **manuel maria carrilho** (,)(, ) [T15, 3:58-3:59]

FCF: **fernando rosas** (,)(, ) [T15, 2:45]

FCF: **rui rio** (,)(, ) [T20, 0:47]

das formas de tratamento dirigidas a Pacheco Pereira e a Ruben de Carvalho pela moderadora:

FCF: [...] **doutor pacheco pereira** boa noite(.)(..)o senhor (') (,)está sentado no painel que denota alguns sinais de optimismo (.)(..){T2, 1:08 – 1:13}

FCF:o **sotôr pacheco pereira** {T2, 2:42 – 2:48}

FCF: o que é que os portugueses têm que mudar nas suas vidas (.) (,) **pacheco pereira** (?.) (,) {T5, 2:10-2:25}

FCF: quer falar **pacheco pereira** (?.) (,) {T15, 0:03-0:05}

FCF: dei deixe-me (') (,) e: passar com essa mesma ideia (') para o **doutor ruben de carvalho**(') (,) {T4, 3:55-4:07}

FCF: **ruben** se me der licença... {T12, 6:49 }

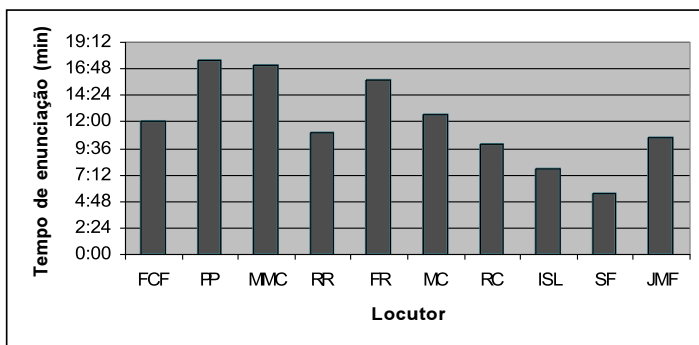
### 2.1.2. Estratégia 2: domínio temporal do debate

A capacidade de dominar o debate em termos de maior duração do tempo de participação é igualmente considerado por Kerbrat-Orecchioni um taxema de dominância. Assim, o participante que consegue falar durante mais tempo tem maior oportunidade de aperfeiçoar o seu ethos discursivo.

Os gráficos 1 e 2 mostram a duração em minutos e a percentagem relativa de intervenção dos 10 participantes no debate *Prós e Contras*, nomeadamente os 6 elementos dos painéis Pró e Contra, os 3 diretores de jornais e a moderadora.

GRÁFICO 1

#### Duração das intervenções dos participantes no debate (em minutos)

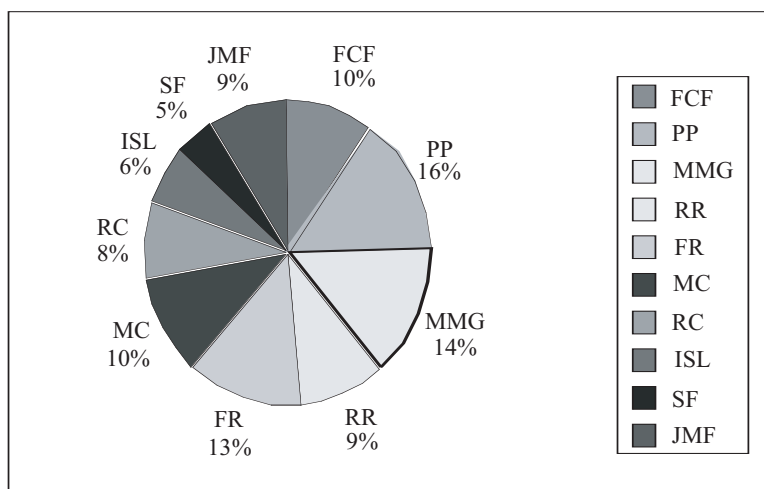




É assim possível verificar que Pacheco Pereira (17m36s) do painel Pró e Manuel Maria Carrilho (17m11s) do painel Contra são os participantes que se destacam com maior duração na sua intervenção global. Há que salientar, contudo, que esta vantagem, por exemplo em relação a Fernando Rosas (15m46s), foi conseguida na última intervenção concedida pela moderadora. Há que salientar ainda que faz parte do formato do programa pedir a um dos elementos de cada painel que faça os últimos comentários e as conclusões finais, elevando-os portanto ao estatuto de porta-vozes do seu painel. Portanto, podemos considerar que Fernando Rosas está perfeitamente ao nível de Pacheco Pereira e de Manuel Maria Carrilho no que respeita a este tópico.

GRÁFICO 2

**Duração das intervenções dos participantes no debate (em percentagem)**



No grupo dos directores de jornais, destaca-se ainda a participação de José Manuel Fernandes, director do *Jornal Público*, com 10m35s, ou seja, cerca de 9% do tempo total do programa. Segue-se Inês Serra Lopes, com 7m45s e Sérgio Figueiredo com 5m31s.

Em relação aos tempos de intervenção da moderadora, é possível verificar que Fátima Campos Ferreira é quem detém a maior percentagem de tempo de enunciação, cerca de 15% do tempo total, ou seja, sensivelmente 24m21s de um total de 2h44m33s de duração do

programa. Este valor permite confirmar a importância do seu papel enquanto gestora do debate e do programa.

Destes cerca de 25 minutos de tempo de enunciação, cerca de 49% são usados no papel de moderadora do debate e gestora da estrutura do programa, enquanto que 51% são usados no papel de entrevistadora, sendo a entrevista<sup>10</sup> outro tipo de interacção verbal que está integrado na estrutura do programa.

### 2.1.3. *Estratégia 3: maior frequência de interrupções, intrusões e manutenções forçadas de vez*

Normalmente a *interrupção*<sup>11</sup> tem como objectivo refutar os argumentos do locutor anterior. Veja-se o seguinte excerto em que Fernando Rosas interrompe Rui Rio para refutar a sua argumentação:

RR: [...] agora em vez de três quatro por cento que é o que nós herdámos (,)(') quatro vírgula tantos(,)(') queria levar para onde (,)(-) para sete pra oito pra dez [FR: XXXX] adiando o problema (?) adiando o problema (?)

**FR: mas há outras políticas para combater o défice (...)(!)**

RR: ah não não há (..)(.)

**FR: há outras políticas pra (...)(!)**

RR: vamo lá ver há diversas políticas sectoriais para combater o défice (') agora

---

<sup>10</sup> A entrevista é outro tipo de interacção verbal definido por Orecchioni, ao lado da *conversa* e do *debate*. Na definição de *entrevista*, Orecchioni refere a dissimetria dos papéis interaccionais do entrevistador, cuja função é a de extirpar informação ao entrevistado, que por sua vez tem por tarefa fornecer-lhe informações: «(...) *d'une manière générale, dans l'interview, il est certain que celle-ci se caractérise (à la différence de la conversation et du débat), par une dissymétrie des rôles interactionnels, l'intervieweur ayant pour mission d'extirper par ses questions certaines informations de l'interviewé, lequel a pour tâche de les fournir par ses réponses (...)*» (1990 : 119-120). A entrevista, feita a convidados saídos do público, é um tipo de interacção verbal que se inscreve no formato ritualizado do programa Prós e Contras, constituindo um recurso com função argumentativa que a moderadora usa para gerar polémica no debate.

<sup>11</sup> K.Orecchioni define a *interrupção* como : «*chaque fois que L2 prend la parole alors que L1 n'a pas terminé son tour (...)*»(Orecchioni, 1996 :32). A interrupção é frequentemente seguida de simultaneidade de vezes ou *overlap* no debate, na medida em que apesar de L2 interromper, L1 pode manter a palavra ao mesmo tempo. Orecchioni assinala também que em algumas sociedades ou situações a interrupção pode não ter um valor positivo e ser mesmo considerado ofensivo ou rude. Parece-nos contudo que na situação de debate político televisivo a interrupção bem sucedida funciona como taxema de dominância discursiva e consequentemente argumentativa.

**FR: basta actuar mais ao nível das receitas do que das despesas (..)(.)**

RR: agora desculpe o défice é só um (!) o défice é só [pausa] vai dar ao mesmo vai dar ao mesmo [**FR: não não vai (!) não não vai**] [T8, 0:13-0:31]

Neste excerto, a interrupção é usada por Medina Carreira e por Rui Rio não com o objectivo de refutar mas de tomar a vez:

FCF: sô doutor [para MC], se me dá licença, a verdade é que nós não conseguimos afastar-nos (,)(-) da discussão económica (..)(!) tamos com muita dificuldade (riso) eu já tentei levar a conversa para outras perspectivas dois mil e três, mas é difícil porque de facto a questão económica está a preocupar-nos o sentido [**MC: ó fátima mas é que a questão económica**] mas [**RR: a questão económica é que dá de comer às pessoas é um facto(!) [riso]**] é o que tem sido crucial de facto. aa: inês serra lopes, directora [T8, 3:26-3:47] do jornal independente. a economia é de facto o ponto chave novamente em dois mil e três, o qué que perspectiva para este ano dois mil e três, vai ser um ano bom, um ano mau? [T9, 1:00-1:09]

Em *Prós e Contras*, a tomada de vez não autorizada é mais frequentemente conseguida graças à estratégia argumentativa da *intrusão*<sup>12</sup> do que por meio da interrupção. A intrusão tem como objectivos a refutação e, se possível, a recuperação «ilegítima» de vez por um locutor que não tem a palavra nesse momento.

Segue-se um exemplo de intrusão típica em que Fátima Campos Ferreira interfere pedindo a Ruben de Carvalho que deixe Medina Carreira terminar a sua intervenção, pedido esse que não só não é cumprido como Ruben de Carvalho «rouba» a palavra a Medina Carreira:

MC: [...] que nós nisto temos que meditar muito sobre as coisas (,)(') e temos que saber do que falamos (..)(.)

FR: não (,)(-) exactamente (!)

**RC: ó ó ó medina careira (,)(')**

FCF: deixe-o terminar o raciocínio (..)(!)

RC: a questão a questão não é enfim podemos falar das grandes fortunas mas quer dizer evidente [...] [RC toma a vez][T30, 2:14-2: 23]

---

<sup>12</sup> K.Orecchioni define dois tipos de **intrusão**, mas é a seguinte que se adequa ao nosso debate em análise: «L1 sélectionne L2, mais c'est L3 qui prend la parole en sélectionnant» (Orecchioni, 1996: 32). Na intrusão há um locutor ilegítimo, na sequência do sucessor da palavra, que toma a palavra.

Também Medina Carreira usa a intrusão para recuperar a vez quando a palavra tinha sido cedida a Rui Rio:

FCF: rui rio (..)(.)

RR: eu acho que há uma inadequação

**MC: XXX certo certo do ponto de vista de cobrança de impostos**  
(,)(') [RR: XXX] **de reforma fiscal** que foi aprovada no parlamento  
(,)(') [e toma a vez][T31, 4:48-4:57]

Neste caso, o recurso à estratégia da intrusão por parte de um elemento do mesmo painel, designadamente por Medina Carreira em relação a Rui Rio, funciona como reforço argumentativo de um assunto que Medina Carreira quis esclarecer pessoalmente e não ver esclarecido por Rui Rio.

A *manutenção forçada de vez* ocorre quando a moderadora ou outro participante interrompem um dado locutor que, apesar disso, consegue manter a sua palavra. Esta estratégia é argumentativa num sentido amplo, na medida em que permite concluir um argumento ou uma ideia.

A manutenção forçada de vez pode ser feita de três formas:

- por expressões de pedido explícitas (actos de fala directivos)
- por sobreposição de vez (continuando a falar) com a moderadora que interrompe
- utilizando ambas as estratégias – pedido explícito e sobreposição de vez

Fernando Rosas, por exemplo, recorre com frequência à estratégia de manutenção de vez, com expressões de pedido, o que explica o seu sucesso em termos de duração global da sua intervenção (cfr. gráficos 1 e 2):

FR: [...] **deixe-me só acabar o raciocínio** [resposta a indicações cinéticas] e com as exportações para a europa [...]

FCF: [interrompendo FR] deixe-me deixe-me perguntar aqui ao nosso economista o professor medina carreira -(,)(.) se esta travagem às [fala simultânea com FR] temos temos (') mais tempo, doutor fernando rosas -(,)(.)

**FR: deixe-me só deixe-me só di deixe-me só dizer uma coisa**

CF: temos muito mais tempo (,)(!) doutor fernando rosas (')

FR: **porque mas depois eu respondo também a isto já agora** [riso] é (...)(-) o aspecto estrutural (!) [...] [T3, 4:18-4:35]

FCF: rui rui rio também é economista (-)(,) aa: deixe-me só ouvir a opinião dele.(.)(,) português tinha esta (-)

**FR: deixe-me só deixe-me só acabar o meu raciocínio[....]**[T7, 7: 08-7:11]

Noutro momento, Medina Carreira consegue manter a vez usando a estratégia da sobreposição de vez:

FCF: [interrompendo MC] mas a questão é saber se estas medidas(')(,) de redução de custos(')(,) [**MC: eu já lá vou eu já lá vou**] a: de redimensio-  
nação do próprio estado (')(,) [MC: eh] como está como está a ser pre-  
paradas nalgumas d elas(')(,) é são absolutamente necessárias.(.)(.)  
{T4, 0:27-0:37}

FCF: aliás o senhor costuma dizer que (')(,) comparar o país a uma  
família que durante: algum tempo [**MC: sim eu comparo a uma  
família**] se endividou (')(,) [MC: bom se quiser vamos à metáfora de  
família] se endividou(')(,) [MC: suponhamos que somos uma família]  
porque comprou aa: comprou acima das suas possibilidades.(.)(.)

**MC: gastámos vinte podendo apenas gastar quinze [....]**[T4, 2: 14-2:26]

Pacheco Pereira, por exemplo, mantém a vez com expressões de pedido e com sobreposição de vez:

FCF: [interrompe PP] concorda doutor manuel maria carrilho? [**PP:  
e portanto isto é uma realidade objectiva(!)**]o senhor o senhor não  
esteve nos últimos anos [**PP:deixe-me só dar um dado**] no governo mas  
alguns esteve alguns anos (.)(.)

**PP: e portanto (-)**

MMC: eu gostava de comentar um ponto já agora (-)

**PP: deixe-me só só só só concluir (,)(,) portanto quando eu vejo  
[....]**[T5, 4:40-4:51]

---

<sup>13</sup> Sobre este assunto, veja-se também o artigo «Acte de langage», de K. Orecchioni, in Charaudeau e Maingueneau (eds.), 2002. pp. 16-19. A abordagem interaccionista enriqueceu o conceito de acto de fala com a análise, por exemplo, do papel que podem ter os actos de fala na construção das relações interpessoais, quer sejam horizontais, quer sejam verticais (Orecchioni, 1992, 1996), mas subsiste ainda a falta de uma lista e de uma classificação detalhada sobre os actos de fala.

#### 2.1.4. *Estratégia 4: expressão de actos de fala de crítica, censura, refutação e troça*

Ocorrem, no debate de *Prós e Contras*, os actos de fala<sup>13</sup> de interdição, autorização, crítica, censura, refutação e troça que, segundo K.Orecchioni (1996:47), exprimem taxemas de dominância.

Dada a posição privilegiada e dominadora da estrutura do debate pela moderadora, os actos de interdição e de autorização são exclusivamente enunciados por Fátima Campos Ferreira, e tem como função regular os tempos de intervenção de cada uma das partes (painel pró, painel contra e directores de jornais).

Segue-se assim um exemplo de acto de interdição em que a moderadora tem como objectivo tirar a vez a uns para dar a vez a Medina Carreira, neste caso:

FCF: medina carreira. **deixem deixem falar o professor medina carreira por favor.** [T30, 1: 14-1:18] [aqui MC consegue falar]

FCF: **deixe-o terminar o raciocínio** (..)(!)[T30, 2: 30]

Uma vez mais, cabe à moderadora autorizar uma intervenção, acto de fala esse que tanto pode ser enunciado através de uma frase interrogativa (primeiro excerto), como através a simples nomeação do alocutário (segundo excerto):

FCF: **quer falar pacheco pereira (?)**(,) [T15, 0:03-0:05]

FCF: **fernando rosas** (,)(,) [T15, 2:45]

A troça é mais uma acto que exprime dominância, na medida em que ataca o adversário ou aquilo que ele representa, por meio do ridículo. Este acto consegue frequentemente reacções colectivas de riso do público, reacções essas que representam adesão e apoio por parte do público, reforçando a argumentação global e a imagem pessoal do locutor «trocista». Em *Prós e Contras*, há apenas um exemplo<sup>14</sup> em que

---

<sup>14</sup> Trata-se de um uso isolado de troça no programa *Prós e Contras*. O facto de ser isolado e deslocado de um debate sério justifica o espanto da moderadora e a censura de Pacheco Pereira, como se pode ver no seguinte excerto:

PP: [interrompendo FR]Jeu só acho uma coisa (') fernando (') isto de chamar salazar às pessoas em democracia só favorece o salazar [...] tu tens liberdade de dizer que a senhora parece o salazar de saias e isso (...)(') faz toda a diferença [...] **convém ter alguma prudência vocabular** [...] [FR toma a vez][T25, 2:11-2:40]

Fernando Rosas usa a troça como estratégia, obtendo não só gargalhadas do público, como a perplexidade da moderadora, que o interrompe para esclarecer o objecto da troça:

FR: deixe-me dizer (..)(.) no discurso cultural (..)(‘) que é uma espécie de novo discurso neo-decadentista (..)(.) que Portugal vem por aí abaixo(,)(‘) há uma decadência (,)(‘) finalmente (,)(-) apareceu um governo que (..)(‘) uma espécie de (,) neo-bonapartismo que nos vai endireitar com (-)(..) por obra de uma espécie de (,)(-) **por uma espécie de salazar de saias adaptado ao século vinte que é a (..) (-) que é a ministra das finanças** (..)(.) eh este discurso (,)(-) este discurso

FCF: salazar de saias adaptado ao século vinte e um (?) [risos público]

FR: uh eh exactamente (..)(.) eh exactamente (..)(,) [risos público]

FCF: está a referir-se à doutora manuela ferreira leite (?) [risos público]

FR: a receita a receita a receita financeira (..)(-) a receita financeira da doutora manuela ferreira leite (,) d’um ponto de vista teórico (..)(‘) é muito semelhante à receita do salazar em mil novecentos e vinte e oito (!)(‘)(..) [....][T25, 00:57-1:37]

Outro acto de fala que exprime taxemas de dominância é o acto de fala da crítica. A crítica é talvez o acto mais frequente ao longo do debate e constitui claramente uma manobra argumentativa de descredibilização do adversário, ainda que o alvo não seja o próprio adversário, mas a facção que representa. A crítica/acusação é um acto constantemente enunciado por todos os grupos intervenientes no debate, embora com destinatários distintos. É ainda um acto central na dinâmica do debate, na medida em que traduz o dissenso e funciona como um dos mais eficazes dispositivos argumentativos.

Assim, é o painel Contra que dá início a este tipo de actos pela voz de Manuel Maria Carrilho, que começa por criticar a actuação do primeiro-ministro, José Manuel Durão Barroso, recorrendo ironicamente a um discurso relatado do próprio Durão Barroso (cfr. expressões em itálico), obviamente considerado inconsequente, exagerado e irresponsável:

MMC: eh (,)(‘) nós temos um governo (-) e sobretudo um primeiro-ministro (..)(-) q u e mais do que reconhece-lo p e l a (..)(-) digamos expressão das suas convicções (..)(‘) eu penso que nós **reconhecemos**

---

A troça, na sua modalidade de argumento *ad personam*, é uma crítica sem dignidade, mas como contra-exemplo deve ser apresentada, o que justifica o facto de constar na nossa análise.

**no primeiro-ministro é a o c u l t a ç ã o permanente das suas intenções (..)(‘) aumentou-se os impostos (,)(‘) sem o ter dito (,)(. ) permanentemente tem (,)(-) intenções que se vêm revelando (‘) na política que vai desenvolvendo(,)(-) como nestes últimos quinze dias(,)(-)que não se conhecia que não foi anunciado aos portugueses (..)(.) e não temos uma linha de rumo (,)(!) ora o país está de tanga (..)(‘)ora vamos ser os melhores em dois mil e seis(,)(‘) ora vamos ter a melhor escola da europa (,)(-) e do mundo em dois mil e dez(,)(‘) bom isto não é sério (,)(.) eh enfim reconhecerão que não é sério e as coisas não podem ser conduzidas assim e o país os portugueses não identificam neste discurso uma linha de rumo[....] [T2, 5:59-6:40]**

Também o painel Pró recorre ao acto da crítica como estratégia argumentativa com o mesmo objectivo de descredibilizar o adversário – a oposição, e com o propósito acrescido de justificar a sua actuação como governo e de credibilizar assim a sua imagem junto do público.

O alvo da sua crítica resume-se ao governo anterior, e pode ser *directa*, através do uso de nomes e adjectivos marcados negativamente, como «erro claro», sintagma que resume anaforicamente a frase anterior «andámos em contraciclo», ou *indirecta*, e através da responsabilização explícita do «governo anterior» conseguida com a ligação sintáctica estabelecida pelo complemento determinativo do nome («do governo anterior») em relação ao sintagma «erro claro»:

RR: [....] **andámos em contraciclo (..)(‘) erro c l a r o do governo anterior (..)(‘) andámos em contraciclo (..)(‘) obriga-nos agora a andar em contraciclo outra vez** [T3, 1:22-1:28]

Outro acto que exprime taxemas de dominância é o acto da refutação. O acto da refutação parte muitas vezes da retoma de um discurso anterior para em seguida o negar, através da conjunção adversativa. O acto da refutação termina com a apresentação de argumentos/evidências que sustentam a negação do discurso anterior:

ISL: estava **oo o doutor fernando rosas** a dizer só se fala de défice aaa e tal (..)(‘) há um monotema em portugal (..)(.) **não é rigorosamente verdade (,)(!) nós próprios é que temos centrado a discussão nisso** [T9, -3:40-3:49]



## 2.2. *Ethos porta-voz de um partido ou de um grupo profissional*

### 2.2.1. *Estratégia 1: uso referencial do pronome «nós» como porta-voz de um partido ou de um grupo (Nós 1)*

O valor referencial do pronome ‘nós’ como porta-voz é usado por quase todos os participantes no debate, uma vez que é, principalmente, na qualidade de seguidores de um quadro ideológico corporizado num partido que foram convidados para o programa. Através dos mecanismos linguísticos de identificação das vozes propostos por Marques<sup>15</sup>, podemos concluir que Pacheco Pereira fala em nome do PSD, opondo «nós» (= Eu, Pacheco Pereira + governo do PSD) a «governo do PS», oposição essa que é reforçada pelo contraste entre os tempos verbais associados: Pretérito Perfeito Indicativo (‘propôs’)/ Presente do Indicativo (‘propomos’):

PP: [...] quando se pede grandes projectos (,)(‘) grandes ideias para portugal (,)(‘) **nós estamos todos** de acordo (,)(!) **queremos** um país mais qualificado (,)(‘) **queremos** que as pessoas vivam melhor (,)(‘)**queremos** que o país seja mais competitivo (,)(‘) não há aí nenhuma diferença entre **nós** (...)(!) os objectivos que durante muito tempo o governo do PS propôs (,)(-) são muito semelhantes àqueles que **nós** também **propomos** (rápido)(!) quer dizer são coisas gerais e vagas em que estamos todos de acordo (,)(!)[...][T5, 2:40-3:00]

De igual modo, Medina Carreira apresenta-se como porta-voz de uma facção ideológica que apoia o governo e dirige-se a Fernando Rosas enquanto porta-voz do Bloco de Esquerda, ao questioná-lo acerca de um projecto que apresentou no passado e que nenhum dos outros partidos aprovou. O contraste entre os deícticos pessoais «nós» (=Eu, Medina Carreira + aqueles que defendem austeridade orçamental) vs «vocês» (Você, Fernando Rosas + Bloco de Esquerda) vs eles

---

<sup>15</sup> Considerámos para a nossa análise os dispositivos linguísticos que M. A. Marques (2000: 219-223) designa por *mecanismos linguísticos de identificação das vozes* necessários à interpretação do valor referencial dos deícticos pessoais eu/nós. Fazem parte destes mecanismos: *estruturas de aposição, a alternância entre a primeira pessoa do plural e a terceira do singular verbalizada por um SN, o semantismo verbal, as relações semânticas com elementos cotextuais, os deícticos espaciais e formas verbais que veiculam um valor injuntivo.*

(PS + PSD) reforça o valor referencial subjacente a este uso de «nós» por Medina Carreira:

MC: eu só queria fazer uma pergunta ao fernando rosas (,)(‘) que é a primeira vez que o encontro (...)(-) por quê que não se aprovou o único projecto viável para tributar fortunas (..)(‘) que foi aquele que **nós** apresentámos em noventa e nove (...)(?) [...] vocês não aprovaram (..)(‘) o o governo do PS não aprovou(..)(‘) o PSD não faço ideia nenhuma se aprovou se não aprovou(..)(‘) [T30, 1:18-1:41]

### 2.2.2. *Estratégia 2: aproveitamento das imagens decorrentes do ethos pré-discursivo*

Não são consensuais os critérios para a definição rigorosa da imagem prévia e estereotipada que o público possui dos locutores. De forma que, em *Prós e Contras*, considerámos que a imagem prévia que o público poderá possuir das figuras públicas que tomam a palavra é essencialmente manipulada e construída pelo programa e pela moderadora que o apresenta. É, também, uma imagem construída a partir de discursos partilhados. Além disso, embora os participantes do debate de *Prós e Contras* sejam figuras públicas mais ou menos conhecidas, cujo percurso político e profissional pertence ao domínio público, é na qualidade de políticos alinhados com o governo (painel Pró), de políticos alinhados com a oposição (painel Contra) e de especialistas (directores de jornais) que foram convidados para este debate, função essa que contribui para a sua imagem prévia e que deve ser sublinhada pela moderadora como representante dos objectivos do programa.

Em *Prós e Contras* contribuem, portanto, para a construção do ethos pré-discursivo:

- 1) as informações por escrito no ecrã acerca do estatuto socio-profissional dos participantes
- 2) as informações que a moderadora vai apresentando acerca do estatuto institucional e social dos seus participantes
- 3) os elogios ou as críticas que outros participantes dirigem a um locutor

As informações por escrito no ecrã que surgem em rodapé obedecem, essencialmente, ao critério da concisão: em poucas palavras

deverão informar o telespectador acerca do nome e do estatuto profissional/social do interveniente. Contudo, é interessante observar que essa informação é sempre parcial e restritiva, na medida em que apresenta apenas uma das faces do participante – aquela que interessa convocar para o debate. Assim, por exemplo, Fernando Rosas é professor universitário na Universidade Nova de Lisboa, é um dos principais rostos do Bloco de Esquerda, é licenciado em Direito e doutorado em História. Mas é na qualidade de «historiador» que ele é apresentado neste plano de informação, que será determinante para a construção do seu ethos pré-discursivo. De qualquer modo, é do conhecimento geral a sua candidatura às presidenciais pelo Bloco de Esquerda em 2001, facto que não é de desprezar para a construção da sua imagem pessoal.

Ao longo do discurso, veremos muitas vezes irrupções de outras facetadas/imagens dos participantes, visíveis sobretudo em momentos em que fazem referência directa às suas profissões e à experiência que possuem numa dada matéria, como é o caso de Pacheco Pereira que numa dada altura convoca para o seu discurso o seu estatuto de ‘professor’, embora no programa esteja na qualidade de ‘eurodeputado’:

PP: [...] é evidente que nos professores (,)(-) **eu sou professor (..)(!) a minha profissão não é política é ser professor (..)(!)** mais importante nos professores (') para além do saber (-) é a empatia (..)(-) e a comunicação que tenham com os estudantes (..)(.) [...] [T15, 0:43-0:53]

Outro tipo de factores que contribuem para a construção do ethos pré-discursivo são as informações que a moderadora dá ao apresentar cada participante antes de lhe colocar a pergunta.

Por exemplo, Fátima Campos Ferreira apresenta Pacheco Pereira como «doutor», remetendo para o seu estatuto académico de graduado e inclui-o no painel dos *optimistas* e, portanto no painel Pró:

FCF: [...] **doutor pacheco pereira** boa noite (..)(..) **o senhor (') (,) está sentado no painel que denota alguns sinais de optimismo (..)(..)** vamos dizer desta forma porque eu já sei que aqui não há (') (,) optimistas convictos totalmente (..)(..)[T2, 1:08 – 1:20]

Mais adiante, a moderadora convoca Medina Carreira na qualidade de economista (em consonância com a sua apresentação, em rodapé no ecrã, como ‘fiscalista’). A forma de tratamento que Fátima Campos Ferreira dirige a Medina Carreira indica também o seu estatuto académico de professor universitário:

FCF: [interrompendo FR] deixe-me **deixe-me perguntar aqui ao nosso economista o professor medina carreira** (-)(,) se esta travagem às [fala simultânea com FR] temos temos (') mais tempo, doutor fernando rosas (-)(,){T3, 4:24-4:31}

Já Rui Rio, que é apresentado no ecrã como 'Presidente da Câmara Municipal do Porto', é convocado pela moderadora, em certo momento, na qualidade de economista. Como se pode verificar, o facto de a moderadora convocar ora uma faceta mais técnica ora mais intelectual dos seus convidados vem mostrar que o ethos pré-discursivo e o ethos discursivo não são mais que «faces da mesma moeda»:

FCF: **rui rui rio também é economista** (-)(,) deixe-me só ouvir a opinião dele(-)(,) portugal tinha esta (-)[interrompida por FR] [T7, 7:08-7:11]

Contribuem também para a construção do ethos pré-discursivo os actos de fala de elogio e de crítica que outros participantes fazem ao longo do debate/programa. Sérgio Figueiredo dirige um elogio a Manuel Maria Carrilho, num dado momento em que evoca a sua faceta íntegra como ministro do anterior governo:

SF: [...] nós tivemos até nos últimos anos do guterrismo (,)(') que me eu recuso-me a criticar(,) (-) porque **o doutor manuel maria carrilho foi o melhor crítico desse desse período de governação (,)(') a tal ponto que teve de sair (,)(') não se sentiu bem(-)(-)** [T10, 1:41-1:53]

### 2.3. *Ethos porta-voz dos cidadãos portugueses (voz do povo = Nós 2) e porta-voz de Portugal (Nós 3)*

#### 2.3.1. *Estratégia 1: uso referencial do pronome «nós» (Nós 2 e Nós 3)*

Com este uso do pronome «nós», o locutor dilui-se no conjunto dos cidadãos portugueses, junta a sua voz à deles, serve-lhes de porta-voz. O uso de «**Nós<sub>2</sub>**» por Pacheco Pereira (ao nível do morfema verbal de pessoa «**vamos**»), constitui um artifício linguístico através do qual o locutor partilha das dificuldades sentidas por todos os portugueses:

PP: repare a pergunta que se faz neste programa é uma pergunta (..)(-) que pode ter várias respostas (..)(') vai ser bom ou mau para os portugueses (.) eu se quisesse o meu ponto de vista é assim (..)(.) se este ano for um ano de políticas difíceis de austeridade (..)(-) em **que vamos ter certamente todos muitas dificuldades** (...)(') é melhor para os portu-

gueses do que se for um ano de facilidades (,)(.) é exactamente ao contrário (..)(.) [...] [T2, 1:30-1:51]

Medina Carreira, por exemplo, recorre a um uso de «**Nós<sub>3</sub>**», que tem como referente o país, distinguindo-se do uso de «**Nós<sub>2</sub>**», na medida em que remete para um valor institucional de Portugal como estado:

MC: [...] o **nosso grande problema está fora de Portugal** (..)(.) é que **Portugal** só pode dar de facto um salto de uma de duas maneiras (..)(-) ou ga **garantimos** financiamento **externo** (..)(') para continuar a evoluir a um ritmo relativamente lento (..)(') e não é crível que isso venha a acontecer (..)(') ou **nós conseguimos** evitar a necessidade dos financiamentos competindo no exterior [...] [T4, 1:08-1:32]

Como nota Marques (2000:203), a assimilação do locutor a estas vozes genéricas e colectivas reforça a legitimidade do locutor, dá força à sua capacidade persuasiva, sobretudo na medida em que estas vozes genéricas são o público que o escuta e que quer convencer.

## 2.4. *Ethos participante no quadro participativo do debate*

### 2.4.1. *Estratégia 1: uso referencial do pronome «nós» (Nós 4)*

Trata-se do uso de «nós» em que o locutor integra «Eu + Tu», os interlocutores do debate. Assinala as marcas do quadro participativo na superfície discursiva do debate. A inclusão do «adversário» faz parte da estratégia subjacente ao discurso polémico que consiste em criar consenso, como ponto de partida do dissenso. Uma vez mais, a interpretação do sentido referencial de «nós» é obtido pelo contraste entre «plateia» vs «nós próprios», feito por Medina Carreira:

MC: [...] duzentos milhões de contos por mês (..)(.)isto não diz nada (...)(') à à plateia (..)(') nem porventura a a **nós próprios** que é tanto dinheiro que não se faz ideia (..)(.) [T4, 3:02-3:10]

Por vezes, é uma estrutura de oposição «o Manuel Maria Carrilho, o Fernando Rosas, o Ruben de Carvalho» que possibilita a interpretação «nós» em que se inclui Medina Carreira:

MC: [...] **n ó s estamos** numa pa numa fase da vida (,)(') em que **todos temos** razão o manuel maria carrilho (..)(') o fernado rosas (pausa)(') ooo o ruben de carvalho (,)(') [...] [T7, 3:15-3:25]

## 2.5. *Ethos crítico, refutativo, assertivo, polemizador, voz de controvérsia*

### 2.4.1. *Estratégia 1: uso referencial do pronome «nós» (Nós 5) – o loc. convoca o aloc. no uso que faz de «nós» para o criticar; fingindo juntar-se a ele nessa crítica*

Segundo Marques (2000:208-210), este uso de «**Nós**<sub>5</sub>» decorre do carácter polémico inerente ao discurso político, e por extensão, inerente à natureza do debate como tipo de interacção verbal. Através deste uso de «nós», o locutor convoca para o seu discurso o alocutário a quem dirige uma crítica e ao qual finge juntar-se. Na verdade, o conteúdo semântico do contexto elimina da interpretação final a auto-crítica. Medina Carreira, no excerto que se segue, recorre a este tipo de uso de «nós» com o propósito de criticar Fernando Rosas, com quem antes discutia matéria fiscal, e cuja argumentação pretende destruir, baseando-se na sua autoridade e experiência como fiscalista. O uso do operador modal «temos», com valor deôntico de obrigação, torna impossível uma leitura de autocrítica para Medina Carreira:

FR: e sabe uma coisa sotôr (,)(?)

MC: não não não é que **nós** nisto **temos** que meditar  muito (..)(‘)sobre as coisas e **temos** que saber do que **falamos** (..)(.) [T30, 2:12-2:18]

### 2.5.2. *Estratégia 2: retoma de discursos anteriores com o propósito de os refutar e uso da modalidade assertiva*

É visível sobretudo através de estruturas linguísticas de retoma de discursos anteriores com o objectivo de os refutar e de verbos (como «discordar») que exprimem dissenso. No excerto seguinte, Ruben de Carvalho retoma o discurso de Sérgio Figueiredo com o objectivo de o refutar. O advérbio «profundamente» modaliza o verbo «discordar» no sentido de o tornar mais assertivo:

RC: ora bem há uma afirmação (..)(-) eh **no seguimento dessa que o Sérgio fez da qual eu discordo profundamente** (..)(.) [...] [T11, 0:23-0:31]

### 2.5.3. *Estratégia 3: uso da interrogação retórica*

Outra forma de o locutor individual construir uma imagem polémica é através da interrogação retórica dirigida ao alocutário. Trata-se

de uma estratégia várias vezes seguida por Fernando Rosas e que obteve sempre aplausos do público:

FR: [...] **eu pergunto ao doutor rui rio (..)(‘) eu pergunto ao doutor rui rio (..)(‘) se aquela se os vinte mil desempregados (..)(-) que apareceram só no terceiro trimestre (..)(-) do ano passado (..)(‘) em lisboa (..)(‘) e que são desempregados (..)(‘) e que têm que esperar (,)(-) por vezes (..)(‘) dois a tres anos para começar a receber o subsídio de desemprego (..)(‘) se é o não uma questão de haver dinheiro (..)(‘) [aplausos] [T20, 3:43-4:10]**

#### 2.5.4. *Estratégia 4: expressão de actos de fala de crítica e de refutação*

A expressão de actos de fala de crítica e de refutação consiste numa estratégia que já foi usada no ponto 2.1.4. e que, por isso, nos escusamos de repetir.

### 2.6. *Ethos líder, convicto, «opinion maker»*

#### 2.6.1. *Estratégia 1: inscrição repetida do ‘eu’ na superfície discursiva e recurso à modalidade assertiva e epistémica*

Trata-se de uma estratégia em que o locutor se afirma explicitamente como voz de autoridade, capaz de construir opinião. Recorre, para isso, a uma inscrição mais frequente do «eu» na superfície discursiva (quer através de morfemas verbais quer através de pronomes possessivos de primeira pessoa: «*eu sei* é que o *meu* país»), a advérbios assertivos («obviamente») e a verbos com valor epistémico («acho», «saber»), entre outros recursos, como se pode verificar nos seguintes excertos:

PP: [...] agora (..)(-o **que me interessa é saber se** em cada área concreta (,)(‘) se está ou não está a falar a linguagem certa (..)(.) [...] [T5, 3:09- 3:15]

PP: [...] quando **vejo** que esta linguagem [...] **eu não preciso** de grandes projectos nem de grandes desígnios (..)(‘) porque o que **eu quero** para o meu país é aquilo que nós todos queremos (..)(‘) [...] agora **eu sei** é que **o meu país**(,)(‘) e isso também para responder um bocado ao fernando rosas (,)(‘) **e dizendo de uma maneira dura e um pouco**

**brutal**(..)(') viveu nos últimos anos do dinheiro dos contribuintes alemães(..)(') holandeses e dinamarqueses (..)(!) tem que ser claro(..)(!) [...]{T5, 3:51-4:25}

FR: [...]deixe-me só deixe-me só acabar o meu raciocínio (..)(!) **não sou partidário obviamente** da irresponsabilidade de um défice sem medida(..)(') **mas acho** que a gestão controlada de um défice como instrumento de gestão e de estimulação da economia (,)(') é uma experiência histórica repetida [...]{T7, 7:11-7:25}

## 2.7. *Ethos voz da autoridade, competente, culto, bem informado*

### 2.7.1. *Estratégia 1: presença marcada do 'eu' na superfície discursiva*

Este uso de «eu» reforça a imagem do locutor como voz de autoridade, desta vez individualizada no pronome «eu». Diferentemente dos usos de «**Nós<sub>2</sub>**» e «**Nós<sub>3</sub>**» em que a autoridade é veiculada pela voz do povo, neste uso de «eu» é o locutor individual que confere autoridade ao seu discurso.

### 2.7.2. *Estratégia 2: uso de citações, informações sobre estatísticas, indicação de datas e de eventos concretos, bem como de dados especializados*

Manuel Maria Carrilho, no excerto seguinte, cita um adágio de Séneca, revelando a sua formação cultural e transferindo para a sua voz o prestígio da voz citada:

MMC: [...] **eu permitia-me só citar Séneca** (..)(-) quem não conhece (') **não há bom vento (')** para quem não conhece o seu porto (,)(.) e Portugal está nessa situação (..)(.) {T2, 6:41-6:47}

Outro tipo de estratégia que contribui para a construção de uma imagem de autoridade e de competência é o inventário de dados concretos acerca de uma dada matéria, como informações sobre estatísticas, datas de ocorrência de eventos, etc., que evidencia um conhecimento especializado do tópico em discussão. Medina Carreira, por exemplo, recorre muito a esta estratégia, apresentando valores e estatísticas, o que lhe confere uma imagem de locutor bem informado, profissional e competente na matéria em análise. Além disso, reforça a



sua argumentação porque a faz apoiar em argumentos cientificamente comprovados:

MC: [...] **eu estive a procurar estatísticas (..)(‘) nos países principais do mundo do ponto de vista do desenvolvimento(..)(‘)quarenta(..)(‘) nós somos o país que tem o maior desequilíbrio externo dentro dos quarenta** (pausa)(.) **a seguir a nós vem a grécia com metade do desequilíbrio externo** (..)(.) h e embora aqui os **meus** interlocutores não gostem de números (..)(‘) aa: é é com números que nós nos entendemos melhor (..)(.) **em dois mil o nosso desequilíbrio corresponde a duzentos milhões de contos por mês** (..)(.) **duzentos milhões de contos por mês** (..)(.) [T4, 2:36-3:05]

### 2.7.3. *Estratégia 3: convocação de momentos e episódios da sua experiência profissional – imagem social pré-discursiva*

A autoridade pode ser ainda reforçada pela referência explícita à experiência como profissional de uma determinada área, como faz Pacheco Pereira em dois momentos, consoante os seus objectivos argumentativos e o assunto que pretendia defender. Estamos assim perante a convocação de imagens sociais pré-discursivas ao serviço da imagem discursiva:

PP: [...] é evidente que nos professores (,)(-) **eu sou professor** (..)(!) **a minha profissão não é política é ser professor** (..)(!) mais importante nos professores (‘) para além do saber (-) é a empatia (..)(-) e a comunicação que tenham com os estudantes (..)(.) [...] [T15, 0:43-0:53]

PP: [...] é muito importante que as pessoas (..)(-) vivam bem (..)(-) eu **eu sou um político** e acho que o mais importante é que as pessoas vivam a sua vida na terra bem (,)(!) bem (!) [T33, 0:47-0:55]

## 2.8. *Ethos cortês, que modaliza o seu discurso*

### 2.8.1. *Estratégia 1: uso de expressões linguísticas de delicadeza e de cortesia*

Este uso de «eu» está associado a expressões linguísticas que exprimem delicadeza e modalidade, permitindo que o dissenso entre locutor e alocutário se estabeleça apenas a nível ideológico e não pessoal. Para isso, o locutor recorre a tempos do Imperfeito do Indi-

cativo, que ancorados no momento zero da enunciação tem valor de cortesia:

MMC: [...] **eu permitia-me** só citar séneca (..)(-) quem não conhece (‘) não há bom vento (‘) para quem não conhece o seu porto (,)(.) e portugal está nessa situação (..)(.) [T2, 6:41-6:47]

FR: [...] agora **eu gostava** de a propósito disto (..)(‘) eu acho que ee. é interessante discutirmos uma coisa que está aqui no cerne do do do problema (..)(.)(T7, 5:30-5:38]

MC: **eu só queria fazer** uma pergunta ao fernando rosas (,)(‘)(T30, 1: 18-1:21]

A modalização do discurso é responsável por uma imagem menos agressiva e menos dogmática do locutor, imagem que está em consonância com as regras de bom funcionamento interaccional e com a relação simétrica que o debate pressupõe.

## 2.9. *Ethos mundano, informal, jocoso, bem disposto, simpático, «igual» a todos os cidadãos*

### 2.9.1. *Estratégia 1: uso de expressões linguísticas do cómico*

A imagem de locutor simpático, descontraído perante as câmaras, capaz de produzir o cómico é uma estratégia mais rara de ser seguida por um locutor que vem a debate na condição de político. No entanto, parece-nos constituir uma estratégia de construção da imagem pessoal positiva e eficaz, na medida em que pelo riso se consegue maior adesão do público. Apenas Rui Rio consegue dois momentos em que obtém gargalhadas, não só do público espectador, como dos alocutários. O efeito cómico reside na analogia da situação criada por Rui Rio que, na qualidade de autarca, compara a sua actuação à de um devedor comum que foge do seu credor. Segue-se a transcrição de um desses momentos:

FCF: rui rio

RR: **eu só temo é que este senhor<sup>16</sup> com a situação financeira que eu tenho na câmara do porto me vá lá bater à porta(..)(!) [risos de RR, dos interlocutores e do público]**

---

<sup>16</sup> Referindo-se a Luís Sousa, um dos convidados do público que possui uma empresa de cobrança de dívidas.

FCF: [risos] olhe qu'ele é do porto (..)(!)  
 RR: [risos] [aplausos]  
 FCF: sabe qu'ele é do porto(..)(!)[aplausos]  
 RR: ainda por cima é do porto (..)(!)ainda por cima é do porto  
 (,)(.)[aplausos]  
 FCF: as empresas dele são sediadas no porto(..)(!) [aplausos]  
 RR: **vou ter que começar a entrar pela porta de trás(..)(.)**[T20, 0:  
 47-1:05]

## 2.10. *Ethos consciente do público ou da facção do público que quer convencer (os destinatários)*

### 2.10.1. *Estratégia 1: construção de uma imagem prévia e estereotipada do auditório*

A imagem que o locutor constrói do auditório configura em si mesma uma estratégia argumentativa que dá coerência às várias facetas do ethos que apresentámos.

Desta forma, antes de construir o seu discurso, o locutor deve ter em conta o público a quem se vai dirigir, numa tentativa de prever as suas reacções. Segundo R. Amossy (2000), e à semelhança do que acontece em relação à construção do *ethos* pré-discursivo, o auditório resulta de uma imagem colectiva, previamente construída pelo locutor, que é projectada no e pelo seu discurso, através de um processo de «esterotipagem»<sup>17</sup> (Amossy, 2000:40-41). O locutor deve assim ser capaz de prever as opiniões dominantes do seu auditório, as suas convicções mais profundas, as premissas e princípios que compõem a sua bagagem cultural, o seu nível de instrução, o meio de que ele faz parte e as funções que ele assume na sociedade (apud, Amossy, 2000: 36). A representação mental que o locutor faz do seu auditório é sempre uma ficção verbal e o sucesso da argumentação depende do distanciamento que essa imagem apresenta em relação à «realidade»: quanto menor for essa distância, mais persuasiva será a argumentação.

---

<sup>17</sup> Na linha da psicologia social, Amossy define o processo de **estereotipagem** como «*l'opération qui consiste à penser le réel à travers une **représentation culturelle préexistante, un schème collectif figé.** Un individu concret ou un ensemble d'individus sont ainsi perçus et évalués en fonction d'un modèle préconstruit.*» (Amossy, 2000: 40) [negritos nossos].

De representação mental, a construção do auditório passa a ser uma imagem discursiva, reconhecível através do que K. Orecchioni designa por «índices de alocação» (Orecchioni, 1990:87). Os índices de alocação são marcas linguísticas que permitem assinalar a presença dos alocutários e dos destinatários e são visíveis através de (Amossy, 2000:41):

- *designações nominais explícitas* (nomes próprios ou vocativos);
- *descrições do auditório* (designações directas ou indirectas que podem passar a breves descrições);
- *pronomes pessoais* (pronomes na segunda pessoa do singular e do plural ou na terceira do plural – vocês; morfemas verbais de segunda pessoa);
- *evidências partilhadas* (crenças, opiniões e valores que caracterizam o auditório – *topoi*).

No debate *Prós e Contras*, o objectivo dos locutores não é vencer o alocutário, mas sim o público espectador no estúdio e de preferência o público telespectador. Na verdade, o debate não passa de uma encenação televisiva, em que cada participante assume um papel, e em que cada participante está à partida consciente de que em momento algum convencerá integralmente os seus alocutários/adversários. O objectivo do debate televisivo vai ao encontro, na verdade, de duas intenções subjacentes: informar o público /convencê-lo de que está a assistir ao melhor canal televisivo; e informar o público/convencê-lo de que se apresenta a opinião mais correcta sobre a actualidade. O objectivo do locutor é orientar a sua argumentação para a entidade que institui como destinatário principal – os portugueses.

A imagem discursiva dos portugueses que os locutores constroem é geralmente favorável e positiva, mas acima de tudo desresponsabilizadora da conjuntura negativa em que o país se encontra. A sua representação discursiva decorre, em termos linguísticos, de expressões nominais na 3.<sup>a</sup> pessoa e estruturas descritivas e de aposição, semanticamente referenciadoras do povo português.

Em linhas gerais, os portugueses são uma entidade colectiva, anónima e multifacetada, cujas diferentes facetas o locutor vai convocando de acordo com os seus objectivos argumentativos. Dessas facetas podemos dizer que os portugueses são:

- uma entidade que não possui os mesmos direitos nem as mesmas regalias:

RC: [...]a primeira coisa que eu que eu que eu julgo que é de sublinhar (,)(') é que consideramos portugal como um todo (') relativamente às perspectivas (,)(') eh é por um lado correcto (,)(') mas há diferenças (,)(') não é(,)(-) porque é evidente (,)(') não é que há **quem vá ser mais prejudicado por esta política (,)(') quem vá ser menos prejudicado (,)(')e até quem vá ser beneficiado(,)(')** não é (,)(-) é evidente que eh a política que se enseja não vai ser igual para todos(,)(') é evidente que um maior desemprego afecta fundamentalmente quem está desempregado(,)(!) [...] [T4, 0:14-0:50]

- uma entidade que tem carências sérias a vários níveis, nomeadamente ao nível da educação, da formação, carências essas que é preciso suprir:

PP: olhe eeu: (,)(') sabe que desde o século dezanove que se diz que **o problema dos portugueses é um problema de mentalidade** (,)(.) eu acho que isto não é muito útil para a discussão porque a mentalidade (,)(') aquilo que nós chamamos mentalidade deriva exactamente **da formação (,)(') da literacia (,)(')da (,)(-)no fundo da educação(,)(.)** [T5, 2:24-2:37]

- uma entidade compósita constituída por diferentes grupos sócio-económicos:

ISL: [...] talvez seja a: quase inevitável (,)(') que as pessoas este ano(,)(') em geral **os consumidores** (,)(') sintam muito (,)(') o que por exemplo **nós nos jornais** sentimos já durante dois mil sentimos já durante o ano de dois mil e dois (,)(.) [...] [T9, 1:16-1:26]

SF: [...] então são os **trabalhadores** que têm que pagar a crise (,)(?) [...] [T10, 1:22-1:24]

PP: [...] quando (,)(') por exemplo (,)(') é preciso introduzir critérios de qualificação dos **professores** (,)(-) porque nós sabemos que são um grupo profissional (,)(') f u n d a m e n t a l para a qualificação do país(,)(') [...] [T12, 1:01-1:09]

- uma entidade não responsável pelo rumo económico do país, vítima das más políticas governativas em vários sectores:

RC: [...] é evidente (,)(') é evidente(,)(') que **o problema da educação (,)(')é um problema que envolve (,)(-)não é (,)(-) um conjunto**

**enorme de responsabilidades (,)(‘)o pa da onde o primeiro responsável (,)(‘) é antes de mais nada(,)(‘) o estado (..)(.){T12, 4:53-}**

- uma entidade plural à qual o locutor se junta, quando usa o pronome pessoal da primeira pessoa do plural com valor referencial de «**Nós<sub>2</sub>**» e «**Nós<sub>3</sub>**», e de quem se institui como portavoz, acusando e criticando a má actuação dos governos:

PP: [...] os senhores<sup>18</sup> deixaram-**nos** (,)(-) mais pobres (..)(!) e querem que **a gente** continue a comportar-**se** [MMC interrompe] na na não na na na não [aplausos] deixaram-nos mais pobres (..)(!)[aplausos] deixaram-**nos** mais p o b r e s (..)(!) e querem que **a gente se** continue a comportar (,)(-)como ricos (..)(.){T12, 00:06-00:19}

A imagem dos portugueses é assim multifacetada, rarefeita, estilhaçada, na medida em que reflecte uma construção mental do locutor, indissociável das suas convicções, dos seus valores, das suas referências e dos seus paradigmas ideológico-políticos.

### 3. Conclusões

O trabalho que realizámos teve como objectivo caracterizar o estatuto discursivo do ethos argumentador bem como elencar as estratégias discursivas e interaccionais que contribuem para a construção dessa imagem de dominância e de protagonismo ao nível de um subtipo de interacção verbal particularmente competitivo, o debate político televisivo, cuja finalidade é vencer, convencendo. A construção e projecção da imagem pessoal (ou do ethos do locutor) pelo discurso constitui em si mesma uma macro-estratégia argumentativa em sentido lato, na medida em que o objectivo último do locutor é persuadir o outro, levá-lo a aderir ao seu ponto de vista baseado na imagem de credibilidade e de autoridade que transmite.

Concluímos, assim, que a imagem real do locutor ser do mundo é, em parte, condicionada pelo seu ethos pré-discursivo, mas é essencialmente determinada pelo seu ethos discursivo e pela imagem que constrói dos destinatários que elege como alvos.

---

<sup>18</sup> Pacheco Pereira dirige-se a M.M. Carrilho. Manuel Maria Carrilho integra-se no alocutário colectivo, embora o destinatário de “os senhores” seja a maioria governativa do PS que governou anteriormente.

Concluimos também que o debate político televisivo é um espaço privilegiado para a actuação mais ou menos elaborada de um ethos argumentador e protagonista.

O ethos argumentador estilhaça-se em várias facetas construídas a partir de processos linguísticos e discursivos específicos, perfeitamente identificáveis e manipuláveis.

#### 4. Bibliografia

- AMOSY, R. 2000. *L'argumentation dans le discours. Discours politique, littérature d'idées, fiction*. Paris: Nathan.
- BRAGA, D. 2004. *Estratégias de Argumentação e Construção da Imagem Pessoal no Debate Político Televisivo*. Dissertação de mestrado submetida ao Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho.
- CINTRA, L. F. L. 1972. *Sobre formas de tratamento na língua portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte.
- DUCROT, O. 1980. *Les Échelles Argumentatives*. Paris: Minuit.
- DUCROT, O. 1984. *Le dire et le dit*. Paris: Minuit.
- GOFFMAN, E. 1976. «Replies and Responses», in *Language in Society* 5. 257-313.
- KALLMEYER, W.; SCHÜTZE, F. 1976. «Konversationsanalyse». In *Studium Linguistik* 1, 1-28.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. (1980, 1990). *Les interactions verbales 1/ Approche interactionnelle et structure des conversations*. Paris : Armand Colin. (edição revista).
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. 1996. *La Conversation*. Paris: Seuil.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. 1999, 2002. *L'énonciation. De la subjectivité dans le langage*. Paris: Armand Colin.
- MAINGUENEAU, D. 1993. *Le contexte de l'œuvre littéraire. Énonciation, écrivain, société*. Paris: Dunod.
- MARQUES, M. A. 2000. *Funcionamento do Discurso Político Parlamentar. A organização enunciativa no debate de interpeação ao governo*. Braga: CEHUM (Dissertação de Doutoramento).
- MARQUES, M. A. 2003. «Renovação dos Discursos – Novas Formas de Interação e Legitimação dos Interlocutores» in *Diacrítica, Ciências da Linguagem*, n.º 17-1 (2003) Braga: Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho: 189-219.
- MARQUES, M. E. R. 1988. *A complementação verbal. Estudo sociolinguístico*. 4 vols. Tese de Doutoramento. Lisboa: Universidade Nova. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.
- PERELMAN, Chaïm. 1977. *L'empire rhétorique*. Paris: Vrin.

PINTO, Rosalice. 2003. «O ethos e a argumentação nos editoriais portugueses – um desvendar crítico», in MARQUES, M. A.; PEREIRA, M. E.; RAMOS, R. e ERMIDA, I. (orgs.). 2004. *Práticas de Investigação em Análise Linguística do Discurso. Actas do II Encontro Internacional de Análise Linguística do Discurso*. Braga: CEHUM.

RODRIGUES, I.M.G. 1998. *Sinais conversacionais de alternância de vez*. Porto: Granito.

VION, R. 1992. *La communication verbale. Analyse des interactions*. Paris : Hachette.

## 5. Anexo: Lista dos participantes no debate *Prós e Contras*

| Nome                   | Sigla | Estatuto dentro do quadro participativo |
|------------------------|-------|---|
| Fátima Campos Ferreira | FCF   | Moderadora                              |
| Pacheco Pereira        | PP    | Participante Painel Pró                 |
| Manuel Maria Carrilho  | MMC   | Participante Painel Contra              |
| Rui Rio                | RR    | Participante Painel Pró                 |
| Fernando Rosas         | FR    | Participante Painel Contra              |
| Medina Carreira        | MC    | Participante Painel Pró                 |
| Ruben de Carvalho      | RC    | Participante Painel Contra              |
| Inês Serra Lopes       | ISL   | Convidada Especial 1                    |
| Sérgio Figueiredo      | SF    | Convidado Especial 2                    |
| José Manuel Fernandes  | JMF   | Convidado Especial 3                    |



# Para uma linguística dos géneros de texto

MARIA ANTÓNIA COUTINHO  
(FCSH-UNL/CLUNL)  
acoutinho@fcsch.unl.pt

## Résumé

Dans cet article, nous nous proposons d'analyser les notions de *texte*, *discours* et *genre*, aussi bien que les différents types de rapports entre elles, dans le cadre des études linguistiques francophones. Nous mettrons en évidence des convergences et des divergences entre l'expression *genres de discours*, qui peut apparaître comme naturelle, à la suite de la contribution fondatrice de Bakhtine, et l'option que nous suivrons, selon laquelle les genres apparaissent plutôt comme un enjeu textuel. Une fois justifiées les raisons de notre choix, nous essaierons de souligner les enjeux qui reviennent à une *linguistique des genres de textes*.

**Palavras-chave:** Texto, Género de texto, Linguística do texto, Discurso, Análise do discurso.

## Introdução

Abordamos neste artigo uma problemática – a dos géneros de texto – que, não sendo nova, aparece hoje sujeita a novos desenvolvimentos e novos desafios, aqui sintetizados na perspectiva de uma linguística dos géneros de texto. Nas páginas que se seguem, analisaremos as noções de *texto*, *discurso* e *género*, bem como o tipo de relação que entre elas se estabelece, no âmbito dos estudos linguísticos francófonos sobre os textos e os discursos. Serão assim postas em destaque convergências e divergências entre a formulação *géneros do discurso*, retomada com naturalidade no seguimento do contributo fundador de Bakhtine, e a opção alternativa – aqui assumida – que

consiste em pensar os géneros como uma questão textual. Esclarecidas as razões que sustentam a orientação adoptada, procuraremos sublinhar desafios e tarefas que cabem a uma linguística que se queira dos géneros de texto.

## Géneros de discurso

Embora duplamente associada à herança aristotélica (da Retórica e da Poética), a categoria do género viu-se tradicionalmente confinada aos estudos literários – e é com Bakhtine (Bakhtine, 1984) que, voltando a relacionar-se com a diversidade das práticas sociais, assume destaque em linguística. De forma sintética, pode dizer-se que, para aquele autor, a noção de *género* dá conta de regularidades das produções linguísticas (ou «enunciados»), de acordo com os contextos de produção (ou «esferas de actividade») a que estão associadas: «chaque sphère d'utilisation de la langue élabore ses types relativement stables d'énoncés, et c'est ce que nous appelons les genres du discours.» (Bakhtine, 1984: 265).

Referência incontornável na análise de discurso francófona, Dominique Maingueneau contribuiu decisivamente para o destaque que nela têm assumido os *géneros de discurso* – entendidos como «dispositivos de comunicação socio-historicamente definidos» (Maingueneau, 1996: 44; 2004: 108). É esta noção que coloca os géneros de discurso no centro das preocupações de uma área que se caracteriza por um modo particular de apreensão do fenómeno linguístico: «L'analyse du discours, en tant qu'elle rapporte des paroles à des lieux, leur accorde un rôle central» (Maingueneau, 1996: 44). É também de acordo com aquela noção que o autor tem vindo a destacar, como elementos caracterizadores dos géneros, os seguintes aspectos: finalidade, quadro espacio-temporal, estatuto dos participantes, suporte e organização textual (Maingueneau, 2004: 108)<sup>1</sup>. Não será redundante sublinhar que, no seu conjunto, os aspectos identificados atestam a especificidade da categoria *género*, capaz de transcender a dicotomia entre factores situacionais e organização linguística (linguística-tex-

---

<sup>1</sup> Os aspectos em causa aparecem – com diferenças pouco significativas – em Maingueneau, 1996: 44, Maingueneau, 1998: 51-54 e Maingueneau 2004: 108 – sendo referidos, respectivamente, como «contraintes définitoires», «conditions de réussite» e «paramètres».

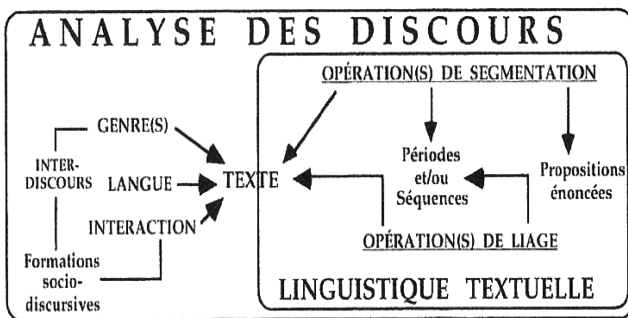
tual) – de acordo, aliás, com o modo como Dominique Maingueneau assume a especificidade da análise do discurso: « (...) nous avons adopté le point de vue de l’analyse du discours, qui n’appréhende ni l’organisation textuelle en elle-même, ni la situation de communication, mais s’efforce de les associer intimement. » (Maingueneau, 1998: 2).

Face a esta perspectiva, e independentemente do facto de Maingueneau continuar a assumir os aspectos atrás referidos, pode aparecer como um retrocesso o ponto de vista mais recentemente assumido, ao afirmar: « En analyse du discours la catégorie du genre de discours est le plus souvent définie à partir de critères situationnels » (Maingueneau, 2004: 108)<sup>2</sup>.

Esta sobrevalorização da dimensão dos factores discursivos, ou situacionais, em detrimento da dimensão textual, entendida como a face material dos discursos, é um ponto de vista partilhado por Jean-Michel Adam, como mostra o esquema que a seguir se reproduz:

**Esquema 1**

(reproduzido de Adam, 1999: 36)



O campo da linguística textual aparece aqui reservado a questões de composicionalidade (mecanismos de segmentação e de ligação de unidades textuais de diferentes níveis), sublinhando o autor o carácter ascendente das determinações textuais, por oposição às determinações

<sup>2</sup> Falamos de retrocesso relativamente à sobrevalorização da dimensão discursiva – o que não põe em causa, como é evidente, o interesse das propostas apresentadas no artigo em questão (a distinção entre géneros conversacionais e géneros instituídos e, sobretudo, a caracterização entre quatro modos de géneros instituídos).

descendentes, de ordem discursiva (Adam, 1999: 36). No que diz respeito aos géneros de discurso, é inequívoca a subalternização da dimensão textual, reduzida, como já atrás se disse, à face material dos discursos:

Comme le souligne ce schéma [schéma 1], un genre de discours est caractérisable certes par des propriétés textuelles (encadré de la partie droite), mais surtout comme une interaction langagière accomplie dans une situation d'énonciation impliquant des participants, une institution, un lieu, un temps et les contraintes d'une langue (voire de plusieurs en situation plurilingue). (Adam, 1999: 36).

Antes de mais, importa sublinhar o contributo específico da proposta de Adam – que, na continuidade do trabalho desenvolvido, permite avançar na descrição de unidades (especificamente) textuais e das operações que as constituem. Apesar disso, no entanto, não podemos deixar de apontar algumas reservas à perspectiva assumida. Em primeiro lugar, porque ela assenta numa representação limitada dos objectos a analisar, uma vez que ficam excluídos todos os textos em que não se verifique uma composicionalidade ascendente, isto é, os textos constituídos apenas por uma proposição enunciada, um período ou uma sequência<sup>3</sup>. Por outro lado, ao reduzir-se o âmbito da linguística textual a questões de composicionalidade, faz-se valer uma concepção de *texto* muito aquém de contributos do último quartel do século XX que evidenciaram factores como a *situacionalidade* e a *função comunicativa*<sup>4</sup> – concepção essa que o próprio Adam não parece, em última análise, subscrever. Com efeito, o autor tem sublinhado repetidamente a complexidade do objecto *texto*, justificando desse modo a necessidade de centrar a descrição sobre a *sequencialidade*, entendida como um dos diferentes módulos que intervêm na organização textual. Mais significativo ainda é o facto de, poucas páginas à frente do esquema atrás reproduzido, as dimensões textuais que acabámos de lembrar serem explicitamente invocadas para justificar que os campos da linguística textual e da análise do discurso tendam a aparecer como indiferenciados:

Dès que le texte a été défini comme une «occurrence communicationnelle» – par exemple, au chapitre 1 de R. A. de Beaugrande et W. U.

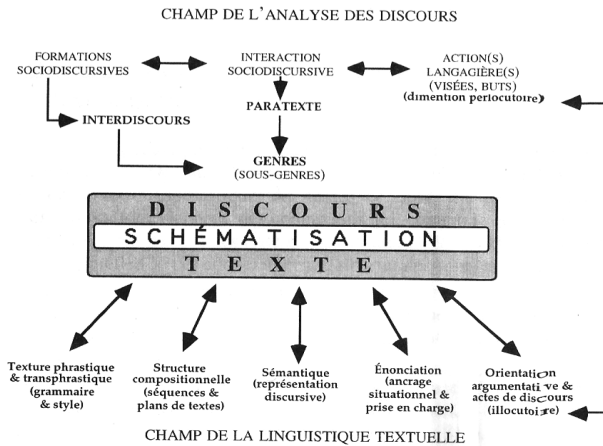
<sup>3</sup> Na perspectiva do autor, é o carácter tipificado que caracteriza a sequência e a distingue do período.

<sup>4</sup> Cf. Schmidt 1973-1978, Beaugrande 1980, Beaugrande & Dressler 1981.

Dressler (1981) –, a linguística textual é devenue uma sorte de pragmática textual (ci-après, chap. 5) e **elle s'est considérablement rapprochée du champ de l'analyse de discours**. Dès le début des années 1980, la linguística textualle ajoute à l'observation des faits cotextuels de texture et de structure, celle de l'intentionnalité et de l'acceptabilité du texte, c'est-à-dire un jugement de pertinence contextuelle. De cette façon, **la linguística textualle se sort du piège logico-grammatical de la décontextualisation qui marque ses origines**. (Adam, 1999: 41, sublinhados meus).

De acordo com a perspectiva assumida nesta passagem, a composicionalidade dos textos será apenas um dos aspectos sobre os quais pode incidir o trabalho da linguística textual – como de resto se pode também ver esquematicamente representado:

**Esquema 2**  
(reproduzido de Adam, 1999: 41)



Evidenciando os dois esquemas concepções diferentes de *texto* e, consequentemente, do modo de definir as tarefas da linguística textual, será pertinente verificar como entende o autor *discurso*, a relação entre *texto* e *discurso* e o papel da análise do discurso – tanto mais que é notório o esforço desenvolvido no sentido de clarificar estas noções. Com efeito, ao concluir o primeiro capítulo de *Linguistique textuelle. Des genres de discours aux textes* (Adam, 1999: 40), o autor admite ter estabilizado as seguintes definições: a) texto como objecto abstracto; b) discurso; c) géneros de discurso; d) texto como objecto

empírico. Observando as definições de texto como objecto abstracto (a) e de texto como objecto empírico (d), verificamos que o primeiro, constituído por fenómenos micro e macro linguísticos, é tido como objecto das gramáticas de texto ou, em versão mais actualizada, da linguística textual, enquanto o segundo, assumido como unidade de interacção que resulta sempre de um acto de enunciação, será objecto de análise textual: «Chaque texte se présente comme un énoncé complet, le résultat toujours singulier d'un acte d'énonciation. C'est, par excellence, l'unité de l'interaction humaine.» (Adam, 1999: 40). Se a diferenciação entre os dois objectos parece clara, o mesmo não se pode dizer da distinção entre texto empírico (d) e discurso (b). Vejamos a definição proposta por Adam para esta última noção:

Parler de discours, c'est ouvrir le texte (d), d'une part, sur une situation d'énonciation-interaction toujours singulière et, d'autre part, sur l'interdiscursivité dans laquelle chaque texte est pris – en particulier celle des genres (c). À l'**analyse de/du discours**, qui est une théorie générale de la discursivité, nous préférons substituer une **analyse DES discours** attentive à la diversité des pratiques discursives humaines. (Adam, 1999: 40).

Sendo o texto empírico definido, de acordo com o que atrás se viu, como resultando de um acto de enunciação num contexto de interacção, não se compreende o que traz de novo, ou de diferente, o primeiro aspecto referido na definição de discurso (isto é, a abertura do texto a uma situação de enunciação-interacção singular). O segundo aspecto, pondo em destaque questões de interdiscursividade e, mais especificamente, de genericidade, aparece sujeito a uma formulação difícil de compreender: o que poderá significar exactamente «ouvrir le texte (...) sur l'interdiscursivité dans laquelle chaque texte est pris (...)»? Se se trata de acrescentar ao texto a dimensão da interdiscursividade e, mais especificamente, da genericidade, ficamos perante uma versão actualizada da conhecida fórmula herdada de Slakta, que Adam subcreveu durante muito tempo<sup>5</sup>: então pensado como *texto (objecto abstracto) + contexto*, o discurso reaparece agora como *texto (objecto empírico) + interdiscursividade*. Mas, uma vez que se reconhece que todos os textos (empíricos) participam dessa dimensão interdiscursiva,

---

<sup>5</sup> A fórmula em questão (discurso = texto + contexto; texto = discurso – contexto) tem como referência fundamental um artigo de Denis Slakta, datado de 1975, em que o autor definia *texto* como objecto formal abstracto por oposição à prática social concreta que seria o *discurso* (Slakta, 1975).

esbate-se a operacionalidade da distinção entre *texto* (objecto empírico) e *discurso*. De qualquer modo – independentemente da resposta a estas questões – pode dizer-se que o estatuto do texto como objecto empírico permanece obscuro, confundindo-se ora com o de discurso ora com o de texto como objecto abstracto.

A concluir esta problematização, vale a pena sublinhar que as questões e as oscilações que temos vindo a apontar não parecem resolvidas nem estabilizadas em textos posteriores. A título de exemplo, veja-se como, num artigo de 2002, se propõe uma definição de *discurso* que, para além de ser circular, regressa à oposição entre o discursivo (interaccional) e o textual (estritamente linguístico): «Pour moi, les discours sont des pratiques discursives qu'il faut étudier dans leur dimension discursive-interactionnelle, d'une part, et dans leur dimension textuelle, plus purement linguistique, d'autre part.» (Adam, 2002c: 39)

## Gêneros de texto

Por influência de Bakhtine, por escolha ou por evidência, para quem se situa numa perspectiva de análise do discurso ou de alguma forma a privilegia, parecerá natural falar em *gêneros do discurso* (ou *de discurso*). Mas, como logo desde o início se referiu, não é a única possibilidade – nem talvez, em última análise, a mais generalizada<sup>6</sup>. Um dos nomes que importa reter é o de François Rastier que sustenta, pelo menos desde 1989, a importância do *gênero* nas tarefas de produção e de interpretação de textos – que considera irredutíveis a uma organização meramente linguística, para a qual bastaria o sistema linguístico utilizado (Rastier, 1989: 37). Sublinhando antes o uso da língua como actividade social, o autor considera que qualquer situação de comunicação é determinada por uma prática social e que a cada prática social está associado um conjunto de usos linguísticos a que chama *discurso* (o discurso médico ou o discurso religioso, por exemplo). Cada discurso compreende um certo número de gêneros, que correspondem à diferenciação de práticas no quadro de uma prática social (por exemplo, o resumo de observação, o artigo cientí-

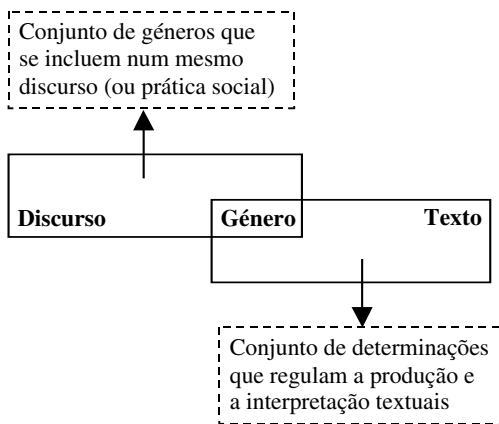
---

<sup>6</sup> É o que sublinha Bronckart, ao elencar perspectivas e autores que partilham a opção por *gêneros de textos*: «(...) toute la tradition de la théorie des genres (cf. Schaeffer, 1986), l'essentiel de la *textlinguistik* allemande et des auteurs aussi sérieux que Genette (cf. 1979/1986) ou Rastier (2001), (...)» (Bronckart, 2004: 102, n.3).

fico e a carta ao colega, no quadro do discurso médico)<sup>7</sup>. Veja-se, a título de exemplo, o caso da *conversa* («conversation»): como o autor sublinha, não se trata de um género único, uma vez que dispomos de múltiplos géneros conversacionais associados a práticas sociais diferentes (Rastier, 2001b: 228).

Em síntese, e de acordo com as palavras do próprio autor, pode dizer-se que um género liga um texto a um tipo de discurso (Rastier, 1989:40). Esta formulação põe em evidência que as expressões *géneros de discurso* e *géneros de texto* permitem focalizar aspectos diferentes: usando a primeira formulação, estabelece-se uma relação de pertença, isto é, fala-se de géneros que pertencem a (ou se incluem em) determinada prática social (ou discurso); no segundo caso, tomam-se em consideração as codificações que se impõem às tarefas de produção e de interpretação textuais. Esquemáticamente:

**Esquema 3**



Ainda que esta hipótese possa ter algum rendimento, a opção por uma ou por outra formulação depende fundamentalmente do que se

<sup>7</sup> Confronte-se a definição do glossário: «Genre: programme de prescriptions (positives et négatives) et de licences qui règlent la production et l'interprétation d'un texte. Tout texte relève d'un genre, et tout genre, d'un discours. Les genres n'appartiennent pas au système de la langue au sens strict, mais à d'autres normes sociales.» (Rastier, 2001b: 299).



toma como objecto de análise – o que equivale a dizer que é o objecto que determina o percurso de análise. É porque não hesita em considerar os textos como objecto primeiro da análise linguística<sup>8</sup> que François Rastier não pode também deixar de falar em géneros de texto: o que fica em causa, em última análise, são as várias determinações que se exercem sobre a produção e a interpretação textuais.

Também na perspectiva do interaccionismo sócio-discursivo, em que se situa Jean-Paul Bronckart, os textos não poderiam ver-se reduzidos a uma mera produção linguística – sendo fundamentalmente entendidos como representantes empíricos das actividades (actividades gerais/actividades de linguagem) em que acontecem<sup>9</sup>. Nessa mesma medida, a produção de qualquer texto mobiliza as representação que o sujeito tem do contexto de acção e o seu conhecimento efectivo de diferentes géneros – ‘formas comunicativas’ elaboradas pela actividade de gerações precedentes e sincronicamente disponíveis, em termos de *arquitexto*<sup>10</sup>, como instrumentos ou modelos que, no dizer de Bronckart, se apresentam aos utentes da língua sob a forma de nebulosa (onde coexistem géneros estabilizados e conjuntos de textos sem fronteiras fixas ou nítidas). Qualquer texto se inscreve assim num género, que a avaliação da situação retém como mais adequado, de entre o conjunto de géneros disponíveis (ou de entre as possibilidades identificadas, dado que, pelo carácter fundamentalmente histórico das produções textuais, os géneros de texto se organizam de forma vaga e instável). Tomando ainda em conta, relativamente à diversidade das línguas, a especificidade do sistema linguístico em causa, pode sublinhar-se que a produção textual (enquanto acção de linguagem, nos termos de Bronckart) resulta de um funcionamento em interface, articulando o conhecimento da situação, o conhecimento do sistema (maleável) dos géneros de texto e o conhecimento da língua (Bronckart, 1997: 110).

---

<sup>8</sup> Confronte-se a definição do glossário: «Texte: suite linguistique autonome (orale ou écrite) constituant une unité empirique, et produite par un ou plusieurs énonciateurs dans une pratique sociale attestée. Les textes sont l’objet de la linguistique». (Rastier, 2001b: 302).

<sup>9</sup> As actividades de linguagem contribuem, em termos de planificação, regulação e avaliação, para a realização das actividades gerais, de ordem antropológica e/ou social. (Bronckart, 2004: 100-101).

<sup>10</sup> Em Bronckart 1997 falava-se de *intertexto*, mas o autor optou posteriormente por reservar este termo para as diversas formas de recurso a outros textos, designando como *arquitexto* essa espécie de memória textual. (Bronckart, 2004: 105).

A questão que importa ainda esclarecer tem a ver com o estatuto do discurso, ou dos discursos, no conjunto desta proposta. Em primeiro lugar, interessará destacar a noção de *tipos de discurso*<sup>11</sup>: trata-se de segmentos – em que se elaboram mundos discursivos específicos (ou modos de enunciação) – que entram na composição dos gêneros e, como tal, na constituição dos textos empíricos; são identificáveis pelas unidades linguísticas que neles ocorrem, isto é, por unidades que fazem parte de um ‘pacote’ de possibilidades de ocorrência. É esta regularidade linguística que torna viável a tipificação, assumindo-se assim os tipos de discurso, em número limitado e dotados de estabilidade linguística, como *tipos linguísticos* – a distinguir dos *gêneros de texto*, que resistem a qualquer inventariação que se pretenda estável e não se deixam identificar exclusivamente por características linguísticas. Esta noção – que, como acaba de se ver, dá conta de modos de enunciação no interior dos textos – desloca a problemática dos ‘tipos de discurso’ de um plano englobante (como o que vimos assumido, nomeadamente, por Jean-Michel Adam) para a materialidade linguística (ou enunciativa-linguística) de que se fazem as produções linguísticas, isto é, os textos<sup>12</sup>.

Para uma compreensão global da perspectiva de Bronckart falta no entanto dizer que os textos (em cuja composição entram os tipos de discurso) estão associados, por sua vez, à diversidade das *actividades de linguagem* – que, como à frente se verá, o autor aceita designar como *discursos*. Para justificar a preferência pela expressão *actividade de linguagem* (quando *discurso* pareceria evidente), o autor começa por lembrar a especificidade que a noção de *discurso* imprime, no interior mesmo da linguística estrutural: opondo-se ao sistema que é a *língua*, o *discurso* é a condição própria, e inevitável, da produção linguística em situação<sup>13</sup>. Sublinhando que a língua constitui uma abstracção

---

<sup>11</sup> Tal como é exposta em Bronckart, 1997: 137-218, a noção de *tipos de discurso* aparecia já em Bronckart et al. 1985.

<sup>12</sup> Para além dos tipos de discurso, Bronckart refere o plano de texto, as sequências prototípicas e outras formas de planificação (o *script* e a esquematização) como ingredientes da composição dos gêneros (e dos textos empíricos). Na perspectiva do autor, os tipos de discurso constituem ingredientes indispensáveis – sobrepondo-se, por isso, às sequências.

<sup>13</sup> «Le terme de *discours*, tel qu’il apparaît chez Benveniste ou dans la «face cachée» de l’œuvre de Saussure (cf. Bouquet, 1999), désigne la mise en œuvre du langage par des individus dans des situations concrètes. Il s’agit donc, par ce terme, de désigner les pratiques et/ou processus langagiers, par opposition au système de «la langue».» (Bronckart, 2004: 102).

teórica a partir da prática linguística, sempre, necessariamente, discursiva (Bronckart, 2004: 102), o autor sustenta a vantagem do termo *atividade de linguagem* relativamente a *discurso*: indo embora ao arrepio do que é costume, o primeiro tem a vantagem de enfatizar a diversidade das situações de uso da língua<sup>14</sup>, enquanto o segundo, apesar de instalado, não mostra mais do que a condição inevitável de toda a prática linguística. Em última análise, como diz Bronckart: «(...) l'usage de la notion concurrente de «discours» pourrait donner à penser que le langage se manifeste autrement que comme pratique (...)» (Bronckart, 2004: 102)<sup>15</sup>. Mas o autor não deixa de reconhecer a necessidade de uma cedência terminológica, como faz questão de explicitar: «N'étant pas maîtres de l'usage, nous ne pouvons néanmoins qu'enregistrer cet emploi du terme de discours comme équivalent de celui d'activité langagière.» (Bronckart, 2004: 102).

Temos, assim, múltiplas *atividades de linguagem* (ou discursos), para as quais existem, disponíveis na relativa estabilidade de uma época e de uma cultura, múltiplos *gêneros de texto* que regulam a produção dos textos empíricos – em cuja composição entram *tipos de discurso*, eventualmente sujeitos a combinações mais ou menos previsíveis, no interior de determinado gênero<sup>16</sup>. Do ponto de vista da discussão que temos vindo a fazer, esta proposta tem a vantagem de não fazer sobreposição de termos e, mais especificamente ainda, de dispensar a duplicação de noções associadas a *texto*. É em função desses dados que se pode «regressar» a uma concepção de linguística do texto recentrada no 'texto-em-situação' (autonomizada, portanto, da concepção lógico-gramatical de *texto*):

Enfin, la démarche effective des tenants de l'analyse du discours consiste à étudier des unités et des mécanismes attestables dans les textes, en tenant compte des relations que ces phénomènes entretiennent avec les paramètres de leur arrière-fond praxéologique, cognitif et /ou discursif.

---

<sup>14</sup> «Les activités langagières sont diverses parce que leurs propriétés dépendent aussi d'options prises par les formations sociales, mais aussi et surtout parce qu'elles dépendent du type d'activité générale auquel elles s'articulent.» (Bronckart, 2004: 101).

<sup>15</sup> A outra razão apontada pelo autor tem a ver com o interesse de reservar o termo para a noção de *tipos de discurso*, de acordo com o que foi já descrito.

<sup>16</sup> Sobre a hipótese de que a emergência e a alternância de tipos de discurso possa ser regulada pelo gênero de texto, veja-se Coutinho 2004.

À nos yeux, un tel travail relève simplement d'une linguistique du texte, c'est-à-dire d'une démarche ayant admis que **les phénomènes linguistiques ne peuvent, à ce niveau, être analysés abstraction faite de leur nature sociale-interactive**. (Bronckart, 2004: 103, sublinhado meu).

## Linguística dos géneros

Terá sido provavelmente François Rastier o primeiro autor a falar de *linguística dos géneros* (Rastier, 2001a: 265; 2001b: 231, 257) – ou, o que é mais importante, a preconizar o que nela se configura. Mas adquire particular relevo o ponto de vista de Simon Bouquet em «Linguistique générale et linguistique des genres» – texto de introdução ao n.º 153 da revista *Langages*, subordinado ao tema *Les genres de la parole*. Em primeiro lugar, interessará sublinhar o modo como o autor reagrupa autores e perspectivas que considera virem avançando, desde a segunda metade do século XX, no sentido de uma linguística dos géneros: Benveniste e Weinrich, com a distinção de modos de enunciação e de atitudes de locução, respectivamente; Jakobson, com a caracterização das funções da linguagem; Austin e Searle, com a teoria dos actos de fala; Halliday, com a abordagem funcional; a etnologia da comunicação (Hymes); a etnometodologia (Garfinkel, Sacks e Schegloff) e a sociolinguística interaccional (Gumperz); a análise conversacional contemporânea. Mas é ao destacar a contribuição fundamental de Bakhtine, neste percurso, que Bouquet define também, com grande precisão, a opção epistemológica de uma tal configuração disciplinar:

Mais c'est peut-être l'article de M. Bakhtine intitulé «Les genres du discours», écrit dans les années 50 et publié en 1979 (en 1984 pour sa traduction française) qui peut être regardé comme un véritable manifeste théorique en faveur **d'une linguistique des genres différentielle et non universalisante**. (Bouquet, 2004: 6, sublinhado meu).

Compreender-se-á melhor o posicionamento epistemológico aqui explicitado tomando em consideração a noção de género que Bouquet defende, neste texto introdutório – projectando-a para além de divergências terminológicas ou conceptuais entre autores que a ela recorrem. Em primeiro lugar, o género aparece como uma categoria que permite lidar, de forma operacional e controlada, com factores contextuais (geralmente tidos como problemáticos, porque extra-linguís-

ticos): «En bref, le concept de «genre» permet, dans l'analyse du sens d'un énoncé, de *réduire le concept de «contexte»*: le genre peut être conçu comme ce qui, pour l'analyse, tient lieu de contexte – un «précipité de contexte»» (Bouquet, 2004: 8). A noção de género adquire assim, na perspectiva deste autor, uma operacionalidade decisiva em linguística, reabrindo-a à tradição retórico-hermenêutica (aberta ao contexto e, como tal, aceitando a determinação do local pelo global) ou, se preferirmos, libertando-a da hegemonia da tradição lógico-gramatical (confinada à dimensão local do sentido, que só se alarga através do princípio de composicionalidade):

En d'autres termes encore, le concept de genre n'est rien moins que susceptible de définir l'objet d'une linguistique du sens en intégrant dans celle-ci une dimension communément reléguée à l'extra-linguistique (par ce qu'on pourrait appeler *l'illusion logico-grammaticale en sémantique*). (Bouquet, 2004: 8).

Em última análise, como sugere Bouquet, a linguística dos géneros reorganiza o próprio campo da linguística, refazendo a articulação entre as chamadas *linguística da fala* e *linguística da língua*:

Pour ma part, je pense qu'une linguistique des genres devrait permettre en outre, en tant que linguistique de la parole, de clarifier, voire de redéfinir, des concepts cardinaux de la linguistique de la langue dont elle est indissociable – des concepts comme «langue», «signe» et «grammaire» – et qu'elle peut avoir, à ce titre, un rôle heuristique non négligeable à jouer vis-à-vis de ladite linguistique de la langue. (Bouquet, 2004: 8).

## Para uma linguística dos géneros de texto

Subscrevendo inteiramente o ponto de vista de Bouquet, tal como vem sendo apresentado, parece-nos possível acrescentar alguns aspectos, susceptíveis de sublinhar, em particular, a especificidade de uma **linguística dos géneros de texto**.

Esta perspectiva assenta no reconhecimento dos textos como **objectos complexos**, a entender em dois sentidos complementares. Por um lado, trata-se de reconhecer que os textos (objectos empíricos, tal como circulam em sociedade) são objectos multifacetados, associados a actividades sociais e à acção concreta de um agente particular; realizados em função de modelos prévios (os géneros disponíveis no arquiteito) e de acordo com os recursos e as possibilidades de uma

determinada língua<sup>17</sup>. Por outro, trata-se de assumir os objectos de análise que são os textos em toda a sua complexidade, não os submetendo a reduções metodológicas que, reduzindo os factores em interacção, os tornem mais controláveis<sup>18</sup>. Um tal posicionamento epistemológico acarreta a constatação paradoxal apontada por Bronckart:

Sous cet angle, et de manière paradoxale, si un texte mobilise des unités linguistiques (plus éventuellement d'autres types d'unités sémiotiques), il ne constitue pas lui-même une unité linguistique; ses conditions d'ouverture, de clôture (et sans doute de planification générale) sont massivement déterminées par des facteurs d'ordre praxéologique ou cognitif; c'est la raison pour laquelle nous qualifions le texte d'unité communicative. (Bronckart, 2004: 101).

Uma linguística dos géneros de texto constitui-se assim, também, como uma área paradoxal: centrada sobre objectos irreduzíveis à dimensão linguística, caber-lhe-á a tarefa de descrever essa mesma dimensão linguística. O que fica em causa não é, porém, uma mera face linguística dos textos, obtida por apagamento ou abstracção de factores contextuais. Trata-se antes de chegar à organização linguística dos textos, através de um percurso descendente que vai das actividades aos géneros de texto, dos géneros aos textos empíricos e dos textos às unidades e processos linguísticos que os constituem – na reprodução e/ou na inovação do género em causa.

A título de exemplo – que me servirá também de conclusão. Uma «mera» análise linguística (sintáctica, sintáctico-semântica ou mesmo semântico-pragmática) pouco teria a dizer sobre um texto como aquele que a seguir se reproduz<sup>19</sup>:

---

<sup>17</sup> Na perspectiva do interaccionismo sócio-discursivo, diremos que os textos são representantes empíricos (e linguísticos) das actividades de linguagem de um grupo – e cada texto é o representante empírico (e linguístico) de uma acção de linguagem (cuja responsabilidade recai sobre uma instância agentiva particular).

<sup>18</sup> Sobre o paradigma da complexidade, veja-se Morin 1982.

<sup>19</sup> O texto foi fotografado em Beja, Fevereiro de 2004.



É necessário tomar em linha de conta a actividade comercial/publicitária e o género *publicidade no local de venda* para que a análise adquira poder descritivo – em particular, para que a ocorrência da negação se constitua como marca linguística de inovação genérica, ao mesmo tempo que o segmento justificativo «Vendo tudo muito barato» preserva a intenção publicitária e, como tal, o género em causa (cuja identidade depende também, obviamente, de factores não linguísticos como o suporte e o modo de inscrição).

### Referências bibliográficas

- ADAM, J.-M., 1999, *Linguistique Textuelle. Des genres de discours aux textes*, Paris: Nathan.
- ADAM, J.-M., 2002a, «Plan de texte» in Charaudeau, P. & D. Maingueneau (éds.), *Dictionnaire d'analyse du discours*, Paris: Seuil (pp. 433-434).
- ADAM, J.-M., 2002b, «De la période à la séquence. Contribution à une (trans)linguistique textuelle comparative», in H.Nolke & H.L.Andersen (éds.), *Macro-syntaxe et macro-sémantique*, Berne: Peter Lang (pp.167-188).
- ADAM, J.-M., 2002c, «En finir avec les types de textes» in M. Ballabriga. (dir.), *Analyse des discours. Types et genres: Communication et Interprétation*, Toulouse: Editions Universitaires du Sud (pp. 25-43).
- BAKHTINE, M., 1984, «Les genres du discours», *Esthétique de la création verbale*, Paris: Gallimard (pp. 263-308).

- BEAUGRANDE, R. de, 1980. *Text, Discourse and Process. Toward a multidisciplinary science of texts*, London: Longman.
- BEAUGRANDE, R. & DRESSLER, W., 1981, *Introduction to textlinguistics*, London: Longman.
- BOUQUET, S., 2004, «Linguistique générale et linguistique des genres», *Langages*, 153 (pp. 3-14).
- BRONCKART, J.-P., 1997, *Activité langagière, textes et discours. Pour un interactionisme socio-discursif*, Lausanne: Delachaux et Niestlé.
- BRONCKART, J.-P., 2004, «Les genres de textes et leur contribution au développement psychologique», *Langages*, 153 (pp. 98-108).
- COUTINHO, M. A., 2004. «A ordem do expor em gêneros acadêmicos do português europeu contemporâneo», *Calidoscópico* 2 (2), São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos (pp. 9-15).
- Langages* 153, 2004 (*Les genres de la parole*).
- MAINGUENEAU, D., 1996, *Les termes clés de l'analyse du discours*, Paris: Seuil.
- MAINGUENEAU, D., 1998, *Analyser les textes de communication*, Paris: Dunod.
- MAINGUENEAU, D., 2002, «Un genre de discours» in Dardy, C., Ducard, D & D. Maingueneau, *Un genre universitaire. Le rapport de soutenance de thèse*, Lille: Presses Universitaires du Septentrion (pp. 47-86).
- MAINGUENEAU, D., 2004, «Retour sur une catégorie: le genre» in Adam, J.-M., J.-B. Grize & M. A. Bouacha, 2004, *Texte et discours : catégories pour l'analyse*, Dijon: Editions Universitaires de Dijon (pp. 107-118).
- MORIN, E., 1982. *Science avec conscience*. Paris: Ed. Fayard.
- RASTIER, F., 1989. *Sens et textualité*, Paris: Hachette.
- RASTIER, F., 2001a. «Poétique généralisée» in Ballabriga, M. (éd.) *Analyse des discours: Types et genres, communication et interprétation*, Toulouse: Editions Universitaires du Sud (pp. 261-287).
- RASTIER, F. 2001b. *Arts et sciences du texte*. Paris: P.U.F.
- SCHMIDT, S. J., 1973-1978, *Texttheorie. Probleme einer Linguistik der Sprachlichen Kommunikation*, München: Wilhelm Fink Verlag (trad. Castelhana: 1978, *Teoría del Texto. Problemas de una lingüística de la comunicación verbal*, Madrid: Catedra.



# «Lá está ele a *schmatzen!*» Particularidades do discurso de bilingues luso-alemães

CRISTINA FLORES  
(Universidade do Minho)  
cflores@ilch.uminho.pt

## Abstract

The present study aims to describe some particularities of portuguese-german bilingual discourse, based on research carried out on bilingual emigrants of the second generation. The study focuses code-switching as the central phenomenon of bilingual speech behaviour. The analysis of switched utterances taken from a corpus comprising three and a half hours of recorded speech gives insight into typical portuguese-german code-switching combinations. The linguistic characterization of the samples led to the definition of two factors: the «principle of economy» and the «tendency to fill system gaps with structures of the other language».

**Keywords:** bilingualism, languages in contact, code-switching, portuguese, german.

## Abstrakt

## 0. Introdução

À entrada no século XXI e com a crescente globalização, num mundo pós-moderno dominado pela pluralidade das práticas comunicativas, o bilinguismo parece finalmente afirmar-se na sociedade ocidental como um valor positivo, que deve ser defendido e promovido. Porém, se hodiernamente é um dado adquirido que mais de metade da população mundial é bilingue e, como refere Grosjean (1982, 1), que de facto será uma tarefa difícil encontrar uma sociedade genuinamente monolingue, não é certamente por mero acaso ou por amor

às estatísticas que muitas das obras de referência sobre Bilinguismo começam por introduzir a temática com uma reiterada chamada de atenção para esta situação linguística.

O crescente interesse da comunidade científica pelos fenómenos bilingues, impulsionado por Uriel Weinreich e Einar Haugen a partir de meados do século XX, veio então colidir com a predominância de teorias linguísticas e sociais profundamente enraizadas numa tradição exclusivamente monolíngue, assente na relação ideal entre indivíduo, língua e comunidade. E, se atendermos que já o mito da Torre de Babel nos apresentava a diversidade linguística como um castigo imposto ao Homem por Deus ou que a formação dos estados nacionais europeus se fundou na crença de que a nação é sustentada por uma única língua, a língua nacional, compreendemos que a luta dos defensores do bi- ou multilinguismo fora, ou continua a ser, a luta contra uma visão cunhada por toda uma evolução histórica.

Ora, não obstante esta tradição monolíngue, é inegável que a Europa multicultural de hoje é um reflexo da evolução globalizante do mundo pós-moderno e Portugal, tradicional país de emigração a transformar-se numa sociedade de imigração, não fica alheio a todas estas transformações. Portugal está claramente a caminhar para o multilinguismo<sup>1</sup> e, para tal, não contribuem apenas as comunidades de imigrantes vindas de leste, de África ou da Ásia, mas também os grupos de ex-emigrantes portugueses regressados à terra natal após, em muitos casos, longos períodos de permanência num país estrangeiro. São precisamente os filhos destes emigrantes—as segundas e terceiras gerações—que melhor representam o conceito de «hibridismo», de identidade «cruzada» («*crossing*»), de negociação entre duas línguas e culturas e que, no caso específico dos ex-emigrantes vindos de países de expressão alemã, tornam o bilinguismo luso-alemão um fenómeno de presença efectiva na sociedade portuguesa (e ao qual, sublinhe-se, não se tem dado a devida atenção). Constituem, por isso, um grupo de especial interesse para quem, como nós, se interessa pelo contacto de línguas, nomeadamente o Alemão e o Português.

O objectivo do presente estudo é, pois, lançar um olhar sobre o discurso de bilingues luso-alemães, descrevendo algumas particularidades inerentes ao contacto do Alemão e do Português.

---

<sup>1</sup> Ainda recentemente o professor Brian Head traçou este quadro numa comunicação proferida no âmbito do «Colóquio de Outono 2004»/ Universidade do Minho.

## 1. O estudo

**1.1.** Este estudo abrangeu cinco bilingues luso-alemães de idades compreendidas entre os vinte e três e os trinta anos, de sexo feminino (doravante referidas como A, B, C, D e E). Trata-se, nos cinco casos, de filhas de emigrantes portugueses provenientes do Norte da Alemanha. Uma pessoa nasceu na Alemanha, as restantes quatro emigraram com os pais durante a infância (tinham entre três e seis anos) e passaram toda a sua infância e adolescência no país de acolhimento. Regressaram a Portugal – nos cinco casos, por decisão própria e sem a companhia dos pais – com idades compreendidas entre os dezoito e os vinte e cinco anos. As cinco participantes conhecem-se, mas apresentam diferentes graus de convivência entre si (de muito frequente a inexistente).

**1.2.** O estudo baseia-se em dados adquiridos em duas fases distintas: numa primeira fase foram feitas entrevistas estruturadas; numa segunda fase foram gravadas conversas informais entre as bilingues participantes.

As entrevistas: o seu objectivo central consistiu na obtenção de alguns dados sócio-linguísticos (tipo e idade de aquisição do bilinguismo, constelações familiares, abrangências de utilização das línguas; escolha de língua e tipologia de situações bilingues), destacando-se as questões relacionadas com os hábitos linguísticos dos participantes.

As conversas informais: constituem a base deste estudo. Num espaço de dois meses foram feitas gravações de conversas mantidas **entre** os cinco bilingues participantes em diferentes situações de interacção. Perfazendo um total de três horas e meia de gravação, temos a seguinte distribuição de conversas: 1h05min e 14min entre A e C; 48min entre A e B; 20min entre B e C; 51min entre A, B e D; 15min entre B e E.

Posteriormente, foi pedido aos participantes o preenchimento de um questionário, no qual deveriam indicar o grau de aceitabilidade de enunciados. As frases a julgar foram retiradas das conversas gravadas e apresentadas em conjunto com variações sintácticas das mesmas.

## 2. Terminologias e conceitos

**2.1.** Da análise das conversas gravadas ressalta um dado central: nenhuma das conversas se desenrola num único registo linguístico, ou

seja, todas elas apresentam alternâncias de idioma, situação que não surpreende, uma vez que «Switching is not an isolated phenomena, but a central part of bilingual discourse» (Appel/Muysken, 1987, 117) – muitos estudos têm demonstrado isso. Exemplificando:

Na conversa entre A e B registam-se 38 sequências discursivas (correspondendo uma sequência à parte em que fala um interlocutor até passar a palavra ao outro), perfazendo um total de cerca de 270 frases proferidas. Em 85 momentos (das 270 frases; dos 48 minutos, das 19 vezes que cada um toma a palavra) verifica-se alteração do código linguístico utilizado; das 38 sequências, apenas 9 são produzidas num único registo.

Quanto às alternâncias observadas, se nos servirmos da classificação proposta por Poplack (1980) e distinguirmos entre «tag-switching», «inter-sentential» e «intra-sentential» switching, temos 14 alternâncias do tipo «tag-switching» (uma interjeição / um bordão linguístico / um substantivo isolado é proferido em código diferente), 25 do tipo inter-frásico (a alternância dá-se na passagem de uma frase para outra) e 46 alternâncias intra-frásicas (a alternância processa-se no interior de uma frase).

**2.2.** Desde Poplack, e contrariamente ao que afirmara Weinreich, actualmente está largamente difundida e aceite na comunidade científica a opinião de que a facilidade com a qual um falante bilingue alterna as línguas, nomeadamente quando essa alternância é do tipo intra-frásico, é um claro sinal da sua elevada proficiência linguística. É importante salientar que só o bilingue que conhece e domina bem os dois sistemas gramaticais das línguas que manipula é capaz de os encaixar num enunciado, mantendo a sua gramaticalidade, ou, dito por Poplack, «alternation between two languages requires a high level of bilingual competence. Code-switching involves enough knowledge of two (or more) grammatical systems to allow the speaker to draw from each system only those rules which the other shares, when alternating one with another»<sup>2</sup>. Neste sentido, o nosso estudo vem apenas confirmar o que parece há muito não estar em causa. Dos cinco falantes estudados, só E, que define claramente o Alemão como sendo sua língua dominante e preferida e que teve um contacto menos intenso com o Português enquanto vivia na Alemanha, apresenta um baixo índice de alternância intra-frásica (de 22 alternâncias registadas,

---

<sup>2</sup> Poplack, 1980, 601.

apenas cinco [22%] processam-se no interior de uma oração). Este dado contrasta visivelmente com o comportamento linguístico de A e B, acima descrito (num discurso de 85 alternâncias, 50% são do tipo intra-frásico). Nas conversas que envolvem os falantes C e D, o quadro estatístico é muito semelhantes a este.

**2.3.** Antes de avançarmos para a análise das manifestações verbais dos falantes em estudo, convém, neste ponto, passar em revista alguns conceitos e terminologias, que, não sendo o cerne do nosso estudo, constituem a base de toda a investigação bilingue. Aludiremos apenas às questões de relevância para o nosso grupo de estudo.

Uma das primeiras questões que se levanta quando falamos de bilinguismo prende-se com a definição do próprio termo «bilinguismo» – «afinal, quando é que alguém é bilingue?». É precisamente nesta questão que começam as primeiras confusões terminológicas: para uns, basta um indivíduo apenas compreender uma segunda língua, mesmo não sendo capaz de a falar, para ser considerado bilingue, para outros, só o é se dominar as duas línguas da mesma forma que os respectivos monolingues<sup>3</sup>. Intimamente ligados a este critério da proficiência linguística do falante estão a idade e a forma de aquisição das línguas. Autores como Meisel impõem a barreira dos três anos para distinguir «bilinguismo» de «aprendizagem de segunda língua» («I call *bilinguals* those individuals who acquired their two languages in early childhood, that is, who were exposed to both languages from early on, say before age 3:0 [...]. As for those acquiring the second language later on, I refer to them as child or adult *L2 learners*», Meisel, 1994, 414). Ao critério etário é ainda associada a forma de aquisição, distinguindo-se entre a aquisição simultânea das duas línguas (em fase precoce) e a sucessiva (na qual o indivíduo adquire os dois idiomas de forma sequencial, geralmente numa fase mais tardia). Por sua vez, a esta tipologia parecem estar também ligadas questões relacionadas com a dominância das línguas, considerando-se que a aquisição simultânea favorece um domínio equilibrado dos idiomas enquanto que o bilinguismo tardio gera dominância de um dos sistemas linguísticos. Ora, é neste contexto que devem também ser entendidos conceitos como «*code-mixing*», «*language-mixing*», «*code-switching*» e «*fusion*». A multiplicidade de termos que foram criados para designar instâncias em que duas línguas são justapostas espelha a preocupação dos estu-

---

<sup>3</sup> Veja descrição resumida de Martins (1997).

diosos em distinguir entre dois fenómenos distintos: por um lado, a incapacidade dum falante em separar os dois sistemas linguísticos, fenómeno relacionado com falhas na sua competência gramatical e consequente «fusão» das duas línguas, por outro, a capacidade dum falante, apto em separar as duas línguas que domina, «to select the language according to the interlocutor, the situational context, the topic of conversation, and so forth, and to change languages within an interactional sequence in accordance with sociolinguistic rules an without violating specific grammatical constraints» (Meisel, 1994, 414) – é este tipo de justaposição, atribuído à competência pragmática do falante bilingue, que geralmente se designa por *code-switching*, isto é, «alter-nância de códigos».

A relação entre idade e forma de aquisição, grau de proficiência linguística, domínio e separação de línguas não é, no entanto, tão linear como este breve resumo poderia deixar prever. Basta olharmos para alguns dados relativos ao nosso grupo de estudo, para se levantar questões como as seguintes: «será que, por terem adquirido as suas línguas de forma sucessiva, estes bilingues têm maiores dificuldades em separar os dois sistemas gramaticais?», neste caso «será que o fenómeno de alternância de códigos observado é denunciador de algum tipo de fusão linguística» e, se assim é, «qual das duas línguas é então a dominante?». A resposta a estas questões exige um estudo longitudinal aprofundado, de que neste momento não dispomos<sup>4</sup>, mas os dados que já temos (entrevistas e gravações de conversas informais) permitem-nos formular algumas hipóteses, nas quais sustentamos as reflexões desenvolvidas ao longo deste trabalho:

Todas as cinco participantes adquiriram o seu bilinguismo de forma sucessiva (mesmo no caso da pessoa nascida na Alemanha), uma vez que a única língua falada no seio da família era o Português e o primeiro contacto efectivo com o Alemão só se deu aquando da escolarização (ou entrada no jardim de infância, num caso). No entanto, nesta fase, a dominância do Português rapidamente se alterou e, com a restrição do seu uso ao contacto com a família, a comunidade portuguesa adulta e o ensino do Português, bisemanal, estabelece-se uma distribuição diglósica, que se irá manter até ao regresso a Portugal: o Português afirma-se como a língua dominante no seio da família e

---

<sup>4</sup> A desenvolver futuramente no âmbito do projecto «O bilinguismo luso-alemão no contexto europeu», financiado pela FCT em colaboração com o CEHUM/Universidade do Minho.

da comunidade portuguesa, o Alemão é a língua de socialização (na escola, com os amigos – mesmo os portugueses, no contacto com o espaço público). Ora, pensamos que é esta distribuição estável, o uso frequente e sistemático de cada idioma no seu «domínio social», como lhe chama Joshua Fishman (Fishman, 1968), que favorece o desenvolvimento equilibrado das competências gramaticais de ambas as línguas, podendo-se falar de «bilinguismo equilibrado» ou «balanceado» (*«balanced bilingualism»*) mesmo que as línguas tenham sido adquiridas de forma sequencial. Além disso, o facto de ter existido uma divisão permanente, embora flexível, da utilização das línguas por domínios sociais contribuiu para a separação efectiva dos dois idiomas, sendo, neste caso, de rejeitar por completo as hipóteses de fusão ou de desenvolvimento interdependente dos dois sistemas linguísticos. As respostas obtidas nas entrevistas vêm ao encontro da hipótese de «bilinguismo equilibrado», uma vez que apenas uma participante considerou dominar muito melhor o Alemão que o Português. No caso específico do grupo em estudo, a definição destes conceitos, nomeadamente o da língua dominante, torna-se ainda mais complexo, se tivermos em conta que as falantes vieram viver para Portugal, passando a expor-se a um *input* muito maior por parte do Português. De qualquer modo, e para rematarmos estas reflexões, os dados de que dispomos neste momento, nomeadamente as conversas gravadas, nas quais é quase impossível definir uma língua matriz (*«matrix language»*), uma vez que a alternância de idiomas se dá tanto do Alemão para o Português como vice-versa, indicam-nos que, no caso destas ex-emigrantes de segunda geração, estamos perante uma situação efectiva de 2L1 (duas línguas primárias) e não de L2-*acquisition* (nenhuma das duas línguas pode ser considerada «segunda língua»). Neste sentido, os registos de alternância que constituem o nosso *corpus* só podem ser classificados como efectivos exemplos de *code-switching*, associados ao elevado grau de proficiência linguística dos falantes em ambas as línguas, admitindo, porém, que maioritariamente por razões de perda de «controlo» (Sharwood Smith/van Buren, 1991) (por exposição dominante a *input* português em detrimento do Alemão), alguns registos de alternância possam efectivamente não passar de meras estratégias de remediação.

### 3. Particularidades do discurso bilingue luso-alemão

**3.1.** Ultrapassada a questão da proficiência linguística do falante que alterna as línguas, os investigadores interessados no fenómeno *code-switching* passaram a estudá-lo a partir de diversos ângulos. Não deixando de reconhecer a necessidade de conciliação das múltiplas vertentes subjacentes a este processo<sup>5</sup>, uns fizeram recair o seu interesse nas motivações discursivas da alternância de códigos, os outros puseram em relevo a sua natureza linguística, favorecendo o seu estudo sintáctico. Nesta linha de investigação, uma das maiores preocupações dos linguistas tem sido a procura pela definição de parâmetros gramaticais que regem a alternância de um sistema linguístico para outro («*grammatical constraints*»). A discussão em torno da construção de uma gramática universal, aplicável a qualquer par idiomático, manter-se-á certamente acesa ainda por algum tempo.

Este interesse pelos constrangimentos sintácticos tem, no entanto, relegado para segundo plano uma análise qualitativa das alternâncias observadas na justaposição de línguas concretas. Se na literatura sobre a alternância abundam modelos que explicitam os factores pragmáticos<sup>6</sup> subjacentes a este fenómeno, o mesmo não acontece em relação aos factores estritamente linguísticos. Assim, quando «there is apparently no real social motivation for, or significance attached to, the practice of code-switching» a maioria dos estudiosos concorda que «there is no 'good reason' for switching» (Poplack, 1980, 614) e atribui as ocorrências observadas a mero acaso, ou melhor, ao leque alargado de escolhas que está à disposição do falante bilingue. Neste sentido, se o falante, depois de respeitar as constricções sintácticas impostas pelos sistemas gramaticais das duas línguas, tem ao seu dispor a possibilidade de verbalizar a mensagem ou numa ou noutra língua – e se não há fortes motivações sociais, psicológicas ou discursivas que possam reger a sua escolha – ele aparentemente toma a sua decisão por livre arbítrio. Exemplifiquemos este posicionamento com um exemplo de Poplack:

«Tell Larry que se calle la boca.» (Poplack, 1980, 587)

---

<sup>5</sup> «While there is little doubt that functional factors are the strongest constraints on the occurrence of code-switching, it is clear that linguistic factors also play a role. [...] the incorporation of both functional and linguistic factors into a single model is necessary to account for code-switching behaviour.» (Poplack 1980, 585).

<sup>6</sup> Veja quadro-síntese em Martins, 1997, 62.



Segundo a autora, a alternância do Inglês para o Espanhol depois da oração subordinante é gramaticalmente aceitável, uma vez que esse nó de alternância respeita a constrição de equivalência («*equivalence constraint*»), já que em ambas as línguas temos uma oração subordinada enquanto complemento de V (que no inglês corresponde a uma oração infinita, enquanto que no espanhol é introduzida por conjunção). Assim, no ponto até ao qual as línguas se equivalem estruturalmente (depois de «Larry»), o falante bilingue tem a opção de prosseguir a sua locução em Inglês («Tell Larry to shut his mouth») ou alternar para o Espanhol. Estando cumprida a restrição gramatical e, reiterando, não havendo outras motivações extra-linguísticas, é geralmente aceite que a escolha se processa de forma inconsciente e casual. Ora, é precisamente neste ponto que o presente trabalho pretende prosseguir com as reflexões sobre o fenómeno da alternância de códigos.

**3.2.** Para tal, observemos a seguinte frase, em muito semelhante à de Poplack, retirada do nosso corpus:

(1) Diz a ele *ich will nicht frühstücken*.

[Diz a ele que não quero tomar o pequeno-almoço.]

Interrogada sobre a razão da alternância para o Alemão neste enunciado, a falante B replicou que «só diz mesmo «tomar o pequeno-almoço» quando é obrigada a tal porque está a falar com portugueses» e, continuando, «é uma seca ter que dizer essas palavras todas: TOMAR O PEQUENO-ALMOÇO, se em Alemão existe uma única palavra para tal: FRÜHSTÜCKEN»<sup>7</sup>. Em consonância com o acima referido, podemos afirmar – não querendo, porém, adoptar o modelo de constrições formulado por Poplack, uma vez que, como veremos mais adiante, o nosso *corpus* apresenta inúmeros contra-exemplos –, que a alternância do Português para o Alemão se deu num nó permi-

---

<sup>7</sup> Temos, porém, de admitir que existe uma substancial diferença entre um pequeno-almoço português (café e pão ou bolo) e um pequeno-almoço alemão (muito mais rico), o que levanta uma questão que devemos ter sempre em conta: palavras, que aparentemente se equivalem nas duas línguas, designam realidades distintas, pois espelham diferentes maneiras das diferentes sociedades conceberem o mundo. Por isso, e como alertámos inicialmente, a explicação linguística do fenómeno da alternância de códigos tem que ser acompanhada de explicações sócio-culturais e pragmático-discursivas.

tido (num local da frase onde a ordem sintáctica das línguas é equivalente). Neste ponto, o falante tinha a opção de escolher um dos dois idiomas que domina para prosseguir o seu enunciado. No entanto, a escolha que fez não foi de modo algum arbitrária e, não aparentando motivações de ordem social, tem de ser explicada do ponto de vista linguístico: a opção recaiu na formulação mais curta, o que nos permite concluir que o *princípio de economia da língua*, entendido por Martinet como «o princípio de menor esforço», que «regula o comportamento linguístico» do homem (Martinet, 1976, 67) se aplica também à produção verbal bilingue. De facto, o nosso *corpus* comprova que este é um factor que não deve ser menosprezado na compreensão do fenómeno *code-switching*. Inúmeros exemplos atestam a recorrência à outra língua quando esta dispõe de componentes mais económicas para expressar um dado conteúdo verbal. Aliás, muitas vezes são os próprios falantes que apontam para o princípio da economia linguística quando questionados acerca das razões de alternâncias observadas.

- (2) *Nee*, eu já fui *tanken*.  
[Não, eu já fui abastecer.]

A opção pelo verbo alemão «*tanken*» vem preferir, não o verbo «abastecer», que a falante admite nunca utilizar no Português, mas a expressão «pôr gasolina/gasóleo», normalmente usada quando se refere ao acto de abastecer em contexto monolíngue. Noutro contexto, a mesma falante afirma:

- (3) É logo a seguir à *Tankstelle*.  
[É logo a seguir ao posto de abastecimento / à bomba de gasolina.]

**3.3.** Aliada a esta motivação economizadora, os exemplos (4) e (5) vêm confirmar uma outra característica muito frequente no discurso de bilingues (lusó-alemães): a capacidade de aproveitamento e conjugação das potencialidades estruturais que cada língua tem a oferecer aos seus falantes. Ou seja: detectando lacunas estruturais numa língua, o falante tende a preenchê-las com estruturas de alta produtividade do outro idioma.

- (4) Até é uma que fala mesmo *Fachportuguês*.  
[Até é uma que fala mesmo Português técnico.]
- (5) Sim, limpei-o mit der *Vapormaschine*.  
[Sim, limpei-o com a máquina de vapor.]

Senão vejamos:

A língua alemã é muito produtiva no campo da formação de palavras. A riqueza deste processo, que «acontece em alemão com muito mais facilidade e frequência do que em português», «assenta, pois, no facto de poderem ser formadas novas palavras, praticamente sem limite, a partir de um inventário-base de palavras e de um número limitado de padrões de formação.

Por outro lado, através deste meio, podem criar-se palavras que mais concisamente expressam o que de outra forma exigiria mais palavras.» Esta explicação da *Gramática de Alemão* (Hoberg, 2001, 83) realça precisamente a concisão como sendo a grande potencialidade do processo, à qual se alia a sua capacidade criativa (a capacidade de criação de novas palavras através da justaposição de elementos). Ora, não dispondo de um processo com equivalente funcionalidade no Português, o falante bilingue tem a possibilidade – porque domina bem ambas as línguas – de integrar essa potencialidade do Alemão quando produz um enunciado em Português. Deste modo, em (4) e (5), a construção da palavra composta (ainda por cima híbrida, com um dos elementos em Alemão [*fach*] / [*maschine*] e o outro em Português [português] / [vapor]) é claramente motivada por esta capacidade de seleccionar e conjugar precisamente as estruturas mais funcionais de cada língua.

É óbvio que esta competência linguística é indissociável de necessidades lexicais derivadas da falta de itens equivalentes nas línguas em contacto ou mesmo do desconhecimento de tal equivalência por parte do falante, muitas vezes devido ao seu *feedback* social, às suas experiências e vivências culturais. Assim, a construção «Vapormaschine» resulta não só da tendência eco-nomizadora inerente ao processo de composição do Alemão, mas também da falta de designação equivalente desse utensílio doméstico na língua alemã (que, certamente, se deve ao desconhecimento do falante, uma vez que contactou pela primeira vez com o objecto em Portugal, desconhecendo a sua existência aquando da estada na Alemanha)<sup>8</sup>. Em (6) e (7) a recorrência a palavras alemãs deve-se claramente a esta falta de equivalência lexical:

(6) Andei num *Wirtschaftsgymnasium*.

[Andei numa escola técnica de economia.] Este tipo de escola não tem correspondente no sistema educativo português.

---

<sup>8</sup> A tradução directa de «máquina de vapor» foi rejeitada pelo falante, uma vez que, segundo a mesma, associa «Dampfmaschine» à máquina de vapor de J.Watt e não a um utensílio doméstico moderno.

- (7) Porque é tão esquisita com certas comidas e depois vai comprar *Fertiggerichte*.  
 [Porque é tão esquisita com certas comidas e depois vai comprar comida pré-cozinhada.] Este tipo de comida, que há muito faz parte dos hábitos alimentares alemães, só há pouco entrou também na cozinha dos portugueses.

Como demonstram os enunciados (8) e (9), o aproveitamento da potencialidade inerente à composição alemã vai até ao ponto de nenhum dos elementos compostos ser verbalizado em Alemão, recorrendo-se apenas à sua estrutura gramatical:

- (8) Ando numa fase em que só me apetece comer salsicha-sandes.  
 [Ando numa fase em que só me apetece comer sandes de salsicha.]
- (9) Detesto isso como as vinho-do-Porto-rabanadas da minha mãe.  
 [Detesto isso como as rabanadas de vinho do Porto da minha mãe.]

Em ambos os exemplos é ainda mantida a ordem do composto deter-minativo alemão, segundo a qual o primeiro termo determina o segundo (ao contrário do Português). Assim, em «salsicha-sandes», a primeira com-ponente indica o tipo de sandes (com salsicha) e, em «vinho-do-Porto-rabanadas», o tipo de rabanada (de vinho-do-Porto).

**3.4.** Muitas outras estruturas, tipicamente alemãs ou portuguesas, podiam ser referenciadas para explicitar esta capacidade de conjugação do falante bilingue. Retemo-nos apenas em três: a intensificação alemã, a utilização do sufixo *-inho* e a perífrase verbal «*estar a + infinitivo*» do Português.

**3.4.1.** No Alemão, a intensificação por meio de construções pseudo-compostas é um processo muito produtivo. Formalmente muito semelhantes ao processo de composição acima descrito, estas construções também se formam a partir da justaposição de palavras. No entanto, «o primeiro elemento perdeu o seu verdadeiro significado e tem apenas uma função aumentativa, tal como acontece com certos prefixos» (Hoberg, 2001, 216). A título de exemplo, observemos a construção «Mordsglück», formada com os substantivos «Mord» (assassínio) e «Glück» (sorte). «Mordsglück» não significa, no entanto, «sorte de assassínio» ou «assassínio de sorte», mas apenas uma «sorte imensa/extrema». Como a intensificação é um processo da língua sujeito a intenso desgaste, estas construções estão em constante renovação,

constituindo um processo aberto e muito criativo. Muitas são de uso coloquial e dominam sobretudo no discurso oral, pelo que abundam também no nosso *corpus* bilingue. Ora, também neste caso se verifica o aproveitamento de uma estrutura muito funcional de uma língua, conjugando-a com as estruturas da outra. Exemplificando:

- (10) Lá vem ele *mit seinen Mordssapatilhas*.  
[Lá vem ele com as suas sapatilhas extremamente ...]

A característica a intensificar está implícita, só o contexto situacional poderá explicitá-la. Assim, as sapatilhas poderão ser grandes, altas, vistosas.

- (11) Tem aí um *Riesenestacionamento*, não é?  
[Tem aí um estacionamento enorme, não é?]

Em muitos casos, a intensificação é acompanhada de conotação, positiva ou negativa:

- (12) Que *Scheib*-brinquedo!  
[Que brinquedo tão estúpido!]

**3.4.2.** Em contrapartida, o Português apresenta grande produtividade na área da sufixação e consegue oferecer aos seus falantes potencialidades sem correspondência estrutural noutras línguas, nomeadamente no Alemão. Neste âmbito, e como afirma Vilela, «os sufixos diminutivos representam um dos traços típicos da língua portuguesa [...]. Aliás, este é um dos traços das línguas românicas» e, continuando, «[o] sufixo -(Z)INHO/A é de longe o afixo mais produtivo com função diminutiva [...]» (Vilela, 1994, 83). Porém, citando Oliveira, «não constitui já novidade dizer-se que, dos muitos valores possíveis do diminutivo português, o puramente diminutivo é justamente o menos frequente. Também não é novo afirmar-se que, por vezes, esse sufixo toma precisamente o valor contrário daquele que o seu nome indica, isto é, o de aumentativo ou superlativo.» (Oliveira, 1962, 77) Portanto, a par das funções diminutiva ou aumentativa, o sufixo *-inho* exprime também forte emotividade (como pena ou desprezo) e conotação positiva ou negativa. Sem equivalente no Alemão, onde os sufixos diminutivos têm apenas função diminutiva e são de rara utilização («ein kleines Auto» [um carro pequeno] em vez de «ein Autochen» [um carrinho]), não raras vezes verifica-se a sufixação de substantivos

alemães com este afixo português<sup>9</sup>, atribuindo-lhes uma significação que, em Alemão, teria de ser dada de forma diferente – e porventura mais comprida. Neste sentido, encontramos enunciados como:

- (13) *Was für ein schöner Stauzinho!*  
[Que lindo engarrafamentozinho!]
- (14) *Und was hast du gegessen? Leckeren Fischzinho?*  
[E tu o que comeste? Peixinho bom?]
- (15) Que *Stuhlzinho* mais *süb!*  
[Que cadeirinha mais engraçada!]

Com efeito, nestes exemplos, a sufixação com *-inho* serve sobretudo propósitos pragmáticos: reforça a ironia do locutor (já expressa na utilização do adjetivo «schön»/lindo) ou a sua aprovação (quanto ao alimento «peixe»). A alternância tão acentuada do enunciado «Que *Stuhlzinho* mais *süb!*» vem demonstrar claramente esta capacidade de conjugação dos diferentes recursos oferecidos pelas duas línguas: a carga emotiva do adjetivo *süb*, que não tem item lexical equivalente em Português<sup>10</sup> (exprime aprovação, agrado, juízo de valor positivo), é reforçada pela emotividade subjacente a *-inho*, neste caso aliada à função diminutiva.

**3.4.2.1.** É de referir, neste contexto, uma característica da alternância de códigos, à qual os estudiosos por vezes aludem, sem no entanto lhe dar grande importância, mas que está estritamente ligada ao discurso bilingue: o seu carácter lúdico. Autores como Gumperz ou Timm têm salientado a função estilística de enunciados alternados. De salientar, porém, que, se «switching is frequently employed by bilinguals as a highly effective rhetorical or stylistic device: most commonly, perhaps, switching sets off quotations, but it may also be used to emphasize what was just said [...]; to mimick someone, or to depict aspects of life which are the subject of humorous and/or satirical commentary» (Timm, 1975, 475), ou seja, se, em muitos casos,

---

<sup>9</sup> Tanto esta ocorrência como a composição híbrida são claros contra-exemplos ao «free-morphem constraint» formulado por Poplack, segundo o qual «codes may be switched after any constituent in discourse provided that constituent is not a bound morfeme» (Poplack, 1980, 585/ 586).

<sup>10</sup> Será muito difícil encontrar, no Português, uma tradução literal para uma exclamação como «Der ist ja süb!», que poderá aplicar-se em inúmeros contextos (qualificando pessoas, animais, objectos), referindo tanto características morais como físicas.

a alternância é o meio estilístico escolhido para enfatizar conteúdos humorísticos, também o inverso é válido, pois não menos frequentemente é a própria alternância que leva ao gracejo, isto é, motiva o divertimento. Como comprovam algumas afirmações metalinguísticas recolhidas no nosso *corpus*, os falantes bilingues estão conscientes do efeito humorístico dos seus enunciados alternados:

- (16) *Ja, fizeste-me Kotzvontade. Ha, warum habe ich nicht* vontade de vomitar *gesagt, nee? Kotzvontade ist doch viel lustiger.*  
[Sim, fizeste-me vontade de vomitar. Ah, porque é que eu não disse vontade de vomitar, não é? *Kotzvontade* é muito mais engraçado, não achas?]
- (17) *Tinha um Ball da Chicco, den ich so toll fand. Ok, lach nicht. Ich weib, das war wieder toll von mir!*  
[Tinha uma bola da Chicco, que eu adorava. Pronto, não te rias. Já sei que esta foi mais uma das minhas!]
- (18) *Er wird sowieso gleich colo wollen. Ui* [riso], *nee, auf den Schob!*  
[Final, daqui a pouco ele vai querer colo. Ui, [riso] não, – correcção em Alemão–.]

**3.4.3.** A crescente produtividade das estruturas perifrásticas no sistema verbal do Português actual tem sido realçada por estudiosos como Barroso (1999), segundo o qual «de um conjunto relativamente grande de estruturas perifrásticas [...] verbais de que o português hodierno dispõe, a esmagadora maioria está ao serviço de valores de natureza predominantemente aspectual, também de natureza temporo-aspectual. Isto quer, pois, significar que [...] a expressão perifrástica constitui, de facto, o instrumento privilegiado / por excelência das funções gramaticais em epígrafe no sistema verbal do português de hoje, sobretudo pelo seu grau de excepcional produtividade.» Para Barroso, o crescente grau de funcionalidade da perifrástica é «denunciador do princípio da economia linguística», opondo-se a outros meios de expressão aspectual ou temporo-aspectual, como o «lexema verbal, os processos de formação de palavras (ao nível da palavra), os advérbios e outros adjuntos adverbiais (ao nível da frase)» (Barroso, 1999, 331/332). Ora, não dispondo de um sistema perifrástico como o português, o Alemão tem de recorrer precisamente aos outros meios (acima referidos) para indicar aspecto, sabendo-se que o rico sistema perifrástico português ultrapassa em larga medida as possibilidades de expressão lexical de que o Alemão dispõe. Assim, só uma dispendiosa

paráfrase poderá traduzir uma expressão como «tenho feito alguns trabalhos». Se, depois destas reflexões gerais sobre as potencialidades de expressão aspectual no Português em contraste com uma menor funcionalidade no Alemão, e no seguimento do que foi dito sobre a capacidade do bilingue em economizar e conjugar as estruturas de ambas as línguas, nos voltarmos novamente para o comportamento linguístico do bilingue luso-alemão, podemos facilmente deduzir que o sistema perifrástico / a expressão de aspecto serão um terreno extremamente fértil para a ocorrência de processos de *code-switching*. Com efeito, inúmeros são os exemplos do nosso *corpus* que neste contexto poderíamos apresentar. Optámos por nos restringir à perífrase verbal constituída por «*estar* + preposição *a* + infinitivo», que, como indica Bar-rosó<sup>11</sup>, a par de «*ter* + particípio» e «*ir* + infinitivo», é das perífrases de ocorrência mais frequente, sendo mesmo a mais frequente no nosso *corpus*.

Várias são as possibilidades de combinação das duas línguas – e as implicações sintácticas subjacentes – para expressão da categoria aspectual através de uma construção perifrástica. Por razões sintácticas evidentes, o modelo dominante é:

«V aux (Ptg) + Prep. *a* (Ptg) + Inf. (Al.)», como em:

- (19) *Guck mal*, lá **está** ele **a** *schmatzen*. *Das macht er absichtlich*.  
[Olha, lá está ele a mastigar alto. Faz de propósito.]
- (20) O que é que a fulana **está** pr'aí **a** *labern*?  
[O que é que a fulana está pr'aí a dizer?]
- (21) *Nee, nicht aussteigen*, ainda **estou a** *tanken*.  
[Não saias do carro, ainda estou a abastecer.]

Como o infinitivo é uma categoria existente em ambos os idiomas, a sua verbalização em Alemão não exerce influência na estrutura sintáctica da frase, mantendo-se a ordem do Português (*estar* + *a* + infinitivo). Efectivamente, dá-se, neste caso, apenas a introdução, na frase portuguesa, de uma única palavra «estranha», processo geralmente designado por «empréstimo lexical» («*borrowing*»).

Este modelo de combinação permite, assim, ao falante bilingue preencher um espaço gramatical inexistente ou menos funcional numa língua com uma categoria gramatical de excepcional produtividade do

---

<sup>11</sup> Que constituiu um extenso *corpus* a partir do romance *Todos os Nomes* de José Saramago.



outro idioma. As expressões «estar a schmatzen» e «estar a labern» exemplificam este «aproveitamento de potencialidades» na perfeição: a perífrase verbal portuguesa é combinada com verbos alemães sem lexemas equivalentes no Português. Com efeito, o verbo alemão *schmatzen* designa uma acção para a qual o Português não dispõe de signo linguístico (acção de mastigar a comida de forma barulhenta), enquanto que o verbo *labern*, pertencente a um registo mais coloquial, designa uma forma específica de falar (com conotação negativa; o conteúdo falado é desvalorizado), também ele sem equivalente directo no Português<sup>12</sup>.

Encontrámos, no nosso *corpus*, outros modelos de combinação perifrástica, que evidenciam maior interligação dos dois sistemas gramaticais e são, como acima referido, por isso, denunciadores do equilíbrio na competência linguística (e pragmática) dos falantes em estudo:

- (22) Estava *ganz ernst gucken*.  
[Ele estava a olhar muito sério.]

A estrutura da perífrase é dada pelo Português («verbo auxiliar + [preposição] + verbo infinitivo»), mas modificada sintacticamente pelo sistema gramatical alemão, que, para a sequência «Verbo auxiliar + Verbo infinitivo», determina a estrutura sintáctica «Vaux + Vinf em posição final de frase». Num enunciado com sintagma adverbial, como em (22), teremos no Alemão «Vaux + Sadv + Vinf», ao invés do Português, que determina «Vaux + Vinf + Sadv». Isto significa que a presença do sintagma adverbial, estando em posições sintácticas diferentes no Alemão (antes do Vinf) e no Português (após o Vinf), obriga o falante a optar por um sistema gramatical. Neste caso, a opção recaiu no sistema alemão (o que originou a supressão da preposição *a*). Como demonstra o teste sobre a aceitabilidade de frases com alternância intrafrástica (Cf. 1.2.), que incluiu a frase (22) e variações sintácticas

---

<sup>12</sup> Temos aqui um campo fértil para a ocorrência de processos de *empréstimo* (*borrowing*), pois, se compararmos o Alemão e o Português quanto a este item, reparamos que o Alemão dispõe de uma maior variedade de verbos que designam a actividade «falar» (sobretudo num registo mais coloquial: *labern, sabbeln, quatschen, schwafeln, schwatzen, plaudern*). Ora o falante bilingue luso-alemão, ao deparar-se com uma lacuna que parece existir no repositório verbal português, tende a preenchê-la com itens lexicais do outro idioma. Assim se explica a ocorrência de formas verbais adaptadas à estrutura fónica e morfológica do Português, como *sabelar* (morfema alemão «sabel» + marca de infinitivo portuguesa «-ar»), muito frequentes no discurso de emigrantes luso-alemães.

desta, a opção por um dos sistemas gramaticais também podia recair no sistema português, uma vez que a frase «Estava a gucken ganz ernst» também é considerada aceitável por alguns dos falantes questionados<sup>13</sup>. Neste caso, é mantida a ordem sintáctica imposta pelo Português, mas as categorias gramaticais *Vinf* e *Sadv* são verbalizadas em Alemão.

Igualmente interessantes são construções como a do seguinte exemplo:

- (23) *Der Dumme!* Veio e roubou-me o bolo, que eu estava *am Verputzen*.  
[O tolo! Veio e roubou-me o bolo, que eu estava a comer<sup>14</sup>.]

O falante serve-se de uma construção do Alemão que, embora com função muito mais restrita e uso menos frequente, apresenta uma estrutura semelhante à perífrase portuguesa: «Verbo *sein* + Preposição *am* + Infinitivo substantivado», por exemplo «das Mittagessen *sei am Kochen*»<sup>15</sup>. A sequência «Prep. *am* + Inf. subst.» é assim equiparada à sequência portuguesa «Prep. *a* + Inf.» e utilizada num contexto não possível no Alemão (Ich bin es *am Verputzen*<sup>16</sup>.)

#### 4. Conclusão

Enquanto fenómeno linguístico típico do discurso bilingue, a alternância de códigos assume também crucial importância nas manifestações verbais de bilingues luso-alemães.

---

<sup>13</sup> Note-se que, como salienta Meisel, a alternância de códigos é um fenómeno de *performance*, pelo que «[the] constraints reflect acceptability rather than grammaticality judgments.» (Meisel 1994, 423) É, portanto, de realçar que os julgamentos de aceitabilidade não deixam de ter um forte pendor subjectivo, dependem, não só, das características individuais de cada um, mas também de factores situacionais e sociais. Muitos autores que estudam este fenómeno têm caído no erro de analisar a gramaticalidade de certas estruturas alternadas, considerando-as gramaticais ou não. Na realidade só se pode, porém, falar de maior ou menor aceitabilidade de um enunciado, julgado por uma comunidade questionada. O teste por nós realizado demonstra isso claramente: em certos casos, a aceitabilidade de enunciados variou de «muito aceitável» a «pouco aceitável».

<sup>14</sup> Mais uma vez estamos em presença de um verbo «*verputzen*» sem equivalente em Português (comer algo rápido e na totalidade).

<sup>15</sup> Exemplo de *DUDEN-Grammatik der deutschen Sprache* (1998, 91).

<sup>16</sup> A equiparação destas duas estruturas constitui uma interferência observada em estudantes bilingues da Universidade do Minho, nomeadamente nas aulas de tradução Ptg.-Al., onde frequentemente se registam traduções como «*Er ist am Laufen*» para «Ele está a correr».

Côncios da necessidade de conciliação de explicações de natureza pragmático-discursiva e linguística, propusemo-nos, porém, neste estudo a lançar um olhar mais aprofundado sobre os factores linguísticos, que possam motivar a ocorrência de enunciados «alternados». Ora, uma importante motivação parece ser, neste contexto, a tendência para seleccionar as estruturas verbais mais económicas de cada língua, conjugando-as num único enunciado, porventura mais económico que as suas variantes monolíngues. Intimamente ligado a este factor, denunciador do «princípio da economia linguística», encontramos ainda a tendência para conciliação das estruturas produtivas de cada língua, preenchendo-se lacunas estruturais de um idioma com componentes funcionais do outro. No caso específico do par linguístico Português/Alemão, são propícias a este tipo de processo, entre outras, estruturas como a *composição* e a *intensificação pseudo-composta* do Alemão, a *sufixação com -inho* e a *perífrase verbal* do Português. É ainda de salientar o carácter lúdico de muitas construções «alternadas».

Por fim, a facilidade com a qual os falantes bilingues analisados neste estudo produzem este tipo de enunciados alternados confirma a hipótese de estarmos perante situações de bilinguismo equilibrado, como fora inicialmente postulado.

## Referências bibliográficas

- APPEL, René-MUYSKEN, Pieter: *Language Contact and Bilingualism*. London: Arnold, 1987.
- BARROSO, Henrique: «Das Perífrases Verbais e/ou Complexos Verbais Perifrásticos». In: *Diacrítica 13-14*. Braga: CEHUM, 1999, pp. 331-387.
- CUNHA, Celso-LINDLEY CINTRA, Luís: *Breve Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Sá da Costa, 1985.
- FISHMAN, Joshua: «Sociolinguistic perspective on the study of bilingualism». In: *Linguistics 38*, pp. 21-50.
- GROSJEAN, François: *Life with Two Languages*. Cambridge: Harvard UP, 1982.
- GUMPERZ, John J.: *Discourse strategies*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- HOBERG, Rudolf-HOBERG, Ursula: *DUDEN. Gramática de Alemão*. Porto: Porto Editora, 2001. (título da edição original: *Der kleine Duden – Deutsche Grammatik*, trad. port. por Erwin Koller e Maria Odete Gonçalves Koller).
- LÜDI, Georges-PY, Bernard: *Zweisprachigkeit durch Migration*, Tübingen: Niemeyer, 1984.
- MARTINET, André (ed.): *Conceitos fundamentais da linguística*. Lisboa: Editorial Presença, 1976. (título original: *La Linguistique*, trad. port. por Wanda Ramos).

- MARTINS, Cristina dos Santos Pereira: *Bilinguismo e manifestações verbais bilingues: uma breve sinopse teórica*. Coimbra: Fac. Letras de Coimbra, 1997. – Separata da *Revista Portuguesa de Filologia*.
- MEISEL, Jürgen: Code-switching in young bilingual children. In: *Studies in second language acquisition 16*, 1994, pp. 413-439.
- MEISEL, Jürgen: «The simultaneous Acquisition of two First Languages: Early Differentiation and Subsequent Development of Grammars». In: *Trends in Bilingual Acquisition*, ed. por CENOZ, Jasone-GENESE, Fred, Amsterdam: John Benjamin, 11-41.
- OLIVEIRA, M.<sup>a</sup> Manuela Moreno: *Processos de intensificação no Português Contemporâneo*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1962.
- POPLACK, Shana: «Sometimes I'll start a sentence in spanish y termino en español: toward a typology of code-switching.» In: *Linguistics 18*, The Hague: Mouton Publishers, 1980, pp. 582-617.
- ROMAINE, Suzanne: *Bilingualism*. 2.<sup>a</sup> ed. Cambridge: Blackwell, 1995 (1.<sup>a</sup> ed. 1989).
- SHARWOOD SMITH, Michael / van BUREN, Paul: «First language attrition and the parameter setting model.» In: *First Language Attrition*, ed. por SELIGER, Herbert-VAGO, Robert, Cambridge: Cambridge University Press, 1991, 17-30.
- TIMM, L. A.: «Spanish-English Code-Switching: El Porqué y How-Not-To.» In: *Romance Philology 28*, 473-482.
- VILELA, Mário: *Estudos de Lexicologia do Português*. Coimbra: Almedina, 1994.
- WEINREICH, Uriel: *Sprachen im Kontakt. Ergebnisse und Probleme der Zweisprachigkeitsforschung* München: Beck, 1976. (título original: *Languages in Contact. Findings and Problems*, trad. al. por Jörg Kohlhasse).

# Níveis oracionais

MARIA JOÃO MARÇALO

Universidade de Évora

mjm@uevora.pt

## Abstract

From the functional point of view we consider here the relevance of hierarchies. We distinguish three levels of function: those that are nuclear ones and satellites. Our proposal works within a model of functional grammar, where functions hierarchy assumes a major role in the explanations proposed.

*Palavras-chave:* níveis oracionais, argumentos, circunstanciais, circunstantes, funções sintácticas.

Consideramos, no estado actual da investigação, que existem, pelo menos, três níveis oracionais em que «giram» os satélites do verbo:

- 1.º nível – argumentos
- 2.º nível – aditamentos ou circunstanciais
- 3.º nível – circunstantes ou tópicos

Estes três níveis não devem ser confundidos com funções. Os circunstantes tal como os aditamentos ou circunstanciais e os argumentos são órbitas em que podem girar diferentes funções sintácticas. ( Cf. Gutiérrez, 1997b: 390).

| <b>Argumentos</b>   | <b>Aditamentos ou circunstanciais</b>                                   | <b>Circunstantes ou tópicos</b>  |
|---|---|--|
| Estão previstos na valência combinatória do verbo                       | Não estão previstos na valência combinatória do verbo.                  | Não estão previstos na valência combinatória do verbo                        |
| Permanecem na valência dos deverbais                                    | São pronominalizáveis por um relativo tónico numa interrogação parcial. | Não concordam com o verbo  |
| São substituíveis por indefinido nas equandicionais                     |   | Não são comutáveis por átonos pronominais                                    |
| Comutam com <i>fazer</i> (não se aplica ao sujeito)                     |   | Não são substituíveis por advérbios ou por pronomes precedidos de preposição |
| Deixam marca no corpo formal do verbo (não se aplica aos «suplementos») | Focalizáveis em equacionais e equandicionais                            | Não permitem ser objecto de uma interrogação parcial                         |
|   | Respondem positivamente à interrogação disjuntiva.                      | Não são focalizáveis   |
|   | Podem ser elididos nas estruturas coordenadas e comparativas            | Estão fora da organização informação nova / conhecida                        |
|   | Modificam infinitivos, gerúndios e participípios                        | Vêm geralmente destacados pelo inciso  |
|   | Podem coexistir com segmentos idênticos na mesma sequência              | Não podem modificar infinitivos, gerúndios nem participípios                 |
|   | Contrastam em estruturas correctivas                                    | Modificam enunciados sem verbo   |
|   |   | São externos à modalidade enunciativa  |

Segundo Gutiérrez (1997 a: 373), os *argumentos* serão todos os terminais de relação sintagmática que estão presentes no código genético do verbo.

Lucien Tesnière foi dos primeiros autores a propor uma distinção de níveis nos complementos verbais. O linguista francês distinguiu actantes e circunstantes como subordinados imediatos do verbo, defi-

nindo os primeiros como «les êtres ou les choses qui ...participent au procès «e os segundos os que «expriment les circonstances de temps, lieu, manière, etc...dans lesquelles se déroule le procès (Tesnière, 1982: 102).

O facto de tal distinção se fundamentar essencialmente em traços semânticos proporcionou-lhe críticas várias. Posteriormente a este binómio, surge a distinção entre argumentos e satélites proposta pelo funcionalista holandês Simon C. Dik, em 1978. Dik toma como base distintiva a pertinência dos complementos no esquema predicativo. A presença obrigatória permite identificar os argumentos ou termos argumentais ao passo que os satélites se caracterizam por serem complementos opcionais: «Los satélites son los constituyentes ... que amplían la información relativa al estado de cosas considerado como un todo, especificando el tiempo o la ubicación del estado de cosas, explicando la razón o la causa de su existencia y proporcionando cualquier otro tipo de información adicional.» (Dik, 1981: 45-46). Dik explicita ainda que os satélites facultam adições opcionais relativamente à informação contida na predicação nuclear.

Não podemos fazer coincidir ambos os binómios, pois ao aplicarmos o proposto por Tesnière e por Dik obteremos resultados diferentes:

- 1 – *Comprei casa em Évora.*
- 2 – *Moro em Évora.*

A sequência *em Évora* será considerada, ao aplicarmos o critério de Tesnière, como *circunstante* em ambas as frases. Aplicando o critério proposto por Dik teremos em 1 um *satélite* e em 2 um *argumento*. Na aplicação de ambas as propostas alguns factores entram em conflito.

Ao basearmo-nos em valores de conteúdo para distinguirmos níveis de funções formais teremos dificuldade em justificar como é que o mesmo *circunstante* pode ser por vezes eliminado sem criar uma sequência gramatical e outras vezes acontece precisamente o contrário:

- 1 – *Comprei casa.*
- 2 – \* *Moro.*

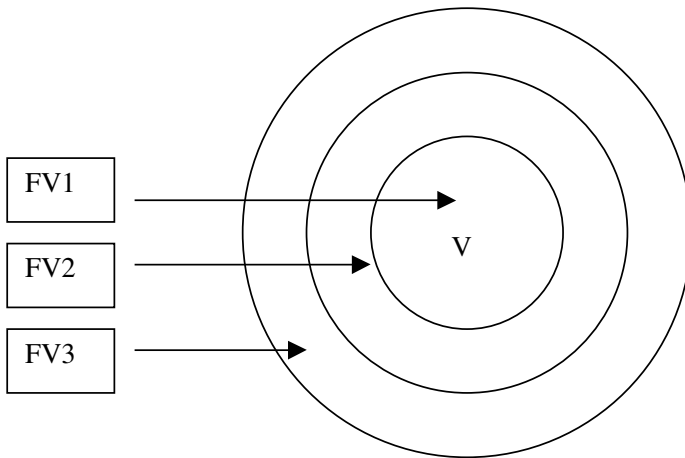
A relação entre elementos opcionais e elementos marginais está também na origem de alguma inadaptação do conceito proposto por

Dik. A comutação por zero não parece ser uma prova adequada para averiguar o carácter marginal ou não marginal de um dado segmento. A relação entre opcionalidade e marginalidade origina uma série de questões pertinentes:

- Todos os elementos opcionais são marginais?
- Todos os elementos marginais são opcionais?
- Marginalidade é sinónimo de opcionalidade?

A resposta a esta última questão é certamente negativa, apesar de ser essa equivalência que normalmente observamos. Como refere Rojo, «se ha equiparado incorrectamente marginalidad con posibilidad de eliminación» (Rojo, 1990: 161). Os elementos opcionais não são necessariamente marginais embora todos os elementos marginais sejam elimináveis, isto é, opcionais.

Na nossa concepção funcionalista, torna-se porém indispensável distinguir níveis hierárquicos na frase verbal. Estes caracterizam-se pela sua maior ou menor proximidade do verbo e pelo seu âmbito de incidência. Numa imagem semelhante à que nos oferece o átomo, os complementos colocam-se na órbita do verbo finito, mais ou menos afastados do centro do poder verbal como se representam na seguinte figura <sup>1</sup>:



<sup>1</sup> A figura é elaborada a partir de Gutiérrez, 1997 b: 373.



No nível mais próximo do verbo ou nível 1 gravitam os complementos seleccionados pela raiz léxica do verbo. Afectam directamente o núcleo verbal, são os complementos argumentais ou argumentos. Num segundo nível teremos os complementos circunstanciais ou aditamentos. Mais afastados do núcleo verbal encontramos os complementos do nível 3 a que chamaremos circunstantes ou tópicos. Vejamos então quais são as características que nos permitem distinguir os complementos que se alojam nestes três níveis oracionais.

### **Nível dos Argumentos**

Os complementos que giram na periferia de nível 1 são os chamados complementos de selecção verbal ou de valência verbal, aqueles que preenchem espaços funcionais fixados no código genético do verbo. Tal valência não é característica da categoria verbal, mas sim do lexema que assume os morfemas verbais. A valência sintagmática é, pois, lexematicamente idiosincrática e primordialmente semântica.

Os complementos de nível 1 estão intimamente relacionados com o verbo, o que, apesar de tudo, não implica que tenham presença obrigatória (um elemento não eliminável ou não opcional é central, mas um elemento central pode ser opcional, como vimos acima). Este facto desvaloriza os resultados que a prova identificatória da comutação por zero ou supressão possa revelar. A identificação dos complementos argumentais exige critérios de outra natureza que passamos a abordar. Para se identificarem os complementos de 1 torna-se necessário observar o comportamento dos complementos relativamente à focalização em estruturas equandicionais, observar os resultados da aplicação da prova de Happ e a presença ou não de marca formal sobre o verbo e a sua permanência na valência dos deverbais. Outros comportamentos contrastantes com os dos complementos de 2 e de 3 contribuem ainda para a identificação dos argumentos, porém os já mencionados permitem caracterizar positivamente os argumentos. Consideremo-los de imediato.

### **Comportamento dos argumentos em construções equandicionais «Se x SER y»**

As equandicionais, denominação que tomamos à letra de Gutiérrez, são estruturas sintácticas que permitem enfatizar ou focalizar um

segmento da oração<sup>2</sup>. São constituídas por três partes: o segmento hipotético, o verbo *ser* e o segmento focalizado:



As construções equandicionais permitem-nos identificar os argumentos através de um meio formal. Como qualquer estrutura enfática, pressupõem a existência de uma estrutura primitiva que se enfatiza:

- a) *A Luísa partiu o copo na cozinha.*
- b) *Se alguém partiu o copo foi a Luísa.*
- c) *Se algo a Luísa partiu foi o copo.*
- d) *Se em algum lugar a Luísa partiu o copo foi na cozinha.*

No segmento A aparece um indefinido que não é mais do que um termo geminado do termo enfatizado: *alguém, algo, a alguém, por alguém, em algum lugar*. Este **termo geminado** é obrigatório sempre que o segmento enfatizado for um argumento; a sua ausência gera sequências inaceitáveis:

- \**Se 0 partiu o copo foi a Luísa.*
- \**Se 0 a Luísa partiu foi o copo.*
- Se partiu o copo foi na cozinha.*

Só os complementos não argumentais permitem a supressão do termo geminado<sup>3</sup>, o que se verifica no exemplo anterior e nos seguintes:

***A Luísa partiu o copo ao almoço, por descuido.***

- Se em algum momento a Luísa partiu o copo, **foi** ao almoço.*
- Se a Luísa partiu o copo, **foi** ao almoço.*
- Se alguma coisa a Luísa partiu, **foi** o copo.*

<sup>2</sup> Gutiérrez propõe em 1994 o termo equandicionais para designar este tipo de estruturas baseando-se na sua característica de construções hipotéticas e semelhanças com as equacionais de Alarcos. Cf Gutiérrez, 1997 b: 549- 576.

<sup>3</sup> Gutiérrez assinala a elipse que este constituinte genérico sofre, o que é bastante comum no que respeita aos complementos satélites não exigidos pelo verbo. (*op. cit.*, 557).

*Se por algum motivo a Luísa partiu o copo, foi por descuido.  
Se a Luísa partiu o copo, foi por descuido.*

### Comportamento dos argumentos e a prova de Happ

A prova de Happ, proposta por este autor em 1978<sup>4</sup>, consiste na substituição pela proforma «fazer / fazê-lo / fazer o mesmo» e permite identificar os elementos não argumentais e os argumentais, à excepção do sujeito. Todo o constituinte que possa ocorrer com a proforma não será de nível 1, uma vez que a mesma substitui o verbo e os seus complementos desse mesmo nível. Face à prova identificatória com as estruturas equandicionais, esta prova enferma do facto de só produzir efeitos com verbos de acção. Como assinala Porto Dapena: «no todo verbo admite conmutación por esta proforma, que más bien serviría para referirse a predicados verbales que indiquen alguna actividad o comportamiento» (Porto Dapena, 1987: 133).

Vejamos como funciona a prova de Happ:

- 1 – *A Luísa desenhou na parede do quarto.*
- 2 – *A Luísa fê-lo.*
- 3 – *A Luísa fê-lo na parede do quarto*
- 4 – *A Luísa desenhou na parede do quarto e o João fê-lo na parede da sala.*
- 5 – *A Luísa partiu o copo quando tu entraste.*
- 6 – *A Luísa fê-lo quando tu entraste.*

*Na parede do quarto* e *Quando tu entraste* são complementos não argumentais dado que podem coexistir com a proforma *fazer*.

Se atendermos aos exemplos:

*A Luísa pôs o desenho na parede do quarto.*  
\* ??*Fê-lo na parede do quarto.*

*Morei em Estremoz.*  
?\* *Fi-lo em Estremoz.*

---

<sup>4</sup> Cf Happ, H, 1978, «Théorie de la valence et enseignement du français», *Le français moderne*, 46/2, 97-134. A mesma prova foi aplicada por Somers, 1984 «On the validity of the complement-adjunct distinction in valency grammar», *Linguistics*, 22, 507-530.

Conclui-se que *na parede do quarto* e *Em Estremoz* são complementos argumentais.

### **Os argumentos e a marca formal no verbo**

Se atendermos a este critério, consideraremos argumentos todos os complementos que produzam uma marca formal no corpo do verbo, quer através de marcas de concordância ou de clíticos pronominais. Verifica-se que tal acontece com os complementos sujeito, directo, indirecto e atributos. Esta prova não é, porém, conclusiva para certos complementos de regime preposicional (complementos que Alarcos baptizou de suplementos). Resta ainda acrescentar que alguns complementos indirectos não parecem ser valenciais<sup>5</sup>.

Um outro critério que permite identificar os complementos do nível 1 decorre da observação do comportamento dos substantivos deverbais. Os argumentos são conservados como complementos nas nominalizações:

*A Gulbenkian concedeu uma bolsa ao nosso projecto.*

*A concessão de uma bolsa da Gulbenkian ao nosso projecto surpreendeu-nos.*

Destaca-se ainda o comportamento dos complementos face aos participios. Os espaços funcionais do verbo finito que se conservam com o participio correspondem a complementos do nível dos argumentos.

### **Nível dos circunstanciais. Multiplicidade funcional.**

Neste nível de inserção encontramos, tal como no nível dos argumentos, várias funções sintácticas. Os complementos deste nível não têm um comportamento idêntico aos complementos argumentais relativamente às provas que examinámos, ou seja, os complementos de nível 2 não estão no código genético do verbo, não se mantêm na valência dos deverbais, não projectam qualquer marca formal sobre o

---

<sup>5</sup> Referimo-nos ao chamado dativo ético ou dativo de interesse. Cf. o tratamento do tema em Gutiérrez, 1999, *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*, pp. 1855-1930.

verbo, não exigem a presença de um termo geminado nas equacionais e não são incompatíveis com a proforma «fazer»da prova de Happ. Exibem porém algumas características comuns aos complementos argumentais que permitem distingui-los, como veremos, dos complementos de nível 3.

Tal como os argumentos, os complementos de nível 2 podem ser objecto de uma interrogação parcial e comutam com pronominais tónicos:

- a) *Vai de férias em Agosto. Quando vai de férias?*
- b) *Foi ao cinema com a filha. Com quem foi ao cinema?*
- c) *A Luísa come sem apetite. Como come a Luísa?*
- d) *O cão passeia sem trela. O cão passeia sem quê?*
- e) *Pintei a casa com tinta de areia. Pintaste a casa com o quê?*

Tal como os argumentos, os complementos de nível 2 são passíveis de focalização em estruturas enfáticas como as equacionais e as equacionais:

- a') *Em Agosto é quando vai de férias.*
  - b') *Com a filha é com quem foi ao cinema.*
  - c') *Sem apetite é como a Luísa come.*
  - d') *Sem trela é como o cão passeia.*
  - e') *Com tinta de areia foi com o que pintei a casa.*
- 
- a») *Se vai de férias é em Agosto.*
  - b») *Se foi ao cinema com alguém foi com a filha.*
  - c») *Se a Luísa come é sem apetite.*
  - d») *Se o cão passeia é sem trela.*
  - e») *Se pintou a casa foi com tinta de areia.*

A confrontação disjuntiva de segmentos paralelos em enunciados assertivos negativos e interrogativos permite separar os complementos dos níveis 1 e 2 dos complementos de nível 3. A aplicação deste critério só funciona com segmentos que apresentem informação nova.

*O João não vai de férias em Agosto mas sim em Setembro.  
O João vai de férias em Agosto ou em Setembro?  
?? Não o João mas o Manuel vai de férias em Agosto.*

Nas estruturas coordenadas e comparativas são elididos os segmentos repetidos que pertencem ao nível 1 e 2 da órbita verbal.

*Em Agosto o João vai para o Porto e o Manuel para Braga.*

Os argumentos e os aditamentos podem determinar infinitivos, gerúndios e participípios, propriedade que raramente é partilhada pelos complementos de nível 3.

Argumentos e aditamentos contrastam em estruturas correctivas:

*Aconteceu em Agosto mais que em Setembro.*

A vantagem teórica da dissociação de níveis e funções é visível no facto de se ultrapassarem os problemas descritivos colocados por complementos como:

*Mora em Évora*  
*A Luísa mede 1 metro e trinta.*  
*A casa custou 130 mil euros.*

Independentemente da função sintáctica que se lhes atribua («suplementos inerentes», «complementos adverbiais», implementos», ou seja, CD), todos eles são complementos de nível 1.

## **Características das funções que se encontram no nível 2**

Falar de aditamentos significa referirmo-nos a complementos que ocorrem na segunda órbita da frase verbal. Quando falamos de aditamentos não estamos a referir uma função sintáctica como *sujeito* ou *complemento directo*, mas sim a falar de um nível funcional, o nível 2 ou nível dos aditamentos, espaço onde se podem alojar várias funções. Os *aditamentos* opõem-se aos *argumentos* (nível 1) e aos *circunstantes* (nível 3).

Como podemos distinguir as funções que integram o nível dos aditamentos? Para além da caracterização de natureza semântica que se tem imposto neste domínio e que permite falar de complementos de «causa», de «companhia», de «meio», de «matéria», de «instrumento», de «tempo», etc, há comportamentos formais empíricos que permitem caracterizar estas funções do nível 2.

- 1) A coordenação entre aditamentos distintos é possível desde que haja uma proximidade de função semântica:

– *Quero que me tragas o livro aqui e agora.*  
 – \* *Desenhou com lápis e com canetas de feltro.*

- 2) Dois aditamentos diferentes não são comutáveis por um mesmo referente pronominal:

*Deu uma aula de revisões antes do exame, na universidade para que os resultados fossem melhores.*

*Deu uma aula de revisões então, ali /lá, para isso.*

- 3) Complemento circunstanciais ou aditamentos diferentes correspondem a interrogações parciais diferentes:

*Onde deu uma aula de revisões...? Na Universidade*

*Quando deu uma aula de revisões...? Antes do exame.*

*Para que é que deu uma aula de revisões...? Para que os resultados fossem melhores.*

- 4) Nas construções de ênfase equacionais e equandicionais, cada uma das funções de nível 2 é alvo de uma focalização independente como acontece com os argumentos:

*Antes do exame, foi quando deu uma aula de revisões na universidade...*

*Na universidade, foi onde deu uma aula de revisões antes do exame...*

*Se deu uma aula de revisões foi antes do exame.*

*Se deu uma aula de revisões foi na Universidade.*

*Se deu uma aula de revisões foi para que os resultados fossem melhores.*

- 5) Dois ou mais aditamentos diferentes podem coocorrer assindeticamente.

*Eu faço sempre os grelhados no carvão em minha casa.*

*A Luísa desenha com cuidado na escola.*

- 6) Os aditamentos coordenados comutam com um único substituto.

*A Luísa foi ao cinema com a Filipa, a Maria e o Duarte.*

*A Luísa foi ao cinema com eles.*

Atendendo à sua função semântica, podemos distinguir dois grandes grupos de aditamentos, os «verdadeiros circunstanciais» e os «falsos circunstanciais». Naqueles incluem-se os complementos de «espaço», «tempo» e «modo». Nestes contam-se complementos como os de «causa», «concessão», «condição», «fim», «matéria», «instrumento», «agente», «beneficiário», «meio», «privação», «companhia». Alguns deles têm comportamentos singulares que fogem aos critérios gerais assinalados.

## Nível dos tópicos ou circunstantes

Os circunstantes são elementos mais periféricos da órbita verbal, são elementos ultraperiféricos que tendencialmente se aproximam do núcleo sempre que, contra tal, não haja impedimento de outros complementos menos periféricos. Estes complementos serão abordados pormenorizadamente no capítulo dedicado à periferia oracional.

No domínio dos circunstanciais tem vigorado e mantém-se um predomínio organizador de carácter semântico, facto que de certo modo se estende aos tópicos de circunstantes. Não vemos inconveniente em que a análise a partir de tal caracterização se mantenha, tendo sempre presente que a solidariedade entre forma e significado é inerente ao signo linguístico e que aqui o que prioritariamente nos interessa é agrupar e distinguir os complementos que se alojam nas diferentes órbitas funcionais da oração. A abordagem que propomos é funcional: um conceito de natureza semântica justifica uma abordagem linguística como valor de conteúdo que se concretiza numa expressão formal e funcional. Como Gutiérrez, defendemos que todas as diferenças que possamos estabelecer se devem basear em critérios funcionais e formais (Cf. Gutiérrez, 2000: 66).

De um ponto de vista semântico, agruparemos os tópicos ou circunstantes em complementos de causalidade, complementos locativos, complementos de modo, de referência e de perspectiva.

## Tipos de complementos de nível 2 e de nível 3

Nos complementos de causalidade, além das causais propriamente ditas, consideraremos estruturas condicionais e concessivas<sup>6</sup>.

### *Causais*

A causalidade linguística assenta em três pilares. Para além da causa e efeito comumente assinalados pelos gramáticos, há que

---

<sup>6</sup> Nas «determinações causais» em sentido lato, Vilela considera também, tal como faremos aqui, além das causais em sentido estrito, as condicionais e as concessivas. Este autor engloba ainda as finais no âmbito da causalidade. (Cf 1995: 285)

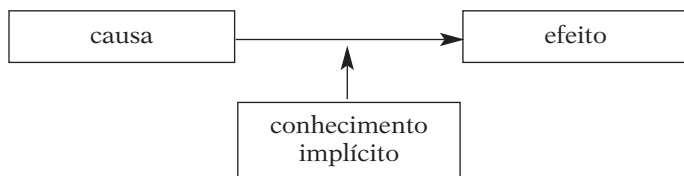


contar com os conhecimentos implícitos («o fundo comum do falante e ouvinte» referido em Vilela, 1995: 227). São estes que permitem fazer a ponte entre a causa e o efeito. Apesar da presença de conectores «causais», se o conhecimento implícito não existir, for falso ou não for dominado pelo interlocutor, não se estabelecerá a relação de causalidade. Contrariamente, se os conhecimentos implícitos forem evidentes, a presença do conector causal poderá ser dispensada

*Não come chocolates porque está a fazer dieta.*

*Não come chocolates. Está a fazer dieta.*

*\*?Não come chocolates porque está magra.*



Algumas das estruturas que expressam causa só se manifestam no nível dos circunstantes e nunca como aditamentos (cf. Gutiérrez 1997 c: 78). É o que verificamos com:

- causais de *como, dado que, posto que*
- condicionais de *como, sempre que, quando*
- concessivas de *por + adjectivo, advérbio + que*

O functivo que assume a função de aditamento causal poderá ser uma oração transposta, onde exercem um papel de destaque as orações nominalizadas pelo transpositor /que1/, apesar de este ortograficamente ocorrer soldado à preposição **por**:

- **Comprou o carro porque não lhes faltava dinheiro.**
- **Felicitaram-no porque lhe tinha nascido mais um neto.**
- **Saiu porque tinha fome.**

Em todos estes casos, o índice funcional **por** e o transpositor /que1/ funcionam autonomamente como evidenciam os exemplos:

|                            |  |
|----------------------------|--|
| <b>Comprou o carro por</b> | <b>que não lhes faltava dinheiro</b><br><i>ter muito dinheiro</i><br><i>vaidade</i><br><i>isso</i> |
|----------------------------|--|

|                           |  |
|---------------------------|--|
| <i>Felicitaram-no por</i> | <i>que lhe tinha nascido mais um neto</i><br><i>ter mais um neto</i><br><i>mais um neto</i><br><i>o saberem avó de mais um neto</i><br><i>isso</i> |
|---------------------------|--|

|                 |  |
|-----------------|--|
| <i>Saiu por</i> | <i>que tinha fome</i><br><i>sentir fome</i><br><i>cansaço</i><br><i>isso</i> |
|-----------------|--|

*Porque* apresenta um comportamento idêntico ao que se verifica com outros índices funcionais seguidos de orações transpostas a substantivos por meio da conjunção transpositora /que1/:

|                           |              |                                    |
|---------------------------|--------------|------------------------------------|
| <i>Chegou</i>             | <i>por</i>   | <i>que eram horas de almoço.</i>   |
| <i>Chegou</i>             | <i>sem</i>   | <i>que ninguém desse por isso.</i> |
| <i>Conto-te a verdade</i> | <i>para</i>  | <i>que saibas como te enganam.</i> |
| <i>Deixou de beber</i>    | <i>desde</i> | <i>que teve o acidente.</i>        |
| <i>Nada</i>               | <i>até</i>   | <i>que te canses.</i>              |
| <i>A solução está</i>     | <i>em</i>    | <i>que ele estude mais.</i>        |

Os aditamentos causais podem ocorrer em posição inicial delimitados por pausa, quer estejamos perante segmentos nominais, quer perante orações transpostas. Neste caso passam a situar-se no nível periférico dos circunstantes:

| <b>Aditamentos causais (FV2)</b>                         | <b>Circunstantes causais (FV3)</b>                        |
|--|---|
| Não respondeu <i>por falta de atenção.</i>               | <i>Por falta de atenção, não respondeu.</i>               |
| Adoeceu <i>de tanto beber.</i>                           | <i>De tanto beber, adoeceu.</i>                           |
| Perdeu a saúde <i>por se alimentar mal.</i>              | <i>Por se alimentar mal, perdeu a saúde.</i>              |
| Escorregou <i>porque estava descalça.</i>                | <i>Porque estava descalça, escorregou.</i>                |
| Perdeu-se <i>porque não conhecia a cidade.</i>           | <i>Porque não conhecia a cidade, perdeu-se.</i>           |
| O dinheiro não lhe chega <i>porque come sempre fora.</i> | <i>Porque come sempre fora, o dinheiro não lhe chega.</i> |
| Sabe falar espanhol <i>porque viveu em Badajoz.</i>      | <i>Porque viveu em Badajoz, sabe falar espanhol.</i>      |

A topicalização dos circunstanciais ou aditamentos prende-se com a função informativa. Apesar de estarmos perante sequências que dizem o mesmo no que respeita à função representativa, estamos perante organizações informativas distintas, como evidenciam as diferentes respostas a que sequências com aditamentos e com circunstantes respondem:


| <b>Aditamentos causais</b>               | <b>Circunstantes causais</b>                          |
|--|---|
| <i>Por que não respondeu?</i>            | <i>Por falta de atenção, o que aconteceu?</i>         |
| <i>Por que adoeceu?</i>                  | <i>De tanto beber, o que aconteceu?</i>               |
| <i>Por que perdeu a saúde?</i>           | <i>Por se alimentar mal, o que aconteceu?</i>         |
| <i>Por que escorregou?</i>               | <i>Porque estava descalça, o que aconteceu?</i>       |
| <i>Por que se perdeu?</i>                | <i>Porque não conhecia a cidade, o que aconteceu?</i> |
| <i>Por que não lhe chega o dinheiro?</i> | <i>Porque come sempre fora, o que acontece?</i>       |
| <i>Por que sabe falar espanhol?</i>      | <i>Porque viveu em Badajoz, o que aconteceu?</i>      |

Os circunstanciais que se deslocam para a esfera dos circunstantes exibem os comportamentos característicos deste nível:

- Aparecem entre pausas (incisos).
- A sua entoação é ascendente.
- Em posição inicial ficam fora da curva de entoação das interrogativas.
- Não são focalizáveis em estruturas de ênfase (cf. Gutiérrez, 2000:89)

Ao nível dos circunstantes, as funções semânticas são em menor número do que ao nível dos aditamentos. Os circunstantes admitem funções semânticas de causalidade (causa, condição, concessão), locativas (lugar e tempo), de modo, referência e de perspectiva.

| Aditamentos ou circunstanciais | Tópicos ou circunstantes |
|--------------------------------|--------------------------|
| Instrumento                    | ∅                        |
| Matéria                        | ∅                        |
| Meio                           | ∅                        |
| Lugar                          | Lugar                    |
| Tempo                          | Tempo                    |
| Modo                           | Modo                     |
| Causa                          | Causa                    |
| Condição                       | Condição                 |
| Concessão                      | Concessão                |
| Fim                            | ∅                        |
| Companhia                      | ∅                        |
| Privação                       | ∅                        |



## Topicalização de estruturas e valor causal

A função semântica «causa», quer ao nível dos aditamentos quer ao nível dos circunstantes, é em português também assumida por sintagmas nominais, precedidos ou não de quantificadores *tanto/pouco*, e de preposição, sendo que esta não adverbializa a sequência, comportando-se como índice funcional quer sintáctico quer semântico. Alguns desses sintagmas são alvo de prévia transposição a nominais por acção do artigo, como defendeu Alarcos ( Alarcos, 1994: 235-248).

Recorrendo à preposição /de/, a topicalização de estruturas quantificadas permite evidenciar valores causais:

*De sujo que estava, o cão cheirava mal.*  
*De bem que lia, apetecia ficar a ouvi-la todo o serão.*  
*Das dores que tinha, não conseguia movimentar-se.*  
*De tanto que leu, ficou quase cega.*  
*De cara que está a lagosta, não como há mais de dois anos.*  
*De tão nervosa que estava, dava a impressão de estar a mentir.*  
*De sujo que estava, o tapete de arraiolos parecia um trapo velho.*  
*De novo que era, o televisor cheirava a plástico.*  
*Do muito que tinha sofrido, sentia-se exausta.*  
*De tanto ler, ficou quase cega.*  
*De ler, ficou cega.*  
*De pouco comer e de tanta ginástica, adoeceu.*  
*De comer só iogurtes e de trabalhar muito, adoeceu.*

Estamos perante estruturas de ênfase que, como qualquer estrutura enfática, pressupõem a existência de uma estrutura primitiva ou neutra, sendo que tal relação é meramente explicativa e não dotada de implicações de ordem diacrónica (cf. Gutiérrez, 1986: 241)<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> Já Bello na *Gramática de la Lengua Castellana*, considera estas sequências no cap. XXXVI intitulado «Frases notables en las cuales entran artículos y relativos», 1988, p. 609e ss. Aí sublinha a característica de ênfase de que são dotadas: «Encierran ellas no pocas veces un sentido enfático». São seus os exemplos: «Lo ambicioso que fue de glorias y conquistas el emperador Napoleón», «Lo melancólica que está la ciudad», «Lo divertida que pasaron la noche», «Lo distraídos que andan», «lo enfermas que se sienten», «lo apresurada que corre la vida»..., p. 615.

| <b>Estrutura neutra</b>           | <b>Estrutura de ênfase</b>               |
|-----------------------------------|--|
| <i>A Luísa está crescida.</i>     | <i>O crescida que está a Luísa.</i>      |
| <i>A Luísa portou-se bem.</i>     | <i>O bem que se portou a Luísa.</i>      |
| <i>A Luísa come pouco.</i>        | <i>O pouco que a Luísa come.</i>         |
| <i>A Luísa é corajosa.</i>        | <i>O corajosa que a Luísa é.</i>         |
| <i>A Luísa sonha muito.</i>       | <i>O muito que a Luísa sonha.</i>        |
| <i>A Luísa comprou caramelos.</i> | <i>Os caramelos que a Luísa comprou.</i> |

No último exemplo em que se focaliza um substantivo sem função de atributo na estrutura primitiva observa-se a concordância do artigo. Nos restantes casos a presença do artigo «invariante» parece ser uma exigência formal destas construções. Na expressão da causa, a presença deste «neutro» revela-se optativa como se observa nas seguintes sequências de A contrastando com a presença obrigatória em B:

| <b>A</b>   | <b>B</b>   |
|--|--|
| <i>De tímido que era, não se ria.</i>              | <i>Não se ria do tímido que era.<br/>(Não se ria disso)</i>                |
| <i>De aborrecida que estava, não queria falar.</i> | <i>Não queria falar do aborrecida que estava. (Não queria falar disso)</i> |
| <i>De muito que sofrera, não se queixava.</i>      | <i>Não se queixava do muito que sofrera. (Não se queixava disso)</i>       |

Nos exemplos de A, estamos perante circunstantes de causa que «dispensam» a presença do artigo. Tal facto permite distingui-los de sequências «idênticas» de B que ocorrem preferencialmente pospostas. Esta é a explicação avançada por Gutiérrez e que permite descrever adequadamente a ausência do artigo nas sequências consideradas: «La anteposición de esquema y la opcionalidad del *lo* neutro pueden hallar una nueva explicación: evitar la confluencia formal con otros decursos donde nuestras estructuras contraen una función que va generalmente pospuesta y que sí necesita obligatoriamente artículo (Gutiérrez, 1986: 251)

Se considerarmos as sequências:

*A Luísa é (tão) esperta.  
A testemunha estava (tão) nervosa.  
A noiva mostrava-se (tão) feliz.  
As calças pareciam rasgadas.*

Vemos que são sequências neutras ou primitivas das respectivas sequências de ênfase a seguir apresentadas:

*A Luísa, (tão) esperta como é, ...  
A testemunha, (tão) nervosa como estava, ...  
A noiva, (tão) feliz como se mostrava, ...  
As calças, (tão) rasgadas como pareciam, ...*

Além dos adjectivos atributos, permitem esta ênfase alguns advérbios de dependência verbal:

*A Luísa lê bem.  
A Luísa, bem como lê, ...  
O João mora longe.  
O João, longe como mora, ...*

O carácter eminentemente modal de grande parte destas sequências pode dar lugar a outros matizes semânticos, nomeadamente causal:

*Bem como canta, vai ganhar o primeiro prémio.  
Sonolenta como estava, deitou-se a dormir a sesta.  
Bruto como é, não vai perceber as insinuações.  
Mal como come, ainda arranja uma doença de estômago.*

Os «novos conteúdos «causais, concessivos, temporais, etc., devem-se à topicalização a qual permite um afastamento de complementos do nível dos aditamentos ou circunstanciais para o nível mais afastado e periférico dos circunstantes.

Sublinhamos, para terminar, que as questões relativas à periferia oracional nos merecem o maior interesse e oferecem um vasto campo de investigação que urge continuar a trabalhar.

## Bibliografía

- ALARCOS LLORACH, Emilio, 1992 (1970), *Estudios de gramática funcional del español*, Madrid, Gredos, 354 p.
- ALARCOS LLORACH, Emilio, 1994, *Gramática de la lengua española*, Madrid, Real Academia Española/Espasa Calpe, 406 p.
- A. M. Said, s/d., *Gramática secundária da língua portuguesa*, São Paulo / Rio de Janeiro, 4.ª ed.
- BELLO, A., *Gramática de la lengua castellana*, Madrid, ArcoLibros.
- BIZOS, Marcel, 1997, *Syntaxe latine*, Paris, Les grands classiques Vuibert, Vuibert, 218 p.
- VILELA, Mário, 1995, *Gramática da Língua Portuguesa*, Coimbra, Almedina, 381 p.
- GUTIÉRREZ ORDÓÑEZ, Salvador, 1997 a, *Principios de sintaxis funcional*, Madrid, Arco Libros, 598 p.
- GUTIÉRREZ ORDÓÑEZ, Salvador, 1997 b, *La oración y sus funciones*, Madrid, Arco Libros, 615 p.
- GUTIÉRREZ ORDÓÑEZ, Salvador, 2000, «Causales», *Boletín de la Real Academia Española*, LXXX, pp. 47-159.
- MARÇALO, M.ª João, 1992 c, *Introdução à linguística funcional*, Lisboa, ICALP/ Ministério da Educação, 153 p.
- MARÇALO, M.ª João, 2003, «Da transitividade», in *Razão e Emoção – Volume de Homenagem a Maria Helena Mira Mateus*, vol. 1, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, p. 235.
- MARÇALO, M.ª João, 2004, «Funções sintáticas e classes: teoria e problemas», in Costaeouec, D.(org.), *As línguas no dealbar do século XXI*, Évora, Universidade de Évora, p. 209-216.
- PORTO DAPENA, 1987, *El verbo y su conjugación*, Madrid, ArcoLibros, 287 p.
- ROJO, Guillermo, 1978, *Cláusulas y Oraciones*, Anexo 14 de *Verba*, Universidade de Santiago de Compostela, 166 p.
- TESNIÈRE, Lucien, *Éléments de syntaxe structurale*, 1982, (1959), Paris, Klincksieck, 674 p.



# **Língua Galega e Legislação: Propostas da legalidade/Propostas da necessidade. Sincronia do Galego a respeito do Espanhol, do Catalão e do Basco \***

MARIA PILAR GARCIA NEGRO  
Universidade da Corunha (Galiza)

Vamos recordar, em primeiro lugar, uns princípios epistemológicos prévios que julgamos da maior importância para compreendermos a *questão* da língua galega:

- 1.º A língua é a estrutura cultural que precisam todas as demais estruturas da cultura, sem que aconteça à inversa. Não é, portanto, analisável em termos de «riqueza» ou de peça do património cultural, porque, sendo estrutura basilar de que todo acto humano depende, não é homologável com qualquer «coleção» de assuntos artísticos, estéticos ou culturais.
- 2.º A entidade língua requer, sempre, unanimidade social. Não é uma criação individual. De aí que falarmos em direitos linguísticos implica, antes de mais, falarmos em direitos colectivos, em direitos sociais, em definitivo, em direitos humanos.
- 3.º As regras que explicam a situação de uma língua são regras sociológicas, não regras filológicas. Aliás, a língua vive sempre num tempo e num contexto concretos, não numa «estratos-

---

\* Texto da conferência proferida em 26 de Maio de 2004 na Sessão de Encerramento dos Cursos Livres de Catalão e Galego do Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho.

fera» fora das contingências históricas. É assim como, na sociolinguística, o primeiro lexema vem a ser epíteto do segundo.

- 4.º A determinação (determinação, não influência) da sociedade galega, portanto, na existência da sua língua explica que todas as vicissitudes por que atravessou aquela incidissem directamente na fortuna, consideração social, qualidade e independência do código em si.
- 5.º Galego e português são consanguíneos. O galego, portanto, é membro nato da comunidade linguística galego-portuguesa. Se o exprimirmos em termos aristotélicos, diremos que ambos são formas da mesma matéria, variantes do mesmo sistema linguístico, de que é matriz a língua galega, nascida na Gallaecia, desenvolvida na antiga Galiza (desde o Cantábrico até Coimbra) e, hoje, praticada na Galiza actual e precisada de normalização.
- 6.º Ao contrário de umas outras situações históricas, o «filho» (português) «medrou» mais do que a «mãe» (galego). Esta ficou depauperada (por certo, na língua quechua, «pobre» é o que não tem amigos ou família, o que não está integrado na comunidade), des-institucionalizada, passando a ser, *chez elle*, de general a soldado raso, ficando reclusa numa oralidade privada de usos secundários, sem o efeito multiplicador da escrita, da imprensa ou dos espaços megafónicos, quer dizer, aqueles que criam prestígio e consolidam o *status* e o *corpus* de uma língua.

Falamos, pois, em conflito linguístico, um conceito sociológico e sociolinguístico imprescindível para compreendermos a diacronia da língua galega (setecentos anos de normalidade e quinhentos de conflito, em afortunado resumo do Dr. Freixeiro Mato). Uma diacronia que parte de centos de anos de normalidade horizontal e vertical, quer dizer, de prática estendida a todo o território e a todas as classes sociais.

A primeira fractura que padeceu a língua é consequência directa da derrota política da Galiza, no fim da Idade Média-princípio da Idade Moderna, que passa de ser Reino autónomo e *competitivo* a depender da monarquia castelhana e, depois, do Estado espanhol. Após a imposição fáctica, o século XVIII conhecerá a imposição legal,

com abundantes disposições e normativas que prescrevem o uso obrigatório do espanhol, como língua oficial do Estado e proíbem o uso de qualquer outra língua, ditas «dialectos» na terminologia epocal. Primeiro, *de facto*; depois, *de facto* e *de iure*.

Esta linha de imposição e de punição, sob diferentes formas, terá continuidade até os nossos dias. É uma linha de repressão e de assimilação, simultaneamente, sem a qual não se poderia explicar a situação actual. O primeiro bilinguismo (atinentes só o espanhol a uma minoria funcional, burocrática) não quebra, nos inícios, o monolinguísmo galego generalizado. Mas, numa segunda fase, a distribuição de um e do outro idioma vai ser diglósica, quer dizer, independentemente do volume quantitativo de locutores do galego (que segue a ser massivo), as funções para ele reservadas são as definidas pela oralidade, a coloquialidade, as interacções em confiança, os usos primários, em definitivo, sendo os usos secundários e prestigiantes os *adjudicados* ao espanhol.

É esta **diglossia** a que provoca o câmbio ou substituição linguística e inaugura, com todas as sequelas negativas, o «novo» bilinguismo, baseado no esquema de hegemonia/subordinação, e semente de (mais um conceito sociológico) auto-ódio, isto é, de todo o conjunto de mecanismos de auto-desprezo e de preconceitos aplicados à própria língua.

Na época actual, a mudança terminológico-legal começou já no tardo-franquismo, nos derradeiros anos da ditadura. Assinalaremos três conceitos-chave: domínio-aprendizagem-cultivo, que têm a seguinte tradução: domínio da língua do Estado; aprendizagem de uma língua estrangeira (francês; muito depois, inglês); cultivo da língua chamada vernácula (não esqueçamos que o adjectivo deriva, etimologicamente, do grego *vernon* = escravo...). A legalidade actual deriva da promulgação da Constituição espanhola (1978), do Estatuto de Autonomia da Galiza (1981) e da Lei de Normalização Linguística (1983). Eis, nos artigos atinentes à língua, a sua textualidade:

### Constituição espanhola, art. 3:

1. *El castellano es la lengua española oficial del Estado. Todos los españoles tienen el deber de conocerla y el derecho de usarla.*
2. *Las demás lenguas españolas serán también oficiales en las respectivas Comunidades de acuerdo con sus Estatutos.*
3. *La riqueza de las distintas modalidades lingüísticas de España es un patrimonio cultural que será objeto de especial respeto y protección.*

Estatuto de Autonomia, art. 5º:

1. *A lingua propia de Galicia é o galego.*
2. *Os idiomas galego e castelán son oficiais en Galicia e todos teñen o dereito de os coñecer e de os usar.*
3. *Os poderes públicos de Galicia garantirán o uso normal e oficial dos dous idiomas e potenciarán o emprego do galego en todos os planos da vida pública, cultural e informativa, e disporán os medios necesarios para facilitar o seu coñecemento.*
4. *Ninguén poderá ser discriminado por causa da lingua.*

Da Lei de Normalización Lingüística diremos que contém os seguintes Títulos: I. Dos dereitos lingüísticos na Galiza; Título II. Do uso oficial do galego; Título III: Do uso do galego no ensino; Título IV: Do uso do galego nos meios de comunicación; Título V: Do galego exterior; Título VI: Da Administración autonómica e a función normalizadora.

Quais, portanto, as propostas da legalidade? Resumi-las-emos muito brevemente:

1. A soberania indiscutível do espanhol.
2. A não definição territorial nem social das línguas que não são o espanhol.
3. Não existe o princípio da co-oficialidade pessoal (como na Bélgica) nem o da co-oficialidade territorial (cada língua oficial no seu próprio território).

\*

Mas vamos conectar o caso galego à situação e à dinâmica das línguas europeias menos difundidas e marcaremos paradoxos como os que seguem:

- a) Existindo legislações lingüísticas para línguas não estatais, que estabelecem espaços de usos consentidos e proclamam a legitimidade de direitos lingüísticos individuais, não só não aumenta significativamente a extensão social daquelas, senão que é visível em muitos casos o atraso quantitativo e funcional da sua utilização.
- b) Derrogadas ou obsoletas legislações punitivas de antanho, e proclamado *urbi et orbi* o princípio da liberdade no uso indi-

vidual do idioma, seguem a funcionar mecanismos de sucção linguística, que favorecem o emprego das grandes (em tamanho e em poder fáctico) línguas dos Estados, apanhando a cada passo mais locutores e consolidando à alça o seu domínio prévio.

- c) Proclamado por decreto o princípio do igualitarismo linguístico, em virtude do qual todas as línguas são, por operação taumatúrgica, iguais e dotadas dos mesmos direitos, assistimos, porém, à imposição *de iure* e *de facto*, através de múltiplas prescrições jurídicas e de profusas normas sociais, das línguas estatais, em todos os âmbitos da vida prática, quotidiana, como também em todos os espaços públicos e de prestígio.
- d) Face à proliferação de estudos, investigação sociolinguística, filológica e dialectológica, recompilação de tesouros etnográficos e folclóricos e um etcétera tão extenso quanto inútil ou secundarizado social e politicamente, contemplamos o facto paradoxal de que, falando-se cada vez mais sobre as línguas não normalizadas, fala-se menos nelas.
- e) Existindo, ao menos no ordenamento jurídico-político do Estado espanhol, um quadro legal-institucional definido, entre outros factores, sobre a base da língua, age desligado – mesmo à *rebours*– da base social de utentes, promotora e dinamizadora das línguas dominadas, sendo por vezes caminhos paralelos – não correlativos nem convergentes– os praticados por instituições públicas, de um lado, e movimentos extra-oficiais, por outro.
- f) Assistimos, enfim, a uma curiosa inversão da causalidade normalizadora: ela faz-se depender da demanda social, quando se restringe a oferta linguística na língua necessitada de normalização e, ainda, quando sobre a existência desta planam contínuas «OPAS» (ofertas públicas de aquisição, que, aqui, seriam de absorção) hostis, para controlar, regular e submeter a permanente vigilância as condições de existência dessa língua.

Em resumo, sintetizaríamos esta série de paradoxos no seguinte enunciado: as necessidades das línguas desnormalizadas e/ou em vias de normalização não se satisfazem com as propostas e a intervenção das instituições públicas e do quadro legal que as sustenta.

Consideramos preciso também lembrarmos as condições em que se instaurou a super-estrutura legal e institucional do Estado espanhol no trânsito da ditadura franquista para o regime actual, e que consequências teve. A essência do pacto que permitiu a transição – como muito bem recorda o jurista Victorino Gutiérrez Aller – consistiu na exclusão da ruptura democrática mediante a articulação de um novo esquema político, inaugurador de um regime formalmente similar ao dos países da Europa Ocidental – democracia parlamentar –, em troca do respeito e a integração dos estamentos mais poderosos do regime anterior. A exclusão mencionada supôs a continuidade e o reconhecimento, com carácter inquestionável, justamente das matérias mais questionadas na realidade sócio-política do Estado à altura de 1975 – e mesmo na própria ditadura: a monarquia, a unidade da pátria e a economia livre de mercado. Estas três realidades passaram intactas, incólumes, à Carta Magna, à Constituição vigente desde 1978, alcançando o rango de princípios basilares da mesma. Ora bem, a intensidade e a tensão geradas pela existência e pelas aspirações das comunidades nacionais internas ao Estado espanhol não se compadeciam com um ordenamento jurídico que reproduzisse sem mais o esquema unitário anterior. Fazia-se preciso, portanto, o estabelecimento de um mecanismo legal-ponte que, sob reconhecimento daquelas realidades nacionais, limitasse o pleno desenvolvimento da sua potencialidade. E este mecanismo articulou-se mediante a utilização de uma semântica legal conceptualmente equívoca, que permitisse o reforço do princípio da «unidade da pátria» por uma dupla via: a exclusão do que pudesse afectar a esse princípio e a aproximação do que pudesse reforçá-lo. Assim, por exemplo, quando a Constituição utiliza a nomenclatura «nacionalidade histórica», fica excluído o termo «nação» e, com ele, o direito à autodeterminação; ao instituir a «Comunidade Autónoma», em lugar de «região», consegue-se incluir neste termo não só as regiões mas também as denominadas «nacionalidades», com a subsequente unificação de todas elas numa só figura jurídico-institucional, independentemente do grau e do ritmo de descentralização que se reconheça a cada uma.

A partir deste quadro jurídico-político, estabelece-se, para as línguas que não são o espanhol, um regime – se se me permitir o símil penitenciário- de *liberdade vigiada*, que passa pelos seguintes princípios:

1. A continuidade na declaração de oficialidade do espanhol na Carta Magna, que passa de ser língua oficial *de facto* em todos os territórios do Estado a ser língua oficial *de iure* de todos

aqueles com língua própria, que englobam mais de 40% da população total do Estado.

2. O idioma espanhol dota-se de mais instrumentos legislativos ao seu serviço, porquanto à produção legislativa estatal se somará a legislação autonómica, que recorda e proclama redundantemente a oficialidade do mesmo.
3. Desde a universalidade que determina o artigo 3. da Constituição espanhola (vid. *supra*), universalidade de direitos e de deveres, e impossibilitada tal prescrição para qualquer das outras línguas, fica legalmente em entredito tanto a fórmula da co-oficialidade territorial como a da co-oficialidade pessoal, como já ficou apontado. Com efeito, a primeira é impraticável até as suas últimas consequências tanto pela oficialidade do espanhol quanto pelo direito de uso individual dos espanhol-falantes; a segunda fica inábil perante o dever individualmente prescrito de conhecimento do espanhol.

\*

As propostas da necessidade. Façamos, de novo, um esquemático percurso histórico. É Rosalia de Castro (1837-1885) a escritora que «rompe águas», a transformar a apologia, feita em espanhol, da língua galega, em prática directa em galego, utilizando-a quer para o verso (poesia lírica; épica; narrativa; teatro em formato versual; poesia dialógica: cobertura poética, portanto, para múltiplos géneros), quer para a prosa (é a primeira ensaísta da língua galega, com dois magníficos textos prologais-manifestos à frente dos seus *Cantares gallegos* (1863) e *Follas novas* (1880). É a sua uma escrita integral em galego («sem gramáticas nem regras de nenhuma classe...»), que volve o galego da metalinguística à língua e constrói uma formidável metonímia a respeito da institucionalização que faltava. Após ela, Curros (1851-1908), génio progressista e revolucionário; Lamas Carvajal (1849-1906), o Valedor do Povo *avant la lettre*; Pondal (1833-1917), o cantor das glórias do passado como garantia da conquista de um outro futuro para a Galiza...

E é assim como a Geração do 16 (por 1916, ano da fundação das «Irmandades da Fala») ou a Geração Nós (que toma o nome da revista de alta cultura que nasce em Ourense em 1920, co-dirigida por Risco e Castela) vão «pôr o galego ao dia» – segundo as suas próprias definições-, estendendo o seu uso não só a todos os géneros literários mas

também a todos os usos públicos: é, pois, uma *véritable* ruptura a que pretendem e executam até que os fatais acontecimentos provocados pelo levantamento fascista e a guerra civil de 1936 cortassem abruptamente tal ingente processo de normalização. A cesura ou hiato profundo que supõe o conflito bélico e a pós-guerra vai ter dois «hemistíquios»: um, muito minguado, no interior da Galiza; um outro, na Galiza da emigração e do exílio, com centro, fundamentalmente, em Buenos Aires, onde Castelao (1886-1950), por exemplo, vai publicar o seu *Sempre en Galiza* (1944), autêntica *biblia* do pensamento galego contemporâneo, em clave nacionalista.

São estes antecedentes os que explicam e determinam a evolução favorável da contemporaneidade mais recente, embora devamos falar de uma crise não resolvida a favor da língua galega. A novidade fundamental, o avanço principal, consiste em dotar ao galego (desde os anos '70 do século XX) da multifuncionalidade precisa para ele ser língua-*verité* e não língua coloquial, oculta, «dissimulada» ou residual, língua existente, portanto, na escola, na Universidade, nos meios de comunicação, no uso administrativo e judiciário, na Igreja... Ampliou-se assim o espaço simbólico e derrubaram-se as fronteiras da utilização restrita admitidas antanho como «naturais» e incontornáveis. Galego para todos, galego para tudo, enfim... É este processo o que permitiu, simultaneamente, a melhoria do código, a normalização gráfico-formal e a necessária expansão e diversificação científico-técnica do léxico.

\*

A situação actual vem marcada, como já foi dito, por mais de vinte anos de governo autonómico, que, porém, não influíram decisivamente no processo de normalização descrito nem foram úteis a este propósito nominal ou teórico. Existe uma desproporção enorme entre esforços e resultados, e, ainda, há âmbitos ou domínios escassamente galeguizados: os *media*, o mundo económico e empresarial, as actividades eclesiásticas, a justiça... Talvez, a prova desta negatividade seja a recente elaboração e publicação de um *Plano geral de normalização da língua galega* (2004), promovido pela Junta de Galiza e aprovado por todos os grupos parlamentares do Parlamento galego, à espera, porém, do seu cumprimento e posta em prática real e efectiva.

É esta falta de vontade política, até o presente padecida, com todas as suas sequelas de parálise, obstaculização do labor normalizador extra-oficial (nomeadamente, as organizações políticas e sindicais do



nacionalismo e a «Mesa pola Normalización Lingüística»), práticas neo-diglóssicas (por exemplo, na Televisão pública galega), incumprimento da legislação vigente (sobretudo, no ensino obrigatório)... a que tem demorado muito mais do esperável e do admissível aquele esperançoso renascimento que, como já se disse, começou na segunda metade do século XIX. O contrário: é uma vontade política e social muito activa a que, em troca, produziu efeitos benéficos para o catalão e para o basco, embora continuem a ser línguas em fase de normalização, mas com progressos bem visíveis na utilização social e pública nos últimos vinte anos. Houve recursos humanos e técnicos, houve orçamentos, houve planificação que visou implantar aquelas línguas ali onde não se discutia a presença da oficial do Estado, o espanhol.

É por isto que continuam a ser válidas as conclusões emanadas do «I Simpósio Internacional das Línguas Europeias e as Legislações», celebrado em Santiago de Compostela em Outubro de 1992. Elas seriam a síntese entre «tese» e «antítese» tão contrapostas. Ei-las:

- 1.<sup>a</sup> Que as legislações linguísticas sejam destinadas a favorecer, sempre e antes de mais nada, os processos de normalização de cada uma das línguas.
- 2.<sup>a</sup> Que, dado que muitas leis actuais partem de pressupostos dificilmente respeitosos com as finalidades mencionadas, sejam reformadas aquelas disposições legais, tanto constitucionais como de outros níveis, que pudessem travar ou limitar o desenvolvimento normal de todas as línguas.
- 3.<sup>a</sup> Que toda a legislação linguística garanta e potencie a oferta de uso de todas as línguas, também nos âmbitos formais, com a finalidade de criar necessidades de utilizá-las nas suas próprias áreas.
- 4.<sup>a</sup> Que nenhuma fronteira, nem estatal nem administrativa no interior dos Estados Constituintes, interfira na manutenção da unidade objectiva das línguas e dos seus falantes.
- 5.<sup>a</sup> Que o princípio de territorialidade das línguas intervenha para resolver os problemas actuais de superposição e de classificação política e jurídica das línguas em dominantes e dominadas ou maioritárias e minoritárias em tanto que categoria.
- 6.<sup>a</sup> Que numa Europa cada vez mais intercomunicada, a presença e actuação dos meios de comunicação social possam desenvolver-se para todas as línguas num plano de igualdade.

- 7.<sup>a</sup> Que, vista a inadequação entre a demanda social e a vitalidade das línguas frente às políticas linguísticas actuais, os poderes públicos representativos assumam mais responsabilidades na fidelidade que devem às comunidades linguísticas que administram.
- 8.<sup>a</sup> Que as convenções e tratados internacionais intereuropeus vão interpretando-se ou aperfeiçoando-se, e que eventualmente sejam revistos no sentido de abrirem caminhos à igualdade linguística efectiva de todos os cidadãos e dos seus respectivos colectivos ou povos.

\*

Conclusão. Não é, portanto, o galego uma língua morta. Sim, uma língua mortificada, que ainda precisa de muito labor de reparação e de «cirurgia estética». A pergunta segue a ser a histórica: uma língua – se valer o símil sintáctico- para todas as orações ou só para as orações subordinadas: *quando* não molestar o seu uso; *onde* se permitir comodamente; *para* certas funções; *segundo* que interlocutores... É claro, em troca, em termos históricos, científicos e éticos, que se declararmos língua à galega e propriedade colectiva de todos os galegos, deveremos colocá-la em toda a parte e, democraticamente, em e para toda a sociedade galega.

## Referências bibliográficas

- CARVALHO CALERO, Ricardo (1990): *Umha voz na Galiza*, Santiago de Compostela, ed. Sotelo Blanco.
- FREIXEIRO MATO, Xosé Ramón (2002, 5<sup>a</sup> ed.): *Lingua galega. Normalidade e conflito*, Santiago de Compostela, ed. Laiovento.
- GARCIA NEGRO, María Pilar (1991): *O galego e as leis. Aproximación sociolingüística*, Vigo, ed. do Cumio.
- GARCIA NEGRO, María Pilar (1999, 2<sup>a</sup> ed.): *Sempre en galego*, Santiago de Compostela, ed. Laiovento.
- GARCIA NEGRO, María Pilar (2000): *Direitos lingüísticos e control político*, Santiago de Compostela, ed. Laiovento.
- RODRÍGUEZ, Francisco (1998, 4<sup>a</sup> ed.): *Conflito lingüístico e ideoloxia na Galiza*, Santiago de Compostela, ed. Laiovento.

# A falar [e a escrever em latim] é que a gente se entende

ANTÓNIO PEREIRA  
(Universidade do Minho)  
acpereira@ilch.uminho.pt

## Résumé

Dans un monde tellement anglophone, comme le monde actuel, ce ne sera plus le bon usage de la langue de Shakespeare à nous éblouir, mais plutôt des compétences moins prévisibles, comme par exemple celles de savoir grec et latin. Dans cet «univers global», caractérisé par des connaissances en série, massifiées et souvent appauvrissantes, il faut faire attention à l'identité d'une langue, tout en prouvant que sa survie et sa rénovation passent par la connaissance actualisée de ses racines. Et les racines de la langue portugaise sont essentiellement latines.

Vaste et actuel, l'héritage linguistique que nous avons reçu du latin apparaît dans presque tous les domaines de la connaissance: dans la littérature (*Ignoto deo; De profundis valsa lenta...*), dans le droit (*domus justitiae; dura lex, sed lex; habeas corpus ...*), dans la religion (*ecce homo; habemus Papam; urbi et orbi ...*), dans le sport (*e pluribus unum; ex aequo; in extremis ...*), dans le quotidien (*curriculum vitae; exame ad hoc; magister dixit ...*), dans les sciences (*habitat; lux; in vitro ...*) et même dans la publicité (*Fiat; Magnum; primus inter pares ...*). Cela étant, on pourrait dire que «c'est à parler et à écrire en latin que l'on s'entend».

**Palavras-chave:** actualidade, etimologia, história da língua, latim, léxico, português.

## 1. Introdução

«(...) se há uma grande convicção que reforcei ao longo dos quase nove anos que levo no desempenho do cargo de Presidente da República é a de que a causa da afirmação e projecção da língua portuguesa representa um daqueles desafios que,

se o não soubermos agarrar, estamos verdadeiramente a falhar uma responsabilidade primordial do presente, a desperdiçar uma enorme riqueza que recebemos do passado e a descuidar o futuro.»

(JORGE SAMPAIO)<sup>1</sup>

De acordo com Jorge Sampaio, «estamos verdadeiramente (...) a desperdiçar uma enorme riqueza que recebemos do passado». Que passado? Um passado primordialmente linguístico, certamente. E o «passado» da língua portuguesa é riquíssimo, feito de contributos vários, muitos deles perdidos na *memória dos tempos*. Todavia, todos lhe reconhecem uma base (a «basezinha» de que falava o abade Custódio n' *Os Maias* de Eça de Queirós<sup>2</sup>) – o latim.

Ao estudar as «Origens e Estruturação Histórica do Léxico Português», Piel (1989: 9) apresenta a língua portuguesa – à semelhança do que acontece com qualquer léxico de uma língua de civilização – como «um organismo vivo, extremamente complexo na sua composição, pois resulta de um trabalho multissecular de elaboração e de selecção, cujos princípios se situam bastante para além da época em que o português se manifesta como instrumento literário nos primeiros documentos escritos». Para o comprovar, o Autor faz uma longa viagem pela história lexical da nossa língua, ilustrando, com numerosos exemplos, as épocas mais marcantes: «Elementos pré-latinos» (pp. 10-11: *barranco, tojo, várzea* ...), «Elemento germânico» (p. 12: *espora, luva, roca* ...), «Aluvião lexical árabe» (pp. 12-13: *alferes, algodão, arraial* ...), «Latim medieval, humanista e científico-erudito» (p. 14: *anjo, reino, virgem* ...), «Elementos franceses e provençais» (pp. 14-15: *coragem, monge, restaurante* ...), «Elementos exóticos» (p. 15: *ananás, bengala, chá* ...) e «Elementos italianos, espanhóis e outros» (pp. 15-16: *aguarela, clube, tijolo* ...). Deixamos propositadamente para o fim a referência ao «Fundo latino» (pp. 11-12) porque é dele que nos iremos ocupar nas páginas seguintes.

---

<sup>1</sup> Intervenção do Presidente da República na Sessão de Abertura da Conferência «A Língua Portuguesa: Presente e Futuro», Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 6 de Dezembro de 2004. Cf. «O Português na 1.ª Pessoa», in <http://ciberduvidas.sapo.pt>

<sup>2</sup> Cf. p. 63, Edição «Livros do Brasil», Lisboa.

## 2. Um pouco de História da Língua

O latim é, de facto, o estrato da língua portuguesa. Mas não esqueçamos a sua composição heterogénea. Assim, «na altura em que o latim se fragmentou, dando origem aos dialectos românicos, o seu léxico era constituído por um conjunto de palavras em que o elemento genuinamente itálico-latino só representava uma parte, embora a mais importante» (Piel 1989: 11). Quer isto dizer que, antes da sua expansão fora da Itália, o latim assimilou numerosos elementos: primeiro, gregos, etruscos e «mediterrâneos»; e depois, celtas, «ibéricos» e germânicos, entre outros. Sabe-se que as chamadas línguas românicas ou novilatinas, onde se inclui o português, têm a sua génese no latim falado na última fase do Império Romano – geralmente designado por «latim vulgar»; todavia, ao lado das formas faladas-populares do fundo latino, podemos encontrar também formas cultas-literárias do latim medieval, humanista e científico-erudito. Recuperemos, para o caso português, alguns pares de palavras, sendo a primeira de cada par a forma falada-popular e a segunda a culta-literária<sup>3</sup>:

- (1) **adro** (séc. XIII) / **átrio** (1597): < *atrium*, *ii*, «sala de entrada, pátio». A forma *adro* resultou da apócope do /-m/, da sonorização do /-t/ (> /-d-/) e da monotongação de /-iu/.
- (2) **Agosto** (1188-1230) / **augusto** (1548): < *augustus*, subentendido *mensis*, «mês de Agosto», dedicado a César Augusto; oitavo mês do ano civil nos calendários juliano e gregoriano. Na passagem de *augustu-* para *Agosto*, releve-se a monotongação de /au-/<sup>4</sup>.
- (3) **caldo** (séc. XIII) / **cálido** (1651): < *calidus*, *a*, *um*, «quente, aquecido». Este traço semântico parece manter-se quando entendemos o termo popular *caldo* como sinónimo de *sopa* (alimento habitualmente quente). Registe-se a síncope do /-i-/ na passagem de *calidu-* para *caldo*.
- (4) **cheio** (séc. XIII) / **pleno** (1708): < *plenus*, *a*, *um*, «cheio, pleno». A forma *cheio* resultou da palatalização do grupo consonântico /pl-/ , da síncope do /-n-/ intervocálico e da epéntese do /-i-/.

<sup>3</sup> Exemplos recolhidos de *Tempo da Língua – Imagens da História da Língua Portuguesa* (Castro 2001: 14). O tratamento de cada um dos pares de palavras é feito com base no *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* e no *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa* de José Pedro Machado.

<sup>4</sup> O adjectivo *augusto* vem do latim *augustus*, *a*, *um*, «sagrado», que está na origem do antropónimo *Augusto* (lat. *Augustus*), epíteto atribuído em 27 a.C. pelo Senado Romano a Octávio.

- (5) **colheita** (1255) / **colecta** (1390): < *collecta, ae*, «quota-parte, coisas coligidas, colheita». De *collecta*- a *colheita* ter-se-á verificado uma palatalização (/ll-/ > /lh-/) e uma vocalização (/c-/ > /i-/).
- (6) **comprar** (981) / **comparar** (1278): < *comparare*, «comparar, confrontar». Semanticamente, há uma relação próxima entre os dois verbos portugueses uma vez que o acto de *comprar* pressupõe geralmente a *comparação* de bens (quanto à qualidade e ao preço). Foneticamente, registe-se a síncope do /a-/.
- (7) **delgado** (1253) / **delicado** (séc. XIV): < *delicatus, a, um*, «mole, delicado». Para além da síncope da palatal /-i-/ , na passagem de *delicatu-* a *delgado* é notória a sonorização das oclusivas /c-/ (> /g-/) e /t-/ (> /d-/).
- (8) **eira** (1018) / **área** (séc. XIV): < *area, ae*, «superfície plana, terreno, campo». Atente-se na metátese presente na sequência *area* > *aera* (> *eira*).
- (9) **entrudo** (séc. XIII) / **intróito**<sup>5</sup> (séc. XIV): < *introitus, us*, «entrada, começo». No domínio semântico, a relação entre as duas formas portuguesas é evidente uma vez que o *Entrudo* funciona como *intróito* (introdução) da Quaresma.
- (10) **foz** (séc. XIII) / **fauce** (1524-1585): < *faux, faucis*, «garganta, passagem estreita». Na passagem de *fauce-* (acusativo) para *foz* destaca-se a monotongação /-au-/ > /-o-/. Quanto ao significado de *foz*, parece que ele é entendido metaforicamente como a garganta (*fauce*) de um rio.
- (11) **lindo** (séc. XIV) / **legítimo** (séc. XV) : \* < *legitimus, a, um*, «conforme às leis»<sup>6</sup>. Sendo assim, *lindo* é tudo aquilo que é *legítimo*, isto é, conforme às leis, aos padrões sociais (da beleza).
- (12) **selo** (1280) / **sigilo** (1561): < *sigillum, i*, «marca pequena, sinalzinho; selo; sigilo», diminutivo de *signum, i*, «signo, sinal». Quanto aos fenómenos de alteração fonética, na passagem de *sigillum* a *selo* ter-se-á verificado, entre outras alterações, a síncope da oclusiva /-g-/ (*sigilu-* > *siilu*) e a crase das vogais palatais (*siilu* > \**silo*).
- (13) **solda** (séc. XIV/1570) / **sólida** (1553): < *solidus, a, um*, «firme, consistente». O substantivo *solda* (quer seja «erva da família das rosáceas, usada geralmente para cicatrizar feridas», quer seja «composição metálica fusível») parece conter o traço semântico «consistente, sólido». Na evolução *solida-* > *solda*, registe-se a síncope da palatal /-i-/.

<sup>5</sup> «entróito» em Castro (cremos que por lapso).

<sup>6</sup> Segundo Corominas: *legitimus* > *lídimo* > \**lidmo* > \**lindo* (sendo a passagem de /-dm-/ a /-nd-/ o resultado de uma metátese) – cf. *Dicionário Houaiss*.

Outros meios têm sido utilizados para mostrar a importância de um estudo diacrónico no ensino/aprendizagem da Língua Portuguesa. Azevedo Ferreira, num artigo intitulado «O papel da História da Língua na aula de Português» (Ferreira 1988-89), procura «dar uma panorâmica genérica de alguns temas que poderão ter interesse para a aula de Português»: «Abordagem do texto medieval» (pp. 80-83), «Grafias» (pp. 83-85), «Flexão de género» (pp. 85-88), «Flexão de Número» (pp. 88-89), «Onomástica» (pp. 90-92) e «Outros casos» (pp. 93-95). E são muitas as questões a que dá resposta. «Porque é que se escreve: *jeito, jeira, majestade* com *j*? Porque provêm de *jactu, diaria, majestate*. E porque é que se escreve *coser* (roupa) com *s* e *cozer* (legumes) com *z*?» Porque *coser* resultou de *cosere* (< *consuere*) e *cozer* de *cocere* (< *coquere*) (cf. p. 84).

Interessante é também o plural dos nomes terminados em *-ão*: umas vezes *-ãos*, outras vezes *-ães*, outras ainda *-ões*. Porquê? Por causa das diferentes terminações do acusativo plural latino. Assim: *paganos* > *pagãos*; *panes* > *pães*; *leones* > *leões*. No domínio semântico, o Autor explica as mudanças ocorridas em vocábulos como *burro* (do adj. *burrus*, «vermelho»), *capela* (de *cappella*, diminutivo de *cappa*, «algo que cobre a cabeça; capa») e *salário* (de *salarium*, «quantia dada aos soldados para comprarem sal»).

Azevedo Ferreira conclui que a amostra apresentada, ainda que incompleta, é «reveladora da importância que a história da língua poderá desempenhar a todos os níveis de ensino, justificando-se plenamente a sua introdução nos primeiros anos do ensino secundário» (p. 95).

### 3. «Mas, para quê estudar latim?! ...»: o Latim hoje

É por demais evidente a influência do inglês no domínio lexical da língua portuguesa. Às muitas palavras de origem inglesa que habitualmente se apresentam, como *andebol*, *bife*, *clube* ou *lanche*, acrescentem-se outras bem mais recentes, sobretudo do domínio das novas tecnologias: *blog* (abreviatura de *web log*), *download*, *e-mail*, *link* ou *on-line*. Que lugar fica então reservado para o latim? Só distraidamente poderíamos responder que esse lugar constitui a «última fila» do português. Na verdade, muitas são as expressões latinas que, às vezes inconscientemente, fazem parte dos nossos usos linguísticos. Neste

sentido, não resisto a partilhar um texto que, de forma um tanto hiperbólica, procura ilustrar esta realidade<sup>7</sup>:

- Viva, Cecília! A tua filha sempre conseguiu aquele emprego?
- Não. E, vê lá tu, por uma questão de *lana caprina*. Eu sabia *a priori* que ela não tinha grandes hipóteses. Havia muitos candidatos. Pediam o *curriculum vitae* e, além disso, era condição *sine qua non* conhecer, pelo menos, duas línguas estrangeiras.
- Pensei que essas exigências eram só um *pro forma* para o anúncio e que um conhecimento lá dentro seria suficiente ...
- Não é bem assim. Mas, era o máximo! Imagina que aquela *avis rara* do empresário até lhe perguntou se sabia latim!
- Nem me digas! Isso era *in illo tempore*. Para que queria ela isso lá no escritório? Basta-lhe repetir *ipsis verbis* o que diz o patrão. Não precisa mais.
- Pois sim, mas agora parece que sem uma habilitação definida nada se arranja.
- Olha lá, e porque não faz ela o exame *ad hoc* para a Universidade?
- É tarde e desnecessário. Aquilo era um empresário muito *sui generis*. Olha a minha Patrícia se precisou disso ... E ganha bem.
- É verdade, soube que ela andava à procura de casa. Já arranjou?
- Sim. Acabou por comprar um *duplex* na *Solum*. Já são quatro pessoas e viver num estúdio é demais. Mas como o rendimento *per capita* ainda é elevado ficaram a pagar um juro altíssimo. E *Deo Gratias* que encontrou aquele aqui perto.
- A propósito. Hoje fui matricular a minha filha. Já ouviste falar nessa história do latim obrigatório?
- Já me soou qualquer coisa. Agora à minha filha é que não faço esse disparate ...
- E eu *idem*. Para que serve essa língua morta?! Nunca lhe vi a utilidade.
- Mas não te aflijas. Isso já é falado há muito tempo e acaba sempre por ser adiado *sine die*.
- É porque os ministros costumam usar o direito de veto. Agora dizem que é diferente, clamam que cada vez se fala pior o português, que o latim é essencial, *etc., etc.*
- Olha, isso, *grosso modo*, é conversa de sempre. Já a minha avó dizia o mesmo ...

Curioso, sem dúvida, este texto. Na verdade, ele congrega muitas das opiniões que circulam sobre o latim: (i) as pessoas que mostram

---

<sup>7</sup> Desconheço o autor deste texto. Foi-me disponibilizado durante o meu estágio pedagógico no ano lectivo de 1990/1991.



algum interesse por ele são «avis rara» e com um perfil muito «sui generis»; (ii) actualmente, não há lugar para o latim – isso era «in illo tempore»; (iii) finalmente, estudar latim é um «disparate», até porque, sendo uma «língua morta», não tem qualquer «utilidade». Todavia, a convicção destas afirmações não parece muito assertiva: primeiro porque, ironicamente, as pessoas que negam a importância do latim são, às vezes, as que mais recorrem a ele («Quem desdenha quer comprar?»); depois porque conhecem as preocupações dos políticos (também delas próprias?) relativamente ao mau uso do português e a aposta no latim para solucionar em parte esse problema. E quando se fala do «mau uso do português» não estamos a pensar apenas nos alunos e no cidadão comum; pensamos também nos utilizadores de maior responsabilidade como professores, políticos e jornalistas<sup>8</sup>. Neste sentido, o conhecimento do latim, ainda que superficial, pode resolver muitas dúvidas: com a sua base operativa, «não haverá dificuldade em rejeitar \*fáçamos, \*tênhamos, etc., nem certamente alguma vez voltaremos a ser obrigados a ouvir um locutor de televisão a dizer e a repetir, para cúmulo, coisas como «Sumo Pôntifíce»». Mais: com um pouco de latim, «não subsistiriam dúvidas quanto à ortografia de «quiser», «quisemos», ou quanto à oposição «perfeito / prefeito»». (Nascimento 1989: 477).

Recorrendo à nossa experiência docente, verificamos que os alunos universitários que aprenderam latim no Ensino Secundário revelam, em geral, mais competências no conhecimento e uso da língua portuguesa, sobretudo nos domínios gramatical e ortográfico. De facto, melhor se compreenderá a grafia de vocábulos como *acção* e *baptismo* se conhecermos o étimo latino (*actio* e *baptismus*, respectivamente). E que dizer da evolução semântica de determinados termos? Nem todos saberão que *parvo* («que é pouco esperto ou inteligente»)<sup>9</sup> significa em latim (*parvus*, *a*, *um*) «pequeno» (de estatura), tendo havido, assim, na passagem para o português, uma transferência do sema «pequenez» do domínio físico para o intelectual. E *delirar*? O significado actual («ficar sem capacidade para pensar ou falar racionalmente, devido a doença») não coincide com o latino (verbo *delirare*,

---

<sup>8</sup> Basta recordar que a obra *Áreas Críticas da Língua Portuguesa* (Peres e Mória 1995) apresenta, como material de análise, textos jornalísticos, produzidos entre 1986 e 1994, onde se encontram ocorrências, fundamentalmente de natureza sintáctica, que causam alguma «perplexidade» (cf. «Prefácio»).

<sup>9</sup> Esta e as definições que se seguem encontram-se no *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*.

inicialmente «apartar-se do sulco da charrua, sair da linha») mas mantém-se o sema do «desvio». E *ministro* («pessoa que, enquanto membro do Governo, tem a seu cargo um dos ramos da administração do Estado constituído em ministério»)? Será que, se os políticos quisessem cumprir escrupulosamente o significado latino (*minister, tri*, «o que serve»), desejariam tal cargo? E o antropónimo *Paulo/Paula* (relacionado com o adjectivo *paulus*, a, um, «pouco»)? Haveria tantos *Paulos/Paulas* no Onomástico Português se se conhecesse o seu significado etimológico? Talvez as preferências recaíssem em *Victor* (*victor, oris*, m., «vencedor») ou *Benedito/Bento* (adj. *benedictus*, a, um, part. de *benedico*, «dizer bem»), do lado masculino, e *Margarida* (*margarita, ae*, f., «pérola») ou *Regina* (*regina, ae*, f. «rainha»), do lado feminino. E o gentílico *escalabitano*? Será fácil relacioná-lo com Santarém (*Scalabis*) se não se conhecer a sua origem<sup>10</sup>?

Se entrarmos na área da literatura portuguesa, vários conceitos serão mais facilmente entendidos se tivermos alguns conhecimentos de latim. Em primeiro lugar, a nossa primeira produção textual (séculos XII-XIV<sup>11</sup>) está tão abonada de latinismos que só um profundo conhecedor da língua latina a poderá compreender. E esta presença sucede-se no tempo até aos nossos dias. Pensemos na frase latina *ridendo castigat mores* («rindo, castigam-se os costumes») para traduzir os objectivos do teatro vicentino, sobretudo os do *Auto da Barca do Inferno*; pensemos também na expressão *in medias res* («no meio da coisa, do acontecimento»), para classificar a narração d'*Os Lusíadas* de Luís de Camões (para não falar dos muitos latinismos presentes nesta epopeia camoniana); pensemos ainda na expressão *carpe diem* («aproveita o dia»), para caracterizar o pensamento de Ricardo Reis. E os exemplos multiplicam-se: com o intuito de se distinguir a paisagem do Classicismo/Renascimento da paisagem do Romantismo, usamos habitualmente a expressão *locus amoenus*

---

<sup>10</sup> O gentílico *escalabitanola* tem origem na forma latina *scalabitanus*, a, um, «relativo ou pertencente a *Scalabis*», nome pré-romano de Santarém (cf. *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*).

<sup>11</sup> Não tem sido pacífica a questão de identificar o texto mais antigo escrito em português. Ana Maria Martins, por exemplo, situa aquele que ela considera como o primeiro documento escrito em português (a «Notícia de fiadores») em 1175. José António Souto Cabo não aceita esta classificação na medida em que, no seu entender, as características linguísticas do documento são predominantemente latinas. Por sua vez, apresenta um outro documento, escrito em português ou galego-português, como o mais antigo visto que será anterior a 1175 (cf. Souto Cabo 2003: 339).

(«lugar ameno») e *locus horrendus* («lugar horrível»), respectivamente; se pretendermos estabelecer relações entre os autores Almeida Garrett e Eça de Queirós e as suas personagens Carlos (das *Viagens na Minha Terra*) e Ega (d' *Os Mais*), respectivamente, dizemos que eles são o *alter ego* («outro eu») dos seus criadores. Até títulos de textos como *Ignoto deo* («A um deus desconhecido»), poema de Garrett, ou *De profundis valsa lenta* («Das profundezas do abismo...»), livro de José Cardoso Pires, apresentam roupagem latina.

Depois de tão abundantes testemunhos<sup>12</sup>, como se compreende que o estudo do latim continue tão arredado das nossas escolas? Até quando, no dizer do povo, continuaremos a «tapar o sol com a peneira»? Sim, porque melhor se entenderá o filho (português) se lhe conhecermos o progenitor (latim). É verdade que aqui e ali se vão dando alguns passos no sentido da valorização do latim. É o caso da Universidade do Minho que, no ano lectivo 2004/2005, com a reestruturação de alguns cursos do seu Instituto de Letras e Ciências Humanas colocou o latim em todas as licenciaturas com a componente de Português<sup>13</sup>. Talvez esta nova estrutura curricular, onde o latim assume um lugar de maior relevo, seja a resposta às convicções de muitos estudiosos dos quais destacamos o já referido e saudoso Azevedo Ferreira, insigne professor daquela instituição universitária: «Considero mesmo não ser possível ensinar correcta e responsabilmente a língua materna sem um profundo conhecimento da sua história» (p. 80). E a «história» do Português – já o dissemos por várias vezes – assenta fundamentalmente no Latim.

---

<sup>12</sup> Para um conhecimento mais alargado dos vocábulos e expressões latinas mais utilizados no português, ver, por exemplo, a secção «Palavras e Expressões Estrangeiras» do *Dicionário da Língua Portuguesa*, 8.<sup>a</sup> edição, e o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*.

<sup>13</sup> A saber: 4 semestres de latim na Licenciatura de Estudos Portugueses e 2 semestres nas Licenciaturas de Estudos Portugueses e Alemães, Estudos Portugueses e Franceses e Estudos Portugueses e Ingleses.

#### 4. Conclusões

Sustentava contra ele Vénus Bela,  
 Afeiçãoada à gente Lusitana,  
 Por quantas qualidades via nela  
 Da antiga, tão amada sua, Romana;  
 Nos fortes corações, na grande estrela,  
 Que mostraram na terra Tingitana,  
 E na língua, na qual, quando imagina,  
 Com pouca corrupção crê que é Latina.

(LUÍS DE CAMÕES, *Os Lusíadas*, I, 33)

Num mundo tão marcadamente anglófono como o actual, já não será tanto o bom uso da língua de Shakespeare a deslumbrar, mas competências menos previsíveis como saber grego e latim, por exemplo. Nesta «aldeia global», de conhecimentos disponibilizados em série, massificados e muitas vezes empobrecedores, é importante alertar para a identidade de uma língua, provando que a sua sobrevivência e renovação passa pelo conhecimento actualizado das suas raízes.

Num seu artigo por nós já referenciado, Azevedo Ferreira recorre à História da Língua «a fim de que, com exemplos práticos e concretos, se possa verificar a importância e a utilidade, na formação dos professores de Português, de uma tal componente disciplinar, cuja finalidade é dar a conhecer a evolução histórica da nossa língua, nos seus vários aspectos: fonético, morfo-sintáctico e lexicológico» (p. 79). E falar de História da Língua implica principalmente o estudo do sistema linguístico português resultante das alterações sofridas pelo latim, «porque, no fundo, o português é uma continuação do latim» (p. 79); o português é, nas palavras de Camões, «com pouca corrupção», o próprio latim. Ora, é esta ligação umbilical que não devemos menosprezar, caso contrário pomos em risco, segundo Jorge Sampaio, «a causa da afirmação e projecção da língua portuguesa», já que estamos a falhar «uma responsabilidade primordial do presente, a desperdiçar uma enorme riqueza que recebemos do passado e a descuidar o futuro» (Sampaio 2004).

Ao longo deste trabalho, procurámos mostrar que o legado linguístico que recebemos do latim é vasto e actual. Por vezes de forma imperceptível mas vital, o latim marca presença em praticamente todas as áreas do conhecimento. Embora seja frequente encontrar uma mesma expressão latina em diferentes contextos, também é verdade que, por razões várias, ela seja associada mais directamente a um determinado domínio do saber: literatura (*Ignoto deo; De profundis*

*valsa lenta; locus amoenus/horrendus ...*), direito (*domus justitiae; dura lex, sed lex; habeas corpus ...*), religião (*ecce homo; habemus Papam; urbi et orbi ...*), desporto (*e pluribus unum; ex aequo; in extremis ...*), vida quotidiana (*curriculum vitae; exame ad hoc; magister dixit ...*), ciências (*habitat; lux; in vitro ...*) e até publicidade (*Fiat; Magnum; Optimus; primus inter pares ...*).

É caso para se dizer que «a falar e a escrever em latim é que a gente se entende».

## Referências

- CASTRO, Ivo *et al.*, 2001, *Tempo da Língua – Imagens da História da Língua Portuguesa*, Instituto Camões.
- Dicionário da Língua Portuguesa*, 1999, Porto Editora, 8.<sup>a</sup> ed.
- Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, 2001, Academia das Ciências de Lisboa e Editorial Verbo, Coordenação de Malaca Casteleiro, 2 vols.
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, 2003, Lisboa, Instituto António Houaiss de Lexicografia, Temas e Debates, 3 vols.
- ESTRELA, Edite *et al.*, 2003, *Saber Escrever. Saber Falar. Um guia completo para usar correctamente a língua portuguesa*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- FERREIRA, José de Azevedo, 1988-89, «O papel da História da Língua na aula de Português», in *Diacrítica*, revista do centro de estudos portugueses, n.º 3 e 4, Braga, Universidade do Minho, pp. 79-97.
- MACHADO, José Pedro, 1967, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, 2.<sup>a</sup> ed., Horizonte/ Confluência, 3 vols.
- 1993, *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*, 2.<sup>a</sup> ed., Horizonte/ Confluência, 3 vols.
- NASCIMENTO, Aires Augusto do, 1989, «O Latim, uma memória operativa do Português», in *Congresso sobre a Investigação e Ensino do Português – 18 a 22 de Maio, 1987*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Educação, pp. 472-479.
- PERES, João Andrade e MÓIA, Telmo, 1995, *Áreas Críticas da Língua Portuguesa*, Lisboa, Caminho.
- PIEL, Joseph-Maria, 1989, «Origens e Estruturação Histórica do Léxico Português», in *Estudos de Linguística Histórica Galego-Portuguesa*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, pp. 9-16.
- Sampaio, Jorge, 2004, «O Português na 1.<sup>a</sup> Pessoa», in <http://ciberduvidas.sapo.pt>
- SOUTO CABO, José António, 2003, «Nas origens da expressão escrita galego-portuguesa. Documentos do século XII», in *Diacrítica*, série ciências da linguagem, 17/1, Revista do Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, Braga, pp. 329-385.



# Varição entre testemunhos de um mesmo texto <sup>1</sup>

JORGE AUGUSTO PAULO PEREIRA  
Faculdade de Teologia da Universidade  
Católica Portuguesa (Lisboa)  
jorau.paulo.p@clix.pt

## Abstract

This article follows a diachronic approach and aims at analysing the variation levels that exist between the same text's testimonies. The purpose is to understand if the copyists are relatively faithful to the text they copy or if they introduce significant changes and, consequently, if those apographs are reliable to diachronic studies. The article's goal is to make an approach to the grapho-phonological and syntactic plans and to compare the results. The conclusions can be useful for several studies because we want to assess if the language state in manuscripts corresponds to the moment of the autograph's production or to the moment during which its copy has been made.

*Palavras-Chave:* variação; testemunhos/manuscritos; autógrafos/apógrafos; variantes grafo-fonológicas/variantes sintáticas.

Ao redigir a minha dissertação de mestrado, apercebi-me que os testemunhos de um mesmo texto apresentavam níveis de variação bastante diferentes. De facto, se a variação no plano grafo-fonológico parecia ser não só evidente como também abundante, tanto entre testemunhos como dentro de um mesmo testemunho, no plano morfológico e sintático os níveis eram mais reduzidos. Esta observação

---

<sup>1</sup> Quero agradecer à professora Teresa Brocardo da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, por ter lido o rascunho deste artigo e feito observações críticas preciosas. Contudo, todos os erros que este artigo possa apresentar são da minha exclusiva responsabilidade.

resultou de um trabalho de cotejo dos manuscritos do qual derivou a primeira parte do estudo linguístico. No entanto, não tendo como objectivo determinar a incidência da variação em testemunhos do mesmo texto, o que fiz foi apenas um levantamento dos principais dados linguísticos que, no mesmo texto, apareciam em variação.

Os estudos linguísticos de tipo diacrónico enfrentam uma dificuldade particular: contextualizar cronologicamente os fenómenos linguísticos que os textos testemunham. Daí o facto de serem particularmente apetecíveis os textos cuja datação é certa ou praticamente certa. O privilégio vai então para textos notariais, por estar normalmente identificada a data da sua redacção. Estamos, pois, a trabalhar sobre autógrafos devidamente datados.

Há, contudo, um conjunto de textos (chamados correntemente «literários», embora nem todos o sejam na acepção mais estrita do termo) que, embora não seja, muitas vezes, difícil chegar à data da sua elaboração (por via do autor), não nos chegaram directamente, através do texto original, mas através de apógrafos, muitas vezes tardios, distanciados do original de várias décadas ou mesmo séculos. Não é raro acontecer que, no lapso de tempo que decorreu entre o original e as suas cópias, muitas mudanças tenham ocorrido na língua. A questão que se coloca é a de sabermos se, ao estudarmos os dados linguísticos de um texto através de um determinado apógrafo, estamos a estudar a língua tal como ela existia no tempo em que o original foi produzido ou se estamos a estudar a língua tal como ela existia no tempo do copista. Na realidade, uma terceira hipótese é ainda mais provável: alguns dados podem corresponder ao tempo do autor e outros ao tempo do copista. O problema é conseguirmos determinar o grau de intervenção do copista (ou dos copistas, uma vez que a cópia é já, amiúde, cópia de cópia) sobre o texto que ele copiou. Talvez nem todos os copistas tenham o mesmo grau de intervenção, mas este parece variar também, como já dissemos, consoante a área linguística (grafo-fonológica, morfológica, sintáctica). Mas será possível determinar com alguma segurança qual a incidência da variação para cada tipo de área? Se a resposta a esta pergunta fosse positiva, os dados desses estudos seriam certamente muito úteis. Poderíamos, por exemplo, realizar investigações com base em textos apógrafos sobre problemas linguísticos cuja variação entre manuscritos fosse normalmente pouco acentuada e extrair daí conclusões sobre o estado da língua no tempo do autor, enquanto que para problemas linguísticos cuja variação entre manuscritos é normalmente mais elevada, tal investigação com base em textos apógrafos não seria fiável. Assim, ao fazermos estudos deste segundo tipo, ou retiraríamos conclusões sobre



o estado da língua no tempo do copista ou simplesmente teríamos de ter uma enorme cautela quando fossem esboçadas conclusões sobre o estado da língua no tempo em que o texto original foi escrito.

A hipótese que nos move é a de que este tipo de textos apresenta, de testemunho para testemunho, uma enorme variação no plano grafo-fonológico mas uma baixa frequência de variação no plano sintático. Os copistas tendem, portanto, a manter os dados sintacticamente relevantes do texto que lhes serviu de suporte para a cópia e a alterar de forma mais ou menos significativa os dados com relevância gráfica e/ou fonológica. Esta hipótese terá ainda de ser testada. Procuraremos com este trabalho dar um pequeno contributo para a sua verificação, mas estamos conscientes de que só a verificação em *corpora* mais abundantes e diversificados bem como a medição de outros tipos de dados poderá clarificá-la.

Não nos interessará, assim, um estudo das variantes que os manuscritos apresentarem na mesma localização no texto. Esse estudo foi feito na minha dissertação de mestrado e utilizarei esses dados apenas como ponto de orientação para escolher os dados a investigar. Examinaremos, pelo contrário, o número de formas diferentes do mesmo dado linguístico, nos diferentes testemunhos, de modo a determinar se a variação é ou não significativa e qual o grau de intervenção que o copista teve sobre o texto.

## 1. Identificação do *corpus*

O estudo que se segue utiliza os dados do *corpus* coligido e publicado na minha dissertação de mestrado (Pereira 2003), excluindo, por motivos óbvios, aqueles textos que exibiam apenas um testemunho.

Um estudo desta natureza será tanto mais fiável quanto maior for o número de textos e manuscritos sobre que incide a análise. Outro aspecto a considerar seria a natureza dos manuscritos; ou seja, um estudo ideal utilizaria textos cujo original chegou até nós, sendo, portanto, possível comparar o manuscrito autógrafo com as cópias sucessivas.

O *corpus* que eu utilizo, infelizmente, não tem essa condição ideal. Estamos perante um conjunto de cartas escritas originalmente no século XV, mas cujos autógrafos nos são desconhecidos. Assim, teremos de cotejar os apógrafos entre si. Essa comparação far-se-á a respeito de cada um dos diversos dados linguísticos, de modo a poder estabelecer, em termos percentuais, a incidência da variação em relação a cada dado analisado. Teremos de seleccionar dados das diversas

áreas linguísticas, uma vez que o nosso objectivo é saber se a variação tem a mesma frequência em cada área ou se difere substancialmente de área para área.

Os resultados a que chegarmos serão ainda muito parcelares e, portanto, pouco fiáveis, se quisermos alargar as nossas conclusões para a generalidade dos textos remanescentes. Teríamos que aumentar o nosso *corpus*, incluindo textos de diferentes géneros, de diferentes épocas e de maiores dimensões, de modo a verificar se as conclusões a que formos chegando se podem aplicar a todos os textos ou épocas ou apenas a um certo tipo ou época.

O *corpus* seleccionado para este estudo enquadra-se no conjunto de textos normalmente identificados como «literários», mas não poéticos. A importância destes emerge do facto de documentarem «abundantemente a morfologia nominal e verbal, as estruturas morfosintáticas dos sintagmas nominal e verbal. Sobretudo é importante para o estudo das possibilidades sintáticas da língua» (Silva 1991:38). Esta documentação já não apresenta, contudo, tantas potencialidades no que se refere ao estudo da fonética. Se quisermos subdividir o conjunto formado pela prosa «literária», teremos, então, os textos de ficção, os textos historiográficos e os textos pragmáticos (Silva 1989:28ss.). O *corpus* que seleccionámos, constituído por um conjunto de cartas, pertence ao terceiro grupo.

Importa agora referir a totalidade dos testemunhos constantes do *corpus* e a sua localização arquivística (para mais pormenores sobre os testemunhos, incluindo outras edições anteriores, e para a consulta da edição que serve de base ao nosso trabalho, veja-se Pereira 2003).

- **Carta 1**, de D. Pedro, Duque de Coimbra, de Bruges em 1426, para D. Duarte, Rei de Portugal.

Testemunhos remanescentes:

**A**– Manuscrito do séc. XVI<sup>2</sup>: Lisboa, IAN/TT, Livraria n.º 1928, f. 24r-41v (microfilme n.º 257).

**B**– Manuscrito do séc. XVIII<sup>3</sup>: Lisboa, BN, COD. 3390, f. 32r-47r (microfilme n.º 115).

---

<sup>2</sup> Dias (1982:XIV): «O apógrafo, sem data, é atribuível paleograficamente aos finais do século XVI ou começos do XVII. Porém, sabendo que o convento de Scala Coeli foi inaugurado em 1598 e que D. Teotónio – fundador da casa e doador do manuscrito – morreu em 1602, situamos a sua produção nos finais da centúria de Quinhentos».

<sup>3</sup> Esta data corresponde à que se encontra em Cepeda (1995: 191). Dias (1982: XIII) tem outra datação para este manuscrito: «Um monge cartuxo que, no século XVII, fez uma cópia do códice, descreve-o (...)».

**C**– Manuscrito do séc. XVIII: Lisboa, BN, PBA 147, f. 249r-254v (microfilme n.º 8002).

**D**– Manuscrito do séc. XVIII: Lisboa, BN, COD. 4446, f. 61r-68r.

- **Carta 2**, de D. Pedro, Duque de Coimbra, de 1433, para D. Duarte, Rei de Portugal, quando foi levantado por Rei.

Testemunhos remanescentes:

**A**– Manuscrito do séc. XVI: Lisboa, IAN/TT, Livraria n.º 1928, f. 78v-84r (microfilme n.º 257).

**B**– Manuscrito do séc. XVIII: Lisboa, BN, COD. 3390, f. 77v-81r (microfilme n.º 115).

**C**– Manuscrito do séc. XVIII: Lisboa, BN, PBA 147, f. 247v-249r (microfilme n.º 8002).

**D**– Manuscrito do séc. XVIII: Lisboa, BN, COD. 4446, f. 71r-73r.

- **Carta 3**, de D. Fernando (1402-1443), Infante, de Fez em 12 de Junho de 1441, para o Regente D. Pedro.

Testemunhos remanescentes:

**A**– Manuscrito do séc. XVII: Lisboa, IAN/TT, Livraria n.º 1111, f. 117r-118v.

**B**– Manuscrito do séc. XVIII: Lisboa, IAN/TT, Livraria n.º 1104, pp. 299-304 (microfilme n.º 55).

- **Carta 4**, de D. Afonso V (1432-1481) para Gomes Eanes de Zurara (?1410-?1474) incumbindo-o da tarefa de escrever a crónica de D. Duarte de Meneses; escrita a 22 de Novembro de 14(...).

Testemunhos remanescentes:

**A**– Manuscrito do séc. XV ou já do séc. XVI: Lisboa, BN, COD. N.º 9165 F. G., f. 3r-4r (microfilme n.º 753).

**B**– Manuscrito pelo menos de finais do séc. XVI: Lisboa, IAN/TT, Livraria n.º 520, f. 2r-2v.

**C**– Manuscrito do séc. XVII: Lisboa, BN, COD. N.º 416, f. 9r-10r.

**D**– Manuscrito do séc. XVIII: Lisboa, BACL, ms. N.º 1732, pp. 1-3.

**E**– Manuscrito do séc. XVIII: Lisboa, BN, COD. N.º 657 F.G., f. 1r-2v.

**F**– Manuscrito do séc. XVIII: Lisboa, BN, COD. N.º 803 F. G., f. 2r-6v.

**G**– Manuscrito do séc. XVIII: Lisboa, IAN/TT, Livraria n.º 595, f. 2r-4r.

- **Carta 5**, de D. Afonso V, de 6 de Julho de 1460, na qual D. Duarte de Meneses foi feito conde.

Testemunhos remanescentes:

**A**– Manuscrito do séc. XV ou já do séc. XVI: Lisboa, BN, COD. N.º 9165 F. G., f. 256r-258v (microfilme n.º 753).

**B**– Manuscrito pelo menos de finais do séc. XVI: Lisboa, IAN/TT, Livraria n.º 520, f. 222r-223r.

- C**– Manuscrito do séc. XVII: Lisboa, BN, COD. N.º 416, f. 157r-158v.  
**D**– Manuscrito do séc. XVIII: Lisboa, BAACL, ms. N.º 1732, pp. 303-307.  
**E**– Manuscrito do séc. XVIII: Lisboa, BN, COD. N.º 657 F. G., f. 303v-306v.  
**F**– Manuscrito do séc. XVIII: Lisboa, BN, COD. N.º 803 F. G., f. 606r-610r.

As partes introdutórias das cartas não serão usadas, pois não são parte integrante do texto.

## 2. Análise de alguns dados

Já dissemos que este estudo é fundamentalmente de natureza quantitativa. Teremos agora que seleccionar os dados linguísticos sobre os quais vai incidir a nossa análise. Como dissemos também, esses dados têm de estar distribuídos por várias áreas da linguística. Seleccionámos apenas duas dessas áreas: a área da sintaxe e a área grafofonológica. Outros dados para além destes poderiam ser estudados; nós optámos por aqueles que nos pareciam mais pertinentes por aparecerem com alguma frequência nos textos e pelo facto de se referirem a aspectos linguísticos sujeitos a processos de mudança na gramática da língua. Apenas estes dados nos interessam, uma vez que as mudanças ocorridas podem interferir no processo de cópia dos textos.

### 2.1. Os pronomes clíticos

Os dados que agora vamos analisar pretendem representar questões de natureza sintáctica. Assim, elegemos alguns problemas que podem servir de base à investigação sobre os níveis de variação sintáctica.

#### 2.1.1. *Variação na posição do pronome em orações «neutras» (próclise/ênclise)*

Martins (1994) define a noção de «orações «neutras»» como orações independentes (simples, principais ou coordenadas não disjuntivas) que não apresentam qualquer factor que determine a próclise (a existência de um operador de negação predicativa, a presença de um quantificador ou de certos advérbios em posição pré-verbal, a focalização de determinados constituintes frásicos à esquerda do verbo) ou a ênclise (o verbo em posição inicial absoluta). Os pronomes clíticos

em frases «neutras» exibem variação livre em toda a época medieval, ou seja, encontramos tanto a próclise como a ênclise. No entanto, esta variação está subordinada a uma mudança bastante interessante: do século XIII até ao século XVI passou-se da predominância da ênclise até à próclise quase exclusiva. Assim, no século XIII podemos observar a ênclise dominante; durante os séculos XIV e XV é visível uma grande variação, sendo o século XV o período em que a próclise é dominante; no século XVI a próclise é quase exclusiva.

No século XVII ocorreu uma mudança significativa neste contexto: a ênclise passa a ser maioritária, embora não exclusiva, pelo menos nas gramáticas de alguns falantes (Martins 1994: 272ss).

Uma vez que o nosso *corpus* inclui manuscritos que vão do século XV/XVI até ao século XVIII, poderíamos notar a interferência das mudanças gramaticais, entretanto ocorridas, nas diferentes cópias dos mesmos textos. É isso que vamos verificar.

Seleccionámos este contexto ainda pelo facto de a única ocorrência de variante próclise/ênclise que o nosso *corpus* exhibe surgir exactamente aí:

- (1) a. Assi *senhor* **peçouos** por *merce que* em uossa encommenda e *merce* ajais as mulheres e madres, e *filhos* e couzas destes *que* comigo estao~ (3A,118v,19)
- b. Assim *senhor* **vos peço** por *merçe que* em vossa emcomenda ajudeis as molheres E madres e filhos e Couzas destes *que* Comigo estao~ (3B,304,9)

Estas frases poderiam ser interpretadas como orações principais mas não neutras uma vez que apresentam um dos advérbios que, em posição pré-verbal, determinam, em princípio, a próclise.

No entanto, o advérbio pode ou não ser um adjunto frásico (Martins 1994:20-21). Se o for, a sua presença não determina a próclise; se, pelo contrário, a sua ligação ao verbo for maior, a próclise passa a ser obrigatória.

A sua interpretação como adjunto ou não depende fundamentalmente da presença de pausa entre o advérbio e o verbo (Cunha & Cintra, 1997:314). Essa pausa é bem perceptível na oralidade, sendo na escrita representada pela vírgula (na ortografia actual). Mas uma vez que a pontuação destes textos está longe das regras ortográficas actuais, torna-se verdadeiramente difícil determinar a presença/ausência dessa pausa. A conclusão que poderemos retirar é que os dois copistas parecem ter interpretado de maneira diferente a função sintáctica do advérbio. O copista de 3A, em (1) a, interpretou-o como

adjunto frásico, enquanto que o copista de 3B, em (1) b, o interpretou aparentemente como dependente da forma verbal. Assim, para o copista de 3A, a frase em questão tem todas as características de uma oração neutra, enquanto que para 3B, a mesma frase é interpretada como oração principal com advérbio «proclisador». Está assim justificada a análise desta frase no contexto das orações «neutras».

QUADRO 1  
Posição dos clíticos em orações «neutras»

|          | 3A  |      | 3B  |      |
|----------|-----|------|-----|------|
|          | N.º | %    | N.º | %    |
| Próclise | 10  | 62.5 | 11  | 68.7 |
| Ênclise  | 6   | 37.5 | 5   | 31.3 |
| Total    | 16  |      | 16  |      |

No quadro 1 considerámos apenas a variação em relação à carta 3 e aos seus dois manuscritos. O nível de variação é de 6.2%, considerando como base para o cálculo percentual o número de frases neste contexto em cada testemunho (16).

Mas o nível real de variação só será verdadeiramente acautelado se tivermos em conta a totalidade das frases neutras em todos os textos do *corpus*. É isso que vamos procurar ver no quadro seguinte.

QUADRO 2  
Posição dos clíticos em orações «neutras»

|                 | 1A | 2A | 3A | 4A | 5B |
|-----------------|----|----|----|----|----|
| Próclise        | 18 | 4  | 12 | 2  | 5  |
| Ênclise         | 6  | 3  | 6  | 1  | —  |
| Mesóclise       | —  | 1  | —  | —  | —  |
| Total parcial   | 24 | 8  | 18 | 3  | 5  |
| Total de frases | 58 |    |    |    |    |

No quadro 2 incluímos apenas o número de ocorrências de frases com próclise, ênclise ou mesóclise no contexto referido e apenas num dado manuscrito, excluindo a referência aos outros manuscritos,

porque não ocorre, em relação a todos os textos e manuscritos, excepção feita à carta 3, como já vimos, qualquer variante no que se refere a este assunto. Os níveis de variação aproximam-se, portanto, de 0%. Com maior rigor podemos observar que num conjunto de 58 frases (todas as frases de todos os textos, tendo em conta somente um testemunho para cada texto), apenas uma frase apresenta variação. Ou seja, 1.7% da totalidade das frases em orações «neutras». Na realidade, esta percentagem baixaria muito mais ainda se contabilizássemos as frases todas em todos os contextos, porque ocorre apenas uma única variante que afecta a posição do pronome clítico do tipo próclise/ênclise/mesóclise.

### 2.1.2. Variação na interpolação

A interpolação a que nos referimos aqui é a inclusão de determinados elementos linguísticos entre o pronome clítico e o verbo, provocando uma ruptura na adjacência do pronome em relação ao verbo. Esse fenómeno só pode acontecer em contextos de próclise. Os elementos linguísticos que podem aparecer interpolados, em textos portugueses medievais e subsequentes, são, entre outros, os seguintes: SN<sub>sujeito</sub>, OD, OI, oblíquos preposicionais, advérbios, adjectivos, PP em tempos compostos, infinitivo em completivas ou em estruturas com auxiliar, constituinte de redobro do clítico, quantificadores. Para além destes elementos, há ainda a considerar a interpolação do advérbio de negação «não», o qual apresenta uma história específica, como veremos a seguir. Os contextos em que tal interpolação ocorria eram variados.

A interpolação nunca foi um fenómeno obrigatório, daí a ocorrência de situações com interpolação e outras sem interpolação em contextos semelhantes.

No século XVII, contudo, ocorre uma alteração significativa: a frequência da interpolação de outros elementos linguísticos para além do advérbio «não» diminui substancialmente, permanecendo opcional a interpolação de «não» (Martins 1994: 275ss e 306).

Vejam agora as variantes que o nosso *corpus* apresenta:

- (2) a. deixao~ ja de falar na ho~rra e boa fama que he em **a asy** tere~ (1A,39r,3-4)
- b. \_em **así a** terem (1B,45r,9-11)
- (3) a. tais quatro homens *que* som *pera* **ainda uos** fazer *muyto* seruiço (3A,117v,38)
- b. \_sam para **uos ainda\_** (3B,301,30-31)

- (4) a. O meu vulto pintado eu o no~ tenho *pera* **voló agora la** poder e~uiar (4A,4r,31-32)  
 b. \_para **agora lá voló** poder enviar (4G,4r,14-16; 4E,2r,10-11)  
 c. \_para **agora vo lo** poder enviár (4F,6v,1-2)
- (5) a. por que vos **nao~ me** escreueies (4A,3r,18-19)  
 b. por que vós **me nao~** escrevieis (4E,1r,14; 4G,2r,18-19)

A presença ou não de interpolação também introduz alterações na posição do pronome clítico, embora essas alterações não determinem variantes do tipo próclise/ênclise. Todas as frases têm o pronome em posição pré-verbal e a variação ocorre na presença/ausência de interpolação de determinados elementos entre o pronome e o verbo.

Assim, nas frases (2) a (4) observamos a presença/ausência de interpolação de determinados advérbios, os quais ocorrem sempre em posição pré-verbal. O contexto em que ocorrem as variantes é o de orações infinitivas introduzidas por *em* e por *pera*.

Nas frases (5) observamos a presença/ausência de interpolação do operador de negação predicativa em frases subordinadas finitas negativas.

É necessário verificar que a interpolação dos advérbios (excepcionalmente o de negação, que deve ser tratado à parte) ocorre nos manuscritos mais antigos: 1A (séc. XVI) e 4A (séc. XV/XVI). A exceção é o manuscrito 3A, que não apresenta interpolação, por oposição ao manuscrito 3B, que a exhibe (a este respeito, é necessário referir que o manuscrito 3B parece preservar dados mais antigos do que o manuscrito 3A). Os manuscritos onde a mesma frase aparece sem interpolação são datáveis dos séculos XVII ou XVIII. Ora estes dados correspondem exactamente às conclusões de Martins (1994:193-194): «a partir do século XV, [dá-se] o início de um processo de mudança: a frequência relativa da escolha da estrutura sem interpolação começa a aumentar».

No que se refere à interpolação do advérbio não, estamos perante uma história própria. Este é o único caso em que o português actual admite a interpolação. Assim, podemos verificar que a frase onde ocorre interpolação pertence a manuscritos mais recentes, exibindo o manuscrito mais antigo a estrutura sem interpolação (igualmente alternativa em textos antigos).

Vamos agora verificar quantitativamente a incidência da variação, contabilizando apenas os contextos pertinentes.

Assim, começamos por recolher os dados sobre interpolação em orações subordinadas finitas, uma vez que este contexto, porque determina a próclise, é favorável à ocorrência de interpolação.



Quadro 3  
**Interpolação em orações subordinadas finitas (excepto «não»)**

|                                  | 1A | 2A | 3A | 4A | 5B |
|----------------------------------|----|----|----|----|----|
| Sujeito                          | 7  | 1  | 3  | 2  | 2  |
| Advérbios                        | 5  | 5  | 2  | 2  | 1  |
| Objecto directo                  | 3  | 1  | —  | —  | —  |
| Oblíquos preposicionais          | 4  | 1  | 3  | —  | 6  |
| Total de frases com interpolação | 19 | 8  | 8  | 4  | 9  |
| Total de subordinadas finitas    | 93 | 27 | 55 | 17 | 15 |

O quadro 3 apresenta a totalidade das orações subordinadas finitas (num manuscrito para cada carta) com interpolação de determinados elementos (excluimos, neste momento, o advérbio «não»). Uma vez que não ocorre qualquer variante em nenhum dos manuscritos, os níveis de variação são de 0%, num total de 207 orações subordinadas finitas e num total de 48 subordinadas finitas com interpolação de determinados elementos.

O contexto que agora nos interessa é o da totalidade das orações negativas, uma vez que queremos determinar o nível de variação da interpolação de «não» nas orações cujo contexto é dado pelas frases (5) a. e b. onde ocorria uma variante.

QUADRO 4  
**Interpolação de «não» em orações negativas**

|                  | 1A  |      | 2A  |      | 3A  |      | 4A  |    | 4E-G |     | 5B  |     |
|------------------|-----|------|-----|------|-----|------|-----|----|------|-----|-----|-----|
|                  | N.º | %    | N.º | %    | N.º | %    | N.º | %  | N.º  | %   | N.º | %   |
| Com interpolação | 15  | 71.4 | 4   | 66.7 | 6   | 66.7 | 3   | 75 | 8    | 100 | 1   | 100 |
| Sem interpolação | 6   | 28.6 | 2   | 33.3 | 3   | 33.3 | 1   | 25 | —    | —   | —   | —   |
| Total            | 21  |      | 6   |      | 9   |      | 4   |    | 8    |     | 1   |     |

Se atendermos apenas à percentagem da variação no conjunto de orações que fazem parte dos manuscritos da carta 4, podemos ser induzidos em erro, uma vez que uma única ocorrência tem um nível percentual muito elevado (25%, ou seja 1 em 4). Seríamos então induzidos a pensar numa percentagem de variação muito elevada no que se refere à interpolação de «não». Na realidade, temos de contabilizar também o conjunto de orações negativas de todos os outros textos.

Num total de 41 orações negativas, tendo em conta a totalidade de ocorrências num manuscrito de cada texto, apenas 1 apresenta variação na interpolação da negação, o que representa, de facto, 2.4% da totalidade das orações. Trata-se, pois, de uma frequência de variação bastante reduzida. Se quiséssemos contabilizar, como faremos para a análise dos dados grafo-fonéticos, o número de ocorrências na totalidade dos manuscritos, a percentagem de variação seria certamente ainda mais reduzida.

As frases (2) a (4) revelam a existência de variação quanto à interpolação de advérbios em orações infinitivas introduzidas por *em* e por *pera/para*. Não vamos ter em conta apenas o contexto das orações infinitivas, pois o que nos interessa determinar é o nível de variação na interpolação de certos advérbios. Vamos, por isso, determinar, antes de mais, todas as frases que estão em condições de realizar a interpolação de advérbios. Terão de ser frases onde o pronome está em posição proclítica e onde ocorrem advérbios em posição pré-verbal, em condições, portanto, de ocuparem o lugar entre o pronome e o verbo. Os advérbios que ocorrem, interpolados ou não, são os seguintes: *assim, ainda, agora, lá, já, sempre, antes* (com sentido de «pelo contrário»), *outrossim, também, mais* (com sentido de «também»), *logo, melhor, igualmente, cá, tarde, diante*.

QUADRO 5.1  
Interpolação de advérbios

|                  | 1A-2A |      | 1B-2B |      | 3A  |      | 3B  |      |
|------------------|-------|------|-------|------|-----|------|-----|------|
|                  | N.º   | %    | N.º   | %    | N.º | %    | N.º | %    |
| Com interpolação | 10    | 52.6 | 9     | 47.4 | 3   | 16.7 | 4   | 22.2 |
| Sem interpolação | 9     | 47.4 | 10    | 52.6 | 15  | 83.3 | 14  | 77.8 |
| Total            | 19    |      | 19    |      | 18  |      | 18  |      |

QUADRO 5.2  
**Interpolação de advérbios**

|                  | 4A  |    | 4E  |    | 4F  |    | 4G  |    | 5B  |     |
|------------------|-----|----|-----|----|-----|----|-----|----|-----|-----|
|                  | N.º | %  | N.º | %  | N.º | %  | N.º | %  | N.º | %   |
| Com interpolação | 4   | 80 | 3   | 60 | 3   | 60 | 3   | 60 | —   | —   |
| Sem interpolação | 1   | 20 | 2   | 40 | 2   | 40 | 2   | 40 | 4   | 100 |
| Total            | 5   |    | 5   |    | 5   |    | 5   |    | 4   |     |

Se considerarmos os dados de cada texto, independentemente dos dados dos outros textos, verificamos que o nível de variação entre 1A-2A e 1B-2B é de 5.2%, entre 3A e 3B é de 5.5%, entre 4A, por um lado, e 4E, F e G, por outro lado, é de 20%, entre 5B e os outros manuscritos da carta 5 é de 0%. Se, contudo, considerarmos a totalidade dos manuscritos para todas as cartas, verificamos um nível bem mais baixo de variação. Para a carta 4, por exemplo, que é a que apresenta percentagem mais elevada, a variação baixaria para 11.4%.

A partir destes dados, podemos verificar quão enganadoras podem ser as conclusões retiradas de um tão ínfimo número de ocorrências. De facto, os manuscritos da carta 4 apresentam uma única variante, exactamente o mesmo número de variantes que as outras cartas apresentam, excepção feita à carta 5; mas o nível percentual aparece francamente elevado porque a base para determinar a percentagem é de apenas 5 frases.

Tal como temos vindo a fazer, o caminho mais recomendado é reflectir sobre números globais, que incluam a totalidade das frases em todos os textos (seleccionando apenas um manuscrito de cada um) e verificar posteriormente qual o número de frases que apresentam variantes, de modo a podermos determinar a percentagem global de variação. Deste modo, num total de 46 frases em condições de interpolar advérbios, 3 apresentam variação do tipo interpolação/não interpolação. Isso representa 6.5% da totalidade das frases.

## 2.2. Terminações nasais

As terminações nasais que vão ser estudadas são apenas as que representam ou evoluíram para o ditongo nasal uniformizado [ɣw̃], quer sejam formas nominais singulares (ex.: *ocupação*, *galardão*), quer sejam formas verbais (ex.: *são*, *pareceram*, *hão*, *poderão*) ou adverbiais (ex.: *não*, *senão*, *quão*, *tão*). No que se refere às formas nominais,

serão apenas tidas em conta as formas singulares. Excluiremos também as formas cujo étimo latino deu directamente origem ao ditongo nasal [ɣw̃], antes de qualquer uniformização (por ex.: *irmão*, *mão*, *cristão*...).

Contabilizamos em conjunto os dados dos manuscritos 1A-2A, 1B-2B, etc., como aliás já fizemos no ponto anterior deste trabalho, porque não só se trata do mesmo manuscrito, como também a grafia revela ter sido copiado pela mesma mão. Onde tal não acontecer, os dados serão trabalhados em separado. Uma vez que os dados serão analisados em termos percentuais, poderemos sempre comparar a incidência da variação, mesmo quando comparamos dois manuscritos em conjunto (4A e 5A, por exemplo), com um único manuscrito (4E, por exemplo).

Nos quadros seguintes aparecerá na primeira coluna o número de ocorrências de cada forma e na segunda a percentagem dessa forma sobre o número total de ocorrências em cada manuscrito.

O número total de ocorrências no mesmo texto, mas de manuscritos diferentes, pode não ser o mesmo devido a problemas vários no manuscrito (palavras, expressões ou frases não transcritas pelo copista devido a erros ou desatenções de múltiplos géneros; mau estado do manuscrito; etc.).

Estas terminações nasais, derivadas de diversas terminações latinas, poderão ter começado o seu processo de uniformização ainda no século XIII ou no século XIV, mas esse processo só será concluído nos finais do século XV (Castro 1991: 244s). Isso significa que as formas em <õ>, <ã>, etc., em textos dos finais do século XV ou posteriores a esse século, representam a manutenção, ao nível exclusivamente gráfico, de antigas terminações nasais<sup>4</sup>. Sendo algumas das cartas da primeira parte do século XV, é provável que o processo de uniformização fonética ainda não estivesse concluído no momento em que foram redigidas. Os testemunhos que aqui usamos são todos de uma época em que essa uniformização já estava concluída. O que nós pretendemos verificar é se os manuscritos tendem a manter as formas do manuscrito que lhes serviu de cópia ou se alteram significativamente esses manuscritos. Ou seja, interessa-nos saber qual o grau de intervenção do copista.

---

<sup>4</sup> Mesmo no caso de haver trocas, ou seja, palavras etimologicamente [õ] aparecerem grafadas <ã> e vice-versa, trata-se da manutenção daquilo que o copista pensaria ser a grafia correcta das antigas terminações nasais.

QUADRO 6  
Terminações nasais

|       | 1A-2A |      | 1B-2B |      | 1C-2C |      | 1D-2D |      | 3A  |      | 3B  |      |
|-------|-------|------|-------|------|-------|------|-------|------|-----|------|-----|------|
|       | N.º   | %    | N.º   | %    | N.º   | %    | N.º   | %    | N.º | %    | N.º | %    |
| ão/aõ | 144   | 57.1 | 181   | 70.4 | 159   | 61.9 | 189   | 74.1 | 57  | 60   | 40  | 42.1 |
| õ/o   | 50    | 19.8 | 22    | 8.6  | 58    | 22.6 | 2     | 0.8  | 2   | 2.1  | 35  | 36.8 |
| õo/oõ | —     | —    | —     | —    | —     | —    | —     | —    | —   | —    | 3   | 3.2  |
| om    | 2     | 0.8  | 28    | 10.9 | 12    | 4.7  | 12    | 4.7  | 33  | 34.7 | 9   | 9.5  |
| iom   | —     | —    | —     | —    | 1     | 0.4  | —     | —    | —   | —    | —   | —    |
| on    | —     | —    | —     | —    | 13    | 5.1  | 39    | 15.3 | 3   | 3.2  | 2   | 2.1  |
| ã/a   | 43    | 17.1 | 10    | 3.9  | 1     | 0.4  | 10    | 3.9  | —   | —    | 1   | 1.1  |
| am    | 2     | 0.8  | 7     | 2.7  | 2     | 0.8  | —     | —    | —   | —    | 4   | 4.2  |
| an    | —     | —    | —     | —    | —     | —    | —     | —    | —   | —    | 1   | 1.1  |
| aon   | —     | —    | —     | —    | —     | —    | 1     | 0.4  | —   | —    | —   | —    |
| aom   | 11    | 4.4  | 9     | 3.5  | 11    | 4.3  | 2     | 0.8  | —   | —    | —   | —    |
| Total | 252   |      | 257   |      | 257   |      | 255   |      | 95  |      | 95  |      |

QUADRO 7  
Terminações nasais

|          | 4A-5A |      | 4B-5B |      | 4C-5C |     | 4D-5D |      | 4E  |      | 5E  |      | 4F-5F |      | 4G  |      |
|----------|-------|------|-------|------|-------|-----|-------|------|-----|------|-----|------|-------|------|-----|------|
|          | N.º   | %    | N.º   | %    | N.º   | %   | N.º   | %    | N.º | %    | N.º | %    | N.º   | %    | N.º | %    |
| ão/aõ/ao | 76    | 84.4 | 83    | 95.4 | 71    | 78  | 77    | 86.5 | 46  | 95.8 | 21  | 95.5 | 68    | 95.8 | 43  | 89.6 |
| õ/o      | 5     | 5.6  | —     | —    | 6     | 6.6 | 3     | 3.4  | 1   | 2.1  | —   | —    | —     | —    | 1   | 2.1  |
| on       | —     | —    | 1     | 1.2  | —     | —   | —     | —    | —   | —    | —   | —    | —     | —    | —   | —    |
| ã/a      | 9     | 10   | —     | —    | 6     | 6.6 | 9     | 10.1 | 1   | 2.1  | —   | —    | 2     | 2.8  | —   | —    |
| am       | —     | —    | 3     | 3.4  | 8     | 8.8 | —     | —    | —   | —    | 1   | 4.5  | 1     | 1.4  | 4   | 8.3  |
| Total    | 90    |      | 87    |      | 91    |     | 89    |      | 48  |      | 22  |      | 71    |      | 48  |      |

Os dados dos quadros 6 e 7 revelam que os níveis de variação entre manuscritos dependem não só dos manuscritos em confronto como também do tipo de variante em análise. De facto, podemos verificar, por exemplo, que o manuscrito 1A-2A, embora tenha uma elevada percentagem de ocorrências da forma <ão/aõ> (57.1%), fica ainda muito aquém, por exemplo, do manuscrito 1D-2D (74.1%), certamente por ser mais recente. A diferença entre uma e a outra percentagem

corresponde à variação entre cada manuscrito (17%). Os dois manuscritos estão, assim, bastante distantes um do outro. O grau de intervenção do(s) copista(s) é realmente notável. Mas se compararmos os mesmos dois manuscritos, em relação a outra forma (<aon>, por exemplo), podemos observar um grau de variação bastante baixo (0.4%). Podemos, então, concluir que o grau de intervenção dos copistas é diferenciado de acordo com as formas em análise.

Mas os manuscritos em apreço também exibem graus de variação diferenciados. Se analisarmos a mesma forma já examinada (<ão/aõ>), observamos que a variação entre o manuscrito 1B-2B e 1D-2D é de facto bem mais pequena do que o grau de variação já referido para os manuscritos 1A-2A e 1D-2D. Aqueles apresentam uma variação de apenas 3.7%, enquanto que estes exibem 17%. A oscilação tem, por isso, a ver não apenas com as formas em análise mas também com os manuscritos; provavelmente com a sua relação genética e com a época em que foram redigidos. De facto, os manuscritos mais antigos tendem a apresentar uma menor percentagem de ocorrências da forma <ão/aõ>, apesar de tal não acontecer sempre. Quando tal não acontece, podemos levantar a hipótese de que os manuscritos que serviram de base às cópias mais recentes fossem manuscritos mais antigos do que os que serviram de base às cópias mais antigas e também ao facto de o copista dos primeiros ter exercido uma menor intervenção sobre o manuscrito de base (cf. 3A e 3B).

Podemos concluir que, quanto ao problema que nos ocupa, a intervenção dos copistas é múltipla e de graus muito variados. Múltipla porque incide sobre formas diferentes, de grau variado porque a intervenção não tem a mesma incidência quantitativa entre manuscritos diferentes. Assim, a amplitude da variação que podemos observar vai desde uma pequena diferença (por exemplo 0.4%, como já vimos) até uma diferença bastante significativa (34.7%, correspondente à diferença, para a forma <õ/o>, entre o manuscrito 3A e 3B).

Se nos debruçarmos agora sobre a média global de variação entre manuscritos (a soma das diferenças percentuais correspondentes a cada forma entre manuscritos da mesma carta, a dividir pelo número total de parcelas), observamos o que se apresenta no quadro 8.

**Quadro 8**  
**Média global de variação**

|                 |       |
|-----------------|-------|
| Carta 1/2       | 5.4%  |
| Carta 3         | 11.1% |
| Carta 4/5       | 4.1%  |
| Todas as cartas | 6.9%  |

Este quadro dá-nos a indicação de que 6.9 ocorrências em 100 são diferentes de testemunho para testemunho, contabilizando apenas a variação entre os manuscritos de cada carta. O nível da variação parece ser relativamente baixo. No entanto, se tivermos em conta um número de ocorrências elevado, 6.9% desse número é, de facto, uma quantidade bastante significativa. É de referir ainda que os resultados médios são sempre um pouco falaciosos, uma vez que encobrem as diferenças reais entre cada elemento que entrou no cálculo da média. Se observarmos com atenção o quadro 8, verificamos que a diferença entre 11.1%, correspondente à carta 3 e 4.1%, correspondente às cartas 4/5 é significativa. Também não podemos esquecer que, em relação a cada carta já observámos níveis de variação bastante diversificados, como referimos nos comentários aos quadros 6 e 7.

Por motivos óbvios, relacionados com o tipo de dados que pretendíamos comparar, utilizámos como *corpus* para este estudo apenas as cartas de múltipla tradição, as que apresentavam mais do que um manuscrito. No entanto, fizemos, na dissertação de mestrado, a edição de uma outra carta cujo manuscrito ou é autógrafa ou está muito próximo do original. Trata-se de uma carta também de D. Pedro, Duque de Coimbra, de 1444, para o seu filho, o Condestável D. Pedro, sobre a libertação da cidade de Sevilha. O único testemunho remanescente (manuscrito provavelmente autógrafa) encontra-se em Lisboa, IAN/TT, Corpo Cronológico, Parte I, Maço 1, Doc.16 (microfilme n.º 1422).

O facto de ser provavelmente autógrafa torna esse manuscrito particularmente relevante. Vamos, por isso, observar os dados que aqui ocorrem e levantar a hipótese de que os originais das outras cartas teriam *mutatis mutandis* o mesmo tipo de ocorrências. Esta hipótese não poderá ser suficientemente testada, terá, portanto, um grau de probabilidade relativamente baixo, mas baseia-se no facto de este manuscrito ser sensivelmente da mesma época em que os outros autógrafos foram produzidos, momento em que o processo de uniformização das formas que aqui nos interessam estava ainda a decorrer.

QUADRO 9  
**Terminações nasais (manuscrito autógrafo)**

|       | N.º | %    |
|-------|-----|------|
| õ     | 1   | 6.7  |
| om    | 13  | 86.6 |
| am    | 1   | 6.7  |
| Total | 15  |      |

Os dados constantes do quadro acima são substancialmente diferentes dos dados das outras cartas. De facto, neste manuscrito, as várias formas aparecem grafadas de acordo com a antiga forma fonética das terminações nasais. A única ocorrência de <ão> refere-se à palavra *Jrmaão*, que exibiu sempre (em português) a terminação em <ão>, uma vez que provém do étimo latino GERMĀNU. Enquanto que os outros testemunhos apresentam uma percentagem acima dos 50% para a terminação <ão>, excepto 3B que, no entanto, se aproxima deste valor, este testemunho autógrafo não exhibe uma única ocorrência, sendo todas as formas que etimologicamente não produziram <ão> grafadas de acordo com a sua origem etimológica. Se atendermos a estes dados, e se mantivermos a hipótese de que os autógrafos das outras cartas, pelo menos os das cartas 1, 2 e 3, apresentavam uma grafia semelhante à desta, poderemos supor um nível de variação bastante superior àquele que já encontramos em cada testemunho do nosso *corpus*. Ou seja, o grau de intervenção dos copistas das cartas que nos serviram de *corpus* é bastante elevado, supondo que os autógrafos de cada uma teriam dados correspondentes aos que encontramos nesta carta de 1444. Deste modo, os 0% de ocorrências de <ão/aõ> contrastam com os 57.1% de 1A-2A, os 70.4% de 1B-2B, os 61.9% de 1C-2C, etc. Se considerarmos as formas correspondentes a [õ] como um conjunto único, os 93.3% do manuscrito autógrafo contrasta largamente com os 20.6% de 1A-2A, os 19.5% de 1B-2B, os 32.8 de 1C-2C, 20.8 de 1D-2D, os 40% de 3A, ou mesmo os 51.6% de 3B (as cartas 4 e 5 têm níveis percentuais ainda mais baixos).

### 2.3. Representação gráfica da segunda pessoa do plural

A segunda pessoa do plural dos tempos verbais em que ocorria um -d- intervocálico sofreu uma interessante evolução ao longo do século XV (Castro 1991: 247s). Este -d-, com origem no -t- latino, sofreu um processo de vozeamento por assimilação ao traço [+voz] das vogais



entre as quais se encontrava. Este fenómeno, normalmente incluído num processo de mudança mais vasto chamado lenição ou abrandamento, ocorreu ainda em latim. O português herdou as formas da segunda pessoa do plural já com -d- intervocálico. Só, muito provavelmente durante a primeira metade do século XV (Williams 2001: 175ss) é que ocorreu a queda deste segmento fonológico, por causa do seu enfraquecimento derivado do contexto intervocálico. Deste processo, surgem hiatos que, à semelhança de outros hiatos mais antigos e devido ao facto de os hiatos serem sequências fónicas muito instáveis, se vão resolvendo ainda durante o século XV, através da semivocalização da segunda vogal (verbos da primeira e segunda conjugação), dando origem a um ditongo crescente que, aliás, ainda se mantém hoje neste contexto. No que se refere aos verbos da terceira conjugação, o processo da queda de -d- proporcionou a existência de um hiato com vogais do mesmo timbre. O resultado final foi a crase das duas vogais. Assim, optamos por analisar apenas os verbos da primeira e segunda conjugações, ou seja, os que evoluíram para ditongo.

Do que foi dito, resulta que excluímos aqueles tempos verbais onde o <d> não aparece em contexto intervocálico. De facto, nesses contextos ele ainda se mantém hoje. Vejamos, por exemplo, as formas *fizerdes* (futuro do conjuntivo) e *fazerdes* (infinitivo flexionado). É de salientar ainda o pretérito perfeito em que a segunda pessoa do plural permanece sem <d> (*fizestes*) e algumas formas que não ficaram sujeitas à queda de -d-, como, por exemplo, *vedes*, *ledes*, *vindes*, etc. Nenhuma destas formas será, pois, tida em conta.

As formas gráficas desta pessoa verbal aparecem representadas de quatro maneiras: com hiato gráfico (*consintaes*, *dizees*, *erees*, *estees*, *façaes*, *mandees*, *percaes*, *poderees*, *podiees*, *sabee*, *seiaes*, *soccoraes*, *soes*, *tenhaes*, *tiraes*), com ditongo gráfico (*açharieis*, *dais*, *deueis*, *deuieis*, *dizei*, *entendeseis*, *estéis*, *fareis*, *sabeis*, *sois*, *tirais*), sem hiato nem ditongo gráficos, ou seja, com apenas uma vogal (*aues*, *eres*, *escrevies*, *fores*, *mandares*, *trabalhasses*), com hiato e com ditongo gráficos (*esteeis*, *sabeies*, *sabereies*, *soeis*, *soies*). A penúltima situação só acontece quando as vogais em questão têm o mesmo timbre, o que leva a supor uma possível crase das duas vogais, a qual não vingou pois o processo de resolução dos hiatos foi uniforme no que se refere ao resultado que se viria a generalizar: a semivocalização da segunda vogal. A última situação revela uma certa indecisão do copista em optar por uma das duas formas possíveis. Motivado pela fonética, ele representa o antigo hiato através de ditongo, mas da antiga forma de grafar estes contextos ele mantém as duas vogais.

Surgem igualmente algumas formas cujo resultado não veio a vingar: *têez* por *tendes*, *averes* por *averdes*, etc.<sup>5</sup>. Todas estas formas serão rejeitadas, uma vez que mantiveram o <d>, como atrás já foi referido. Por vezes aparece também, associado aos hiatos gráficos, um sinal geral de abreviatura. Consideraremos estas formas como simples representações de hiatos gráficos.

QUADRO 10  
Terminações verbais da segunda pessoa do plural

|         | 1A-2A |      | 1B-2B |      | 1C-2C |      | 1D-2D |      | 3A  |      | 3B  |      |
|---------|-------|------|-------|------|-------|------|-------|------|-----|------|-----|------|
|         | N.º   | %    | N.º   | %    | N.º   | %    | N.º   | %    | N.º | %    | N.º | %    |
| Hiato   | 2     | 2.2  | 5     | 5.7  | 3     | 3.3  | 2     | 2.3  | 1   | 2.6  | 9   | 23.1 |
| Ditongo | 83    | 93.3 | 75    | 86.2 | 87    | 95.6 | 83    | 94.3 | 34  | 89.5 | 29  | 74.4 |
| Vogal   | 4     | 4.5  | 6     | 6.9  | 1     | 1.1  | 3     | 3.4  | 3   | 7.9  | 1   | 2.6  |
| H/D     | —     | —    | 1     | 1.1  | —     | —    | —     | —    | —   | —    | —   | —    |
| Total   | 89    |      | 87    |      | 91    |      | 88    |      | 38  |      | 39  |      |

QUADRO 11  
Terminações verbais da segunda pessoa do plural

|         | 4A-5A |      | 4B-5B |      | 4C-5C |      | 4D-5D |      | 4E  |      | 5E  |   | 4F-5F |      | 4G  |      |
|---------|-------|------|-------|------|-------|------|-------|------|-----|------|-----|---|-------|------|-----|------|
|         | N.º   | %    | N.º   | %    | N.º   | %    | N.º   | %    | N.º | %    | N.º | % | N.º   | %    | N.º | %    |
| Hiato   | 4     | 19   | 1     | 4.3  | 5     | 22.7 | 11    | 50   | 1   | 5.6  | —   | — | 1     | 5.6  | —   | —    |
| Ditongo | 11    | 52.4 | 18    | 78.3 | 11    | 50   | 5     | 22.7 | 15  | 83.3 | —   | — | 15    | 83.3 | 16  | 94.1 |
| Vogal   | 6     | 28.6 | 4     | 17.4 | 5     | 22.7 | —     | —    | 2   | 11.1 | —   | — | 2     | 11.1 | 1   | 5.9  |
| H/D     | —     | —    | —     | —    | 1     | 4.5  | 6     | 27.3 | —   | —    | —   | — | —     | —    | —   | —    |
| Total   | 21    |      | 23    |      | 22    |      | 22    |      | 18  |      | —   |   | 18    |      | 1 7 |      |

Nota: Os manuscritos 5E e 5F terminam antes do fim do texto da carta; por isso, não se encontra qualquer ocorrência em nenhum dos dois.

<sup>5</sup> Também parece *mantaes* por *mantenhaes*, que parece ser um simples erro do copista. Esta forma será considerada, uma vez que se trata de um simples erro, não tendo sequer o hiato sido afectado.

Os dados dos quadros 10 e 11 vêm corroborar o que já foi dito a propósito das terminações nasais. Também aqui o grau de variação é diferente de manuscrito para manuscrito mas também de forma para forma. Elevados níveis de variação (por exemplo: 20.5% em relação à representação do hiato em 3A e 3B; 60.6% em relação à representação do ditongo em 4D-5D e 4E) contrastam com níveis bastante mais baixos (por exemplo: 1.1% em relação à representação da vogal em 1A-2A e 1D-2D). Os dados são tão díspares que não é possível determinar um grau de intervenção uniforme. Em relação a dados de natureza grafo-fonológica não parece ser possível encontrar um padrão de variação: os dados exprimem elevado grau de intervenção em algumas formas, mas pequenas intervenções em relação a outras formas.

QUADRO 12  
Média global de variação

|                 |       |
|-----------------|-------|
| Carta 1/2       | 2.6%  |
| Carta 3         | 13.6% |
| Carta 4/5       | 19.2% |
| Todas as cartas | 11.8% |

Também no que se refere à média global de variação deve ser tido em conta o que foi referido para as terminações nasais. É ainda de salientar que 11.8% é uma média global bastante alta, contrastando com os 6.2% de média global de variação no que se refere às terminações nasais. Também aqui não é possível pressupor um padrão de intervenção uniforme.

Vamos agora, à semelhança do que foi feito para as terminações nasais, analisar os dados do manuscrito autógrafo e confrontá-los com os outros manuscritos.

Podemos observar a presença no autógrafo de algumas formas cujo resultado não veio a vingar: *hij* por *ide*, *põee* por *ponde*. Nenhuma destas formas foi considerada, uma vez que a sua evolução conduziu à manutenção de <d>. A sua presença poderá significar que a forma sincopada existiu em português, pelo menos num momento inicial, ou seja, ao mesmo tempo ou pouco depois de este fenómeno ter ocorrido nos outros contextos.

Como já dissemos, não vamos ter em conta as ocorrências de formas como *pedij* e *pedijs*, em verbos da terceira conjugação.

É necessário também ter em conta que as formas com vogal aparecem em conjugações pronominais, com o pronome em mesóclise (futuro do indicativo: *presemtarlhees*, *pidirlhees*). O contacto entre a vogal do pronome e a vogal da terminação verbal produz igualmente um hiato. A comparação com outra forma do futuro sem mesóclise (*firmarees*) parece indiciar que as formas com mesóclise só não têm hiato na terminação verbal porque isso obrigaria à presença de três vogais do mesmo timbre em contacto. Talvez as duas formas com vogal se enquadrassem melhor nas formas com hiato, o que produziria 100% de ocorrências com hiato.

QUADRO 13  
**Terminações verbais da segunda pessoa do plural  
 (manuscrito autógrafo)**

|       | N.º | %    |
|-------|-----|------|
| Hiato | 16  | 88.9 |
| Vogal | 2   | 11.1 |
| Total | 18  |      |

Os dados constantes no quadro 13 revelam que o <d> já tinha caído: não há, por isso, qualquer ocorrência com -d-. No entanto, as formas com hiato gráfico são esmagadoramente maioritárias. Se tivermos em conta que as duas ocorrências com vogal são dúbias, as formas com hiato são praticamente a totalidade das ocorrências. Se compararmos estes dados com os das outras cartas e manuscritos, podemos verificar uma enorme discrepância. Esta diferença, aliada à hipótese já avançada de que os autógrafos das outras cartas teriam dados semelhantes aos deste autógrafo, leva-nos a concluir que os níveis de intervenção são muito maiores do que aqueles que os quadros anteriores já evidenciaram.

## Conclusão

Os dados que analisámos atrás poderão servir de base a algumas conclusões sobre os níveis de variação e de intervenção dos copistas. No entanto, teremos de ter em conta que estas conclusões serão ainda bastante parciais. Isto por vários motivos: baseiam-se num pequeno

*corpus* de textos, certamente não suficientemente representativo da maneira como se comportam os dados linguísticos em textos de épocas passadas da língua portuguesa; foram seleccionados apenas alguns dados que também não serão completamente representativos da maneira como se comportam globalmente os dados de natureza grafo-fonológica e sintáctica. Este estudo será, pois, uma primeira aproximação ao problema, carecendo de ulteriores estudos sobre outros dados concretos mas mais abrangentes.

Todavia, dos dados que nós recolhemos podemos inferir algumas conclusões. A primeira é que vimos parcialmente confirmada a nossa hipótese de partida, ou seja, que os níveis de variação são mais elevados no que se refere aos dados de natureza grafo-fonológica do que aos dados de natureza sintáctica. Parece que os copistas tendem a intervir com elevado grau de profundidade no sentido da adaptação da superfície textual à forma como as palavras se grafavam no tempo em que realizaram o seu trabalho. Na ausência de uma ortografia determinada oficialmente, há maior liberdade no sentido de a forma gráfica das palavras poder reproduzir a forma fonética, apesar da tendência generalizada para a conservação de antigas formas gráficas e para a utilização dos sistemas gráficos aprendidos. Assim, não parece que os copistas entendam a adaptação da grafia à forma fonética em uso como uma traição aos dados constantes no manuscrito que lhes serviu de base para a cópia. Talvez até pretendam com isso tornar o texto legível para os leitores do seu tempo, prestando assim um serviço à comunidade através da actualização das grafias.

Mas o mesmo já não parece acontecer quanto à forma sintáctica. Os copistas tendem a preservar os aspectos de natureza sintáctica, mesmo aqueles que já sofreram alteração. Isso não significa que não ocorram intervenções no sentido da actualização da sintaxe ao estado da língua no tempo do copista. Significa apenas que essa intervenção é feita em menor grau do que a que é realizada para a adaptação grafo-fonológica.

Se as coisas forem como as descrevemos, então os estudos de questões grafo-fonológicas realizados a partir de cópias terão de ser efectuados com a máxima cautela. A distância cronológica entre a cópia e o original será um aspecto a considerar. Assim, quanto mais próximo do texto original maior probabilidade haverá de corresponder aos dados grafo-fonológicos constantes no autógrafo. Isso porque a língua, no seu processo de mudança, precisa de tempo para consolidar as novas formas; no que se refere à escrita, esse tempo é ainda mais longo do que na oralidade, uma vez que a escrita tende a ser um registo

bastante conservador. Quanto mais distante cronologicamente estiver o apógrafo, mais provável será que as adaptações grafo-fonológicas tenham ocorrido, uma vez que já se terão vulgarizado as novas formas, tanto na oralidade como na escrita.

É evidente que há outros factores a ter em conta. Como vimos atrás, 3B, sendo aparentemente mais recente do que 3A, parece manter formas mais antigas. Há certamente copistas mais conservadores do que outros. Há cópias mais recentes mas mais conservadoras por terem sido realizadas a partir do próprio autógrafo ou a partir de cópias mais antigas, etc. No entanto, o critério acima referido da distância cronológica continua a ser válido. De facto, 3A e 3B são relativamente próximos cronologicamente; assim sendo, outros factores podem ser preponderantes para as diferenças que eles apresentam.

No que se refere a questões sintácticas, os estudos poderão ter maior segurança mesmo quando usam um *corpus* constituído por textos apógrafos. Mas mesmo nesta situação, será sempre preferível o texto autógrafo ao apógrafo e quase sempre preferível o apógrafo mais antigo ao mais recente (especialmente se a distância cronológica entre os dois for bastante significativa).

## Bibliografia

- BROCARD, M. Teresa. 1994. *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses de Gomes Eanes de Zurara. Edição e estudo*. Dissertação de Doutoramento em Linguística (Linguística Histórica) apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- BROCARD, M. Teresa. 1998. «As variantes como objecto de estudos linguísticos diacrónicos» in RUFFINO Giovanni (ed.), *Actas do XXI Congresso Internacional de Linguística e Filologia Românica* (Palermo, 1995), Vol. VI, Max Niemeyer, Tübingen, pp. 47-57.
- BROCARD, M. Teresa. no prelo. «Sobre algumas mudanças linguísticas caracterizadoras do português médio», in *Actas do Congresso Internacional 500 anos da língua portuguesa no Brasil* (Universidade de Évora, 8-13 de Maio de 2000).
- CASTRO, Ivo. 1991. *Curso de História da Língua Portuguesa*, Universidade Aberta, Lisboa.
- CEPEDA, Isabel. 1995. *Bibliografia da Prosa Medieval em Língua Portuguesa (subsídios)*, IBNL, Lisboa.
- CUNHA, Celso & CINTRA, Luís F. Lindley. 1997. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, 13.<sup>a</sup> edição, Edições João Sá da Costa, Lisboa.
- DIAS, João José Alves. 1982. *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte (Livro da Cartuxa)*, edição diplomática, introdução de A. H. de Oliveira Marques e João José Alves

- Dias, revisão de A. H. de Oliveira Marques e Teresa F. Rodrigues, Editorial Estampa, Lisboa.
- MAIA, Clarinda de Azevedo. 1994. «Tratado de Tordesilhas: algumas observações sobre o estado da língua portuguesa em finais do séc. XV», *Biblos LXX*, pp. 33-91.
- MARTINS, Ana Maria. 1994. *Clíticos na História do Português*, Dissertação de Doutoramento em Linguística Portuguesa apresentada à Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Lisboa, 2 vols.
- PEREIRA, Jorge Augusto Paulo. 2003. *Edição e estudo linguístico de um corpus de cartas do séc. XV*, dissertação de mestrado em linguística apresentada à Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa.
- SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. 1989. *Estruturas trecentistas. Elementos para uma gramática do Português Arcaico*, IN-CM, Lisboa.
- SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. 1991. *O português arcaico: fonologia*, Contexto, S. Paulo / Bahia.
- WILLIAMS, Edwin B.. 1939. *Do latim ao português. Fonologia e morfologia históricas da língua portuguesa*, 7.<sup>a</sup> edição da tradução portuguesa, Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 2001.





# **Roubar: o significado linguístico versus o significado jurídico**

MARIA HELENA PINTO  
Mestrado em Linguística  
Universidade do Minho

*«(...) o signo é sempre inferior ao que designa,  
porque no caso de ser igual ou superior destruiria  
a essência do signo.»*

JOÃO DE SÃO TOMÁS

## **Abstract**

Categorization, being it a mental process, allows us to relate with the world's entities based on its similarities and differences, changing from a purely experimental reality into a modelized reality through our cognitive structures. The human classification of the world's entities in categories is based, in a cognitive linguistic perspective, concretely the cognitive semantic, in the distribution of the elements surrounding a basic level.

However, scientific taxonomies do not necessarily adjust themselves in a manner of being vulgar as we cognitively categorize them. From here it frequently generates discrepancies between knowledge dominations, namely linguistic and judicial for example.

**Palavras-chave:** cognição; conceptualização; categorização; protótipo; metáfora; economia; norma; formalização; natureza deontica do direito.

## **0. Apresentação**

O presente artigo surge na sequência do trabalho de dissertação, intitulado *Da semântica de **Roubar**: uma perspectiva cognitiva das dimensões linguística e jurídica*<sup>1</sup>, apresentado à Universidade do

---

<sup>1</sup> Sob a orientação do Professor Doutor José de Sousa Teixeira, professor na Universidade do Minho.

Minho – e defendido em 29 de Abril último –, no âmbito do Mestrado em Linguística. Trata-se de uma abordagem que se inscreve numa perspectiva cognitiva, concretamente no campo da semântica cognitiva, porque parece a que melhor traduz a ideia de que a realidade por vezes não é branca ou preta, mas cinzenta.

Dado o interesse em proceder a uma aproximação dos campos linguístico e jurídico, surgiu como motivação uma notícia publicada no jornal Expresso de 24/08/2002. Esta assenta na aquisição de um telemóvel e do respectivo seguro anti-roubo, resultante da sugestão feita pela vendedora. O telemóvel acabaria por ser tirado do bolso das *jeans* da adquiridora que ainda sentiria o golpe, mas demasiado tarde. Tendo seguido todos os passos requeridos pela operadora no accionamento do referido seguro, a adquiridora seria mais tarde informada que não tinha sido alvo de um roubo e sim de um furto. Em letras miudinhas podia ler-se no apêndice ao pedido de subscrição do seguro que, de acordo com o documento, furto é a **«subtracção de coisa alheia, praticada com arrombamento, escalamento ou chaves falsas»**, sendo o roubo um **«furto praticado com violência contra pessoas ou ameaçando-as com um perigo iminente para a integridade física ou para a vida ou colocando-as, por qualquer maneira, na impossibilidade de resistir»**. Por esta razão, não tinha direito a ser ressarcida. O que, para a adquiridora, parecia tratar-se de uma situação de roubo, não o era juridicamente.

## 1. Linguística, cognitivismo e categorização

A categorização é um fascinante processo mental que nos permite relacionar as entidades do mundo, baseando-se nas suas semelhanças e nas suas diferenças. Somente assim podemos reduzir a infinitude à finitude, premissa prévia para a existência do pensamento e da linguagem (Cuenca e Hilferty, 1999:64). Nas palavras de Teixeira (2001:39), *«sem categorização, o mundo apresentar-se-nos-ia como um caos»*. A classificação humana das entidades do mundo em categorias assenta na distribuição dos elementos em torno de um nível básico<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> «O que o ser humano faz, e as ciências neurológicas e cognitivas parecem comprovar, é estruturar as informações mais recentes servindo-se das bases e dos dados que já possui armazenados» (Teixeira, 2001:148).

Este serve de mecanismo de economia cognitiva, função para a qual também contribuem os protótipos.

A linguagem permite simbolizar as conceptualizações. Teixeira (2001) afirma que «a forma que temos de manipular, manusear intelectualmente o mundo é transformá-lo em conceitos/palavras». Esta função, ao mesmo tempo que lhe dá força, restringe as suas características, ou seja, a estrutura linguística depende da conceptualização e, correlativamente, influencia-a (Cuenca e Hilferty, 1999:17). Desta forma, a conceptualização, a qual está condicionada pela experiência do nosso corpo, do mundo externo e da nossa relação com a mundo, é o ponto de partida e de chegada da investigação sobre a cognição e sobre a linguagem.

## 2. A dimensão linguística de roubar

### 2.1. Uma definição lexicográfica

No *Dicionário da Academia de Ciências de Lisboa*<sup>3</sup>, pode observar-se a seguinte definição de *roubar*, seguida de alguns exemplos:

**Roubar** «1. Apropriar-se, alguém, ilegitimamente de alguma coisa pertencente a outrem, usando de violência, fraude ou de qualquer outro artifício. ≡ furtar, subtrair. *Roubaram-lhe a carteira no metro. Em pouco tempo, o tesoureiro roubou a empresa em centenas de contos. Foi roubado quando levantava dinheiro do multibanco*».

Observando a definição, os exemplos apresentados não parecem totalmente ilustrativos de toda a situacionalidade de *roubar*. Na verdade, não há referência explícita quanto às circunstâncias da apropriação ilegítima: houve ou não violência? Houve ou não fraude? Que outro artifício? Não se verificando pois nenhuma destas presenças, quando é que se pode falar de *roubar*?

---

<sup>3</sup> Este é um dicionário que se assume de «natureza essencialmente descritiva, fundamentada no uso da língua, com uma preocupação normalizadora em aspectos que se relacionam com a grafia, a fonética, o aportuguesamento de estrangeirismos ou a sua substituição por formas vernáculas, a hifenação de certos compostos, entre outros, e destinado «a um público muito vasto». É pois «uma obra de orientação idiomática no domínio lexical (...), do uso vocabular». Pág. XIII, *in* Introdução.

## 2.2. *Estrutura semasiológica fundamental de roubar*

Após a análise de um corpus jornalístico com exemplos de contextos de *roubar*<sup>4</sup>, é possível aferir a existência de dois núcleos semânticos, que, genericamente, podemos distinguir do modo que se segue, e procuraremos ilustrar nas páginas seguintes. Em torno destes núcleos, agrupam-se e organizam-se os vários valores semânticos de *roubar*, dos quais passamos a listar alguns dos seus equivalentes

**Núcleo I** ('apropriar-se de'): tirar/tomar (ficando com X para si), roubar, conseguir, conquistar, ganhar, arrebatado, assaltar, plagiar, usurpar, ocupar, preencher, burlar, raptar, explorar, furtar.

**Núcleo II** ('privar de'): tirar (sem tomar X para si), retirar, subtrair, diminuir, impedir, desiludir, desapontar, eliminar, matar, separar, levar (sem tomar X para si), privar.

Decorrentes daqueles núcleos, temos dois complexos semasiológicos, cujas *categorias* passamos a designar, respectivamente, por **RoubarI** ('apropriar-se de') e **RoubarII** (privar de').

## 2.3. *A actividade do sujeito*

Uma dimensão semântica importante a considerar nesta análise tem a ver com a actividade do sujeito. Este, prototipicamente, é um sujeito activo que, tematicamente, tem o papel de Agente. No entanto, iremos ver que, na posição de sujeito, podem também ocorrer elementos com o papel- $\theta$  Causa.

## 2.4. *A natureza da actividade do sujeito*

Quanto à natureza dessa actividade, outra dimensão semântica importante a considerar, ela é de natureza agentiva ou causal, consoante se trate de um sujeito-agente (RoubarI) ou de um sujeito-causa (RoubarII), afectando o tipo de relação entre o objecto e as entidades envolvidas -concretamente uma relação de posse.

No caso prototípico de *roubar* (RoubarI), a posse nunca deixa de existir, apenas transita de uma entidade para outra; o objecto nunca

---

<sup>4</sup> Endereço electrónico: <http://natura.di.uminho.pt/jjbin/corpora>.

adquire, pois, autonomia, dado que permanece sempre sob o controlo de alguém. Contudo, esta «passagem/cedência» do objecto não é feita de um modo consentido ou natural, isto é, sem alguma espécie de violência, visto que temos uma entidade que é como que expropriada de algo que, num primeiro momento, era da sua pertença, não havendo, com certeza, vontade própria nesta cedência. O expropriado é obrigado a ceder a posse sobre o que é seu ou que se encontra sob o seu controle/posse.

## 2.5. *Roubar I ('apropriar-se de')*

### 2.5.1. *Grupo A*

Confrontemos as afirmações que acabámos de fazer com os seguintes exemplos retirados do *corpus*, e que designaremos como grupo A:

1. (...) um grupo assaltou a tiro um café (...), **roubando** cerca de 270 contos e provocando estragos.
2. Três jovens sequestraram e **roubaram** um empregado de uma área de serviço em Barcelos (...).
3. (...) **roubaram** aquele posto de abastecimento de combustível.

Como podemos observar, estes exemplos integram-se no conceito de *roubar* enquanto apropriação por alguém de algo de natureza concreta que estava na posse de outrem, ou seja, que lhe era alheio<sup>5</sup>; e, neste sentido, obedecem a uma estrutura sintáctico – semântica do tipo:

Sujeito (Agente)    OD (objecto)    OI (paciente)

Porém os seguintes exemplos apresentam uma estrutura sintáctica diferente dos que acabámos de abordar.

<sup>5</sup> Com certeza que poderão surgir contra-exemplos. Com efeito, em Mia Couto, por exemplo, seria de todo possível deparar com uma frase do tipo: «**roubo-me** ao tempo para que as minhas memórias se demorem mais», em que o elemento com a função de objecto pertence ao próprio sujeito. Contudo, trata-se de uma esfera diferente à dos discursos ligados ao concreto, ao discurso *standard*. Como atestam Le Pesant e Mathieu Colas (1998:10): «[Il y a des ] phrases [qui sont] inacceptables dans le discours standard; des discours possibles déviantes sont toujours discours poétique, discours onirique, discours délirant... –, mais leur déviance même (la perception de cette déviance) ne fait que mettre en évidence les règles transgressées».

4. Adivinhe quem vem para roubar?
5. (...) de prender um jovem toxicodependente por **roubar**.
6. (...) **rouba** para sobreviver.

Nestes exemplos não temos um objecto explícito alvo de(a) subtracção, mas sabemos que ele existe em estado de omissão, dado que *roubar* é classificado como um verbo transitivo, embora passemos já, nas linhas seguintes, a proceder a algumas observações neste sentido.

Em (6) (...) rouba para sobreviver., *roubar* surge numa frase que integra uma oração subordinada final, não estando, em ambos os casos, especificado o elemento com o papel- $\theta$  Objecto. Aliás, neste exemplo não temos também o elemento que ocorreria na posição de sujeito. Assim, se concretizarmos com o sujeito prototípico – o humano, e daqui que tenhamos integrado este exemplo neste grupo: [alguém] rouba [X] para sobreviver–, poder-se-á depreender que se trata de um modo de vida. Em ambos os exemplos, será possível aceitarmos a ausência de transitividade – ou a intransitividade – deste verbo. No entanto, se considerarmos que *roubar* implica sempre ‘roubar algo’, então estamos num caso de pseudo-intransitividade, isto é, temos uma *intransitividade transitiva* ou, se quisermos, uma *transitividade intransitiva*.

Em (5) (...) de prender um jovem toxicodependente por roubar, *roubar* foi a causa/motivo da prisão de um jovem toxicodependente. Antecipando-nos um pouco às conclusões, é possível afirmar que este conceito de *roubar*, enquanto apropriação indevida, é o valor prototípico deste verbo, e que estará na origem da definição de *roubar* no que concerne ao campo jurídico.

Ainda no que respeita ao argumento com a função- $\theta$  Objecto, em caso algum destes exemplos estamos na presença de elementos marcados com o traço [+humano] a desempenhar aquele papel temático. Esta constatação equivale a dizer que aquilo que é alvo de subtracção não exhibe vontade própria nessa ocorrência – transferência<sup>6</sup>. O teatro

---

<sup>6</sup> Se tivéssemos uma frase como «*Aquela rapariga roubou o namorado à sua melhor amiga*», estaríamos na presença de *roubar* mas com um valor distinto, na medida em que ‘o namorado’, enquanto objecto de *roubar*, poderia se desejasse desenvolver uma acção contrária à do AG, impedindo-o de levar a cabo os seus intentos, entrando assim em inconformidade com *os objectos* até aqui analisados. Isto porque, no contexto, ‘roubar o namorado’ equivale a ‘seduzir’/‘conquistar’ e não a exercer violência sobre alguém. Desta forma, o namorado só se deixará seduzir se quiser, depende de si próprio a mudança do estado de coisas.

de forças que se estabelece é entre o que subtrai (o AG) e aquele que sofre a subtração (o paciente). Na sequência destas afirmações, o exemplo (2) pode torna-se esclarecedor:

2. Três jovens sequestraram e roubaram um empregado de uma área de serviço de Barcelos(...).

Verificamos que, aparentemente, ‘um empregado’ parece ser concomitantemente objecto de *sequestrar(am)* e de *roubar(am)*. Porém, assim não é, considerando que aquela frase pode ser parafraseada, por exemplo, da seguinte forma:

- 2a. Três jovens sequestraram um empregado de uma área de serviço de Barcelos e roubaram [-lhe o dinheiro e o telemóvel].

Portanto, o que lhe subtraíram/roubaram não foi a sua pessoa enquanto tal, mas os seus pertences (ou o que ele tinha sob a sua posse, embora não lhe pertencendo), que não surgem especificados. O mesmo é extensível ao exemplo (3):

3. (...) **roubaram** aquele posto de abastecimento de combustível.

Com efeito, não é o posto de abastecimento que é roubado, mas algo que se encontrava lá, tomando-se o continente pelo conteúdo.

Voltando aos casos já aflorados em que o argumento com o papel- $\theta$  objecto permanece oculto, passemos a concretizá-los. Hipoteticamente:

- 4a. Adivinhe quem vem pra **roubar** [o dinheiro?]  
 5a. (...)de prender um jovem por **roubar** [um carro].  
 6a. [Ele] **rouba** [o que pode] para sobreviver.

Naturalmente que a especificação hipotética daquele argumento acarreta alterações semânticas<sup>7</sup>. Sobre os predicados e os argumentos enquanto unidades constitutivas da língua, Gross e Guenther (2002: 180) assumem que «(...) *tout prédicat est défini d'abord par la totalité de ses arguments. Les effacements sont le fait d'un texte donné et, dans*

---

<sup>7</sup> O mesmo é extensível ao argumento com o papel- $\theta$  *paciente*, que também não surge especificado.

*ces conditions, les éléments peuvent être restitués ou bien ils constituent une réduction qui modifie la nature du message».*

Se em 4a. Adivinhe quem vem para roubar [o dinheiro]?, tivéssemos ‘os pobres’ na posição de objecto em vez de ‘o dinheiro’, poderíamos estar perante um equivalente semântico de *roubar* como ‘explorar’ ou ‘aproveitar-se’. A ausência de especificação do objecto remete-nos para o conceito prototípico do verbo –porque ligado ao concreto e, portanto, mais imediato – e então somos levados a enquadrar os exemplos neste grupo.

### 2.5.2. Grupo B

Ainda relativamente ao conceito de *roubar* enquanto apropriação, temos alguns exemplos retirados do *corpus* que se integram nesta ideia, mas que se distinguem marcadamente dos casos anteriores, constituindo, portanto, o grupo B.

7. [...] o facto de Belmondo ter «**roubado**» um lugar na Fórmula 1 (...).
8. **Roubo** aqui algum espaço para lavrar uma espécie de protesto.
9. (...) numa escapadela de Joãozinho, o qual, após ‘**roubar**’ a bola a Chippo, lançou Nuno Cavaleiro, com este a servir Spinzza, que se limitou a desviar a bola para a baliza (0-1).
10. «É só **roubar** quem trabalha», comentava o familiar de um doente.
11. Ao Rambo «**roubou**» a cozinheira, que, como não podia deixar de...

Nas situações (7), (8) e (11), a apropriação do objecto passa por uma acção exercida deliberadamente contra alguém, mas não visando o seu prejuízo ao subtrair-lhe algo para benefício próprio, tal como verificámos nas situações relativas ao grupo anterior<sup>8</sup>. Pelo contrário, aqueles casos têm como equivalentes referenciais, por exemplo, *ocupar*, *conseguir*, *conquistar*, *arrebatar*, ilustrados em (7) e (11) ou *ocupar*, *preencher* como em (8).

O exemplo (11) Ao Rambo «**roubou**» a cozinheira, que, como não podia deixar de... entra na linha de interpretação da frase Aquela rapariga roubou o namorado à sua melhor amiga<sup>9</sup>, dado que o argumento

---

<sup>8</sup> O caso (9) semelha constituir como que uma excepção, no sentido de que há efectivamente uma acção deliberada por parte de alguém em relação a outrem no intuito de, neste caso, o impedir de manter a bola na sua posse. No entanto, visto tratar-se de um jogo, o AG age segundo as regras; e, portanto, não há matéria para integrar este exemplo entre os do grupo A.

<sup>9</sup> Ver nota 6.



com a função semântica de objecto comporta o traço [+ humano]. Aliás, neste caso, temos inclusive o recurso às aspas no intuito de solicitar a adequação do verbo à «veracidade» da proposição. As aspas indicam que o sentido aqui se demarca da acepção mais comum. Esta busca de precisão poderá dever-se a aspectos ligados aos modelos cognitivos que, como refere Michel Prandi (1998:39-41), permitem-nos definir um domínio de verdades e falsidades «a priori», sensível à experiência, no sentido em que pode [o domínio de verdades] ser desmentido por ela. Assim, como verdade *a priori*, o locutor *sabe* que não se trata efectivamente de um roubo prototípico, pois a ‘cozinheira’ pode exercer uma acção no sentido de contrariar a acção anterior.

Com certeza que o uso de *roubar* nestes casos se deve, essencialmente, ao significado que o verbo adquire em contexto sintagmático, com vista a traduzir a intenção *real* do locutor<sup>10</sup>. Concretamente, e a título explicativo, em 7. (...) o facto de Belmondo ter «roubado» um lugar na Fórmula 1 (...) a substituição de ‘roubado’ por ‘conseguido’ não possui a mesma força semântica. Haverá, pois, relevadamente, a intenção de extrair deste verbo a força semântica que lhe é inerente, adaptando-o à frase em questão. Neste exemplo, estamos perante uma situação em que o AG cometeu a proeza de obter um lugar inesperado na Fórmula 1, sendo possível aqui – e por consequência da utilização de *roubar* – identificar pois um determinado efeito-surpresa coindexado à conquista do lugar<sup>11</sup>.

Outra situação idêntica às que acabámos de comentar tem a ver com o exemplo (8) Roubo aqui algum espaço para lavrar uma espécie de protesto. O uso de *roubar*, neste caso, parecer prescindir, por alguma razão, do consentimento do interlocutor (que aqui desempenha o papel temático de paciente, «a quem se rouba») na cedência do espaço e do tempo a que é feito apelo – provavelmente, por estar já familiarizado no contexto situacional ou então porque receia que, ao optar pela solicitação [do espaço e do tempo], esta lhe fosse recusada. Assim, o locutor sabe que está a agir sem consentimento prévio do(s) interlocutor(es), mas antecipadamente ao seu «fazer» não autorizado,

---

<sup>10</sup> «Le sens dépend d’ un ensemble de distributions lexico-syntaxiques; il dépend de la forme même du lexique et du discours» (Le Pesant, Denis e Mathieu-Colas, 1998: 30).

<sup>11</sup> Tal depreensão poderá, eventualmente, estar ligada a determinadas expectativas não favoráveis criadas em torno do corredor; isto é, à partida, Belmondo não seria integrado no leque dos candidatos a gerar alterações/surpresas nas tabelas classificativas, no que respeita aos lugares cimeiros.

ele como que «força» esse consentimento, não dando oportunidade de receber uma negação. Verificamos ainda que o locutor intervém de um modo peremptório, utilizando o verbo sem recurso a aspas e usando o presente do indicativo. O que à primeira impressão poderia parecer uma atitude de quase arrogância, de quase invasão do alheio, acaba por ser «legitimado» com a justificação que é apresentada: trata-se de alguém que se sentirá lesado e por essa razão deseja pronunciar-se «para lavar uma espécie de protesto». Aquele «roubo» deixa, de facto, de o ser, consistindo antes numa espécie de reclamação dos seus direitos pelo direito em se pronunciar na defesa dos seus interesses.

O exemplo 9. (...) numa escapadela de Joãozinho, o qual, após «roubar» a bola a Cippo, lançou Nuno cavaleiro, com este a servir Spinza, que se limitou a desviar a bola para a baliza (0-1). encontra-se na mesma linha de interpretação de (7)<sup>12</sup>. O recurso às aspas, em ambos os casos, é um indício [gráfico] da existência de uma intenção deliberada de utilizar *roubar* de um determinado ponto de vista, desejando talvez demarcar-se da acepção primeira – o significado prototípico – da palavra.

O exemplo (10) «É só roubar quem trabalha», comentava o familiar de um doente. assenta numa construção particular. Não temos uma estrutura frásica semelhante às demais observadas. Trata-se de uma expressão [idiomática], cuja construção é idêntica às dos provérbios<sup>13</sup>, em que o valor semântico de *roubar* pode ser traduzido por ‘explorar’, ‘aproveitar-se de’. Outra expressão equivalente poderá traduzir-se na frase ‘*Isto é um roubo!*’ vulgarmente utilizada quando estamos, por exemplo, perante o preço de algo que consideramos exorbitante, a qual pretende efectivamente exprimir a indignação pelo valor que, do ponto de vista do eventual comprador, é indevido porque exagerado<sup>14</sup>.

<sup>12</sup> Conferir os comentários tecidos atrás para o exemplo (7) e que têm a ver com o referido efeito-surpresa, que premeia a destreza daquele que compete e que não foi considerada previamente, dada a eventual ausência de favoritismo relativamente ao concorrente.

<sup>13</sup> Aliás, «[l]es proverbes représentent un sous-domaine des expressions idiomatiques». Nas expressões idiomáticas, «*Il s'agit de phrases faites, d'expressions qui s'adaptent facilement à différents contextes, surtout dans la langage parlé, et dont le rôle consiste à souligner, exagérer un événement, une situation ou à fournir un exemple. La fonction rhétorique des expressions idiomatiques est très claire*» (Biorci e outros, 2002:144).

<sup>14</sup> Passando, pois, os limites do valor «justo», o que será do domínio do relativo, dado tratar-se de conceitos subjectivos, assentes em escalas de valor (CF As noções vagas, «les termes floues», em direito, e que abordaremos mais adiante).

É, portanto, esta ideia de situação indevida, não consensual, que se pretenderá exprimir por recurso ao verbo *roubar*. Em todos estes exemplos, permanece, pois, a ideia de apropriação ‘tirar algo (X) para si’.

## 2.8. *Roubar II* (‘privar de’)

### 2.8.1 *Grupo C*

Os exemplos que se seguem constituem o grupo C, que, como veremos, permitem distingui-lo dos anteriores:

12. (...) descarregadores e filtros que lhes **roubam** o sossego, cobrem-no de pó (...).
13. Trata-se de definir uma estratégia mundial de luta contra a pedofilia na internet. «Proteger as crianças contra aqueles que lhes **roubam** a infância (...).
14. (...) a verdade é que ninguém **rouba** o «show» ao «velhinho».

Todos estes casos, apresentando uma estrutura sintáctica idêntica a RoubarI, parecem, no entanto, estabelecer determinadas diferenças, em termos semânticos, daquela categoria (núcleo semântico), e é ao nível do contexto sintagmático que podemos proceder ao inventário dos respectivos equivalentes semânticos.

O exemplo (12) (...) descarregadores e filtros que lhes roubam o sossego, cobrem-no de pó (...) é paradigmático deste terceiro conjunto. Temos na posição de sujeito um argumento (que, por acaso, é um sujeito composto) que não possui o traço [+ humano (+ an)], e na posição de objecto temos um argumento [-concreto]. A acção de *roubar* aqui não passa por um ‘tirar (ficando com X para si)’, mas antes por um ‘tirar (sem ficar com X para si)’. Na verdade, são os ‘descarregadores e filtros’ que constituem a causa que impossibilita a existência de sossego, isto é, que priva alguém desse sossego, não ficando, todavia, com ele.

Em (14) ninguém consegue impedir o velhinho de fazer o seu «show».

Será, com efeito, esta ideia de **[não] privação** que, transversalmente, sustenta e unifica, semanticamente, os exemplos que listámos atrás.

Desempenhando o papel de *causa/origem*, encontramos, neste conceito genérico que designámos como Roubar II, um argumento na posição de sujeito que é insensível ao traço [+/- humano(an)], tal como em (14) (...) a verdade é que ninguém rouba o «show» ao «velhinho»,

que mostram a existência de argumentos marcados pelo traço [+ humano], com igual função dos ‘descarregadores e filtros’ (-humano).

Sinteticamente, o que parece diferenciar o papel do argumento com a função semântica de causa/origem da do AG prende-se estreitamente com a intencionalidade. Porém, no caso de RoubarII (grupo C), as consequências advindas da acção de *roubar* acarreta a cessação/privação de um determinado ser/existir – posse. Na (con)sequência de um determinado *fazer/acontecer* por parte do elemento com função de sujeito, o paciente é privado de algo, não havendo, todavia, apropriação, por parte do sujeito, daquilo que é subtraído ao paciente. Não haverá, pelo menos de um modo indubitável, intencionalidade nessa mudança dos estados de coisas. Aqui, a relação entre sujeito e objecto é uma relação de *causatividade*, no sentido em que o estado do objecto (ou o próprio objecto) é o resultado ou efeito da *acção/causação* do sujeito. Sequencialmente, também o argumento com a função semântica de paciente é atingido pelo efeito da *causação*, visto que o objecto se encontra na sua posse/controlado e daquele é subtraído; o paciente perde o seu poder de detentor.

O sujeito marcado [+humano] pode não estar expresso, mas subentendido ou, num contexto mais alargado, é-nos fornecido pela totalidade da proposição, como acontece em (13), na medida em que nos é permitido substituir ‘aqueles’ por ‘os pedófilos’ em virtude da informação da primeira frase. Caso não tivéssemos essa informação, o vocábulo ‘aqueles’ poderia referir-se a ‘perigos’, ‘riscos’, etc, que impossibilitariam as crianças de viver as suas infâncias na plenitude. Gramaticalmente, teríamos de igual modo frases bem formadas, mas do ponto de vista semântico haveria diferenças. No entanto, em qualquer um dos casos, persistiria a ideia de privação e não de apropriação, pois nem ‘os pedófilos’, ‘os perigos’ ou ‘os riscos’ tomariam para si ‘a infância’; apenas impediriam as crianças de a desfrutar.

*Roubar* – apropriação ou simples privação – parece implicar sempre a subtração de algo por um sujeito (agente ou causa) a um segundo elemento (paciente), sendo que o equivalente semântico de *roubar* vai depender daquilo que é roubado, isto é, de **X**.

## 2.9. *Esquema imagético de roubar*

Nas palavras de Teixeira(2001:152), «o processo cognitivo alimenta-se das configurações espaciais e são estas que metaforizadas permitem todo o percurso abstractizante e nocional que as imagens

mentais, de que a língua se serve, percorrem». Aliás, continua o autor, «(...) o processo de conhecimento socorre-se, em todas as línguas, de esquemas imagéticos. Através da manipulação destes esquemas, o ser humano vai elaborando modelos mentais que vão substituindo um esquema por outro até à adequação final do que pretende processar» (idem: idem).

Assim, o movimento inerente ao nosso verbo em análise parece ser o movimento de dentro para fora ('tirar X a' ou 'tirar X de'), ou seja, a ideia de expropriação.

Cognitiva e componencialmente, *roubar/expropriar* é tido, vulgarmente, pelos falantes como possuindo o sinal –, ou seja, negativo<sup>15</sup>.

Partindo do pressuposto que «a qualquer unidade linguística pode ser atribuído um Esquema Imagético, cujas características são objecto de alteração na sequência da mudança do grau de prototipicidade da unidade em análise» (Batoréo, 1997:73), o esquema imagético básico<sup>16</sup> para RoubarI poderia ser o seguinte:



Fig. 1

E para Roubar II:



Fig. 2

Como podemos constatar, a seta em a) e em b) indica uma determinada acção realizada por **S**(ujeito) – Agente ou Causa – relativamente a um **P**(aciente), apoderando-se, no caso de Roubar I, do **O**(bjecto) pertença daquele último (esquema a')). Todavia, poderá não existir apropriação – como é o caso em Roubar II (esquema b')) –, ou seja, o movimento exercido pode resultar no prejuízo de **P**, mas não necessariamente para proveito de **S**, quando este tem o papel-θ de Causa.

<sup>15</sup> Todavia, há exemplos em que não é assim. Na frase, *O medicamento roubou-a a uma morte certa*, o «resultado» pelo uso de *roubar* é positivo. Porém, a ideia de expropriação mantém-se.

<sup>16</sup> Finke, citado por Christopher Habel, (1997:108) afirma que «L'arrangement spatial des éléments d'une image mentale correspond à la manière dont les objets ou leurs parties sont arrangés sur des surfaces physiques réelles ou dans l'espace physique réel».

Os esquemas imagéticos são, então, em tudo idênticos à exceção do movimento de apropriação. O movimento de expropriação é igual. Tal como alega Silva (1999:44), «os esquemas imagéticos e suas transformações (...) permitem também explicar a construção metafórica de vários conceitos abstractos: relações interpessoais, morte, posse, permissão, passividade, causação negativa».

A noção de passagem de um estado a outro, no que se prende com alguns casos de RoubarII, estará correlacionada com RoubarI<sup>17</sup>, embora este diga respeito à mudança de possuidor de **O**. Esta passagem de um estado a outro será o que efectivamente confere a ideia de mudança/ruptura ao nosso verbo em estudo.

### 2.10. Representação da estrutura de roubar: O modelo de «network»

Silva (1999:44) elege o modelo de «network»<sup>18</sup> como o modelo «que permite visualizar melhor a complementaridade entre esquematicidade e prototipicidade.» Quanto ao modelo de «network» representativo da estrutura de *roubar*, e após a análise feita até agora, propomos o seguinte:

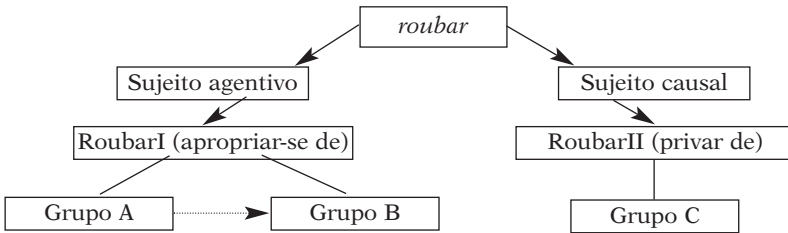


Fig. 3 Representação da estrutura semântica fundamental de *roubar* segundo o modelo de *network*

<sup>17</sup> Os esquemas são semelhantes, não existindo apenas, no caso de Roubar II, o movimento de apropriação, descrito pela seta que «transporta» o **O**(bjecto) na direcção de **S** (esquema b').

<sup>18</sup> Silva fornece uma definição de «network»: «Um «network» aparenta-se a uma estrutura hierárquica, mas não se trata de uma hierarquia taxonómica. Quer dizer: os limites superior e inferior são geralmente imprecisos (já que a esquematização ou abstracção e a especificação, como processos cognitivos, não têm limites precisos); as associações são tanto hierárquicas como não hierárquicas; há diferenças de saliência; há relações de inclusão parcial de conteúdos subordinados em conteúdos superordenados; há, enfim, sobreposições de elementos» (Silva, 1999:40).

Do exposto, parece ser-nos permitido distinguir dois grupos de sentidos (ou núcleos semânticos), que se opõem por esquemas imagéticos apenas semelhantes, visto que RoubarII (privar de) não comporta o movimento de apropriação verificado para RoubarI (apropriar-se de). As estruturas prototípicas também são diferentes: em RoubarI, temos um centro prototípico agentivo (o sujeito é um sujeito-agente, que age com o propósito de se apropriar de algo que pertence a outrem (o paciente dessa acção). Em RoubarII, o centro prototípico é causal. A acção do sujeito reveste um carácter de causa pelos efeitos que provoca no paciente. Aqui, o alvo da acção do sujeito, o paciente, é apenas privado de algo que se encontrava na sua posse/controlado, não existindo apropriação do objecto por parte do sujeito.

Podemos ainda notar que parece existir um processo de transferência<sup>19</sup> de sentido entre os vários grupos de exemplos. Primeiro e dentro de RoubarI, do grupo A – ligado ao domínio do concreto – para o grupo B, e, segundo, de RoubarI para RoubarII (grupo C). Não existindo, nos grupos B e C, uma situação de apropriação concreta, pode, nestes casos, dizer-se que a acção de *roubar* é metafórica<sup>20</sup>. Do ponto de vista da semântica cognitiva, a metáfora é um importante meio de funcionamento. Conceptualmente, as acções exercidas pelo sujeito (quer seja ele agente ou causa), tanto nos exemplos do grupo B como nos do grupo C, são equiparadas às do sujeito-agente do grupo A.

### 3. A dimensão jurídica

#### 3.1. O direito: uma língua de especialidade

É possível observar que em toda a língua de especialidade coexistem três tipos de vocabulários (Gross e Guenther, 2002:184-5): um específico ao domínio, outro mais genérico, e um terceiro constituído por elementos do vocabulário geral, mas tomados num sentido específico. Mas uma língua, mesmo a de especialidade, continuam

---

<sup>19</sup> Veja-se o processo de transferência em Amaral, Patrícia Matos (2000:248-250).

<sup>20</sup> Alfredo Dinis (2004:32) cita Mark Johnson e George Lakoff para afirmar que «a mente é por natureza incarnada. O pensamento é na sua maior parte inconsciente. Os conceitos abstractos são largamente metafóricos», correspondendo estas a três descobertas das ciências cognitivas que «parecem estar a mudar radical e definitivamente a nossa concepção do que é ser humano».

estes autores (idem:180), não pode ser reduzida ao léxico, pois «*ce dernier n'a pas de statut en dehors de la syntaxe et de la sémantique*».

D.Bourcier (1976:115) diz que as línguas formalizadas (científicas, jurídicas) precisam de classificar os seus elementos e de definir os objectos. O direito, desenvolve Mackaay (1979:33) constitui uma linguagem em parte artificial, podendo ser designada por 'formalizada', mas, frisa, o jurista não emprega a definição e a classificação da mesma maneira que o cientista. A classificação do jurista é frequentemente «movediça»<sup>21</sup>: Os termos continuam os mesmos, mas o sentido é progressivamente ajustado às mudanças na vida social.

### 3.2. A definição jurídica de roubo

O direito assenta em conceitos, isto é, «*sur une organization cognitive et logique du droit*» (Bourcier, 1979a:17). Diz a autora que as definições têm por objecto determinar os conceitos, nomeá-los ou identificá-los.

Desta forma, o acto de roubar está previsto no *Código Penal*, integrando-se no capítulo II *Dos crimes contra o propriedade*, artigo 210.º. Assim, o que juridicamente se define como *roubo* é o seguinte:

1. Quem, com ilegítima intenção de apropriação para si ou para outra pessoa, subtrair, ou constringer a que lhe seja entregue, coisa móvel alheia, por meio de violência contra outra pessoa, de ameaça com perigo iminente para a vida ou para a integridade física ou pondo-a na impossibilidade de resistir, é punido com pena de prisão de 1 a 8 anos.
2. A pena de prisão é de 3 a 15 anos se:
  - a) Qualquer dos agentes produzir perigo para a vida da vítima ou lhe infligir, pelo menos por negligência, ofensa à integridade física grave; ou
  - b) Se verificarem, singular ou cumulativamente, quaisquer requisitos referidos nos n.ºs 1 e 2 do artigo 204.º<sup>22</sup>, sendo correspondentemente aplicável o disposto no n.º 4 do mesmo artigo.
3. Se do facto resultar a morte de outra pessoa, o agente é punido com pena de prisão de 8 a 16 anos.

---

<sup>21</sup> CF os 'termos vagos' (les termes floues), mais adiante.

<sup>22</sup> Tem a ver com o furto qualificado.



Pelo exposto, podemos constatar que se trata de uma definição algo «flexível». Bastará atendermos à presença de três molduras penais para o mesmo acto, as quais podem oscilar entre certos períodos de tempo: 1 a 8, 3 a 15 e 8 a 16 anos, tendo esta distinção por base a gravidade das consequências que da acção resultarem para a vítima<sup>23</sup>. Então quando é que se deve/pode aplicar uma pena de 1, 2, 3 anos, etc?

A definição, **fundamental** na organização do discurso jurídico, delimita o sentido dos conceitos para um texto ou para um domínio do direito<sup>24</sup>. A definição «*n'a pas seulement pour effet de normaliser le langage du droit*» (Bourcier, 1979a: 22). Em extensão ou em compreensão, ela permite ao juiz assimilar novos elementos ou interpretar elementos avaliativos porque «*pour déterminer un concept, nous n'allons seulement utiliser les formes explicitement données par le législateur, souvent insuffisantes (la définition) mais aussi celles implicites, déduites ou induites de la forme du discours*» (Bourcier, 1979a: 19).

A normatização reconhecida da definição interage com elementos de alguma maneira inquantificáveis porque difíceis de determinar, que deixam portanto ao julgador a responsabilidade de uma «quantificação»/precisão dos conceitos<sup>25</sup>.

---

<sup>23</sup> A graduação a decidir dentro das molduras legalmente fixadas vai pois depender de vários aspectos – entre os quais de quem procede à interpretação dos factos, tal como nos confirma Karl Engisch na seguinte passagem (pág.193-4):

Na medida em que todos estes conceitos se encontram delimitados por *molduras legais*, a determinação destas molduras ou quadros delimitativos não constitui, por seu turno, senão interpretação da lei. Assim, é através de uma interpretação da lei, na maioria dos casos muito simples, que são estabelecidos os quadros ou molduras da graduação das penas. E é igualmente através de um acto de interpretação da lei que são descobertos os pontos de vista ou critérios segundo os quais, por força da lei, a pena deve ser calculada.

<sup>24</sup> Bourcier (1979a: 22).

<sup>25</sup> Consulte-se, por exemplo, o documento 1, em Anexos, relativo ao acórdão do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) respeitante ao proc. N.º 518/03 – 3.ª Secção, no qual se procede, por meio da interpretação das circunstâncias, a uma precisão dos conceitos de roubo e de furto com vista ao apuramento da factualidade. O que à primeira vista poderia ser encarado como um crime de roubo termina de facto por ser considerado um crime de furto, pela ausência de prova do tipo subjectivo (como é, a título ilustrativo, a intencionalidade).

### 3.3. O conceito de roubo

Os elementos linguísticos constantes na definição jurídica de *roubo* deixam entrever o respectivo conceito. Assim, estamos perante um acto realizado por um sujeito humano, visto ter de existir intenção no acto, sendo pois esta (a intenção) prototipicamente uma característica do homem. Em seguida, trata-se de uma intenção ilegítima de apropriação, isto é, contrária à lei, e ainda obtida com recurso à violência, impossibilitando, de alguma maneira, a pessoa alvo da acção de se defender. Aliás, é exactamente a referência feita à violência que permite estabelecer a distinção substantiva entre *roubo* e *furto*.

O conceito jurídico de roubo poderá traduzir-se na sequência:

X rouba Y quando Z

devendo então analisar-se se as circunstâncias contempladas na definição são satisfeitas.

Ao mesmo tempo, como distinguir objectivamente, em certos casos, o crime de roubo do crime de furto<sup>26</sup>, quando a diferença substantiva entre as suas definições é essencialmente a referência à violência no primeiro, se a violência é um termo vago (*terme floue*), e, portanto, passível de diferentes valorações<sup>27</sup>?

### 3.4. As noções vagas («*termes floues*») no texto jurídico

Diz Mackaay (1979:33) que «les notions floues semblent être une entrave à une conception positiviste du droit». Trata-se de noções que surgem na formulação das leis e que requerem ser alvo de determinada precisão aquando da sua aplicação, sendo adquirida no contexto concreto da vida social. As noções vagas jogam, com certeza, um papel importante porque «*l'imprécision des concepts dans le texte de loi est nécessaire au discours interprétatif de la jurisprudence*» (Bourcier, 1979a:6).

---

<sup>26</sup> O crime de furto, tal como o de roubo, integra-se no Capítulo II, *Dos crimes contra a propriedade*, do Código Penal, artigo 203.º:

Quem, com ilegítima intenção de apropriação para si ou para outra pessoa, subtrair coisa móvel alheia é punido com pena de prisão até 3 anos ou com pena de multa.

<sup>27</sup> Inclusive a «quantificação» desse conceito pode originar diferentes penas dentro do crime de roubo, o que aliás está previsto nas próprias molduras penais.

Elas [as noções vagas] reflectem, portanto, a divisão do trabalho entre legislador, os tribunais e o poder executivo<sup>28</sup> e a sua interpretação entende-se na perspectiva do princípio da minimização dos custos (sejam eles de informação, de adequação ou de incerteza)<sup>29</sup>, desta vez aplicada ao conteúdo e não à forma. As regras desenvolvidas segundo uma lógica economicista favorecem as soluções nas interações porque «(...) *les règles non-optimales* (...) *feront l'object de plus de litiges que celles qui le sont*», e, «*sur une longue période, le système évolue vers une prédominance des règles optimales*» porque «*Il est en effet fort palusible que idée de non-gaspillage figure parmi les valeurs communément reconnus dans notre société*» (Mackaay, 1979:45).

A concepção economicista dos conceitos não será de todo novidade: não falámos já de uma questão de economia cognitiva no modo como o homem categoriza? Batoréo (2000:161), por exemplo, na busca da resposta à questão *Where Does Prototypicality Come From*, aponta o factor psicológico como sendo o que «*faz otimizar a riqueza conceptual pelo destacamento de pormenores estritamente relacionados entre si, assim como pela sua integração no mesmo conceito, tornando-o mais «denso» e, simultaneamente, mais económico*».

A optimização e a economia parecem ser ferramentas usuais do processo de conhecimento do homem, independentemente, portanto, da área de aplicação – quer seja simplesmente do foro linguístico quer respeite áreas de especialidade.

### 3.5. A lógica do texto da lei

O raciocínio jurídico funda uma parte da sua legitimidade na assunção que o «*dire du droit obéit à une «logique»*»<sup>30</sup>. Dizer que o texto de lei é lógico é dizer que a sua expressão fornece fundamentos estáveis à interpretação do juiz ou então as interpretações que lhe

---

<sup>28</sup> Veja-se os exemplos ilustrativos desta afirmação apresentados por Mackaay (1979:45-8).

<sup>29</sup> Tratar-se-á de um processo semelhante ao que Patrícia M. Amaral (2000:116) refere sob a designação de Princípio de Relevância: «(...) *todos os individuos tratam informação com o objectivo de melhorar o seu conhecimento do mundo em proveito próprio da forma mais rentável – a cognição humana procura a relevância. A optimização dos recursos cognitivos determina, assim, as expectativas que subjazem a cada acto comunicativo* (...)».

<sup>30</sup> L. Danon-Boileau (1976:111).

(ao texto de lei) podemos atribuir são regulares, isto é, obedecem a operações automatizáveis. Daqui que possamos perguntar: se assim é, então «*comment les «revirements de jurisprudence» sont-ils possibles»* (Danon-Boileau, 1976: 111)?

Perante um litígio, o trabalho do juiz consiste em estabelecer os factos e depois a *qualificá-los*. A distinção qualificação dedutiva/qualificação apreciativa (ou argumentativa) permite pois conciliar a hipótese de um texto de lei regido por uma «lógica» e a realidade dos reviramentos jurisprudenciais.

Como pode o juiz manipular os objectos que são elementos «*pour obvier au déni de justice»* (Bourcier, 1976: 119)?

A teoria da argumentação distingue os raciocínios lógicos, que utilizam símbolos sem os interpretar, dos modelos argumentativos que são modificáveis. Se a lógica mantém os princípios de equivalência<sup>31</sup> (ou de não-contradição), a argumentação acrescenta assimilações (ou incompatibilidades).

Se uma disposição caracteriológica é «indigna», se um motivo é «vil», se um escrito é «licencioso», se uma representação é «blasfema», isto só poderá ser decidido com base numa **valoração**. Os conceitos normativos desta espécie chamam-se conceitos «carecidos de um preenchimento valorativo»; o que significa que o volume normativo destes conceitos tem de ser preenchido caso a caso, através de actos de valoração. No entanto, esta não precisa de ser necessariamente uma valoração estritamente pessoal do julgador. Deve aliás este indagar e determinar valorações prévias da generalidade das pessoas ou de determinados círculos, especialmente as valorações de uma camada «dominante» ou «dirigente». Por outro lado, porque as valorações estarão sempre ligadas a padrões de camadas dominantes ou dirigentes surgirão sempre, com certeza, vozes discordantes das decisões tomadas.

Mas serão as leis diferentes ou as interpretações dos factos é que diferem? Ou seja, será o processo de categorização linguística igual ao processo de categorização jurídica?

---

<sup>31</sup> A construção silogística evidencia equívocos e ambiguidades entre termos e proposições (Bourcier, 1979a:117-9).

### 3.6. A significação jurídica como resultado de operações mentais formalizadas

(...) *la compréhension est extérieure à la formalisation et la précède afin de mieux l'orienter*

(MICHEL MEYER)

O sentido jurídico específico, a sua significação jurídica particular, é-lhe atribuída por intermédio do conteúdo de uma norma que a ele se refere, por modo que o acto possa ser interpretado segundo essa norma. Por exemplo, o que faz com que um facto constitua uma execução jurídica de uma sentença de condenação à morte, e não um homicídio, assenta numa **operação mental**, visto que essa qualidade não é captada pelos sentidos.

A norma funciona como esquema de interpretação, interpretação normativa. A interpretação jurídica não se destina a uma reconhecimento dum conteúdo qualquer já pensado, mas sim a formular princípios, regras, para a acção. A interpretação jurídica parte do *facto* (ser), mas para chegar ao *dever ser* (ao sentido que está inscrito no facto). O jurista não se abandona ao facto; valora-o, integra-o na ordem, fazendo-o receber desta *o seu verdadeiro significado*. O jurista é obrigado a procurar uma resposta diferente a cada nova situação social. Ele tem de ser o agente desta incessante actuação da ordem jurídica, sabendo distinguir o que deve fazer-se e o que tem de morrer, se contrário à ordem essencial da sociedade.

Quando se trata de termos precisos (por oposição aos «termes floues»), o juiz tem menos latitude aquando da interpretação. Quando as regras são formuladas de forma precisa, o papel dos tribunais estará limitado<sup>32</sup> (Mackaay, 1979: 39). No entanto, diz o *Código Penal 1997*,

---

<sup>32</sup> No que respeita ainda à interpretação da lei, o capítulo II do *Código Civil 2000*, intitulado *Vigência, interpretação e aplicação das leis*, contempla o papel do julgador enquanto responsável pela interpretação e aplicação da lei. Diz o artigo 9.º deste capítulo que a interpretação da lei:

- 1) não deve cingir-se à *letra* da lei, mas reconstituir a partir dos textos jurídicos o pensamento legislativo, tendo sobretudo em conta a unidade do sistema jurídico, as circunstâncias em que a lei foi elaborada e as condições específicas do tempo em que é aplicada;
- 2) porém, o pensamento legislativo não pode ser considerado pelo intérprete se não tiver na *letra* da lei um mínimo de correspondência verbal, anda que imperfeitamente expresso;
- 3) na fixação do sentido e alcance da lei, o intérprete presumirá que o legislador consagrou as soluções mais acertadas e soube exprimir o seu pensamento em termos adequados. Todavia, o legislador moderno, diz Karl Engisch, é um ser anónimo constituído por uma pluralidade de pessoas, e por esta razão, por uma pluralidade de direcções de vontade. No entanto, continua este autor, o sentido da lei apenas pode ser um só, coerente e isento de contradições.

na sua *Parte geral*, que o sistema permite um espaço nocional que apela à verdadeira e criativa actividade do juiz, na medida em que não tem de ater-se unicamente às prescrições legais. Ele pode procurar, através da melhor hermenêutica, a mais justa solução para o caso concreto. Aliás, o que é perfeitamente compatível, estando inclusivamente «previsto» nos «termes floues» do domínio do Direito. Ao jurista é permitido adequar as normas/leis, o melhor possível – do seu ponto de vista –, à realidade individual de um caso<sup>33</sup>.

## Conclusão

Pensamos que, nesta altura, estaremos melhor em condições de poder afirmar que todas as situações descritas nos exemplos do grupo A poderão ser consideradas crime, quer se integrem no crime de roubo quer se integrem no crime de furto, ou outro (plágio, fraude, entre outros). Como vimos, no domínio jurídico, a diferença substantiva entre estes dois crimes assenta no uso ou não de violência a fim de subtrair algo (coisa móvel) a alguém. A interpretação do julgador é que vai ditar se, por exemplo, um caso/facto é roubo ou furto.

Por outro lado, dado que o conceito de violência não pertence aos conceitos determinados<sup>34</sup>, a «quantificação»/medição vai depender da visão/sensibilidade do julgador, e daqui que as penas a atribuir possam variar de caso para caso.

Ao mesmo tempo, no que respeita ao grupo B, o uso de aspas em alguns dos exemplos poderá dever-se tanto ao nível meramente linguístico como à influência da norma jurídica sobre a língua, deixando-nos perceber que o indivíduo terá conhecimento da norma: o falante sabe que está a usar um termo numa acepção que não é a primeira e, por outro lado, porque roubar é uma acção punida por lei, ele salvaguarda-se de mal-entendidos.

---

<sup>33</sup> Todavia, o decreto-lei 44129, de 28 de Dezembro que introduz o Código de Processo Civil 1997, apresenta como uma inovação importante a obrigação de os juízes fundamentarem as respostas aos quesitos. Isto porque existe uma extrema dificuldade de enunciar, com precisão, as razões que, muitas vezes por simples via intuitiva, influem no espírito do julgador ao emitir a resposta. Pela reflexão profunda que lhe é imposta, parece desejar-se que a atitude do juiz se aproxime da do cientista, devido ao rigor que se procura impor-lhe. Será, eventualmente, uma forma de minimizar a «criatividade» que lhe é permitida e que nós já referimos acima

<sup>34</sup> No sentido em que Karl Engisch usa este termo.

Creemos que o uso de *roubar*, quando metafórico (grupos B e C), prender-se-á, sobretudo, com «*uma explicação cognitiva na interpretação da preferência que os falantes têm em relação à escolha de certos tipos de conceptualização do mundo em que vivem*» (Batoréo, 1997a: 68), devendo-se, possivelmente a questões que têm que ver com o [menor] esforço cognitivo exigidos no acto de interacção verbal<sup>35</sup>. Parece-nos também plausível que este verbo possa integrar o conjunto de verbos que Lerat (2000: 203) identifica como «*dénomment des opérations courants dans la vie sociale, mais au même temps, ce sont des actes qui engagent par leurs « effets du droit »*» como são os casos de «*(...) allouer, confisquer, congédier, embaucher, exproprier, siéger, sous-louer, etc.*».

Em caso algum, estamos, no grupo B (RoubarI), na presença de situações de roubo ou furto, e o mesmo é extensível a RoubarII (grupo C). Todavia, tal não significa que não possamos estar em situações irregulares do ponto de vista legal, isto é, em situações punidas por lei, que não os crimes de roubo ou furto. Será, julgamos, a ideia de apropriação/privação indevida, presente no significado jurídico, que perpassa o significado linguístico de *roubar*.

Mas porque os conceitos jurídicos são conceitos construídos «artificialmente», o seu desconhecimento leva não raramente à criação de(os) conflitos, como é exemplo o caso que serviu de motivação a este trabalho e que foi referido na Apresentação: furto e roubo são frequentemente tomados como equivalentes semânticos; e são-nos, de facto, mas no seu significado linguístico. No entanto, é pouco habitual o uso corrente de *furtar*. Este aparecerá mais em contextos que se prendem com certos registos de língua, nomeadamente no registo literário ou ainda no registo cuidado<sup>36</sup>.

Na gestão dos conflitos, a generalidade do texto da lei não permite contemplar soluções caso a caso<sup>37</sup>, razão pela qual se procura encontrar aquela solução que minimize o prejuízo das partes, e em que as noções vagas desempenham um importante papel.

---

<sup>35</sup> Cf. O exemplo da referência deíctica apresentado por Batoréo (1997a: 68).

<sup>36</sup> O factor *cultura*, a par do de *experiência*, não pode ser dissociado de um estudo semântico «*já que, sendo a linguagem um dos «instrumentos» conceptuais do homem, ela tem por função cognoscitiva interpretar, organizar, fixar e exprimir a experiência humana, própria de um indivíduo ou de uma cultura*» (Silva, 1999:14).

<sup>37</sup> O que faz com que o leigo possa questionar: «*Então isso não está na lei?*» (Ascensão, 1987: 321).

No que concerne ao domínio jurídico, cremos que um maior conhecimento da realidade social, por parte do julgador, poderá ajudá-lo a encontrar a solução mais acertada, pois, esse conhecimento – importante para a adequação dos termos vagos – vai ter um papel primordial na atribuição de um significado a um determinado acto cometido. Quanto mais adequados estiverem os termos vagos às situações concretas, aquando da aplicação/interpretação das leis, maior será a justiça das penas a aplicar. Por outro lado, deve o cidadão comum ser elucidado<sup>38</sup> que a lei enquanto ordem normativa assenta em determinadas presunções que podem não se conformar às suas «verdades» empíricas<sup>39</sup>, o que muitas vezes só se «descobre» após se ter sido condenado.

Mas deve a sociedade aguardar que o seu equilíbrio resulte da aplicação da lei (sanção)?

O direito, enquanto norma, deverá reflectir a sociedade à qual se destina, antes de se reflectir sobre ela. Tal como advoga Voegelin (1998), o direito deve fazer-se de baixo para cima, isto é, da realidade/experiência para a construção de teorias, e não o inverso.

## Bibliografia

Endereço electrónico: <http://natura.di.uminho.pt/jjbin/corpora>.

AMARAL, Patrícia Matos, (2000), *A relevância da metáfora para a compreensão do processo interpretativo*, Actas do XV Encontro Nacional Associação Portuguesa de Linguística (Faro 1999).

ASCENSÃO, José de Oliveira, (1987), *O Direito Introdução e Teoria Geral*, Verbo, Lisboa.

BATORÉO, Jakubowicz Hanna, (1997), *Deslexicalização no esquema imagético da deslocação: exemplo de construção «TOMAR e V»*, Actas XII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística, Lisboa.

---

<sup>38</sup> A título preventivo, aquando da sua formação escolar, por exemplo, ou através da educação no próprio seio da família.

<sup>39</sup> Por exemplo, quando assinamos um contrato, a lei presume que concordamos com o que lá está. Caso aleguemos que fomos enganados, cumpre-nos a nós fazer prova disso e não ao que nos deu o contrato para assinar que assinámos com total conhecimento.

No que respeita a *roubar*, tirar algo (objecto, coisa) a alguém contra a sua vontade ou sem seu conhecimento é crime (quer seja de roubo, no primeiro caso, ou de furto, no segundo), independentemente da finalidade que queiramos dar à coisa.



- BATORÉO, Jakubowicz Hanna, (1997a), *Factores lingüísticos, cognitivos e culturais na definição do modelo espaço-temporal do texto*, Vol. I, Actas XII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística, (Braga-Guimarães 1996).
- BATORÉO, Jakubowicz Hanna, (2000), *Protótipo em linguística cognitiva: o exemplo do protótipo espacial*, Actas do XV Encontro Nacional Associação Portuguesa de Linguística (Faro 1999).
- BIORCI, Grazia e outros, (2002-2), *La composante animale*, Cahiers de Lexicologie 81, Paris.
- BOURCIER, D., (1976), *Argumentation et Définition en Droit ou «Les grenouilles sont-elles des poissons»*, Langages 42, Larousse, Paris.
- BOURCIER, D., (1979a), *Du Droit Comme Discours*, Langages 53, Larousse, Paris.
- Código Civil* Almedina 2000.
- Código de Processo Civil* 1997.
- Código Penal* 1997.
- CUENCA, Maria Joseph e HILFERTY, Joseph, (1999), *Introducción a la lingüística Cognitiva*, Editorial Ariel, SA, Barcelona.
- DANON-BOILEAU, L., (1976), *Sur La Logique Du Texte De Loi*, Langages 42, Larousse, Paris.
- DINIS, Alfredo, (2004), *O que é o ser humano? O desafio das Ciências Cognitivas*, in *Consciência e Cognição*, Publicações da Faculdade de Filosofia UCP, Braga.
- ENGISCH, Karl, (1964), *Introdução ao Pensamento Jurídico*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- GROSS, Gaston e GUENTHNER, Franz, (2002) *Comment décrire une langue de spécialité*, Cahiers de Lexicologie 80, Paris.
- HABEL, Christopher, (1997), *Langage et Cognition Spatiale*, Masson, Paris.
- LE PESANT, Denis e MATHIEU-COLAS, Michel, (1998), *Introduction aux classes d'objects*, Langages 131, Larousse, Paris.
- LERAT, Pierre, (2002), *Qu'est-ce qu'en verbe spécialisé ? Le cas du droit*, Cahiers de Lexologie 80, Paris.
- MACKAAY, Ejan, (1979), *Les notions floues en droit ou L' économie de l' imprécision*, Langages 53, Larousse, Paris.
- PRANDI, Michel, (1998), *Contraintes conceptuelles sur la distribution : réflexions sur la notion de classe d'objects*, Langages 131, Larousse, Paris.
- SILVA, Augusto Soares, (1999), *A Semântica de Deixar Uma contribuição para a abordagem cognitiva em Semântica Lexical*, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Empresa do Diário do Minho Limitada, Braga.
- TEIXEIRA, José, (2001), *A Verbalização do Espaço: modelos mentais de frente/trás*, Universidade do Minho, Braga.

## DOCUMENTO I

**Roubo**  
**Furto**  
**Coacção**  
 (...)

I - Constando da factualidade provada que:

- a) O arguido aproximou-se de C., quando ele estava acompanhado pelo amigo F..., e meteu-se com este último a quem deu uns encontros e uma estalada;  
 b) Virou-se depois para o C... e porque lhe viu no bolso um telemóvel, pediu-lhe para o deixar jogar;  
 c) Aquele, que tinha visto o que acontecera ao F..., temeu pela sua integridade física e deu o telemóvel ao arguido;  
 d) O arguido disse-lhe então "já foste roubado", "vai-te embora, tens cinco segundos senão dou-te um estalo. Olha bem para a minha cara, aí de ti se disseres alguma coisa à polícia";  
 e) O C..., com recio do arguido, abandonou o local com o seu amigo;

os factos vertidos nas als. a), b) e c) significam que o ofendido C... entregou o telemóvel constrangido pelo descrito acto de violência física exercida pelo arguido, imediatamente antes, na pessoa do F... Constrangimento que as circunstâncias revelam ter sido consequência adequada daquele acto de violência, por determinante de razoável sentimento de temor de também ser imediatamente ofendido na sua integridade física.

II - Pode entender-se que casa violência, ainda que exercida sobre terceiro, para mais do "círculo de simpatia" do C..., funcionou, nas circunstâncias, como inibidora da capacidade de resistência ao arguido, por isso ainda integrante do elemento do tipo objectivo do crime de roubo caracterizado como "violência" ou implícita "ameaça".

III - O factualismo provado não permite, porém, considerar suficientemente integrado o correspondente elemento do tipo subjectivo, necessariamente doloso, traduzido na vontade de o arguido ter agredido o F... para constranger o C... a entregar-lhe o telemóvel, ou com a consciência de resultar tal efeito como consequência necessária daquela agressão, ou mesmo só como consequência possível e actuando com indiferença perante a representação dessa possibilidade, conformando-se com a verificação daquela consequência.

IV - Deve, assim, concluir-se que a factualidade apurada permite considerar integrado não um crime de roubo mas apenas um crime de furto, p. p. pelo art. 203.º, n.º 1, do CP.

(...)

14-05-2003

Proc. n.º 518/03 - 3.ª Secção

Armando Leandro (relator)

Virgílio Oliveira

Lourenço Martins

# La transitivité revisitée à la lumière de la construction pronominale en français

NICOLE RIVIÈRE

Université Paris 7

et UMR 7110 (LLF) du CNRS

nicole.riviere@linguist.jussieu.fr

## Abstract

The aim of this paper is to account for the various interpretations of the French SE-construction without resorting to any ad hoc principles that would contradict the principles used in the accounts of other constructions.

The initial hypothesis is that the active construction of a dynamic transitive verb conceals the beneficiary role. The beneficiary role, usually assigned to the third argument of a three-place verb, is part of a pattern of semantic transitivity Agent – Patient – Beneficiary which can also appear as Localizer1 – Modified – Localizer2. It is then possible to show that the SE-construction is one of the syntactic devices used in French to semantically bring out the roles that are not assigned to distinct arguments, whether the verb is transitive or intransitive.

## 1. Introduction

Je partirai de l'hypothèse que si la construction active d'un verbe transitif dynamique fait du premier argument l'agent et du second le patient, elle occulte un rôle, celui de bénéficiaire. Ce rôle n'est en général reconnu que lorsque le verbe est à trois places : il est alors assigné au troisième argument de la prédication.

Après avoir précisé ce que l'on entend par transitivité, je serai amenée à poser qu'il existe une transitivité sémantique du type agent – patient – bénéficiaire qui peut être réalisée comme localisateur1 – modifié – localisateur2 et sans laquelle la construction pronominale ne peut pas être analysée de façon satisfaisante.

Mon but est de rendre compte des différentes significations de la construction pronominale sans avoir recours à des principes ad hoc en contradiction avec les principes mis en œuvre pour les autres constructions. En conclusion je pose que la construction pronominale est un des moyens syntaxiques utilisés en français pour faire affleurer sémantiquement les rôles qui ne sont pas assignés dans la prédication à des arguments lexicalement distincts.

## 2. La transitivité et la transition

Commençons par définir la transition. Ce mot signifie :

- transition au sens de **changement** (définition du dictionnaire *Le Robert* : en physique : Passage d'un état stationnaire à un autre).
- transition au sens de **mise en relation** d'un sujet (thème du propos) et de l'objet du commentaire

Dans notre vision grammaticale, c'est la propriété des verbes transitifs d'établir une relation entre le sujet et le cod. Le sujet est l'agent.

Or (i) le sujet des verbes transitifs n'est pas nécessairement un agent, et (ii) le verbe transitif n'établit pas toujours le même type de relation entre le sujet et l'objet, enfin (iii) la mise en relation de deux arguments n'est le fait des seuls verbes transitifs.

Je m'attacherai d'abord à montrer l'importance de la reconnaissance de différents types parmi les compléments appelés traditionnellement « d'agent », en liaison avec les différents types de procès auxquels les verbes renvoient. Puis après avoir mis en évidence la diversité sémantique des mises en relation selon le rôle actanciel dévolu aux actants, je parcourrai rapidement quelques moyens syntaxiques qui, en français permettent de jouer avec les rôles commandés par les relateurs et les rôles actanciels : l'actif, le passif, le pronominal et l'impersonnel.

Mais tout d'abord il faut préciser les termes grammaticaux. L'hétérogénéité des emplois de ces termes, chargés de sémantiques et employés pour décrire la syntaxe, est en partie responsable de confusions :

- **Sujet** s'oppose à **objet** : le sujet est d'abord le thème du propos, le sujet que l'on choisit de traiter. L'objet s'entend au sens de but du propos (comme *l'objet de ma visite*), il fait partie du commen-

taire. Ce sont des appellations rhétoriques et non grammaticales, mais on a perdu de vue l'intention qui a fait choisir ces appellations. Grammaticalement, c'est-à-dire pour bien orthographier, dans les langues où on constate un accord du verbe avec ses compléments directs, le sujet est le complément qui commande l'accord du verbe conjugué à un temps simple, et le sujet et le COD ceux qui peuvent entraîner l'accord du participe passé lorsque la forme verbale est à un temps composé.

- **Direct** s'oppose à **indirect** et parle de la présence ou de l'absence d'une préposition : il s'agit donc d'un critère morphosyntaxique. Or ce critère ne permet de distinguer ni le complément indirect du **circonstanciel** (*parler à qqn/parler de qqch/parler dans le micro*), ni les circonstanciels sans préposition (de temps ou de mesure) ou les attributs (*elle a été nommée professeur/le médecin de la famille est Jean*) des compléments d'objet direct.
- **Objet indirect** et **circonstanciels** sont souvent regroupés sous l'appellation Groupe Prépositionnel, et ne sont distingués qu'en suite. **Objet second**, complément d'attribution s'ajoutent à la liste
- **Agent** tantôt ne s'oppose à rien, mais sert à distinguer un Groupe Prépositionnel dont le fonctionnement syntaxique est particulier ; on parle alors d'agent, mot qui renvoie à l'action, même si le verbe renvoie à un état. Tantôt, mais beaucoup plus récemment, on oppose sémantiquement agent à **patient**, mais on en parle essentiellement à propos du passif.

Pour distinguer tous ces compléments, et le but est de les distinguer à tout prix, on fait alors appel au sens et/ou à des manipulations syntaxiques (déplacements possibles ou impossibles, etc.). Bien que ce soit une étape importante, cela ne représente qu'un moment dans la description de la construction du sens.

La deuxième étape est au contraire de montrer

- 1) que la transitivité, qui peut être « immédiatement » établie, par l'intermédiaire du seul verbe, peut être construite par d'autres moyens. Quant à l'unité lexicale « verbe », elle exprime la qualité de cette transition.
- 2) Que la transitivité est une caractéristique propre à un énoncé tout autant qu'aux unités lexicales « verbes »

- 3) Que la transitivité syntaxique, visible, n'est pas suffisante, qu'il faut également parler de la transitivité sémantique.

Une rapide définition de la transitivité sémantique pourrait être : si le premier participant est un **agent**, il a pour but d'affecter un autre participant d'une modification de qualité. La qualité voulue est exprimée par le verbe. Mais le premier participant n'est pas nécessairement un agent <sup>1</sup>, il peut être simplement **cause**, s'il est inanimé ou non considéré comme susceptible d'une volonté indépendante (un bébé, par exemple). Il peut être simplement le siège d'un état, si le verbe n'exprime pas le changement <sup>2</sup>.

De ce fait, s'il y a changement, le deuxième participant change de propriétés. La qualité qui affecte ce deuxième participant est le résultat d'une modification, du passage d'un état à un autre, stable (propriétés), ou acquise et plus ou moins stabilisée, cela dépend des propriétés notionnelles du verbe, de celles des participants associés, et des marques morphologiques et syntaxiques.

Ainsi l'énoncé peut soit exprimer un **mouvement**, soit simplement ajouter une qualité supplémentaire au **thème** choisi, la relation restant stative (ex *La maison est construite* tout comme *Jean souffre*). C'est ce que le grammairien Brunot, par exemple, constatait déjà en 1926, bien qu'en d'autres termes, dans *La pensée et la langue*.

### 2.1. *Le verbe est dynamique*

Lorsqu'on parle de transition, on pense immédiatement aux verbes transitifs. On pense même que ce sont les seuls, à pouvoir établir une transition, puisqu'on les oppose aux in-transitifs. On dit que la transition s'opère entre le sujet et COD par l'intermédiaire du verbe, seul (transitifs directs) ou aidé d'une préposition contrainte (transitifs indirects). Or même les verbes transitifs directs n'opèrent pas toujours cette transition, puisque certains, comme *manger*, *lire*, sont compatibles avec des constructions intransitives. Mais on observe, en même temps que des modifications syntaxiques, des changements sémantiques.

---

<sup>1</sup> Défini par Culioli comme « animé humain, qui agit volontairement pour atteindre un but et l'atteint ».

<sup>2</sup> Voir par exemple Van Valin (1993).

Comparons les deux énoncés au présent, l'un actif *Jean construit sa maison* et l'autre passif *la maison de Jean est construite*. Ils sont généralement considérés comme équivalents sémantiquement. Néanmoins force est de constater que non seulement ils ne sont pas équivalents sémantiquement, mais qu'ils constituent une séquence mal formée : une étape est nécessaire, qui est exprimée à l'aide du passé composé (1b) :

- |                                   |   |
|-----------------------------------|---|
| 1. a. Jean construit une maison.  | la maison n'existe pas encore   |
| b. → Jean a construit une maison. | la maison existe  |
| c. → la maison est construite.    | on peut choisir la maison comme thème et qualifier son nouvel état « construite » |

En effet le passé composé permet de dire que le mouvement ne peut pas continuer, que le but est atteint (parfait et imperfectif), et permet de parler de l'objet, dont l'existence est créée : le passif peut alors être construit, l'objet existe et peut être choisi comme thème. La construction devient syntaxiquement **intransitive** et sémantiquement **stative**.

Et la question se pose : la transitivité est-elle liée au verbe ou à la syntaxe de l'énoncé ?

L'adverbe *vite* signale un animé susceptible d'être un agent : si cet adverbe peut être introduit, alors l'agentivité est présente. Or on constate qu'au présent actif, *vite* peut qualifier le procès dynamique, mais est incompatible avec la construction passive, avec *maison* comme thème :

2. Jean construit sa maison vite.
3. \*La maison de Jean est construite vite

En revanche, au passé composé, *vite* est compatible avec l'actif comme avec le passif ; mais à l'actif la signification est différente selon la place de *vite*, ce qui n'est pas le cas au passif :

- |  |   |
|--|---|
| 4. Jean a vite construit sa maison.<br>(= a vite commencé à construire)        | Jean a construit sa maison vite.<br>(= brièveté de la construction) |
| 5. La maison de Jean a été vite construite.<br>(= brièveté de la construction) | La maison de Jean a été construite vite.<br>(id)                    |

À l'actif selon la place de *vite*, Jean s'est tout de suite mis à construire, ou bien la maison a été vite achevée, au passif quelque soit la place de *vite*, il est question du temps mis avant que la maison soit finie (*construite*).

**La transitivité semble donc bien liée aux constructions syntaxiques qui peuvent modifier les propriétés des unités lexicales.**

## 2.2. *Le verbe est statif*

Lorsque le verbe renvoie à un procès statique, l'argument choisi comme thème, le « sujet », ne joue pas alors le rôle d'un agent, il est le siège d'un état qu'il n'a pas déclenché volontairement (il le localise). Ce sont même, dans certains cas, certaines qualités associées à l'argument en position de COD qui déclenchent et perpétuent cet état. On constate alors que :

–l'actif (a et b) et le passif et (a' et b') sont en relation paraphrastique :

6. a. Tout le monde aime Marie.      a' → Marie est aimée de tout le monde.

7. b. Tout le monde a aimé Marie.    b' → Marie a été aimée de tout le monde.

–*vite* n'est plus acceptable ; la seule différence que l'on puisse marquer est une différence de **degré** de qualité, et les marqueurs ne sont pas les mêmes à l'actif (*beaucoup*) et au passif (*très*) :

8. Tout le monde aime **beaucoup**/\***très** Marie  
– Tout le monde a beaucoup/\*très aimé Marie

9. Marie est ?**beaucoup**/**très** aimée de tout le monde  
– Marie a été ?beaucoup/très aimée de tout le monde

On voit donc qu'un verbe transitif dont le procès renvoie à un état peut renverser l'ordre des rôles. Avec *aimer* ni le premier argument (*tout le monde*) ni le deuxième argument (*Marie*) n'agit volontairement : pour le faire apparaître, il faudrait dire *Marie se fait aimer de tout le monde*. Mais il y a un argument affecté, et c'est le sujet ; ce qui ne veut pas dire que *Marie* n'ait pas changé d'une certaine manière, et c'est ce que dit le passif : elle est « aimée ».



Par ailleurs, le passif n'est pas toujours facilement envisageable, par exemple si le « COD » n'est pas modifié. Ainsi dans l'exemple suivant :

10. Tout le monde craint le froid.

Le deuxième argument est le déclencheur de la crainte mais n'est pas modifié en retour. C'est le sujet qui se trouve être le participant affecté, tandis que l'objet est la cause<sup>3</sup> de l'état. Le passif est alors difficilement acceptable (de type « exemple de grammaire ») bien que le verbe soit transitif :

11. ?Le froid est craint de tout le monde.

La pronominalisation est alors impossible :

12. \*Le froid se fait craindre de tout le monde

### 3. Qu'apporte le pronominal ?

On voit alors que la syntaxe joue un rôle de révélateur/marqueur de relations sémantiques. Or parmi les différentes significations de la construction pronominale on distingue le **réfléchi**, que l'on considère comme la construction de base, le **réciproque**, considéré comme un cas particulier du réfléchi, le **sens moyen** et le **sens passif**<sup>4</sup>. Pourquoi et comment les distingue-t-on ? Par ailleurs, on reconnaît aux constructions pronominales de sens passif plus de dynamisme qu'aux constructions au passif simple (sans l'agent) : comment les rôles sémantiques sont-ils attribués ?

Pour aider à avoir un autre regard sur le pronominal, je vais comparer les différentes constructions dans un ordre non orthodoxe, qui ne présuppose pas un sens comme « premier ».

---

<sup>3</sup> Culioli a toujours insisté sur l'importance de bien différencier l'agent (animé volontairement à l'origine d'un procès dynamique) et la cause : animé ou inanimé involontairement à l'origine d'un changement.

<sup>4</sup> DESCLÈS, J.-P. , GUENTCHÉVA, Z. , SHAUMYAN, S. (1986) y ajoutent le médio-passif.

### 3.1. *Le verbe est dynamique*

La construction pronominale permet, tout comme le passif, de choisir *maison* comme thème :

13. 1.c La maison de Jean est construite.
14. La maison de Jean se construit.

De la même façon dans les deux exemples, le « constructeur » est indéfini. En revanche, la différence de sens est grande : le pronominal permet, tout en parlant de l'objet avant qu'il n'existe, et de conserver la dynamicité du procès. *La maison* n'est pas finie, ce n'est pas encore ce que l'on peut appeler une « vraie maison ».

Bien que la morphologie du verbe dans l'exemple (13) ne montre pas les marques du passif, l'ordre dans lequel les arguments se présentent l'apparente au passif. Le « sens » est dit passif.

Par ailleurs, on remarque que *se* n'est coréférent ni de *Jean*, le futur-posseur bénéficiaire de la construction, ni de *maison*, le patient en cours de modification. Néanmoins, *se* a une signification : sa présence signale qu'il y a un agent volontaire (un animé humain) de la construction.

Reprenons maintenant l'exemple (1.a) de construction active non pronominale dont le sujet est l'agent d'un procès dynamique. On peut obtenir une construction pronominale, très courante même si elle n'est pas standard, qui préserve l'ordre des deux arguments du verbe<sup>5</sup> :

- 1.a Jean construit sa maison.
15. Jean se construit sa maison.

Ici, à la différence de (13), *Jean* est un agent et *Jean* et *se* sont coréférents. *Se* ne peut plus être analysé comme lorsque le sens est passif : il n'est donc pas là pour signaler qu'il y a un agent indéfini puisque celui-ci est mentionné en position de sujet.

---

<sup>5</sup> Mais on ne peut pas facilement fabriquer un énoncé de sens réfléchi : ? *Jean se construit*. En effet on omet souvent de dire qu'une contrainte pèse sur le sens réfléchi : le sujet doit être un animé humain<sup>5</sup>. Or le verbe *construire* admet difficilement un patient humain. Néanmoins il suffit de mentionner un patient qui entretienne avec l'agent une relation de possession pour que l'énoncé soit bon : *Jean se lave les mains*.

Dans la terminologie de la grammaire traditionnelle la fonction de *se* est alors « complément d'intérêt », appelé plus savamment « datif étendu » : c'est un complément qui n'est pas « prévu par les propriétés lexicales du verbe, mais évoque une personne qui est indirectement intéressée par le processus dénoté par le verbe »<sup>6</sup>. Mais ici, la personne en question est directement intéressée : l'énoncé dit que la maison appartiendra à l'agent. Les énoncés de ce type sont très courants. Il faut bien reconnaître qu'ils représentent un moyen de tout dire sous une forme condensée. En effet expliciter ce que véhicule *se* comme en (15) n'aboutit pas à un énoncé bien formé :

16. \*Jean construit sa maison pour lui-même  
(mieux : Jean construit sa maison à **lui** en même temps que celle **de Pierre**/qu'il en construit une **pour Pierre**<sup>7</sup>)

Par ailleurs, les énoncés (16) et (17) ne sont pas sémantiquement identiques, dans le premier il manque l'expression du porteur du rôle de bénéficiaire<sup>8</sup>, dans le deuxième, c'est la possession qui n'est pas marquée :

17. Jean construit sa maison.  
18. Jean se construit une maison.  
19. Jean se construit sa maison. (non standard)

Le seul énoncé où tous les rôles de *Jean* sont explicités est l'énoncé (18) qui comprend à la fois le pronominal et le possessif devant *maison* : là il est clair que *Jean* est l'agent de la construction, qu'il en est le bénéficiaire, et sera le possesseur de la maison. Clair en effet, car l'énoncé (17), sans l'adjectif possessif, est ambigu : son interprétation dépend du niveau de langue (ou d'affectivité), standard ou non, adopté par l'énonciateur. La version standard dit la même chose que (18). Une interprétation non standard est possible « il a osé entreprendre de

<sup>6</sup> Riegel et alii. 1994 :226

<sup>7</sup> La relation sémantique entre le possesseur introduit par *de* et le bénéficiaire introduit par *à* est clairement marquée par un exemple de ce type.

<sup>8</sup> Le datif étendu est ramené aux cas où *se* renvoie clairement et de façon standard à un complément d'attribution (*nuire à qqn* *Æ se nuire*, *offrir des vacances à qqn* → *s'offrir des vacances...*)

construire toute une maison », mais il n'est pas sûr que le résultat final deviendra sa possession.

### 3.2. *Le passé composé des verbes dynamiques et l'auxiliaire être.*

Au passé composé, on peut constater un changement d'auxiliaire : on passe de *avoir*, à *être* (*a construit/s'est construit*). Normalement, pour un verbe transitif, *être* est la marque sur le verbe d'un changement dans l'ordre des arguments de la prédication : il s'agit de la passivation. Mais au pronominal, ce n'est pas le cas nécessairement le cas :

1. b. Jean a construit sa maison.
20. a. Jean s'est construit une maison.  
b. Jean s'est construit sa maison. (non standard, mais très courant)

Ces deux énoncés sont en relation paraphrastique, mais dans (18a.) le destinataire de la maison est marqué par la relation de possession, tandis que dans (18b.) *se* est interprété comme un datif étendu (*se construit une maison* est la forme standard). Parler de datif étendu, ou de datif attributif, c'est dire que le **bénéficiaire** a une image dans l'énoncé.

Que se passe-t-il avec *vite* ? Une seule place est possible après l'auxiliaire, avec une seule interprétation :

21. a. Jean a vite construit sa maison.      a'. Jean a construit sa maison vite
- b. Jean s'est vite construit sa maison.      b'. \*Jean s'est construit sa maison vite
- c. Jean s'est vite construit une maison.      c'. \*Jean s'est construit une maison vite

Contrairement aux énoncés 18a et a', les énoncés 19b. et c. ne disent pas que la maison est *construite* ! le but n'est pas atteint ; malgré *être*, le participe passé ne peut pas être interprété comme adjectival. L'interprétation peut être glosée par : « Jean est à la fois l'agent et le bénéficiaire de la construction qui **commence** « vite » ; la maison est repérée par rapport au bénéficiaire-futur possesseur ; le patient, but à atteindre, est l'existence de la maison ». Est-ce à dire que le passé composé n'a pas le même sens dans les deux cas ?

Mais aussi, le verbe *construire* est un verbe qui demande la présence d'un deuxième argument. Si on considère un verbe comme *laver* qui permet son absence (construction dite absolue), on n'obtient pas exactement le même résultat :

22. a. Jean lave.      a'. ?Jean a lavé  
       b. Jean se lave.    b'. Jean s'est lavé.

En l'absence d'un deuxième argument différent du premier, (20a') paraît un exemple douteux<sup>9</sup>, tandis que (20b') est un bon énoncé. La présence de *se* aboutit donc directement à un énoncé correct, mais il fait de *Jean* à la fois un agent et un patient : au présent, c'est *Jean* qui lave et au passé composé, c'est encore *Jean* qui est propre, *lavé*. Est-ce que *se* est COD ? *Se* est une forme **invariable** en genre et en nombre, considérons-le comme la marque d'une opération : il marque que plusieurs rôles actanciels sont portés par l'actant thème. Avec la réduction du nombre des participants, le seul participant présent les supporte tous : agent patient-« lavé » et bénéficiaire du lavage. Ce pronominal est appelé « réfléchi ».

Mais le deuxième argument peut être réintroduit : si celui-ci renvoie à une partie inaliénable de l'animé agent, la construction est encore appelée « réfléchie » (21a.). Mais si celui-ci n'est pas une partie de l'agent, la construction n'est pas traitée avec les constructions pronominales mais comme la troisième personne d'une construction à datif étendu (21b.) :

23. a. Jean s'est lavé les mains.  
       b. Jean s'est lavé la vaisselle de tout le week-end.

Tout ceci introduit beaucoup de contradictions avec les principes de l'analyse traditionnelle :

- en la présence d'un complément direct après le verbe le pronom *se* est dit COI (d'attribution ou datif étendu, ...);
- en son absence (*Jean se lave*) *se* est dit COD<sup>10</sup> (cf le test de la question *quoi* (*il s'est lavé* « quoi » *lui-même*);

<sup>9</sup> Pour le rendre acceptable, il faudrait modifier le contexte, par exemple : *aujourd'hui, c'est Jean qui a lavé* (= a fait le lavage)

<sup>10</sup> Pour dire que *se* est COD si le verbe est transitif (*se laver*) on s'appuie sur le fait qu'on peut remplacer *se* par le pronom *le* : d'une part ce pronom anaphorique marque

Or :

- 1) la grammaire reconnaît que le COD n'est pas le seul complément direct à répondre à la question « quoi » et à être repris par le pronom *le*, puisqu'il partage cette caractéristique avec l'attribut (*Paul est **avocat**, il l'est depuis longtemps*) et le sujet dit « réel » (*il semblerait **qu'il soit parti**.  $\text{\AE}$  il **le** semble bien, effectivement !*).
- 2) mais la grammaire dit qu'il n'y a jamais de COD en présence de *être* qu'il soit auxiliaire ou copule (le complément direct est alors analysé comme attribut du sujet). On aurait donc affaire à une exception (non traitée comme telle !);

Donc le fait que *les mains* réponde à la question « quoi » et soit repris par *le* ne peut pas être un argument en faveur de son analyse en COD.

On ne peut donc pas conclure sans une analyse plus approfondie que la reprise par *le* du deuxième argument dans un énoncé pronominal en fait un COD.

En revanche, si on suit le principe que *être* marque un changement d'orientation de la prédication, comme cela se manifeste dans la construction du passif, ou le passage de *Paul a un livre* à *le livre est à Paul*, on peut essayer d'organiser les relations construites.

La question devient alors : peut-on attribuer une fonction « grammaticale » à *se* ? ou bien doit-on penser la solution en termes de rôles actanciels ?

la non coréférence avec le sujet et d'autre part sa forme est liée la plupart du temps à la fonction de COD (cf. *il les lave/il se lave*).

Mais c'est justement dans la stricte coréférence sujet-*se* que se trouve le cas particulier. L'établissement des paradigmes de la première à la troisième personne sont sans doute responsables de ces fausses pistes qui paraissent simples.

Disons rapidement que les deux premières personnes et *on* se distinguent par la nature de leur référent, exclusivement animé humain. La coréférentialité entre *je* et *me* ; *tu* et *te* n'est pas mise en doute.

En ce qui concerne la troisième personne anaphorique, la coréférentialité *il-se* va dépendre de la nature animé/inanimé du référent : *Il se couvre* va être interprété comme réfléchi si le référent est un animé humain, comme moyen (dans le sens « entre actif et passif ») s'il s'agit du ciel, par exemple (Riegel (& al) en font une unité indépendante, *se couvrir*, donné comme verbe « pronominal autonome »).

Dans les exemples que nous avons vus, le premier argument et *se* sont coréférents. Nous avons également vu que ce référent est à la fois un agent et un bénéficiaire. Le même référent est donc porteur de **deux rôles sémantiques**. Dans ce cas, *se* serait le marqueur d'une opération unissant deux rôles actanciels sur un même argument, ici, le sujet de la prédication.

### 3.3. *Le verbe est statif*

La pronominalisation avec un verbe dont le procès n'est pas dynamique est plus difficile. On observe des contraintes syntaxiques fortes et les significations construites varient selon le verbe et selon le contexte.

Avec *aimer*, par exemple la signification construite est différente selon que le sujet est singulier ou pluriel. Pour *aimer*, l'interprétation varie de réfléchi (24) à réciproque (25) ; le datif étendu (26) comme la pronominalisation du deuxième argument (27) ne sont plus possibles :

- 24. ?Marie s'aime beaucoup (réfléchi, mais « narcissisme » qui n'est pas dans la norme)
- 25. Tout le monde s'aime. (réciproque)
- 26. \*Marie s'aime les mains Æ Marie aime ses mains.
- 27. \*Marie se les aime.

En revanche, un circonstant exprimant un vêtement, une coiffure, bref, une partie de son corps modifié dans son apparence par des artefacts, rend l'énoncé plus naturel :

- 28. Marie s'aime bien avec sa nouvelle coiffure.

De même le passé composé n'est possible que si un complément, de temps ou de lieu par exemple, un moment dont les caractéristiques spécifiques ont permis de déclencher ce sentiment particulier par exemple :

- 29. Marie s'est beaucoup aimée dans ce costume 18<sup>ème</sup>. (le costume a fait que...)
- 30. Marie s'est beaucoup aimée sur cette photo.

Tout ceci devient impossible avec un premier argument inanimé :

- 31. a. Le saule aime l'eau.                      Le saule a aimé l'eau d'ici.  
b. \*le saule s'aime près de l'eau      \*le saule s'est aimé près de l'eau

Avec le verbe *savoir*, la signification est soit réfléchie, soit passive. Elle est réfléchie en présence d'un attribut du sujet animé (30), de sens passif (31) si le premier argument est inanimé :

- 32. Marie se sait malade/riche.
- 33. Tout se sait très vite.

Le réciproque ne peut pas être clairement distingué du réfléchi. L'énoncé suivant exprime un mélange des deux significations :

- 34. Pierre X. et Jean Y. se savent malades/riches

Chacun sait qu'il est malade/riche et peut-être, mais cela n'est pas absolument clair, que l'autre est malade (ils peuvent très bien ne pas même se connaître).

Avec le verbe *craindre*, on ne peut obtenir un énoncé correct de sens réfléchi que si on introduit une comparaison :

- 35. a. \*Jean se craint
- b. Jean se craint lui-même plus qu'il ne craint les autres.

Le rôle de la comparaison est de poser un dédoublement syntaxique du déclencheur et de l'affecté de sorte que le premier actant soit porteur des deux rôles. Lorsque le sujet est au pluriel (34c.), la signification réciproque est la seule possible.

- c. Jean et Pierre se craignent.

### 3.4. *Bilan*

Au total, ***se est la trace qui oblige à comprendre que l'argument thème n'est pas dans une relation « normale » avec le verbe.*** Au moins deux rôles sémantiques sont nécessairement en jeu, un déclencheur et un patient.

Lorsque le verbe est dynamique et télique, trois rôles sont présents : en plus de l'agent et du patient, s'ajoute le bénéficiaire/détrimentaire (*construire/enlever*), relation qui par ailleurs tend à se confondre avec la possession (*construire, laver*).

Lorsque le verbe est statique, la mention d'une qualité « nouvelle », ou d'un contraste qui permet de réintroduire une sorte de déclencheur, sont des conditions nécessaires à la construction pronomi-



nale. Le contraste peut être un lieu spécifique, un moment particulier, limité donc.

Il reste un point important qui sous-tend l'analyse du pronom *se* : le type de verbe qui permet la pronominalisation et la façon dont le verbe filtre certaines significations. Or nous n'avons travaillé jusqu'à présent qu'avec des verbes transitifs.

#### 4. Les classes de verbes et les rôles actanciels

Nous allons commencer par quelques remarques, plus ou moins banales sur les classes syntaxiques et les rôles actanciels.

##### 1. les classes syntaxiques de verbes :

###### a) *les verbes non-pronominaux*

– certains verbes, dits transitifs, impliquent 2 actants distincts. Deux cas se présentent :

- a) un actant est sujet, l'autre est un complément direct, sans préposition. Ces verbes sont appelés transitifs, et sont tous et toujours conjugués avec *avoir*.
- b) un actant est sujet, l'autre est un complément indirect mais sans choix de la préposition. Ces verbes sont appelés transitifs indirects. Certains se conjuguent avec l'auxiliaire *avoir* (*dépendre de*), d'autres avec *être* (*parvenir à*) ;

– d'autres impliquent 3 actants (verbes trivalents ou bitransitifs du type *donner qqch à qqn, séparer qqn de qqn*) ;

– d'autres, dits intransitifs, n'ont qu'un actant direct, le sujet. On distingue deux classes selon l'auxiliaire utilisé pour les temps composés, *avoir* (*marcher*) ou *être* (*arriver*) ;

###### b) *les verbes pronominaux (essentiellement).*

Un verbe pronominal peut être :

- transitif : *s'écrier, s'exclamer* ;
- transitif indirect : *s'échapper de, s'extasier devant* ;
- ou intransitif : *s'évanouir*.

## 2. les fonctions et les rôles :

- Le sujet d'un énoncé qui, syntaxiquement parlant, ne comporte pas les marques du passif n'est pas nécessairement un agent, cela dépend du verbe. Avec un verbe qui exprime un procès de type statif, le sujet n'est pas agent.
- Le COD d'un verbe transitif n'est pas nécessairement modifié, n'est pas nécessairement un patient (cf encore une fois les verbes d'état : *J'aime le Portugal / Il craint le froid*)
- Les verbes trivalents distribuent trois rôles actanciels sur les trois participants : agent-patient-bénéficiaire
- Le PrépN des verbes transitifs indirects demandant la préposition *de* n'est pas un patient (*les ouvriers dépendent de leurs employeurs*); lorsque ce PrépN est introduit par la préposition *à*, il peut exprimer le but voulu par le sujet : *parvenir à, aller à, échapper à*.
- Les circonstanciels peuvent être considérés comme dépendants du verbe, par exemple si le déplacement du circonstanciel oblige à une reprise pronominale.
  36. a. À cet endroit j'ai semé des graines, et au milieu de la pelouse j'ai planté un arbre.
  - b. \*à cet endroit, j'y ai semé des graines, et au milieu de la pelouse, j'y ai planté un arbre.
  37. **Ce sommet**, je l'atteindrai sans problème, j'y **parviendrai** même en moins d'une heure.

Dans ce dernier exemple, on dit traditionnellement de *sommet* qu'il est COD s'il est repris par *le*, COI s'il est repris par *y*. Or la signification est la même puisque, dans les deux cas, il s'agit :

- 1) d'un **lieu**
- 2) du lieu où l'**agent** a pour **but** de se trouver. Ce lieu va donc être modifié par la présence de cette personne.

### 4.1. *Le circonstanciel et les rôles actanciels : les verbes intransitifs*

Lorsque le verbe est intransitif, ils n'ont plus ni COD ni COI ; les compléments sont analysés comme circonstanciels. Est-ce à dire que les rôles actanciels patient et bénéficiaire disparaissent ?

Si, comme le montre l'exemples (35) ci-dessus, le COD ou le COI peuvent renvoyer à un lieu qui représente le but qu'envisage (a envisagé) l'agent pour lui-même, on peut supposer qu'il en va de même avec le circonstanciel.

Prenons un verbe comme *marcher*. Dire de quelqu'un qu'il marche, c'est dire qu'il est agent d'un processus qui, faute d'un autre actant, s'exerce sur lui-même. Il est donc son propre patient. Mais certains circonstanciels<sup>11</sup> peuvent renvoyer à un participant affecté, différent de l'agent. Dans l'exemple suivant :

38. a. Des milliers de gens ont marché **sur cette pelouse**.  
 b. Des milliers de gens ont piétiné cette pelouse.

Le participant affecté est *la pelouse*, qui paraît dans l'énoncé dans (36b) comme un COD, dans (36a) comme un circonstant.

Nous avons remarqué par ailleurs, à propos des verbes transitifs, que bénéficiaire et possesseur étaient liés : nous retrouvons cette caractéristique ici. Certains circonstanciels augmentés d'un complément marquant la possession (cf ex 15), font de même apparaître le rôle de bénéficiaire / détrimentaire. Ainsi dans l'exemple suivant :

39. Les arrivistes marchent **sur les pieds des autres**. « pieds écrasés »  
 est le but de l'agent

*Les pieds*, avec la fonction grammaticale de circonstanciel de lieu, est le participant affecté, et son complément *des autres* indique à la fois le possesseur des pieds et le détrimentaire de l'action de l'agent. Il suffit pour s'en persuader de pronominaliser ce complément :

- 37'. Les arrivistes leur marchent sur les pieds.

où *leur* est le pronom qui reprend à N et non *de N*.

Enfin, le verbe *marcher* seul n'est pas un verbe télique, et le passé composé ne pose pas qu'un but est atteint, il indique que l'activité a été interrompue<sup>12</sup>. Mais l'ajout d'un circonstanciel permet de poser

<sup>11</sup> Tous les circonstanciels ne le peuvent pas, bien sûr. Le circonstanciel dans l'exemple *pour l'instant je marche dans une forêt, tout à l'heure j'étais dans un champ*, n'implique pas qu'il s'agit d'un but, ni que la forêt est modifiée par le fait que j'y suis.

<sup>12</sup> La signification construite par le passé composé est révélatrice : *on a marché* signifie que *on ne marche plus*, sans que cela laisse de traces sur l'actant. L'agent-patient

un dernier point, que l'agent a, pour lui-même, le but d'atteindre. Là encore, l'agent est également le patient, celui qui change de localisation. Quant à la deuxième localisation de ce patient, exprimée par le circonstanciel, elle est un équivalent de bénéficiaire :

40. Jean a marché jusqu'à la gare.

La relation comporte donc les trois rôles actanciels agent-patient (non distincts) et bénéficiaire/2<sup>ème</sup> localisation.

Lorsque le verbe intransitif est conjugué avec l'auxiliaire *être*, les rôles ne se distribuent pas tout à fait de la même façon. L'exemple suivant :

41. La directrice arrive.

peut être glosé par : « la directrice est l'agent d'un changement de localisation, le dernier point de ce mouvement est l'observateur-énonciateur, son deuxième localisateur ». Le premier actant est de ce fait agent et patient, mais non bénéficiaire. Ce rôle est attribué par défaut au repère de l'énoncé, ce qui peut être glosé par « pour l'énonciateur ».

Le passé composé, avec l'auxiliaire *être*, exprime le résultat « présent », la nouvelle localisation de l'actant. L'énoncé suivant :

42. La directrice /la lettre est arrivée.

dit que la deuxième localisation est acquise par le « sujet » : ce participant a cessé d'être considéré en tant qu'agent, il est le patient.

C'est ce qu'indique l'accord du participe passé : en effet, l'accord du participe passé se fait toujours avec le patient lorsque celui-ci se trouve placé avant le participe passé. Le thème de l'énoncé (40) est le patient<sup>13</sup> : *être+ppassé* exprime un état présent, ce qui n'est pas sans rappeler le passif (rôle du sujet, et auxiliaire *être*).

---

n'a pas changé qualitativement, contrairement à ce qui est signifié avec les verbes transitifs qui distinguent deux actants : *Jean a construit sa maison* implique bien que l'agent n'a **plus** cette activité, mais le patient, *la maison*, a changé de qualité, elle existe.

<sup>13</sup> Le fait que le patient soit dans la plupart des cas le COD d'un verbe transitif ne justifie pas de dire que l'accord se fait avec le COD, sous peine d'introduire une nouvelle règle lorsque le verbe se conjugue avec *être* où c'est avec le sujet (l'ex COD) que l'accord se fait.

Encore une fois la présence d'un circonstanciel, de temps par exemple, qui met le dernier point à distance de l'énonciateur, modifie les choses :

43. Elle est arrivée **hier**.

la forme verbale ne pourra plus être interprétée que comme un passé composé. L'actant présent retrouve alors ses deux rôles d'agent et de patient.

L'accord du participe passé se fait de la même façon lorsque le verbe est pronominal, c'est-à-dire lorsque tous les rôles sont portés par le seul argument présent :

44. Elle s'est lavée = « elle » est agent, patient (dans sa totalité) **et bénéficiaire**

Le dédoublement du patient qu'effectue la mention de la seule partie modifiée de son corps modifie l'accord, qui se fait avec le modifié si celui-ci précède le participe passé, jamais avec le participant en fonction de sujet, malgré l'auxiliaire *être* :

45. Elle s'est lavé-Ø les mains → elle se les est lavés = elle les a « lavées » pour elle

Le datif étendu suit cette même règle, mais le rôle de patient n'est plus porté par le sujet :

46. Elle s'est lavé-Ø tous les pulls de la famille → elle se les est tous lavés

Les verbes conjugués avec l'auxiliaire *être*, intransitifs ou pronominaux, sont donc particuliers. Les fonctions grammaticales seules ne permettent pas de tout comprendre. Prendre en compte les rôles actanciels permet d'éviter l'incohérence que représente la fonction de COD en présence de *être* (voir exemples 43. et 44.).

#### 4.2. *La construction pronominale et les verbes intransitifs*

Traditionnellement, et parce que le pronom se voit attribuer la fonction de COD, on associe construction pronominale et transitivité syntaxique du verbe. Par ailleurs, on pose la construction de la signification réfléchie comme première et on en dérive la construction

du réciproque, considérée comme un cas particulier lorsque le sujet est au pluriel.

Or cette analyse interdit de traiter des énoncés bien français comme :

- 47. Au moment des soldes les clients se marchent sur les pieds sans même s'en rendre compte.
- 48. Les chiens se sont bondi dessus avant que je puisse réagir<sup>14</sup>.
- 49. Jean et Jacques se rentrent dedans à chaque fois qu'ils se rencontrent, se tombent dessus à bras raccourcis<sup>15</sup>.

Quand on en reconnaît l'existence (Grévisse 1982 n'en parle pas), on traite alors ces « cas particuliers » comme des exceptions, des expressions toutes faites, idiomatiques etc... Et pourtant, on peut constater que non seulement ils permettent de construire la signification réciproque, mais que certains laissent également passer le réfléchi :

- 50. Il s'est bavé dessus comme un bébé.

On peut alors comparer la construction de (48) et celle de (23.a.) :

- 23. a. Il s'est lavé les mains

Bien sûr, d'un point de vue purement « grammatical », *dessus* et *les mains* ne font pas partie de la même classe de mots et n'ont pas la même fonction. Mais ces deux compléments remplissent un même rôle actanciel : celui de participant modifié renvoyant à une partie possédée par l'agent<sup>16</sup>.

Quant aux verbes intransitifs+être, du type *arriver* (cf ex 42.), ils ne sont pas tous réfractaires à la pronominalisation : *s'en aller*, *s'en revenir*, *s'en sortir*, *s'en retourner*, *se mourir* en témoignent. Ils ont en commun de signifier que l'agent et l'affecté sont identifiés. Or pour ces verbes

<sup>14</sup> Rivière (Papon) 1995 : 395

<sup>15</sup> *Op. cit.* : 418

<sup>16</sup> On remarque que la préposition simple *sur* est augmentée de la préposition *de*, sans laquelle en français on ne peut pas former l'équivalent de l'anglais *the pen I write with* (stranded preposition).

on a constaté que, en l'absence d'un circonstanciel, les formes simples expriment le mouvement et le changement, tandis que les formes composées expriment l'état qui en résulte et font du seul actant présent à la fois un agent et un patient affecté.

Il est intéressant alors de comparer cette signification et celle que le présent passif construit pour les verbes transitifs : le patient est ce dont on parle, on a l'auxiliaire *être*, le patient est affecté par un nouvel état (ou état résultant).

## 5. Le passif et la passivité : les rôles actanciels

Le passif, c'est bien connu, permet de choisir comme thème un participant différent de celui que demande les propriétés primitives du verbe.

Mais traiter le passif d'un point de vue purement syntaxique est en contradiction avec la dénomination de « passif » qui est sémantique. Par ailleurs « passif » est un mauvais terme, parce qu'il généralise un cas particulier, celui où la passivation s'applique à certains verbes transitifs, ceux qui sont téliques. Pour d'autres, transitifs non téliques, il y a simple permutation dans l'ordre des participants.

A-t-on affaire à un même « passif » avec un verbe non télique comme *lire*, et avec un verbe statif comme *aimer*, *savoir* ou *croire* ?

Que dire du cas où le seul actant présent est sémantiquement un patient, comme avec *souffrir* ?

Est-ce à dire que seul le passif permet un ordre des participants différent de l'actif ? en d'autres termes, ne peut-on trouver que des schémas *agent Vactif patient* ou *patient Vpassif* ?

Sémantiquement, le passif enfouit (occulte) le mouvement déclenché par l'agent, exprimé par l'actif, au profit de l'expression de l'état, de la nouvelle qualité acquise par le patient au terme du procès. *La maison est construite.*

La passivité sémantique est également le fait du premier actant d'un verbe d'état, transitifs ou non (comme *souffrir*). Cet actant est alors le patient, et la cause, sur le modèle du complément d'agent, peut être exprimée par un groupe prépositionnel (pour *souffrir*, la cause est introduite par *de*).

En fait, il existe d'autres constructions répertoriées, qui permettent de choisir d'autres éléments comme thèmes :

– *voir* permet à un **circonstanciel** d'être le « sujet » d'un propos, son repère constitutif :

51. a. 1789 a vu la fin des privilèges.  
b. Cette plaine a vu bien des combats se dérouler.

–la pronominalisation de *voir, faire, laisser, entendre* : elle permet au bénéficiaire, au localisateur, et/ou au patient d'être thème :

52. La pelouse (patient et localisateur) s'est vu envahir par des milliers de personnes  
53. La présidente (bénéficiaire) s'est entendu répondre par les actionnaires que...  
54. Elle (bénéficiaire) s'est laissé dire (par un ami dans la place) qu'elle serait bien accueillie  
55. Elle (agent et bénéficiaire) s'est fait offrir un repas

–la pronominalisation de sens passif : c'est un autre moyen de choisir le patient comme thème

56. Ce livre se vend bien.

On voit bien les difficultés de la description syntaxique de ces énoncés. Mais faire apparaître les liens qui existent entre les différentes manières de présenter un événement permet de voir une certaine cohérence et surtout de ne pas changer d'analyse à chaque type de construction en *se*.

## 6. La pronominalisation et les rôles actanciels :

La pronominalisation présente des caractéristiques mixtes, entre celles de l'actif et celles du passif, et des caractéristiques qui lui sont propres.

–au pronominal, *être* est présent seulement aux temps composés. Cette caractéristique est commune à toutes les interprétations des constructions pronominales, y compris celle de « sens passif ». Elle est partagée avec les verbes intransitifs comme *arriver*.

Le passage de l'auxiliaire *avoir* à l'auxiliaire *être* marque une modification du sens d'un verbe (*Jean a monté les bagages/ Jean est monté*).

La présence de *être* exclut que le sujet soit interprété comme un simple agent et marque une modification de la répartition des rôles actanciels (voir le passage de l'actif au passif) ;



- en présence de *être* (ex 42) le participant en position de sujet se voit alors assigner le rôle de patient.
- La transitivité « sémantique » répartira les rôles manquants (agent et bénéficiaire) dans une prédication comportant un verbe dynamique entre les participants mentionnés.

Lorsque le verbe est dynamique et la construction active, le premier actant est l'agent, le deuxième le patient. Si le verbe n'est pas un bi-transitif, le bénéficiaire par défaut peut être l'agent. Le verbe *construire*, pour reprendre notre exemple, construit implicitement le bénéficiaire, ici le propriétaire de la maison construite. Si ce bénéficiaire est exprimé, la préposition sera *pour* ou, en non standard, *à*). Si le bénéficiaire « nouveau propriétaire de la maison » est identifié à l'agent, la marque sera

- soit le possessif (*construit sa maison* = la maison de lui)
- soit *se* (*se construire une maison*)

57. Il se construit une maison : il est l'agent et la maison est pour lui.

- soit un marqueur discontinu : (*se construit sa maison* = de lui et pour lui-même).

58. Il se construit sa maison : il est agent, la maison est pour lui, et à lui : il en est le possesseur.

*Il* et *se* sont coréférents, le thème est porteur de deux rôles actanciels, bénéficiaire et agent. Peut-on distribuer les rôles sur les deux « mots » ? cela paraît difficile : parle-t-on du référent ou du « mot *se* » ? simplement, la présence de *se* marque que le rôle manquant, le bénéficiaire, est représenté dans la prédication. Est-il COD, COI ? la question a-t-elle un sens !

### 6.1. *Les rôles actanciels et les fonctions grammaticales traditionnelles*

Il est intéressant de comprendre comment le contraire de *donner qqch à qqn* fonctionne : on l'opposera à *enlever qqch à qqn*. En effet, le mouvement de l'objet est inverse : le premier localisateur se voit privé de l'objet (détrimentaire) qu'il repérait, tandis que l'agent acquiert

l'objet et se trouve être le 2<sup>ème</sup> loc de l'objet et donc le bénéficiaire. L'agent a volontairement inversé la localisation de façon à en être le localisateur.

*Donner* : Jean agent + localisateur1 de l'objet *donne un livre à son fils*  
 localisateur2= bénéficiaire  
 Jean cesse d'être le localisateur (cela se fait à son détriment  
 mais c'est volontaire)

*Enlever* : Jean agent *enlève le livre au localisateur1*  
 Agent = localisateur2 = bénéficiaire le localisateur1cesse  
 d'être un localisateur

Dans les deux cas le localisateur1 « perd l'objet », il cesse d'être le repère de l'objet ; l'agent qui perd un objet n'est pas considéré comme un détrimentaire parce qu'il s'en sépare volontairement. Les rôles de bénéficiaire comme de détrimentaire ne supposent pas d'agentivité. Néanmoins *enlever* attribue deux rôles au premier actant : agent et bénéficiaire. On a donc une superposition de rôles, commandée par le sémantisme du verbe.

Le nom de bénéficiaire est réservé au rôle supporté par un animé humain, mais le deuxième localisateur peut être un inanimé. Le point commun est que le mouvement entre une première localisation et une deuxième, la transition entre deux états, est initié par l'actant thème (l'agent : *le voisin a donné une couche de peinture au portail* ; ou la cause *le froid a donné des couleurs aux enfants*, ; ou l'initiateur *l'expérience a donné des résultats inespérés*).

## 7. Conclusion.

Comprendre l'agent et le bénéficiaire comme des localisateurs permet de voir comment les circonstanciels peuvent compléter une prédication. Les rôles lexicalement représentés diffèrent d'une prédication à l'autre, et l'ordre dans lequel ils apparaissent modifie la syntaxe et oriente l'interprétation.

Dans une construction non pronominale active, certains rôles peuvent être occultés :

–les verbes transitifs en occultent souvent un :

- agent *poser le paquet* -patient- *sur la table* localisateur2
- agent-bénéficiaire *manger (une pomme* patient)
- agent-patient *atteindre le sommet* localisateur2

– les verbes intransitifs + *avoir* en occultent deux mais la présence d'un circonstanciel peut faire du « sujet »/thème un patient repéré par une deuxième localisation.

- agent-patient *marcher*
- agent-patient *marcher jusqu'à la gare* localisateur2

– les verbes intransitifs + *être* en occultent deux, mais la présence d'un circonstanciel peut faire du « sujet »/thème un patient repéré par une deuxième localisation.

- agent-patient *arriver* (qqpart/à *une solution* = localisateur2)
- patient-agent ***être*** *arrivé* (à *la gare* localisateur 2)

– les verbes transitifs indirects, avec *être* ou *avoir* font du Gprép le support possible d'un rôle actanciel, même s'il est interprété comme circonstant de lieu.

- agent-patient *échapper* à localisateur1
- patient-agent *parvenir* à localisateur2

Dans la construction pronominale, tous les rôles actanciels sont à l'œuvre, supportés lexicalement ou non, que le verbe soit transitif ou intransitif :

- patient-agent-bénéficiaire *se lave*
- *ce livre* patient + agent-bénéficiaire *se vend bien*
- *le chemin* localisé + localisateur1 *se perd dans les broussailles* localisateur2
- patient-agent *s'échapper de la cage* localisateur1
- patient-agent + bénéficiaire (détrimentaire) *se baver dessus* localisateur2
- patient-bénéficiaire + agent *se marcher sur les pieds* localisateur2 du patient
- patient = agent partiellement modifié + bénéficiaire *se lave les mains*
- non standard :  
bénéficiaire-agent *se laver toute la vaisselle / se manger une pomme* patient

On remarquera que seuls les verbes intransitifs+être ne sont pas compatibles avec la construction pronominale : en effet, le premier argument est déjà porteur de deux rôles patient et agent.

Morphologiquement (auxiliaire être mais seulement aux temps composés), syntaxiquement (possibilité d'un « sens passif ») et sémantiquement (le premier actant est patient), toutes les constructions pronominales se situeraient alors de manière homogène entre l'actif et le passif.

### Bibliographie/références

- BRAHIM, Ahmed (1996). *L'occultif. Hypothèse pour un traitement trans-linguistique du « passif » et des structures apparentées*, Tunis : Études Linguistiques, volume 2.
- BRUNOT, Ferdinand. (1926). *La pensée et la langue*, Paris : Masson.
- CULIOLI, Antoine. (1990). *Pour une linguistique de l'énonciation : opérations et représentations*. Tome 1. Gap : Ophrys.
- DESLÈS, Jean-Pierre, GUENTCHÉVA, Zlatka, SHAUMYAN, S. (1986). « Theoretical Analysis of Reflexivization in the Framework of Applicative Grammar », *Linguisticae Investigationes X :1*. 1-66.
- GROSSIER, Marie-Line et RIVIÈRE, Claude. (1996). *Les mots de la linguistique*. Gap : Ophrys.
- RIVIÈRE Nicole. (1979). – « Autour du passif », in : *Cahiers Charles V* n° 1. Publication de l'Université Paris 7. pp. 57-65.
- (1995). *Repères temporels et repères énonciatifs : la construction impersonnelle, le pronominal et le participe passé adjectival*. Presses Universitaires du Septentrion : Villeneuve d'Ascq.
- (1995). « Le sens de se », in : *Langues et Langage, problèmes et raisonnement en linguistique, Mélanges offerts à Antoine Culioli*, sous la direction de J. Bouscaren et J.-J. Franckel. PUF : Paris. pp. 185-199.
- (1997). « Le pronominal, les rôles actanciels et la diathèse », in : *Cahiers Charles V* n°23. Publication de l'Université Paris 7. pp. 7-45.
- (2000). « Le pronominal face à l'actif et au passif : la construction du sens ». In *Études Romanes* n°45 *le passif, Actes du Colloque International de Copenhague du 5 au 7 mars 1998*. pp. 155-169.
- (à paraître) « Le pronominal SE et les auxiliaires de modalité », publication numérisée. Anscombre éd.
- VAN VALIN, Robert. (1993). – « A synopsis of role and reference grammar », in : Van Valin éd. *Advances in role and reference grammar*. John Benjamins : Amsterdam, pp. 1-164.

# Tendances à la simplification du système linguistique français et l'emploi de *on* dans le langage d'aujourd'hui

MANUEL JOSÉ SILVA  
(Universidade do Minho)

## Resumo

Uma das palavras mais frequentes da língua francesa é, sem dúvida, *on*, a que as gramáticas tradicionais chamam pronome indefinido, embora a opinião dos linguistas sobre a natureza deste morfema não seja unânime. Neste trabalho, que se destina particularmente aos estudantes de francês, procurámos descrever, de modo sucinto, algumas tendências do francês contemporâneo: a procura da regularidade das estruturas e da simplificação traduzida na abreviação das palavras. Como corolário destas duas tendências, evocaremos, a propósito do emprego extremamente frequente de *on*, uma tendência específica, a da facilidade da expressão «formal», dado que o verbo, cujo sujeito é *on*, é sempre conjugado na terceira pessoa do singular.

**Palavras-chave:** abreviação, conjuntivo, facilidade, frequência, interrogação, ocorrência, *on*, pronome, regularidade, simplificação, valores de *on*.

Ce petit mot *on* est l'un des plus employés dans la langue française contemporaine. Parfois, nous en trouvons deux ou trois occurrences dans la même phrase, comme nous le verrons plus loin. On peut penser que l'emploi excessif de ce morphème est une caractéristique de la langue orale. Cependant, il suffit de lire n'importe quel roman, n'importe quel article scientifique ou de presse pour constater que son usage est commun à tous les niveaux ou registres de langue.

L'occurrence abusive de *on*, dans certains contextes, manifeste l'une des tendances à la simplification du code linguistique, celle d'une certaine facilité dans laquelle tombent les locuteurs français. Nous

pensons, en effet, que le français actuel est nettement marqué par ce que nous appelons la quête de la régularité et de la simplification. Ces deux comportements du locuteur le conduisent logiquement à utiliser des ‘moules’ formels relevant du facile, du moins coûteux comme dans le cas de *on*.

Il est vrai que dans le système linguistique tout se tient, même si, parfois, nous avons l'impression que rien ne s'y tient. En effet, les exceptions aux règles et les entorses au système semblent mettre en danger la régularité propre à n'importe quel système. Simplement il faut comprendre qu'une langue évolue dans ses composantes et que cette évolution est souvent le résultat des pratiques langagières de ses usagers. En outre, une langue ne sort pas indemne de l'influence d'autres systèmes linguistiques. Il suffit de rappeler que le système actuel vient du latin populaire introduit en Gaule par Jules César en 51 A.C. et qu'il comporte des éléments linguistiques celtiques, germaniques et autres.

Il y a, dans le système français, des anomalies que nous ne pouvons pas expliquer par la seule évolution de la langue. Parmi ces anomalies, nous en trouvons une difficile à expliquer et à justifier par rapport à l'évolution du code linguistique: la disparition de l'imparfait du subjonctif. Les explications qu'en donnent les linguistes et les historiens de la langue (BRUNOT, 1965: 518, [1926] ) ne sont pas convaincantes. En outre, ce temps verbal est vivant dans les autres langues romanes. Cette perte incontestable (BRUNOT, *Ibidem*) découle-t-elle de la quête, de la part des locuteurs, de la simplification du code linguistique? Nous en doutons fort, car cette pratique, acceptée par les linguistes, nous semble enfreindre l'une des régularités fondamentales du code linguistique. En effet, dans certains contextes linguistiques où la concordance des temps ou ajustement morphologique du verbe principal avec celui de la proposition subordonnée est obligatoire, les Français, au lieu d'employer l'imparfait du subjonctif, dans la subordonnée, utilisent le subjonctif présent... Peut-être parce que les formes du subjonctif imparfait sont bien difficiles à maîtriser. Ceci s'appelle, à notre avis, non pas de la simplification, mais de la facilité injustifiable dans laquelle est tombé le sujet parlant:

Autrefois, les parents de François voulaient que celui-ci aimât Vanessa  
(concordance des temps)

Autrefois, les parents de François voulaient que celui-ci aime Vanessa  
(français contemporain)

La quête d'une régularité fondamentale ou d'une certaine homogénéité des règles est, aussi, un facteur de l'évolution de la langue. À titre d'exemple, nous rappelons la modalité interrogative, qui est contraignante en ce qui concerne le français écrit. Cependant, les locuteurs ont tendance à utiliser, dans la modalité interrogative, la structure de la modalité assertive, ce qui permet de garder l'ordre canonique des constituants de la phrase: sujet + verbe + complément.

Tu as acheté la grammaire? (français oral)

As-tu acheté la grammaire? (français écrit)

En outre, la langue dispose d'un outil, parfois sous-estimé, mais fort utile, surtout pour les apprenants étrangers, le morphème complexe interrogatif *est-ce que*:

Est-ce que tu es malade?

Même dans ce cas, l'ordre des constituants est celui de l'assertion. De plus, la langue orale emploie les mots interrogatifs à la fin de l'énoncé:

Tu fais quoi?

Tu habites où?

Cela montre bien la forte tendance à chercher l'ordre canonique où le sujet apparaît en début de l'énoncé.

Dans les années quatre-vingt-dix, il y a eu en France une «reformette» de l'orthographe française. Cette modeste reformulation a suscité une énorme controverse, même si elle ramenait à la régularité certaines anomalies. En effet, ces *Rectifications* ont été présentées comme une alternative à l'orthographe en vigueur. Toutefois, les écrivains et les professeurs l'ignorent, malheureusement. Parmi les changements proposés, il y en a un qui mérite toute notre attention. Ainsi, la morphologie de la conjugaison des verbes du type *appeler* (Il appelle) se régularise sur le paradigme de *peler* (Il pèle), et les verbes du type *jeter* (Il jette) s'écrivent selon le modèle d'*acheter* (Il achète).

Les linguistes qui ont élaboré ces *Rectifications* n'ont pas osé toucher à l'accord du participe passé, sauf pour dire que *laissé* suivi d'un infinitif reste invariable tel que *fait*. Aligner le participe passé des verbes pronominaux par emploi, comme *se succéder*, *se téléphoner*, *se*

*rire*, sur l'accord du participe passé des verbes du type *se laver*, serait ne pas tenir compte de la fonction grammaticale de *se*, autonome, qui n'est pas la même dans *se laver* et *se téléphoner*. Enseigner aux élèves que le participe passé d'un verbe occasionnellement pronominal s'accorde avec son sujet n'est pas tout à fait vrai. Pourquoi, alors, ne pas faire l'accord du participe passé avec son sujet dans

Les enfants se sont lavé les mains avant de se mettre à table?

Toute tentative de généraliser l'accord du participe passé des verbes pronominaux selon le modèle de *se laver* relève non pas de la régularité, mais de ce que nous appelons la quête de la facilité, et non pas de la simplification.

Cette dernière caractéristique de la langue orale se révèle évidente, surtout en ce qui concerne le lexique. En effet, nous sommes confrontés, constamment, à l'abréviation ou troncation des mots et à la siglaison. L'abréviation consiste, généralement, à enlever la finale d'un mot: *faculté/fac*, *catholique/catho*. Parfois, le mot abrégé prend une finale en *o*: *apéritif/apéro*, *prolétaire/prolo*. L'abréviation peut isoler un préfixe ou le premier élément d'un mot composé: *hypermarché/hyper*, *télévision/télé*.

Un autre mode de simplification est celui de la siglaison:

[...] Elle consiste dans la réduction d'un terme composé à la succession des initiales des termes qui le composent: École nationale d'administration/ENA. (...) Ces sigles fonctionnent le plus souvent comme de vraies unités lexicales, si bien qu'ils peuvent donner naissance à des dérivés: *smic/smicard*, *Onu/onusien*. [...] (GARDÈS-TAMINE, 1988: 70-71).

Nous pouvons encore inclure dans cette tendance à la simplification le fait que, dans le langage quotidien, la première particule négative *ne* ne s'entend pas. Au niveau linguistique cela nous choque un peu. En vérité, en ancien français *ne* était l'élément qui rendait négative une proposition. Certes, avec des verbes comme *oser*, *pouvoir*, *savoir*, on peut ne pas utiliser l'élément négatif *pas* et garder l'emploi de *ne* à valeur négative. D'ailleurs, en portugais comme dans d'autres langues romanes, nous n'avons qu'un seul élément négatif proposé aux verbes:

Hoje, eu não trabalho (portugais).

Hoy, no trabajo (espagnol).

Oggi, io non lavoro (italien).

Astazi, eu nu lucrez (roumain).



Un autre phénomène qui nous semble relever aussi de la quête de la simplification/facilité est l'emploi extrêmement fréquent de *on*. Ce petit mot est un vrai 'caméléon', dans la mesure où il prend de multiples valeurs que nous aborderons plus loin, de façon succincte. D'abord, sa «pédantesque» (BRUNOT, *Ibidem*) graphie. Ce morphème vient du mot latin *homo*, qui a évolué au gré des vicissitudes de la phonétique. Les linguistes ne sont pas unanimes en ce qui concerne la terminologie utilisée pour classer ce morphème. Brunot (BRUNOT, *Ibidem*) affirme qu'il s'agit d'un mot tout à fait spécial. La *Grammaire Larousse du XX<sup>e</sup> siècle*<sup>1</sup> le dénomme «pronom indéfini à valeur de pronom impersonnel». Delloffre/Hellegouarc'h (1983: 187-188) se demandent si on doit l'appeler pronom personnel indéfini. Parfois, il y a des grammairiens qui entrent en rupture avec la tradition grammaticale. Ainsi, Bonnet/Barreau (1974: 112.) le placent-ils parmi les déterminants sujets.

Les linguistes contemporains considèrent, généralement, que *on* est une particule préverbale comme tous les pronoms dits personnels clitiques. À son tour, Böhme-Eckert (2004: 63-64.) l'appelle «pronom passe-partout». Cellard (1980: 17-62) affirme, tout simplement, que *on* est un actualisateur.

Ce morphème a deux propriétés essentielles: au niveau sémantique, il renvoie à un animé-personne; au niveau syntaxique, *on* est toujours sujet. Il est invariable et entraîne l'emploi de la troisième personne du singulier du temps verbal dont il est le sujet. Cependant, quand son référent est féminin singulier/pluriel, l'accord en genre et en nombre peut se faire comme dans les phrases du type

On (elles) est fatiguées.

Cet élément est, au niveau stylistique, très riche (CRESSOT, 1976: 104-110 [1947]; CRISTEA, 2000: 155-156; ELUERD, 2002: 80-81.). À vrai dire, il peut commuter avec toutes les personnes grammaticales. Si, pour cette raison, nous pouvons le considérer comme un pronom personnel, il est, toutefois, le plus impersonnel des pronoms, comme le montre Moignet:

[...] Le mot *homme*, très largement extensif, a donné historiquement le pronom *on* plus extensif encore: celui-ci n'emporte plus la représentation

<sup>4</sup> Cf. *Grammaire Larousse du XX<sup>e</sup> siècle* (1936), Paris, Larousse, pp. 206-207.

‘être humain’, mais celle de support animé d’un phénomène temporel, une pure forme de pensée. [...] (MOIGNET, 1981: 149).

Les possibilités de commutation posent, en effet, quelques problèmes que nous analyserons brièvement, en suivant de près les réflexions de Pinchon (PINCHON, 1986: 127-132). Il faut distinguer l’emploi de *on* comme «proforme nominale» de celui de *on* comme substitut d’un personnel. En effet, quand il s’agit de *on* «proforme nominale» à valeur indéterminée, on peut le remplacer par le pronom nominal *quelqu’un*. L’indétermination de *on* nous semble, cependant, plus étendue que celle de *quelqu’un*, comme dans l’exemple

On a apporté des fleurs à la voisine.

Ce morphème peut renvoyer à une référence multiple, ce qui n’est pas le cas de *quelqu’un*.

Cette particule peut encore se substituer à *n’importe qui*. C’est le *on* des maximes:

On a souvent besoin d’un plus petit que soi.

Mais, la valeur indéfinie de *on*, substitut des personnes du verbe, met en relief des nuances sentimentales et affectives de toutes sortes, lorsqu’il remplace, particulièrement, la première et deuxième personnes:

Dans cet ouvrage on s’est proposé de... (*on* de modestie)

On a été sage? (*on* hypocoristique – en s’adressant à un petit enfant, par exemple)

En français contemporain, il y a une forte tendance à remplacer *nous* à valeur plurielle par *on*, ce qui relève de la langue orale:

On va au cinéma ce soir tous ensemble?

En outre, la co-occurrence de *nous* et de *on*, dans la même phrase, est très fréquente dans la conversation:

Nous, *on* va au cinéma ce soir.

Cet emploi est considéré incorrect, «trivial et tout à fait condamnable» (CAPELOVICI, 1990: 218-219).

Malgré l'avis défavorable des grammairiens qui condamnent l'emploi de *on* en lieu et en place de *nous* à valeur plurielle, il est évident qu'aujourd'hui cette particule préverbale s'est généralisée et remplace toutes les personnes du verbe, comme nous l'avons affirmé et comme nous le montrerons à l'aide de quelques exemples.

L'occurrence extrêmement fréquente et peut-être abusive de ce petit mot nous surprend, ou peut-être pas. À vrai dire, on peut l'insérer dans la tendance générale à la simplification des structures, à l'abréviation des mots et à la facilité ou loi du moindre effort, devenue, aujourd'hui, tout à fait acceptable. En fait, et en nous reportant à cette dernière tendance spécifique, il suffit de lire n'importe quel ouvrage pour s'en rendre compte. À ce propos, et à titre d'exemple, nous citons un passage d'un ouvrage d'Alice Rivaz intitulé *L'homme et son enfant*: «[...] et qu'on sait ce qu'on a, qu'on ne sait pas ce qu'on aurait... et qu'il vaut mieux garder sa place quand on a la chance d'en avoir une[...]» (1996: 11).

Il est vrai que l'emploi de *on* a eu lieu, déjà, en moyen français, surtout en combinaison avec la première personne du pluriel, *on aurions tort* (BÖHME-ECKERT, *Ibidem*). Cependant, c'est, surtout au XIX<sup>e</sup> siècle que ce pronom remplace *nous/ils*, dans le français populaire, et même dans le français écrit. À ce titre, nous citons un passage de *Madame Bovary* qui comporte plusieurs *on* à valeur de *ils* (les gens): «[...] C'étaient des aires que l'on jouait ailleurs sur le théâtre, que l'on chantait dans les salons, que l'on dansait le soir sous des lustres éclairés. [...]» (FLAUBERT, 1995:101).

Si son emploi se trouve, donc, généralisé à l'oral et à l'écrit à partir du XIX<sup>e</sup> siècle, cela ne veut pas dire qu'il était interdit au XVIII<sup>e</sup> siècle. Nous avons feuilleté l'*Encyclopédie* et nous avons choisi l'entrée «classique». Dans cette courte rubrique, nous avons repéré trois occurrences de *on*:

[...] ce mot ne fe dit que des auteurs que l'on explique dans les collèges. (...) On donne particulièrement ce nom aux auteurs qu'ont vécu du tems de la république (...); auxquels on ajoute Corneille Tacite, qui vivoit dans le fecond fiècle. [...] (Troisième Volume, p. 507.)

Le subtil *on* peut, comme nous l'avons dit, se substituer à toutes les personnes du verbe: à *nous*, à *vous* de politesse et à *vous* de pluralité, à *ils*, à *je* et à *tu*:

Nous, on est allé(s) au cinéma tous les trois.  
 Alors, on est fatigué? (= *vous* de politesse)  
 On se tait en classe (= *vous* de pluralité)  
 Qu'est-ce qu'on veut encore? (=ils)  
 Qu'est-ce qu'on peut vous servir? (= *je* de modestie)  
 Alors, on s'amuse? (= tu) (*apud* CELLARD, *Idem*: 1762)

En outre, sa valeur indéfinie et indéterminée extrêmement étendue permet au locuteur de l'employer fréquemment, non seulement pour renvoyer à l'Homme (l'homme, en général, n'importe qui), mais aussi pour évoquer un référent qu'on ne veut pas ou qu'on ne peut pas identifier.

Ce mot, petit comme un phonème et simple comme «bonjour», est une perle qui simplifie et facilite la communication et une aubaine pour les étudiants étrangers apprenant le français, malgré les réserves que nous faisons à son emploi trop courant.

## Références bibliographiques

- BÖHME-ECKERT, Gabriele. 2004. «De l'ancien français au français moderne: l'évolution vers un type 'à part' à l'époque du moyen français». *Langue Française* 141, pp. 63-64.
- BONNET, Jacques & BARREAU, Joël. 1974. *L'esprit des mots*. Paris: L'École.
- BRUNOT, Ferdinand. 1965. *La pensée et la langue*. Paris: Masson Éditeurs, [1926].
- CAPELOVICI, Jacques. 1990. *Le français sans fautes*. Paris: Le Livre de Poche 8021.
- CELLARD, Jacques. 1980. «Des mots du Dictionnaire aux mots de la parole».
- CRESSOT, Marcel. 1976. *Le style et ses techniques*. Paris: PUF [1947].
- CRISTEA, Teodora. 2000. *Grammaire Française*. Bucuresti: Editura Fundatiei România de Mâine.
- DELOFFRE, Frédéric & HELLEGOUARC'H, Jacqueline. 1983. *Éléments de linguistique générale*. Paris: Sedes.
- Dictionnaire Hachette de la langue française*. Paris: Hachette, p. 17-62.
- ELUERD, Roland. 2002. *Grammaire descriptive du français*. Paris: Nathan.
- Encyclopédie ou Dictionnaire des Sciences, des Arts et des Métiers* (M.DCC.LIII). Paris, chez Briasson et al., Troisième Volume.
- FLAUBERT, Gustave. 1995. *Madame Bovary. Mœurs de province*. Paris: Gallimard.
- GARDÈS-TAMINE, Joëlle. 1988. *La Grammaire: phonologie, morphologie, lexicologie*. Paris: Armand Colin.

*Grammaire Larousse du XX<sup>e</sup> siècle.* 1936, Paris, Larousse.

HUCHON, Mireille. 2002. *Histoire de la langue français.* Paris: Le Livre de Poche n° 542.

MOIGNET, Gérard.1981. *Systématique de la langue française.* Paris: Klincksieck.

PINCHON, Jacqueline. 1986. *Morphosyntaxe du français.* Paris: Hachette.

RIVAZ, Alice.1996. *L'homme et son enfant.* Genève: Éditions Zoé.

YAGUELLO, Marina. 2003. *Le grand livre de la langue française.* Paris: Seuil.



# Organização conceptual das categorias e a lexicalização de um protótipo (*fruta*)<sup>1</sup>

JOSÉ TEIXEIRA

(ILCH – Universidade do Minho)

jsteixeira@ilch.uminho.pt

## Resumo

A organização prototípica das categorias pode ser bastante reveladora da forma como a lexicalização linguística é simultaneamente resultado e causa das percepções e do *stock* cognitivo que uma comunidade linguística tem do mundo e das vivências sobre ele construídas. Noções como a de «significado corporizado» são, para a perspectiva cognitiva, o reflexo de que não é possível separar de forma rígida, como as semânticas de fundamentação lógica o pretendem, o conhecimento linguístico e o chamado «conhecimento do mundo».

Analisando os resultados de algumas centenas de vários tipos de inquéritos sobre o conceito *fruta*, procura-se demonstrar como é que a conceptualização é o resultado de interações entre os mecanismos linguísticos e os restantes mecanismos cognitivos, organizando-se, as categorias resultantes, em blocos de estrutura prototípica.

**Palavras-chave:** categorização, conceptualização, protótipo, significado corporizado, significado de comunidade

---

<sup>1</sup> Este trabalho retoma o tema abordado na comunicação apresentada no colóquio *Gramática e Humanismo* (Faculdade de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa, Braga, 20-22/04/2005) e os dados apresentados no artigo publicado nas actas do referido colóquio. Embora aqui haja uma análise teórica muito maior e se acrescentem novos dados e novas reflexões sobre os mesmos, encontram-se, inevitavelmente, alguns dados e análises comuns aos dois trabalhos.

## 1. Como é que organizamos a realidade em categorias?

### 1.1. Categorias e definições

A definição foi, e continua a ser, a forma mais frequente e tida como mais científica de dizermos *o que é que cada coisa é*. Uma definição, através de características partilhadas por todos os membros de uma categoria, é a expressão das condições necessárias e suficientes para a pertença de qualquer um dos membros dessa categoria.

Definir «homem» como «animal racional» ou «solteiro» como «humano, do sexo masculino, não casado» são dois exemplos clássicos. A definição permite, desta forma, compreender toda uma categoria através de algumas (tendencialmente poucas) particularidades partilhadas da mesma forma por todos os membros a ela pertencentes.

A definição é entendida como a essência científica reveladora da compreensão do conceito. Os exemplos devem ser apenas ilustrações, comprovações que reforcem a definição e nunca substitutos dela. O significado obtido através da brevidade da definição é entendido como idêntico ao significado construído a partir do conhecimento de todos os membros componentes da categoria. Ou seja, a partir da definição, conseguem-se prever os membros que pertencem ou não à categoria. O próprio termo *de-finir* indica que a finalidade é estabelecer os limites, as fronteiras das categorias.

Foi assim que se construiu a semântica estruturalista e compo-nencial que, à semelhança da fonologia, naturalmente pretendeu descrever as categorias semânticas através de traços opositivos. São as chamadas teorias das Condições Necessárias e Suficientes (CNS). Cada categoria (*homem, solteiro, cadeira, azul*) é definível por um conjunto de traços comuns a todos os membros dotados do mesmo grau de pertença.

## 2. Mas há uns azuis que são mais azuis do que outros...

Esta maneira de encarar a realidade, no entanto, parece encontrar sérias dificuldades quando reparamos na forma como os falantes descrevem, através das línguas naturais, as suas percepções do mundo:

- 1) Deveria, aparentemente, de acordo com as teorias das CNS, ser fácil aos falantes, depois de adquirirem a estruturação do mundo em categorias, como *fruto, pássaro, azul, alegria*, defini-rem uma qualquer dessas categorias. Mas, nitidamente, não é.



- 2) Não deveria haver dificuldade em reconhecer os membros de cada categoria (*isto é ou não um fruto?*; *isto é ou não azul?*), já que se supõe que, como as categorias são definíveis, os limites são bem precisos<sup>2</sup>.
- 3) Os membros de cada categoria deveriam partilhar do mesmo modo as características de uma categoria e não deveria haver, por exemplo, um pássaro que não «fosse bem» um pássaro ou um azul que fosse mais azul que um outro.
- 4) Os falantes deveriam recorrer primeiramente à definição quando querem descrever uma categoria (o que raramente acontece) e não aos exemplos (sempre muito mais facilmente).

Estas, entre outras, evidências levaram a levantar uma outra hipótese: as categorias não se organizam por CNS, mas através de modelos (a que se deu o nome de *protótipos*) que funcionam como marcos referenciadores para a pertença a uma categoria.

Nasce, daqui, a chamada semântica do protótipo. A concepção prototípica defende que o significado linguístico se organiza em categorias em que há membros mais (proto)típicos e outros menos: ou seja, do conjunto de elementos pertencentes a uma categoria, uns são mais centrais e outros mais periféricos. Ao contrário das concepções de cariz estruturalista, em que os membros de uma categoria possuem todos o mesmo estatuto, na concepção prototípica o grau de pertença à categoria varia entre muitos membros do grupo. Os conceitos de *cadeira*, *azul*, *correr*, assentam em modelos categoriais que fazem com que haja algumas cadeiras «mais cadeiras» que outras, que haja vários azuis, mas que um desses tipos seja um azul «mais azul» que os outros<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> Mesmo nas categorias científicas mais próximas da definição por condições necessárias e suficientes há, por vezes, autênticos becos sem saída. Recorde-se a problemática sobre a classificação do ornitorrinco que de acordo com as características que possui poderia ser classificado como ave, peixe ou mamífero. Umberto Eco (Eco 1999), a partir deste episódio, em *Kant e o Ornitorrinco*, aborda vários problemas da filosofia do conhecimento e a dificuldade das catalogações através das definições em moldes científicos.

<sup>3</sup> Sobre a noção de protótipo, ver, por exemplo, Teixeira 2001: 61-80 e Silva 2004:79-96. A noção de protótipo foi primeiramente utilizada e desenvolvida em Antropologia (Brent Berlin e Paul Kay no estudo da percepção das cores). Foi sobretudo nos anos setenta do século XX que Eleanor Rosch e a sua equipa de investigação em Psicolinguística utilizaram e desenvolveram o conceito de protótipo no estudo da categorização das cores, das aves e de outras classes linguisticamente traduzíveis em conceitos lexicalizados (E. Rosch: 1973, 1975, referindo apenas os trabalhos iniciais).

### 3. O protótipo e a dinâmica cognitiva

O protótipo será, assim, a estrutura conceptual modelar que, para os falantes, corresponde prioritariamente a uma determinada conceptualização. Não pode ser entendido como, no início, o foi: uma «coisa» que representa toda uma categoria. Por exemplo, entender-se que há um determinado pássaro concreto que é o modelo através do qual construímos a categoria *pássaro*. Esta coisificação cognitiva não é, obviamente, defensável, porque os efeitos de prototipicidade não se verificam apenas relativamente a realidades físicas como *ave* ou *fruto*, mas, pelo menos, a todas as organizações mentais linguisticamente traduzíveis. Assim, podemos falar não só no(s) uso(s) prototípico(s) do substantivo *pássaro*, mas também do verbo *deixar*, da preposição *sobre* ou do advérbio *agora*. O protótipo corresponderá, assim, a um «modelo mental de base», através do qual configuramos determinada parte da realidade que sistematizamos num particular item lexical. Esse modelo mental não é necessariamente rígido, único e uniforme, podendo organizar-se em variantes derivadas e inter-relacionadas<sup>4</sup>.

O protótipo será, pois, uma espécie de modelo, simultaneamente filtrador e orientador para a inserção de um elemento numa categoria. Quando, perante algo que nos aparece como novo, fazemos a pergunta «o que é isto?», estamos a tentar inseri-lo numa das categorias que temos estruturadas ou receptivos a conhecer/construir nova categoria.

A aprendizagem da categorização linguística mostra-nos o processo. É o que demonstra este «diálogo»<sup>5</sup> entre José João (2 anos e meio) e José António (5 anos), apontando para o peixe assado na mesa:

José João:  
 – Chicha!  
 José António:  
 – Não é! É peixe!  
 José João:  
 – Chicha!  
 José António:  
 – Peixe!

E a discussão continuou até os adultos tomarem partido.

---

<sup>4</sup> Veja-se Teixeira 2001, em que se analisa a estruturação prototípica de *frente/trás*, mostrando-se como a organização linguístico-cognitiva deste vector da espacialidade corresponde a vários modelos mentais cognitivamente interligados.

<sup>5</sup> Presenciado por mim, ao almoço, no dia em que escrevo esta parte do artigo.

Para a criança mais nova, o seu modelo categorizador, o seu protótipo de *chicha* incluía quer a *chicha* propriamente dita (carne), quer o peixe. As diferenças entre uma coisa e outra ainda não se tinham constituído em filtros que impedissem a simbiose entre as duas categorias. É o tão conhecido fenómeno da superextensão categorial infantil.

Se o protótipo não é um objecto, é um modelo que pode ser mais bem representado por determinado objecto. E os próprios elementos mais comuns da categoria servem como marcos referenciadores para a inserção ou não do elemento novo na mesma categoria a que pertencem.

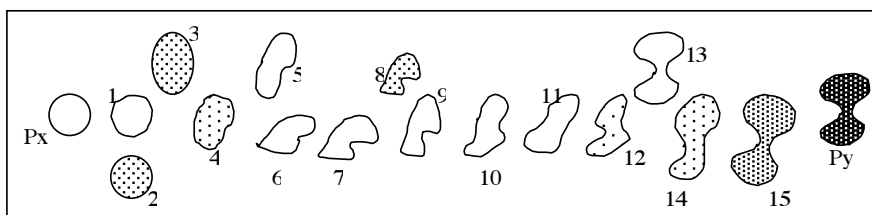


Figura 1

Perante os dois objectos prototípicos Px e Py (Figura 1), o que é que vai decidir a que categoria pertencem os elementos 1, 2, 3, ..., 15?

Não é a quantidade de traços comuns entre cada um e o protótipo, mas os traços seleccionados como mais pertinentes para a pertença à categoria. Assim, por exemplo, o elemento 2 pode pertencer à categoria X se se tiver em conta um determinado aspecto (representado pela circularidade), mas poderá ser categorizado como Y se se tiver em conta um outro aspecto (o que aqui é representado pelo «preenchimento»). Por que é que o tomate não é inserido na categoria *fruta*? Pelas suas características botânicas, pelo aspecto, pela cor, porque dá sumo e por muitas outras características, poderia sê-lo. Mas como tem uma utilização muito semelhante à dos legumes, é, linguisticamente, inserido nesta categoria.

O protótipo e os efeitos de prototipicidade<sup>6</sup> indicam, portanto, que a categorização não se faz por conjuntos de condições necessárias e suficientes, mas por associações cognitivas entre um modelo prototípico e uma determinada realidade a categorizar. É esta, penso, a

<sup>6</sup> Ver Silva 1999, pp. 28-37.

essência mais revolucionária do novo paradigma da semântica cognitiva. Não será, com certeza, o único elemento que distingue a teoria do protótipo das concepções clássicas componenciais, mas é, na sua simplicidade uma nova forma de entender o processo conceptualização-linguagem.

#### 4. Categorização, conhecimento científico e conhecimento do mundo

Como é que, na actividade linguística, os falantes podem ter acesso aos conhecimentos manipulados pelos interlocutores nos modelos mentais que entram em jogo? Aceitando-se que o ALOC descodifica as codificações feitas pelo LOC, como é que o referido ALOC tem acesso à codificação feita na origem?

De forma directa, não tem.

Ao contrário do que frequentemente se diz, por simplificação, o LOC não transmite *palavras* que o ALOC *descodifica*. Ninguém pode, em sentido pleno, transmitir *palavras* a ninguém. Transmitem-se, apenas, os representantes dos significantes. Em rigor, o ALOC não tem acesso à codificação semântica que o LOC efectuou. O mesmo ALOC terá de servir-se dos seus mecanismos cognitivos e dos vários conhecimentos armazenados (o designado «conhecimento do mundo», no qual se inclui o conhecimento linguístico, o conhecimento científico, crenças várias, mitos, etc.) e construir um modelo semântico que corresponda ao que o LOC actualiza quando usa o significante que lhe transmitiu:

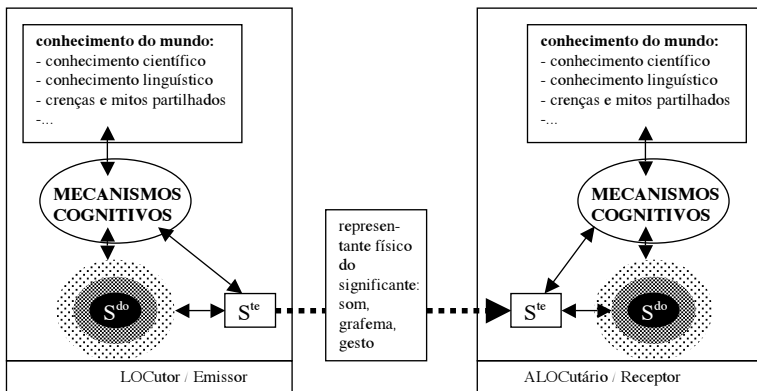


Figura 2

Como a Figura 2 procura ilustrar, o LOC apenas pode transmitir ao ALOC o representante físico do significante, que pode ser um som (como habitualmente é), mas também pode constituir-se em grafema, gesto, código morse, etc. O ALOC, receptor do significante linguístico, liga esse sinal a um determinado modelo mental construído e que supõe equivalente ao do LOC.

A comunicação funciona porque os dois interlocutores pressupõem que cada um, para o mesmo significante, acciona um modelo semântico comum ou equivalente.

Ora o conceito clássico de *descodificação* pressupõe que os elementos e valores semânticos presentes no LOC se *transmitem* para o ALOC, assim como uma espécie de telefonema mental e cognitivo: qualquer coisa semântica que *vai* do LOC para o ALOC. Por isso é que se fala de *descodificação*. Uma descodificação consiste no uso de um código comum (a língua) aplicado ao mesmo objecto que foi codificado (signo, composto de significante-significado).

Basta ver o esquema que aparece em Saussure<sup>7</sup> (Figura 3) e que se tornará um dos ícones sempre repetidos, para explicar o funcionamento da comunicação linguística, na perspectiva estruturalista.

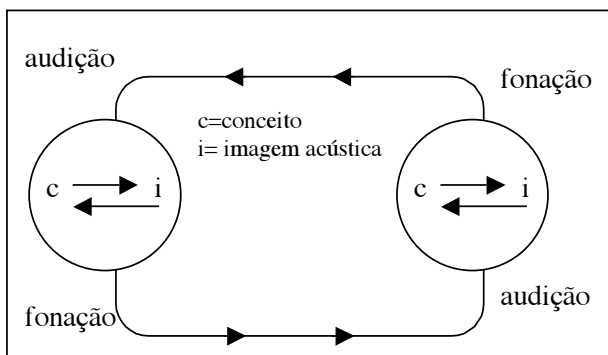


Figura 3

Entende-se que o percurso da mensagem linguística é simetricamente reversível em qualquer acto de comunicação, já que um mesmo significante está sempre unido a um mesmo significado, formando um dicionário colectivo igualmente partilhado por cada um dos membros da comunidade linguística:

<sup>7</sup> Na edição portuguesa (Saussure 1978)

A língua existe na colectividade sob a forma de uma série de marcas depostas em cada cérebro, mais ou menos como um dicionário de que todos os exemplares, idênticos, estivessem repartidos entre os indivíduos. É, portanto, qualquer coisa que está em cada um deles, sendo comum a todos e situada fora da vontade dos depositários. (Saussure 1978: 49)

Por isso, transmitir o significante equivale a transmitir sempre o mesmo significado. Ou seja, cada significante não transmite **um** significado, mas sempre **o seu** significado. Significantes e significados são, por isso, nesta perspectiva, idênticos para todos (Figura 4).

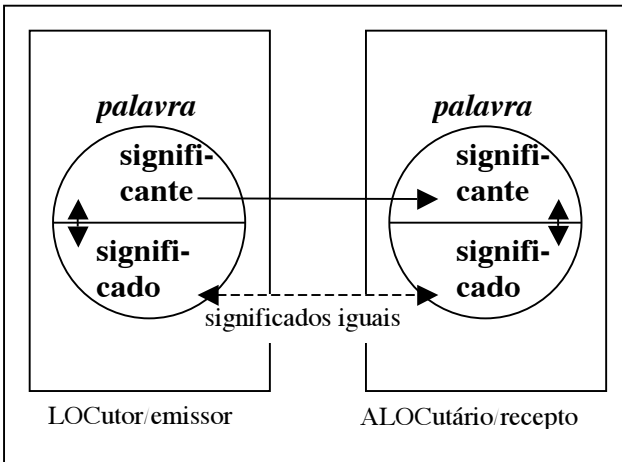


Figura 4

Daqui decorre a «obrigatoriedade», a que a semântica clássica se via ligada, de separar *conhecimento linguístico* e *conhecimento do mundo* ou *enciclopédico*. É que para haver um significado *comum* entre LOC e ALOC e dado que esse significado não se transmite fisicamente, ter-se-á que depositar no sinal físico (significante) a esperança que corresponda à mesma estrutura semântica, quer no LOC, quer em todos os ALOCs.

Por isso, em tal perspectiva teórica, para os valores semânticos serem comuns a todos os falantes, a informação linguística tem que ter um estatuto autónomo relativamente a toda a outra informação que o falante possui, já que esta última detém, como é bom de ver, uma componente individual que, por definição, varia de falante para falante.

Numa perspectiva cognitiva, no entanto, a organização conceptual, a nível semântico, não pode ser independente dos conhecimentos que os falantes têm sobre o mundo, onde se incluem os conhecimentos comuns, os científicos, as crenças e os mitos comunitariamente partilhados sobre o mesmo mundo. Ora se estes conhecimentos variam de falante para falante, como é que é possível que a comunicação funcione e funcione tão bem?

Obviamente, porque nem todo o conhecimento armazenado corresponde a conhecimento linguisticamente categorizado. As categorias linguísticas estruturam este conhecimento, partem dele, mas não se podem confundir com a sua totalidade. O falante, obviamente, sabe que para comunicar com o outro tem que assentar em pressupostos comuns, quer relativos ao código formal utilizado, quer relativos aos conteúdos que se pressupõem comuns.

Ou seja, em cada acto de comunicação, o falante, quando utiliza o conceito X, filtra aquilo que, de X, pensa não ser comum ao seu interlocutor, de tal modo que quando ambos usam X se pressupõe que o usam numa base comum. É o que se pode identificar com o conceito de *significado de comunidade*<sup>8</sup>.

Isto implica que o falante pode ter de eliminar um (grande?) conjunto de potenciais dados que não pode investir na categoria linguística de X, tais como os dados das suas experiências pessoais e, sobretudo, todos os conhecimentos que pensa não serem partilhados pela comunidade. De todos os conhecimentos que tem sobre X, construirá uma categorização organizada prototipicamente e que contém as associações que linguisticamente são válidas para X.

Difícilmente alguém deixará de perceber e utilizar o conceito de *espinhos* ligado ao conceito de *rosas*, mesmo que saiba que tecnicamente as rosas não têm espinhos, já que o espinho não é destacável (como o é nas rosas) do caule em que se situa. Do mesmo modo, mesmo um especialista em mineralogia utiliza e entende uma frase como

O quadro da sala de aula está todo riscado com giz de cor.

apesar de técnica e cientificamente ser o quadro que risca o giz e não o giz que risca o quadro<sup>9</sup>. O mineralogista intui que o conceito

---

<sup>8</sup> Ver, sobre o *significado de comunidade*, Teixeira, 1996.

<sup>9</sup> Na realidade, em mineralogia considera-se que A risca B apenas se A for de um grau de dureza maior e por isso desgastar (fizer um sulco em) B. Nesta perspectiva, o quadro só será riscado com um prego ou outro instrumento que faça sulcos na sua superfície. Com o giz, tecnicamente, é o quadro que desgasta («risca») o giz e não o inverso.

de *riscar* que deve utilizar na língua da comunidade não pode ser o «seu» *riscar* técnico, mas o *riscar* como a comunidade o percebe cognitivamente e linguisticamente.

Isto significa que a semanticidade linguística se alicerça mais sobre os universos de crenças aceites pelos falantes do que propriamente nos conhecimentos científicos que os mesmos falantes possuem. Estes universos de crenças corresponderão aos «mitos» frequentemente identificados como orientadores e insersores categoriais<sup>10</sup>. Neste fundo cognitivo, comumente partilhados pela categorização semântica de uma comunidade linguística, podem coexistir, sobre a mesma realidade, visões e conhecimentos realmente antagónicos, o que não é impeditivo de uma boa comunicação. Hoje em dia, em português, expressões referentes ao Sol como *já se ergueu, já vai alto, está a fugir* correspondem efectivamente a conhecimentos e crenças verdadeiramente opostos. Há quem não saiba (ou ainda não saiba, como as crianças) que efectivamente não há movimento do Sol relativamente à Terra. No entanto, mesmo no que toca à manipulação e conceptualização semântica de campos como estes, sobre os quais os falantes não possuem o mesmo *stock* cognitivo, a língua continua a funcionar: *e pur si muove*, como diria Galileu.

Para as teorias componenciais, que separavam o conhecimento linguístico do chamado conhecimento do mundo, esta relação era facilmente estruturável (Figura 5).

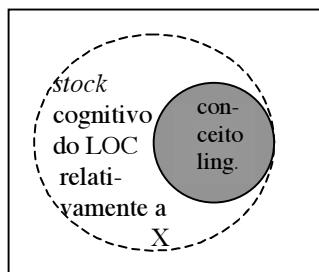


Figura 5

Os conceitos linguísticos, para serem comuns a todos os membros de uma comunidade, tinham que se demarcar nitidamente do *stock*

<sup>10</sup> Ver Lakoff 1987 e como na categorização do *dyrbal* o conhecimento específico, como o mitológico, tem preferência sobre todo o outro conhecimento.



cognitivo individual (a linha contínua representa, no esquema, essa separação). E no uso, por mais distintos que fossem os conhecimentos do mundo dos intervenientes, o semema da unidade linguística seria sempre comum a todos (Figura 6).

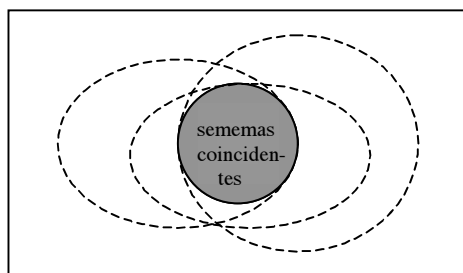


Figura 6

A perspectiva cognitiva, ao introduzir a estruturação prototípica das conceptualizações, resolve não apenas o problema da (in)existência de semas comuns a todos os usos polissémicos e discursivos, como muito mais facilmente suporta a relação imbricada entre o conhecimento linguístico e – a querer distingui-los – todos os outros tipos de conhecimento. Na verdade, as conceptualizações podem não coincidir em absoluto entre todos os falantes e nelas não é linearmente separável o conhecimento linguístico do(s) outro(s) tipo(s) de conhecimento. Por isso, é que não há sememas necessariamente comuns a todos os falantes, mas modelos (mentais, pode ser este o adjetivo) que, obviamente, assentam em conhecimentos e crenças partilhados comunitariamente e organizados em estruturações de carácter prototípico (Figura 7).

Dado que a organização semântico-conceptual não é absolutamente idêntica entre todos os falantes, pode não haver coincidência perfeita entre todos na comunidade linguística, havendo, no entanto, em cada estado sincrónico, uma «zona de coincidências» que a estruturação prototípica de cada falante procura apreender e usar (Figura 8).

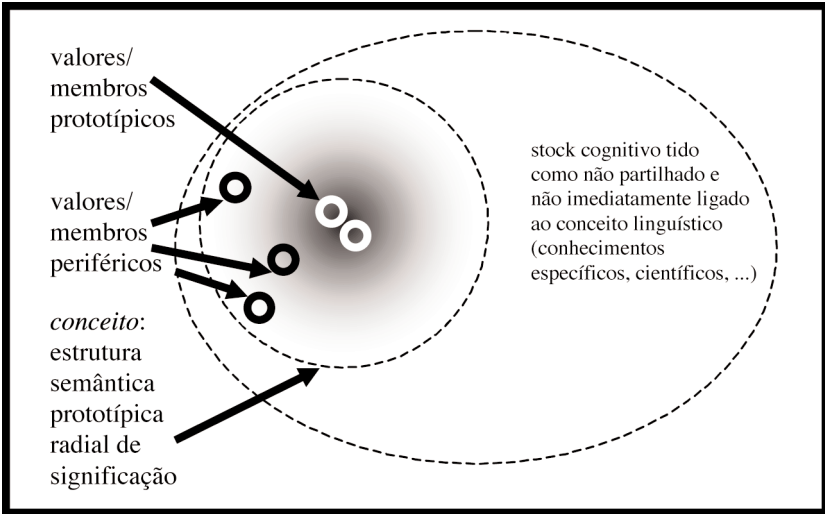


Figura 7: Modelo prototípico

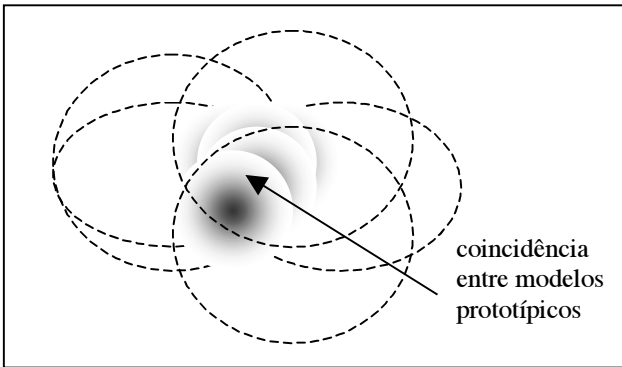


Figura 8

É esta organização que permite a clássica «mudança linguística», que acontece quando há deslocação de uma zona central para uma periferia que por diversos motivos começa a exercer uma força de atracção que até aí não possuía.

Depreende-se, do que tem vindo a ser explanado, que o protótipo não poderá ser entendido como **um** elemento representativo de uma categoria, uma realidade objectual e discreta, mas terá que ser concebido no sentido de Lakoff (1987), como «modelo cognitivo idealizado»,

o que implica ser construído mentalmente pelas experiências cognitivas e associativas dos falantes e não pelas taxionomias científicas.

É precisamente esta perspectiva teórica que seguidamente, através da descrição da(s) categoria(s) *fruto/fruta*, se procurará demonstrar.

## 5. A categoria *fruto*

Dado que o linguista não tem acesso directo à organização semântico-cognitiva que o falante manipula nos seus usos linguísticos, terá que se servir de meios (indirectos) que, na medida do possível, ajudem a vislumbrar a forma como se organizam os conceitos e os modelos semânticos.

Assim, embora não se possa visualizar a estruturação de uma categoria, pode-se, pelo menos nas categorias cujos referentes directos são passíveis de observação, num primeiro momento, verificar que membros mais típicos e mais recorrentes é que a constituem. Posteriormente tentar perceber que redes semânticas organizam e suportam a categoria.

### 5.1. *Categoria e facilidade de evocação*

Para conseguir o primeiro objectivo (verificar os membros mais facilmente identificados da categoria *fruto*) entregou-se um quarto de folha A4 com 14 linhas em branco encimadas pelo pedido «Indique nomes de frutos»<sup>11</sup>.

As finalidades eram, em primeiro lugar, verificar se, para os falantes, o conceito de *fruto* evoca aleatoriamente os membros que o constituem ou se há ou não membros da categoria, ou seja, *frutos* que são mais facilmente evocados. E, posteriormente, tentar, através da análise das respostas, perceber em que moldes se estrutura o conceito e se é possível deduzir os principais vectores semânticos que o constituem.

Este primeiro tipo compreendeu 6 inquéritos<sup>12</sup>, (designados aqui por A, B, C, D, E, F) com a composição de amostra indicada na Figura 9.

---

<sup>11</sup> Os inquéritos aqui referidos foram realizados pelos alunos do 2.º ano do curso de Línguas Estrangeiras Aplicadas no âmbito da disciplina de *Semântica e Lexicologia* no primeiro semestre do ano lectivo de 2003/2004. As amostras são bastante heterogéneas, incluindo crianças, adolescentes e adultos. No resultado de cada inquérito indica-se o número e as faixas etárias dos inquiridos.

<sup>12</sup> Tabela completa de resultados em Anexo 1.

Inquiritos A, B, C, D, E, F: Total

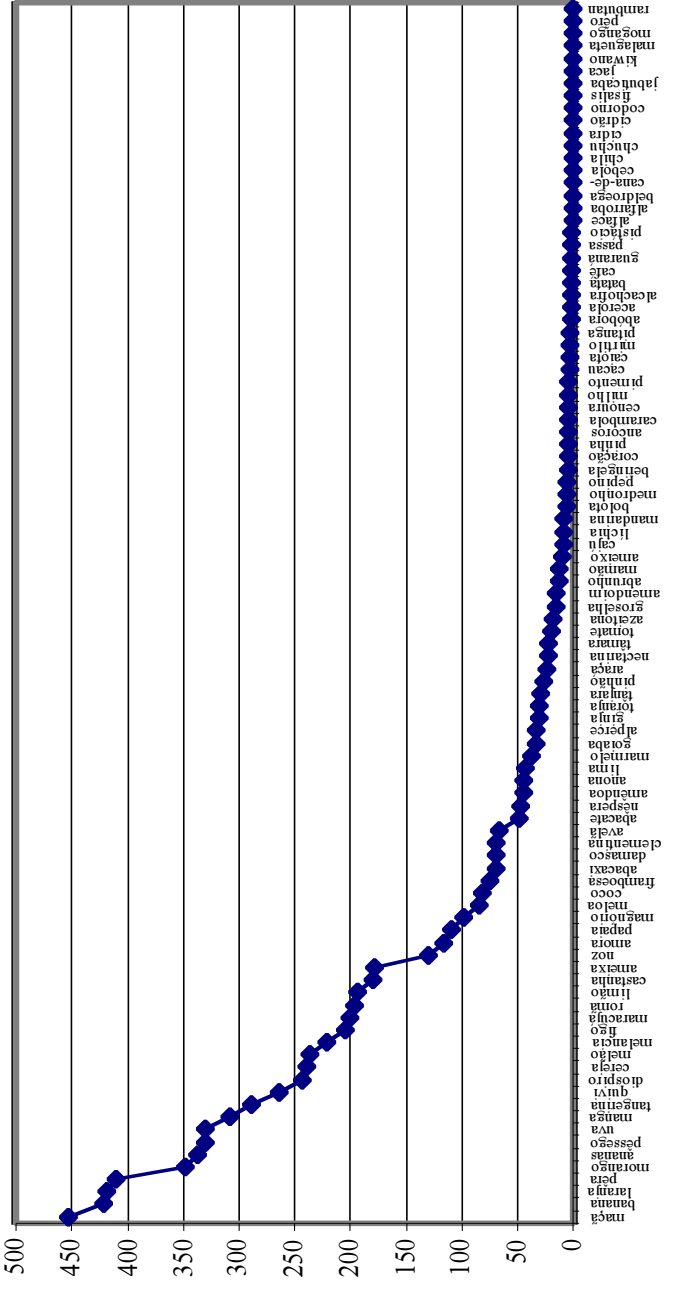


Figura 10

| <b>INQUÉRITOS</b>                                 | <b>A</b> | <b>B</b> | <b>C</b> | <b>D</b> | <b>E</b> | <b>F</b> | <b>Total</b> |
|---|----------|----------|----------|----------|----------|----------|--------------|
| N.º inquiridos                                    | 208      | 37       | 37       | 85       | 34       | 89       | 490          |
| Idades  | 30-35    | 10-12    | 9-10     | 8-12     | 18-25    | 27-64    |              |
| Número total de frutos indicados nos 6 inquéritos |          |          |          |          |          |          | 7731         |

Figura 9

O gráfico da Figura 10 (na página anterior), dá-nos uma visão global dos resultados.

Através dele podemos constatar uma primeira conclusão que se afigura óbvia: para os falantes, a categoria *fruto* evoca alguns membros muito mais facilmente que outros. Essa diferença de evocação não é fruto do acaso, como facilmente se intui e o gráfico comprova. A linha que representa a frequência de evocação é suficientemente explícita na sua queda a partir de um grupo relativamente restrito de elementos.

Mas, poder-se-ia argumentar, o número global pode não provar efectivamente esse poder de facilidade de evocação que aqueles membros possam ter. Por exemplo, um determinado fruto, que na globalidade aparece nos primeiros lugares, pode ter conquistado essa posição em virtude de ter obtido um número muito elevado de respostas apenas num ou noutra inquérito. A sua característica de evocabilidade não seria, portanto, atribuível à organização categorial mas a uma determinada circunstância aleatória<sup>13</sup>.

O número de inquéritos (seis) é uma primeira salvaguarda desta objecção. Para além disso, se repararmos nos resultados globais dos mesmos, vemos a coincidência muito acentuada entre os respectivos resultados. Cada fruto tem, globalmente, uma citação percentual muito equivalente em cada um dos inquéritos (Figura 11).<sup>14</sup>

---

<sup>13</sup> Por exemplo, se se fizesse um inquérito sobre frutos dentro de uma fábrica de tratamento de amêndoas, era natural que, nas respostas, a amêndoa ocupasse um dos primeiros lugares. Daí não se poderia concluir que efectivamente a amêndoa é um membro facilmente evocado pela categoria *fruto*, porque outros inquéritos feitos noutras circunstâncias provariam o contrário. A evocação, no caso referido, era meramente contextual, muito mais ligada a factores pragmáticos do que à configuração semântica do conceito.

<sup>14</sup> O caso de desnível mais substancial (o limão) será analisado mais à frente.

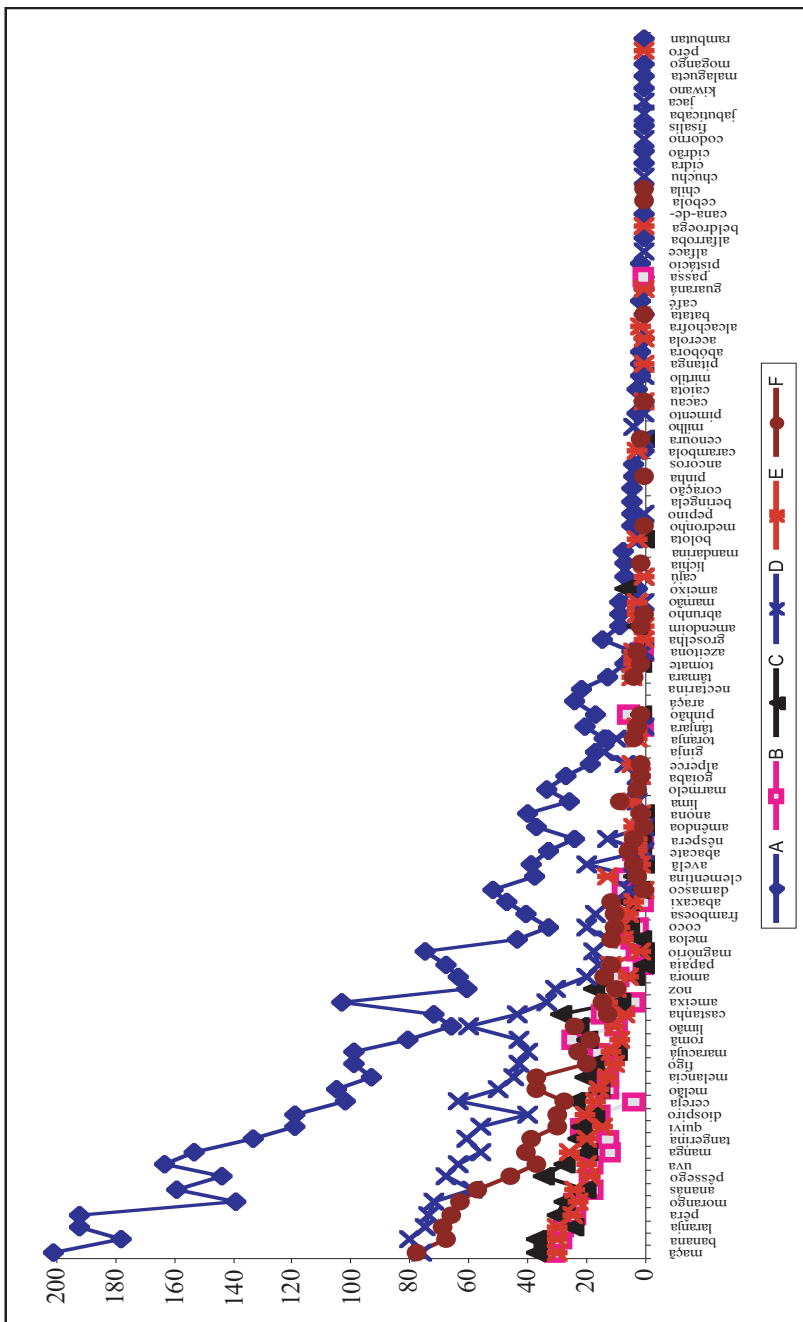


Figura 11

Importante é igualmente o facto de haver 31 frutos comuns a todos os inquéritos e 21 deles ocuparem ininterruptamente os 21 primeiros lugares<sup>15</sup>. E se repararmos num gráfico (Figura 12) relativo às citações dos 31 frutos que aparecem em todos os inquéritos, vemos como é proporcional o respectivo peso na referida série e como as linhas que os representam têm um desenho gráfico muito equivalente<sup>16</sup>.

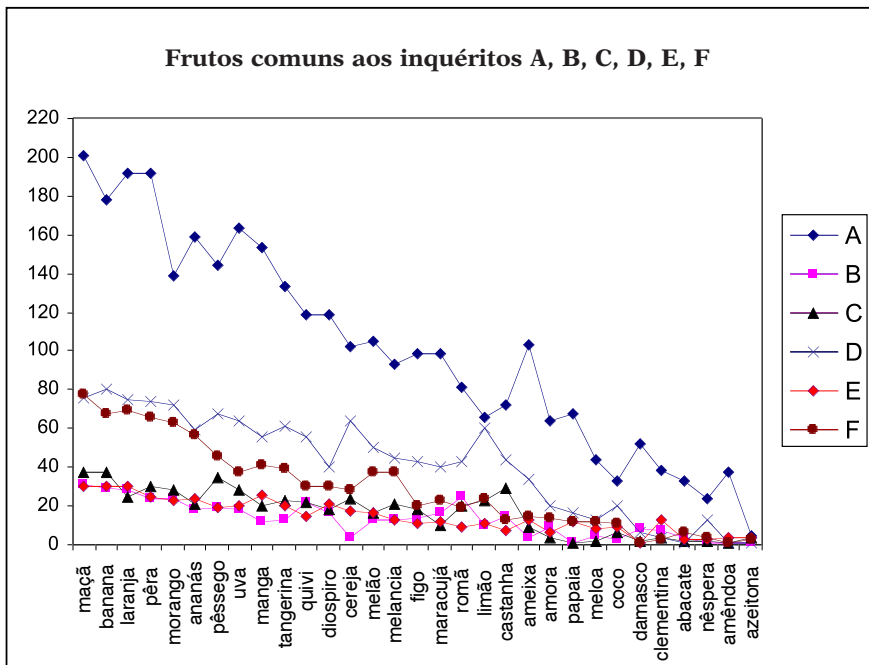


Figura 12

Este conjunto de dados prova –penso que inequivocamente – que há um determinado grupo de frutos que, mais do que todos os que assim possam ser considerados, é muito mais facilmente evocado pelos falantes do Português Europeu (PE).

<sup>15</sup> Ver a tabela com os resultados totais em Anexo 1 final.

<sup>16</sup> Nas séries de menores valores (B,C,E) não se visualiza tão bem a correspondência entre as linhas já que na escala global representam valores baixos sem diferenças tão acentuadas como as linhas dos inquéritos A, D e F.

Que valor, dentro do quadro da percepção prototípica do conceito, podemos dar a esta maior evocabilidade? Deverá ser entendida como equivalente ao protótipo? Ou seja, poder-se-á deduzir que o elemento mais facilmente evocado pela categoria corresponde ao protótipo da mesma?

A resposta é, obviamente negativa: para além de alguns leitores apressados de semântica cognitiva, já ninguém aceita a noção de protótipo como a de «melhor exemplar». Até porque colocar assim a questão é entrar-se no ridículo de aceitar que um objecto/exemplar concreto corresponde a um modelo mental estruturador da categoria. Por outro lado, os resultados dos inquéritos mostram que a diferença entre os elementos mais citados não é abrupta, mas contínua, gradual. Ou seja, num inquérito pode ser a maçã o fruto mais citado (como foi em A, B e F), mas noutros pode ser outro fruto (em D, *maçã* 76, *banana* 80) ou haver empate (em C, *maçã* e *banana* com 37 cada e em E *maçã*, *banana* e *laranja* com 30 cada).

Os dados demonstram, assim, que estatisticamente não se pode afirmar que há um (mesmo um) fruto que é o primeiro ou o protótipo objectual da categoria. O que indicam é que há uma relativa invariância do lugar que cada fruto ocupa em inquéritos que retratem a facilidade de evocação da categoria.

Como é que devemos interpretar esta facilidade de evocação? Que resulta de uma ligação às particularidades mais características da categoria, parece não ser questionável. Deverá ser entendida, então, como representando o grau de prototipicidade da categoria? Ou seja, haverá uma proporcionalidade directa entre a facilidade de evocação e o grau de prototipicidade?

As relações, a nível cognitivo, não são, por norma, unifactoriais, por muito que isso agradasse a concepções mais ou menos mecanicistas da cognição. A evocabilidade é apenas uma das manifestações da prototipicidade. É consequência e não causa, conjugando-se com múltiplos factores, alguns dos quais puramente contextuais. Por exemplo, nestes inquéritos, os lugares muito cimeiros das uvas e das castanhas (8.º e 20.º, respectivamente, numa listagem de 98 frutos)<sup>17</sup> obtiveram resultados bastante significativos talvez pelo facto de quase todos os inquéritos se terem realizado na época posterior às vindimas e próxima da das castanhas. Muitos foram feitos em escolas e por esta altura os alunos dos primeiros níveis de ensino realizam muitos

---

<sup>17</sup> Ver listagem em Anexo 1 final.



trabalhos escolares sobre estes dois temas, como facilmente se pode comprovar pelos manuais escolares. Penso, no entanto, que não se pode dizer que estes factos distorcem os resultados. A grande importância sócio-cultural que as uvas e as castanhas possuem é simultaneamente causa e consequência do lugar de destaque que ocupam no imaginário colectivo, o que se reflecte necessariamente no conceito de *fruto* em Português Europeu.

Outras situações do género, como a de *romã*. Ocupa um lugar (18.º) que não corresponde ao lugar efectivo que tem enquanto fruto no dia a dia, estando à frente de frutos muito mais comumente utilizados como *castanha*, *ameixa* e *melo*. A romã, no entanto, deve o seu lugar mais ao imaginário do que à utilização prática. Antes da vulgarização dos frutos exóticos nas últimas décadas, a romã era o fruto mais exótico que tínhamos, desde a sua coroa real até à sua constituição interna. Hoje, embora não sendo um fruto vulgar, sendo mesmo um fruto que praticamente não dá para comer, alicerçada numa semelhança física com frutos típicos, continua a entrar frequentemente como exemplo nos livros escolares, onde ajuda nas palavras começadas por *r* e nas que têm o som *ã* final (que não são assim tantas...). Penso que muita gente que cita a romã como exemplo de fruto, nunca ou poucas vezes comeu romãs. Estes factos, aparentemente laterais, ajudam a perceber como na pertença de determinados elementos a uma categoria são importantes os factores que relevam do imaginário (os «mitos e crenças») e não somente a experiência física.

Compreende-se, assim, que são múltiplos e diversos os factores que contribuem para a constituição de uma categoria e variados os aspectos cognitivos que presidem à sua constituição e funcionamento, já que tudo o que se viu confirma como as categorias são dinâmicas e por isso mesmo continuamente adaptáveis.

## **5.2. O fruto é uma coisa que...: os conceitos de fruto e fruta**

Se repararmos nos frutos mais citados (Figura 13), dificilmente encontramos pontos comuns a nível de aparência física. Na cor não se vê que haja qualquer uniformidade, antes pelo contrário. Relativamente às formas, basta comparar os dois primeiros (*maçã*/*banana*) e estes com outros muito citados como *pêra*, *morango*, *ananás*, para constatar as profundas diferenças de morfologia.

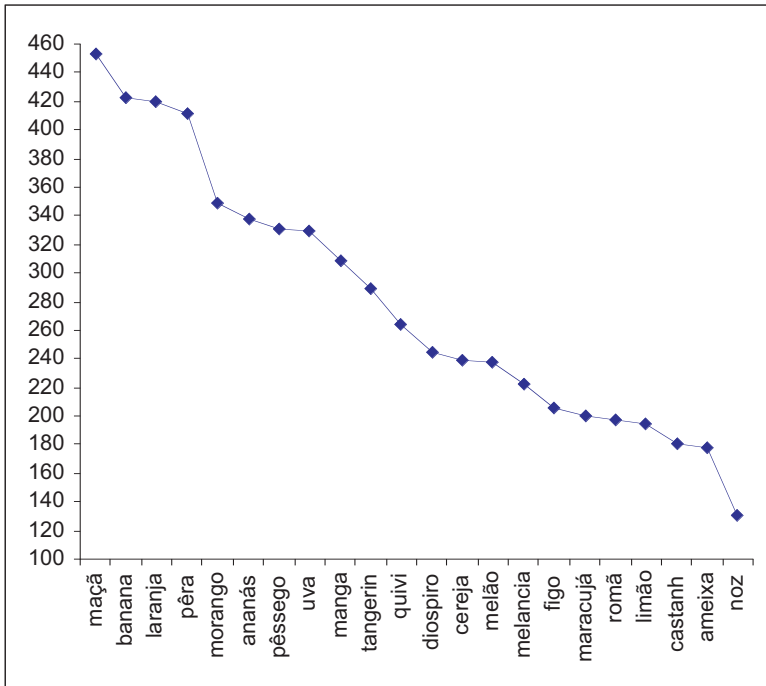


Figura 13: frutos mais citados, até ao 1.º não comum aos 6 inquéritos (*noz*)

Não pode ser, portanto, a forma ou aparência física dos objectos em si que, no caso de *fruto* está na base da construção da categoria. Esta constatação é assaz importante para confirmar que não é a morfologia dos objectos, por si mesma, nem «qualquer coisa de comum», que entre todos se pudesse encontrar, a servirem de base categorial.

Ao analisarem-se os resultados dos vários inquéritos (e da soma global) não pode passar em claro a estabilidade de posição que cada fruto globalmente ocupa nas escalas resultantes dos mesmos inquéritos. Esta «coincidência» não é ocasional, mas sistemática (desde que os inquéritos se realizem em circunstâncias neutras e tenham um número significativo de respostas). Isto demonstra, portanto, que há vectores constantes componentes de um determinado modelo sobre o qual repousa a categoria.

Que vectores são esses? Naturalmente serão as linhas que cosmem a estrutura do conceito, ou seja os aspectos que, para os falantes, serão mais decisivos para inserir determinada realidade na categoria *fruto*. Estes parâmetros cognitivos servem para cada falante construir o

modelo que, em situações concretas, lhe irá possibilitar várias tarefas: nas suas actividades cognitivas, para verificar se determinada realidade é um membro central, periférico ou duvidoso da categoria; na codificação (enquanto LOC) aplica-o às realidades que considera pertencerem à categoria e na descodificação (enquanto ALOC) serve para prever as características de uma qualquer realidade a que um LOC atribuiu a designação de *fruto*.

Como se compreenderá, em cada categoria, serão dotadas de especificidade as respectivas linhas organizadoras, o que não invalida, no entanto, que não se possam talvez encontrar padrões estruturais comuns a outras categorias.

Assim, num dos inquéritos realizados, pedia-se ao inquirido que caracterizasse *fruto*. O inquérito consistia simplesmente em meia folha A4 com 14 linhas que aparecia encimada com a expressão

Um fruto é uma coisa que

---

Pedia-se que completassem como quisessem.

Não apresentando aqui a sistematização dos resultados, os dados, a serem entendidos como revelando algo sobre a estruturação cognitiva do conceito, apontam nitidamente para a organização prototípica do mesmo. Os inquiridos, ao descreverem o que é um *fruto*, não apresentam, obviamente, uma definição científica, baseada em Condições Necessárias e Suficientes (CNS), tal como o fazem, em opção única ou inicial, os dicionários actuais. Sirva de exemplo um dos mais completos e actuais dicionários do Português:

**fruto** *s. m.* (sXIII cf. FichIVPM) **1** MORF. BOT Órgão formado pela maturação de um ou mais ovários, freq. associado(s) a estruturas acessórias, que apresenta grande variedade de formas e ger. contém sementes; carpo **2** MORF. BOT estrutura fértil dos vegetais que não se reproduzem por sementes; é ger. um receptáculo de esporos; frutificação **3** m.q. FRUTA [...] (Houaiss, Instituto de Lexicografia António, 2003, *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, Temas e Debates, Lisboa.)

Os falantes descrevem sobretudo (e prioritariamente) os aspectos que têm maiores implicações vivenciais e corporizadas<sup>18</sup>:

---

<sup>18</sup> Ver o conceito de «embodied meaning» em Lakoff 1995 e Teixeira 2001: 88-91.

- O aspecto que aparece quase sempre referido em primeiro lugar é o da função: o fruto é uma coisa que «serve para comer»<sup>19</sup> (em cerca de 80% dos inquiridos);
- Em seguida, e dentro da mesma percentagem, aparece a situação da realidade conceptualizada em relação ao eixo *Bom – Mau* («é bom», «faz bem», «é delicioso», «é saboroso»);
- A origem («nasce nas árvores», «vem das plantas») parece ser o terceiro aspecto destacado (mas em muito menor percentagem que os dois aspectos anteriores);
- As outras características prototípicas vêm a seguir («é doce», «dá para fazer sumos», «tem vitaminas», «usa-se nas sobremesas», «come-se cru», «usa-se na cozinha», «variedade de cores», «amadurece», «é **normalmente** redondo») Os falantes sabem que estas características são «apenas» prototípicas: podem não existir num ou noutro fruto ou não existirem no mesmo grau de intensidade em todos.
- A prova do que se disse anteriormente pode ver-se na referência a características não prototípicas, indicadas para demonstrarem que o falante sabe que nem todos os frutos são iguais e que o mesmo conceito cobre realidades que podem apresentar um ou outro aspecto diverso ou mesmo contrário aos aspectos prototípicos («**pode** ser venenoso», «**nem sempre** se come», «**pode-se** cozinhar», «**pode** ser amargo», «**pode** ser verde», «**pode** ser ácido», «**pode** nascer no chão».
- Referência (raramente) a extensões metafóricas do conceito («nós também somos frutos dos nossos pais»)

Seria interessante verificar, em análises a outros conceitos que cubram realidades mais ou menos semelhantes, até que ponto este esquema conceptual é recorrente. Parece-me não ser muito difícil aceitar que os mecanismos cognitivos com os quais conceptualizamos o mundo têm de assentar num esquema base que procura não apenas dar-nos a descrição da realidade em si mesma, mas sobretudo estabelecer as potenciais relações entre essa realidade e o próprio ser

---

<sup>19</sup> A importância da funcionalidade (o *para que serve*) parece ser uma vertente prioritária na compreensão e estruturação conceptual humana. Veja-se, a propósito Teixeira 2001:103-109 e a definição de *pai* dada pelas crianças (nota 27, p.105).

humano. Ora as relações prioritárias passam, sem dúvida, por aquelas mesmas que presidem à organização do conceito de *fruto*:

1. para que serve?
2. é bom ou mau?
3. qual a origem/pertença?
4. quais são as particularidades mais salientes?
5. quais são as particularidades que, entre as mais salientes, podem não estar presentes em certos casos?
6. a que outras realidades se pode (metaforicamente) aplicar?

Isto não significa que cada categorização não é mais do que o conjunto de respostas a estes itens. Seria ridiculamente simplista pensar assim. Apenas se quer dizer que a estrutura básica dos conhecimentos a sistematizar procura prioritariamente respostas àquelas questões. No entanto, nem todas possuem o mesmo peso. As duas últimas (5. e 6.), por exemplo, corresponderão, apenas, a uma fase em que o conceito se encontra bem estruturado. Na realidade, uma (5.) implica um conhecimento dos chamados «membros periféricos», ou seja, um conhecimento das fronteiras mais distantes da categoria. Quando um falante diz que um fruto «pode não ser doce» está a dizer que normal e prototipicamente os frutos são doces, mas que quem conheça não apenas os frutos mais típicos mas a estrutura global da categoria sabe que há frutos que, apesar de assim poderem ser designados, não são doces. A outra (6.) pressupõe um uso simbólico da linguagem e a utilização de metáforas linguísticas expressando metáforas conceptuais<sup>20</sup>.

Tradicionalmente a análise linguística tem esquecido esta dinâmica estruturadora dos conceitos semânticos. Em primeiro lugar, separando vincadamente o «conceito cognitivo» (passe o que há de pleonasma) do «conceito linguístico», como o fez toda a tradição de análise componencial em CNS. Em segundo lugar (e também por causa do anteriormente afirmado) ao entender a organização semântica do léxico, em muitos aspectos, como relativamente independente do *stock* cognitivo que os falantes possuem. Isto é, ao descrever-se uma

---

<sup>20</sup> No uso de metáfora (como aparece em Lakoff e Johnson, 1980) enquanto dupla realidade: mecanismo cognitivo-metáfora conceptual-e expressão linguística desse mecanismo.

entrada lexical X, procura-se mais o «verdadeiro» valor de X e não tanto o valor que a generalidade dos falantes lhe atribui. O significado foi frequentemente entendido como a adequação verdadeira entre um termo linguístico e a realidade. Nesta noção de significado, é muito mais importante o que a realidade é «em si» (seja isso o que for) do que a perspectiva que o falante tem sobre a mesma, ou seja, o resultado da sua actividade cognitiva e conceptual codificada linguisticamente. Se o conceito do falante estiver «errado», ele não pode corresponder ao «verdadeiro» significado, devendo este respeitar os dados tidos como (cientificamente) correctos.

As manifestações mais visíveis destes processos são ilustradas pelos dicionários (unilingues, sobretudo), vistos como fornecendo o significado das palavras. E que significado é que os dicionários apresentam? Como vimos, prioritariamente o significado de cariz científico, já que para além de ser tido como mais próximo da verdade é aquele que melhor consegue descrever a realidade através das CNS. E por isso é que um fruto é definido como «*órgão gerado pelos vegetais floríferos, e que conduz a semente. Resulta do desenvolvimento do ovário em seguida à fecundação. [Sin(ónimo): carpo.]*» (Aurélio, 1999).

Por outro lado, os mesmos dicionários também sabem que este não é o significado linguístico, no sentido de significado projectado pelos falantes nos lexemas que utilizam nas interacções linguísticas habituais. E como também querem apresentar o valor que a palavra tem na realidade da língua, frequentemente misturam a definição científica com o conceito linguístico, pensando que aquela (a definição científica) é a forma mais correcta de compreender o último (o conceito linguístico). Ora nem sempre é assim. Por vezes, as duas realidades não coincidem, correspondendo antes a dois âmbitos diferentes.

Repare-se na parte inicial da entrada *fruto* no melhor e mais completo dicionário que temos sobre o Português Europeu, o *Dicionário da Academia*:

**fruto** [frútu]. *s. m.* (Do lat. *fructus*). **1. Bot.** Corpo que resulta do desenvolvimento do ovário, geralmente após e como consequência da fecundação, e onde estão em regra contidas as sementes. *Muitos frutos são comestíveis e designam-se genericamente por fruta. ~~Órgão do fruto. Fruto~~*

Figura 14 (Dicionário da Academia)

A entrada apresenta 7 acepções numeradas, sendo (para além da 1. aqui mostrada) as outras 6 de valores metafóricos de *fruto*. Isto significa que o lexicógrafo identifica o significado primeiro e todo o significado não metafórico de *fruto* com o valor científico (definição da Botânica, expressamente indicada) que a palavra tem. Mas como percebe que a definição que apresenta não corresponde ao conjunto de valores semânticos (pode-se chamar semema) válido para os falantes, tenta complementar a referida definição científica com algo que pensa ser uma explicitação do conceito definido (*Muitos frutos são comestíveis e designam-se genericamente por fruta*). Ou seja, daquilo que botanicamente é considerado fruto, os que são comestíveis são *fruta*.

### 5.3. A lexicalização do protótipo

Como quem fala português e come sobremesa sabe, isto não corresponde à realidade. O tomate, todas as espécies de abóboras, o pepino e outros do género são botanicamente *frutos*, são comestíveis e não são englobados no conceito de *fruta*. Mesmo a azeitona e o limão dificilmente serão considerados *fruta*. Não é um único traço («ser comestível») que insere determinado fruto no conceito de *fruta*, mas um conjunto de traços potenciais dos quais o fruto em questão partilhe um feixe o mais vasto possível. Manifesta-se, aqui a diferença entre uma perspectiva componencial para a qual um único traço delimita uma categoria de membros dotados de idêntico grau de pertença (pela definição, todos os frutos comestíveis são, em grau idêntico, *fruta*) e uma visão prototípica, que admite que os elementos englobáveis em *fruta* partilham desigualmente um conjunto de características estruturadoras da categoria. E essas características essencialmente são (como revelam os inquéritos analisados) comer-se, comer-se cru, vir de árvores, ser doce, ser sumarento. E depois outras que decorrem destas, como comer-se à sobremesa ou não acompanhar vegetais.

Poder-se-ia esperar que a definição lexicográfica tão breve de *fruta* se desse ao carácter sucinto que tinha que ter por aparecer inserida em *fruto*. No entanto, na entrada autónoma, a definição através de uma única condição necessária e suficiente, mantém-se:

**fruta** [frúte]. *s. f.* (De *fruto*). 1. Conjunto dos frutos comestíveis. + *verde, madura, podre; comer +; cortar, descascar a* +. **fruta cristalizada**, frutos, ou a casca dos mesmos, cobertos por uma calda de açúcar, que, depois de secar, os conserva em estado de serem consumidos durante um período de tempo considerável. **fruta da época**. 1. Frutos comestíveis característicos de cada época do ano. 2. O que é próprio, característico do tempo, dos costumes. *No Inverno, as constipações são fruto da época.* **fruta de abano**, a que quando muito madura cai ao sacudir-se a árvore. **fruta de Inverno**, frutos que acabam de amadurecer nesta estação. **salada<sup>a</sup> de fruta(s)**. 2. Cada fruto comestível.

Figura 15 (Dicionário da Academia)

É curioso verificar que em dicionários mais antigos há uma muito maior aproximação à realidade que o conceito cobre, já que se apresenta uma descrição cognitivamente experientialista. No clássico Moraes:

**Fructa**, ou **Fruta**, e deriv. *s.f.* (do Lat. *fructus*, ou de *fruita*, desin. fem de *fruitus*, *a,um* p.p. de *frui*, gosar.) Os fructus das arvores, arbustos, e de algumas plantas, que se comem, mais por goso que para sustento: v.g. as peras, as laranjas, os morangos, a melancia, o melão, o abacaxi [...] (Moraes Silva:1891)

Realce-se a referência às particularidades prototípicas e de organização conceptual que indicámos atrás como resultantes das explicações dos falantes (Figura 16).

| Orgânica conceptual   | Dicionário Moraes                    |
|---|--------------------------------------|
| 1. Para que serve?  | comem-se                             |
| 2. É bom ou mau?  | bom (comem-se por «goso»)            |
| 3. Qual a origem/pertença?  | árvores, arbustos, plantas           |
| 4. Quais são as particularidades mais salientes?  | vêm das árvores, comem-se por «goso» |
| 5. Quais são as particularidades que, entre as mais salientes, podem não estar presentes em certos casos? | podem vir de arbustos ou plantas     |
| 6. A que outras realidades se pode (metaforicamente) aplicar?   | (todos os outros usos da palavra)    |

Figura 16



Assinale-se, ainda, a exemplificação, praticamente por ordem de pertença prototípica: «v.g. *as peras, as laranjas, os morangos, a melancia, o melão, o abacaxi*» (não esquecer que Moraes nasceu no Brasil e esta edição é brasileira).

Depreende-se, do que se viu, que o conceito de *fruta* demarca uma parte do conceito de *fruto*. Só que essa demarcação não corresponde a um conceito moldado apenas por uma vertente de *fruto* («os que se comem»). Nem tão pouco assenta em vectores diferentes. O esquema componencial, a nível linguístico, dos dois conceitos é o mesmo. Só que um (*fruta*) corresponde ao núcleo conceptual, constituído pelos membros mais prototípicos do outro (*fruto*). Ou seja, a nível linguístico, a *fruta* é o conjunto dos frutos tidos como melhores exemplos da categoria linguística *fruto* (Figura 17).

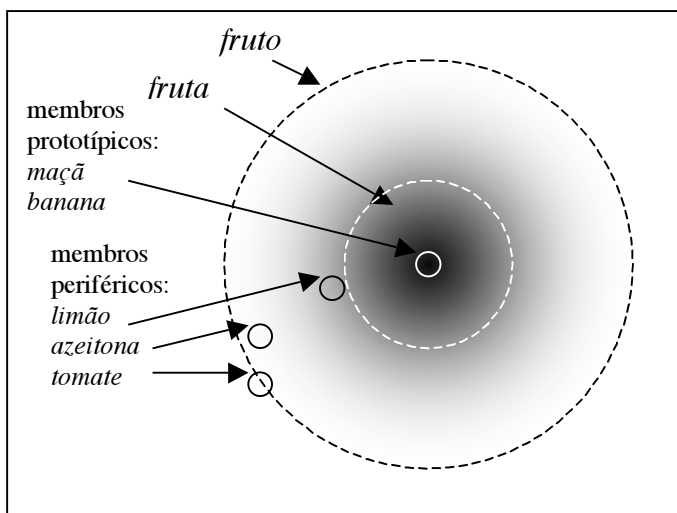


Figura 17

Esta organização léxico-semântica é interessante e rara. Habitualmente a língua não lexicaliza os núcleos prototípicos das categorias: não há uma palavra específica para designar as flores, os pássaros ou as árvores que possuam mais prototipicidade. Por que é que acontece com os frutos? Naturalmente por causa da enorme importância para a sobrevivência da espécie humana e para o seu dia a dia que têm os elementos que compõem esta categoria. Sempre foi fundamental distinguir os frutos que se podem comer crus dos que não se podem,

ou os doces e com sumo dos que assim não são. A estruturação voca-  
bular de línguas como a portuguesa (ao contrário de outras) optou por  
lexicalmente mostrar a importância da distinção conceptual<sup>21</sup>.

Entenda-se que *fruta* designa o núcleo prototípico do conceito  
linguístico de *fruto* (como já se acentuou), mas não do conceito cientí-  
fico, botânico. O conceito linguístico de fruto (no seu sentido central,  
não estendido ou metafórico ou seja, os «frutos mesmo frutos») não  
inclui abóboras, pepinos ou tomates. Na perspectiva metafórica, claro  
que sim, tal como se pode dizer que as batatas e o milho também o são.

#### 5.4. *Membros centrais e periféricos*

As conclusões que se foram apresentando sobre a organização  
prototípica do conceito de *fruto* basearam-se nos inquéritos da nome-  
ação de frutos (que mostram o diferente grau de evocabilidade que  
cada membro possui) e no da descrição das propriedades mais salien-  
tes da categoria.

Concluiu-se, a partir deles, que a categoria em análise – *fruto* –  
possui determinados membros mais facilmente evocados. Mas até que  
ponto estes resultados são compatíveis com o grau de prototipicidade  
de cada fruto? Ou seja, o facto de um fruto ser mais facilmente  
evocado estará relacionado de alguma forma com a sua proximidade  
do núcleo dos elementos prototípicos da categoria?

Para verificar esta relação foram feitos nove inquéritos, a um total  
de 430 falantes, sobre um dado grupo de frutos que ocupam lugares  
diferentes na escala das nomeações. A cada inquirido era dada uma  
folha A4 em que se pedia para escolher a afirmação que melhor retra-  
tava a respectiva opinião relativamente a cada um dos frutos apresen-  
tados (pêssego, maçã, azeitona, castanha, morango, noz, tomate,  
bolota, banana, limão):

---

<sup>21</sup> Esta identificação de *fruta* com o núcleo dos *frutos* leva a que em determinadas  
expressões os dois lexemas sejam equivalentes. Por exemplo, a expressão *árvores de fruto*  
(que os dicionários registam devido à sua frequência) equivale a *árvores de fruta*. Uma  
oliveira ou um pinheiro não são bem *árvores de fruto*, embora dêem frutos. *Árvores de*  
*fruta* são aquelas que dão os frutos que nascem em árvores e se designam por fruta:  
maçãs, bananas, peras, pêssegos, laranjas, ...

Ponha um  na afirmação que considere mais adequada para cada fruto:

PÊSSEGO

- 0 – Não é um fruto
- 1 – Não sei se é um fruto ou não
- 2 – Talvez seja um fruto
- 3 – Deve ser um fruto, mas não parece
- 4 – É um fruto
- 5 – É um fruto típico
- 6 – É um dos frutos mais típicos

Esta escala repetia-se para cada um dos 10 frutos indicados.

Os resultados globais<sup>22</sup> organizados em gráfico foram os seguintes:

Neste gráfico (Figura 18) podemos encontrar nitidamente três grupos:

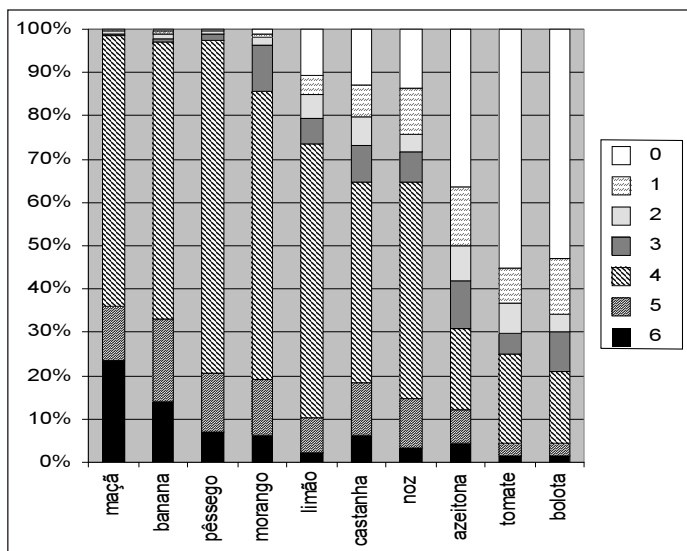


Figura 18: Gráfico dos resultados globais

<sup>22</sup> Ver os resultados globais numéricos no Anexo 2. Estes resultados globais correspondem a um conjunto de nove inquéritos feitos a falantes de diversas idades. Os resultados de cada inquérito aparecem em Anexo final. Pode-se (Anexo 3) constatar a relativa invariância dos resultados, que mostram apreciações muito semelhantes para cada fruto em cada um dos nove inquéritos parciais.

- um grupo constituído pelos frutos assinalados como muito prototípicos por praticamente todos os inquiridos (maçã, banana, pêssigo e morango);
- um segundo grupo que inclui um conjunto de frutos ainda sentidos como tal pela esmagadora maioria, mas com uma percentagem significativa de inquiridos que acha que não são frutos (limão, castanha e noz);
- um terceiro grupo constituído pelos elementos que apenas uma pequena percentagem de inquiridos incluiria na categoria *fruto* (azeitona, tomate, bolota).

Se compararmos os resultados deste inquérito com a listagem geral obtida através da nomeação de frutos, vemos que a coincidência é, no essencial, completa<sup>23</sup>. Os frutos que foram considerados muito prototípicos (maçã, banana, pêssigo e morango) ocupam também os primeiros lugares na listagem de frutos (respectivamente, 1.º, 2.º, 7.º e 5.º lugar); os que foram classificados a seguir, menos prototípicos, com desvio de prototipicidade muito semelhante, assim aparecem também no inquérito da listagem: ocupam os lugares 19.º (limão), 20.º (castanha) e 22.º (noz); os que foram considerados apenas marginalmente como frutos, situam-se também nos últimos lugares da listagem: 48.º (tomate), 49.º (azeitona) e 58.º (bolota).

Veja-se, num gráfico comparativo (Figura 19), como os classificados como muito prototípicos ocupam a posição mais elevada no gráfico da listagem, os medianamente prototípicos ocupam uma posição média no mesmo inquérito e os classificados como marginais ocupam igualmente posições marginais na escala que traduz a evocabilidade.

---

<sup>23</sup> Como é evidente, os inquiridos não são os mesmos nos dois inquéritos.

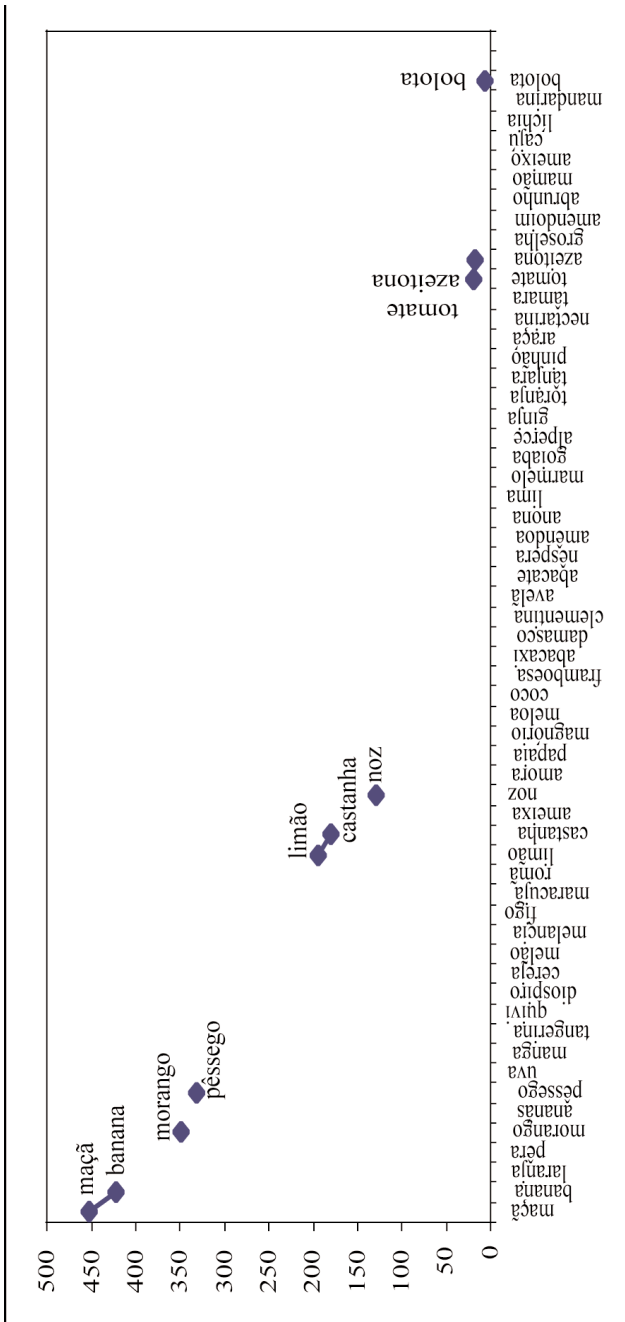


Figura 19

## 6. A partir dos dados, algumas conclusões

Os dados apresentados demonstram a estabilidade orgânica da categoria *fruto* e simultaneamente a variabilidade e a abertura à contínua reformulabilidade da mesma categoria.

A estabilidade comprova-se através da coincidência entre os resultados dos vários tipos de inquéritos, bem assim como dentro dos inquéritos parciais.

Assim, nos 6 inquéritos destinados a aferir a frequência de nomeação (490 inquiridos e 7731 frutos nomeados) verifica-se uma coincidência global. Quer os frutos mais nomeados, quer os medianamente nomeados, quer os pouco nomeados, para além de pequenas diferenças, são os mesmos em cada um, como se pode comprovar pelos gráficos das Figuras 11 e 12. A acrescentar a isto, verifica-se que os elementos mais nomeados coincidem com as primeiras posições de nomeação. Ou seja, um fruto quanto mais vezes nomeado for, mais tendência tem para ser um dos primeiros a ser nomeado. Parece concluir-se, desta constatação, uma relação muito estreita entre a frequência e a facilidade de nomeação ou evocabilidade. Note-se, igualmente, que os elementos mais nomeados são os que melhor preenchem os requisitos que os falantes descreveram como caracterizadores da categoria (comer-se cru, ser doce, ser sumarento, nascer em árvores...).

Daqui se pode concluir que os falantes atribuem valores diferenciados de pertença aos membros de cada categoria: uns são mais (frutos) que outros, porque são familiares aos falantes e possuem em alto grau um feixe que inclui os parâmetros principais que caracterizam a categoria. Este aspecto foi corroborado pelos resultados dos 9 inquéritos que mostravam como os falantes coincidem entre eles (e confirmam os dados dos inquéritos anteriormente apresentados) quando atribuem um grau de pertença a cada elemento da categoria (cfr. Figura 18 para resultados globais e Anexo 3 final para a totalidade destes inquéritos).

A nível lexical, é curioso constatar que o português lexicaliza a zona do protótipo de *fruto* (ver Figura 17). Esta lexicalização do protótipo, que não é um procedimento habitual na categorização, demonstra, naturalmente, a importância vivencial das realidades referenciadas pelas categorias. Demonstra, igualmente, a nível lexical, o conhecimento implícito que os falantes têm sobre o modo como funcionam as categorias: os membros não são todos idênticos em estatuto, havendo um núcleo central detentor da representatividade em

mais alto grau. Ora como, neste caso, esse núcleo se apresenta lexicalizado, dá-se o facto curioso de haver uma palavra (*fruta*) que representa a essência significativa de uma outra (*fruto/s*).

É a percepção desta implicação significativa («frutos em mais alto grau» = *fruta*) que permite que, na rede lexical, o termo mais abrangente (*fruto*) possa ser usado com o valor, não dele mesmo na normalidade, mas com o valor do outro (*fruta*), tido como o que abarca os melhores exemplares. Assim, a expressão «árvores de fruto» (que os dicionários habitualmente registam) refere realmente «árvores de fruta»: tipicamente, são «árvores de fruto» as pereiras, as macieiras, as laranjeiras, mas não os pinheiros, os carvalhos ou as oliveiras, embora também estas árvores dêem frutos.

Como se vê, há um conjunto de invariâncias entre os falantes relativamente à estrutura e aos elementos componentes de uma categoria. No entanto, não é uma invariância estática, mas dinâmica, continuamente reformulável. A organização categorial é uma espécie de estrutura fractal, no sentido em que estas estruturas são entendidas pela Teoria do Caos. Estruturas «caóticas» que incluem vários níveis sempre indeterminadamente complexos: uma categoria implica organizações categoriais que implicam outras categorias e assim sucessivamente até à organização complexa que relaciona todo o *stock* linguístico-cognitivo<sup>24</sup>.

Esta invariância dinâmica reflecte-se na não identidade absoluta do conceito para todos os falantes e na possibilidade de extensão que o mesmo conceito apresenta. Como as zonas periféricas podem ser mais ou menos extensas, para determinados falantes uma realidade é um fruto, mas para outros é capaz de não ser. É esta capacidade de fronteira elástica que os conceitos têm que permite a sua contínua reformulabilidade, quer quanto aos membros constituintes, quer quanto aos parâmetros que configuram as suas valências.

Deste modo, o conceito organiza as relações centro-periferia entre os seus membros por mecanismos de associação cognitiva e não apenas com o protótipo. Ou seja, a referência ao carácter prototípico da organização categorial poderia ser entendida como equivalendo obrigatoriamente à necessidade de qualquer membro dever sempre ser inserido na categoria por comparação com o protótipo. Só que «o

---

<sup>24</sup> A propósito da comparação entre a organização lexical do significado linguístico e as estruturas fractais da Teoria do Caos, ver Teixeira 2001: 26-34 e Teixeira 2004: 189-207.

protótipo» não pode ser entendido como um dos elementos que compõem a categoria, um objecto, mas como um modelo organizador, um modelo radial, abstracto, idealmente dotado das valências mais salientes da mesma categoria. Por isso, a ligação de pertença de um membro não se faz apenas relativamente ao protótipo, mas a um ou outro dos membros da categoria. Eles engastam-se uns nos outros, como as cerejas. Um determinado elemento pode não ter muitas ou as principais características do protótipo, ou mesmo ter características opostas, mas se for cognitivamente associado a um outro dotado de grande prototipicidade, ele tem tendência a ser inserido ou, pelo menos, ocupar as margens da categoria.

É o que acontece, por exemplo, com o limão e que explicará o facto de este fruto ser aquele (ou daqueles) que apresenta mais oscilações nos resultados dos inquéritos. Se repararmos no gráfico da Figura 12 ou nos resultados globais (em Anexo 1) notamos diferenças significativas de peso proporcional da representatividade deste fruto: no inquérito D tem uma grande representatividade e no A bastante pequena (o gráfico comparativo mostra que as linhas dos resultados quase se tocam, ou seja, nos dois o limão obtém quase as mesmas nomeações, apesar de o inquérito A ter mais do que o dobro dos inquiridos de D). Isoladamente considerado, o limão apresenta aspectos opostos aos elementos insersores na categoria *fruto*: não se come à sobremesa e é amargo. No entanto, o facto de estar associado a um grupo muito prototípico, o grupo das laranjas e tangerinas, faz com que seja facilmente evocado, embora sempre muito menos do que as laranjas. Há, portanto, um encadeamento entre membros e não em comparação com o protótipo. Até na ordem pela qual as citações são feitas se vê isto mesmo. O limão, quando é indicado, aparece quase sempre a seguir à laranja e um maior peso percentual deste fruto acarreta um aumento de referências àquele.

Outro exemplo de associação cognitiva de entrelaçamento entre elementos verifica-se entre o melão e a melancia. Neste caso, como partilham propriedades do protótipo em grau muito semelhante, obtém resultados muito idênticos, embora quase sempre com uma ligeira vantagem do melão, habitualmente citado antes da melancia (as pessoas, ao nomearem os frutos, dizem por norma «melão, melancia» e muito raramente «melancia, melão»).

Noutros aspectos se podem detectar sinais da importância que o *stock* cognitivo dos falantes tem na organização, percepção e manipulação mental, não só da categoria global, mas das especificidades de pertença de cada um dos membros. Cada membro não pertence à



categoria por hipoteticamente partilhar um conjunto de CNS comuns, mas pelas especificidades que possui. Há até determinados aspectos semântico-cognitivos que acarretam modificações linguísticas a nível morfológico. Por exemplo, nos aspectos ligados à dimensão e volume do fruto. Não apenas do volume absoluto, mas da sua relação como facto de comermos habitualmente de cada vez um ou mais do que um. Assim, nos inquéritos «neutros» do género «Indique nomes de frutos», há frutos que aparecem quase sempre no plural, e talvez por mais do que uma razão:

- aqueles que são mais pequenos e por isso são comidos «no plural»: *uvas, cerejas, morangos, figos*;
- por aparecerem em conjunto, em grupo: *as bananas*;

Outros aparecem sempre no singular:

- os de grande dimensão: *melão, melancia, ananás*,
- os novos, exóticos, têm também tendência a aparecer no singular: *a papaia, o maracujá*.

Se necessário fosse ainda confirmar as implicações que os aspectos do conhecimento do mundo têm na organização conceptual, bastaria comparar os resultados que temos vindo a referir com os de um inquérito (de nomeação de frutos) feito em Cabo Verde. Naturalmente que os resultados manifestam a relativa invariância do modelo mental do conceito *fruto* num português que não o europeu e simultaneamente a variabilidade assente nas especificidades decorrentes do conhecimento do «mundo» sócio-linguístico ao qual ele se aplica e no qual se forma (os três primeiros lugares são da banana, manga e papaia, com o mesmo número de citações – ver resultados em Anexo 4 final).

Pelos dados apresentados podem, sem grandes margens de dúvida, comprovar-se alguns dos aspectos mais caros a uma concepção semântica de cariz cognitivo. Em primeiro lugar, a impossibilidade de separar o chamado «conhecimento linguístico» do *stock* cognitivo que cada falante possui sobre o mundo (físico ou mítico) que vai apreendendo. E, por outro lado, que as categorias linguísticas não funcionam para os falantes como conjuntos estruturados em condições necessárias e suficientes, sendo antes compostas por membros que se inter-relacionam através de diferentes estatutos de pertença.

## Referências

- Academia das Ciências de Lisboa, 1976, *Dicionário da Língua Portuguesa*, vol.1 (A-Azuvete), Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa.
- AURÉLIO BUARQUE DA HOLANDA, 1999, *Novo Aurélio século XXI*, Nova Fronteira.
- ECO, Umberto, 1999 (1997), *Kant e o Ornitorrinco*, Difel.
- LAKOFF, George e JOHNSON, Mark, 1980, *Metaphors We Live By*, The University of Chicago Press, Chicago.
- LAKOFF, George, 1987, *Women, Fire, and Dangerous Things: What Categories Reveal about the Mind*, The University of Chicago Press, Chicago and London.
- LAKOFF, George, 1995, «Embodied Minds and Meanings», in Baumgartner, Peter e Payr, Sabine (Edit.), *Speaking Minds – Interviews with Twenty Eminent Cognitive Scientists*, Princeton University Press.
- MORAES SILVA, Antonio de, 1891, *Diccionario da Língua Portuguesa*, 8.<sup>a</sup> edição, Ed. Empresa Litteraria Fluminense, Rio de Janeiro
- ROSCH, E., 1973, «On the internal structure of perceptual and semantic categories», in Moore, T. (Ed.) *Cognitive Development and the Acquisition of Language* (pp. 111-144), Academic Press, New York.
- ROSCH, E., 1975, «Cognitive representations of semantic categories», *Cognitive Psychology* 7 (pp.573-605).
- SAUSSURE, Ferdinand de, 1978, *Curso de Linguística Geral*, Dom Quixote, Lisboa.
- SILVA, Augusto S., 2004«Protótipos, imagens e metáforas, ou o experiencialismo da linguagem e do pensamento», in Dinis, Alfredo e Curado, J. M. (Org.s), *Consciência e Cognição*, Publicações da Faculdade de Filosofia da U. C. P., Braga.
- SILVA, Augusto S., 1999, *A semântica de deixar: uma contribuição para a abordagem cognitiva em semântica lexical*, F.Calouste Gulbenkian/FCT, Lisboa.
- TEIXEIRA, José, 1996, «Branco é, Galinha o põe», in *Actas do XI Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa.
- TEIXEIRA, José, 2001, *A verbalização do Espaço: modelos mentais de frente/trás*, Centro de Estudos Humanísticos, Universidade do Minho, Braga.
- TEIXEIRA, José, 2004, «O equilíbrio caótico do significado linguístico», *Diacrítica Série Ciências da Linguagem*, n.º 18/1, Universidade do Minho, Braga, pp. 189-207.
- VIEIRA, Frei Domingos, 1871, *Grande Dicionario Portuguez ou Thesouro da Língua Portuguesa*, 5 vols., Ernesto Chardron e Bartholomeu H. de Moraes (Editores), Porto.

## Anexo 1

| Frutos indicados | INQUÉRITOS |    |    |    |    |    | Total |
|------------------|------------|----|----|----|----|----|-------|
|                  | A          | B  | C  | D  | E  | F  |       |
| maçã             | 201        | 31 | 37 | 76 | 30 | 78 | 453   |
| banana           | 178        | 29 | 37 | 80 | 30 | 68 | 422   |
| laranja          | 192        | 28 | 25 | 75 | 30 | 69 | 419   |
| pêra             | 192        | 24 | 30 | 74 | 25 | 66 | 411   |
| morango          | 139        | 24 | 28 | 72 | 23 | 63 | 349   |
| ananás           | 159        | 18 | 21 | 59 | 24 | 57 | 338   |
| pêssego          | 144        | 19 | 35 | 68 | 19 | 46 | 331   |
| uva              | 163        | 18 | 28 | 64 | 20 | 37 | 330   |
| manga            | 153        | 12 | 20 | 56 | 26 | 41 | 308   |
| tangerina        | 133        | 13 | 23 | 61 | 20 | 39 | 289   |
| quivi            | 119        | 22 | 22 | 56 | 15 | 30 | 264   |
| diospiro         | 119        | 16 | 18 | 40 | 21 | 30 | 244   |
| cereja           | 102        | 4  | 24 | 64 | 17 | 28 | 239   |
| melão            | 105        | 13 | 16 | 50 | 16 | 37 | 237   |
| melancia         | 93         | 13 | 21 | 45 | 13 | 37 | 222   |
| figo             | 99         | 14 | 18 | 43 | 11 | 20 | 205   |
| maracujá         | 99         | 16 | 10 | 40 | 12 | 23 | 200   |
| romã             | 81         | 25 | 20 | 43 | 9  | 19 | 197   |
| limão            | 66         | 10 | 23 | 60 | 11 | 24 | 194   |
| castanha         | 72         | 15 | 29 | 44 | 7  | 13 | 180   |
| ameixa           | 103        | 4  | 9  | 34 | 13 | 15 | 178   |
| noz              | 61         |    | 18 | 31 | 10 | 10 | 130   |
| amora            | 64         | 9  | 4  | 20 | 6  | 14 | 117   |
| papaia           | 68         | 1  | 1  | 16 | 12 | 12 | 110   |
| magnório         | 75         | 3  | 1  | 18 | 2  |    | 99    |
| melo             | 44         | 5  | 2  | 13 | 8  | 12 | 84    |
| coco             | 33         | 3  | 6  | 20 | 9  | 11 | 82    |
| framboesa        | 41         |    |    | 17 | 6  | 11 | 75    |
| abacaxi          | 47         | 1  | 6  |    | 4  | 12 | 70    |
| damasco          | 52         | 8  | 2  | 6  | 1  | 1  | 70    |
| clementina       | 38         | 7  | 4  | 4  | 13 | 3  | 69    |
| avelã            | 39         |    | 1  | 20 | 2  | 4  | 66    |
| abacate          | 33         | 4  | 2  | 1  | 3  | 6  | 49    |
| nêspera          | 24         | 1  | 2  | 13 | 3  | 4  | 47    |
| amêndoa          | 37         | 1  | 1  | 1  | 4  | 1  | 45    |
| anona            | 40         |    | 1  |    | 2  | 2  | 45    |
| lima             | 26         |    |    | 3  | 5  | 9  | 43    |
| marmelo          | 34         |    |    |    |    | 3  | 37    |
| goiaba           | 27         |    |    | 3  | 2  | 2  | 34    |
| alperce          | 19         |    |    | 7  | 5  | 2  | 33    |
| ginja            | 17         |    |    | 14 |    |    | 31    |
| toranja          | 14         |    |    | 10 | 3  | 4  | 31    |
| tânjara          | 21         | 1  |    | 1  | 3  | 3  | 29    |
| pinhão           | 17         | 6  | 2  |    |    | 2  | 27    |
| araçá            | 24         |    |    |    |    |    | 24    |
| nectarina        | 22         |    |    |    |    |    | 22    |
| tâmara           | 13         |    |    |    | 5  | 4  | 22    |
| tomate           | 7          |    | 2  | 5  | 4  | 2  | 20    |
| azeitona         | 5          | 1  | 4  | 1  | 4  | 3  | 18    |

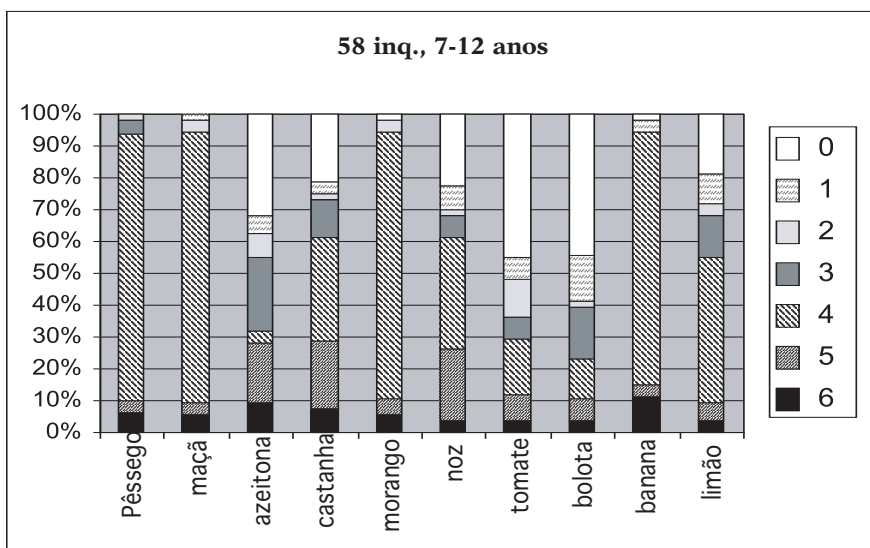
| Frutos indicados | INQUÉRITOS |   |   |   |   |   | Total |
|------------------|------------|---|---|---|---|---|-------|
|                  | A          | B | C | D | E | F |       |
| groselha         | 15         |   |   |   | 1 |   | 16    |
| amendoim         | 9          |   | 3 |   | 1 | 2 | 15    |
| abrunho          | 9          |   |   |   | 3 | 1 | 13    |
| mamão            | 9          |   |   | 1 | 3 |   | 13    |
| ameixo           | 3          |   | 7 |   |   |   | 10    |
| cajú             | 7          |   |   | 1 | 1 |   | 9     |
| líchia           | 7          |   |   |   |   | 2 | 9     |
| mandarina        | 8          |   |   |   |   |   | 8     |
| bolota           | 2          |   | 1 |   | 3 |   | 6     |
| medronho         | 5          |   |   |   |   | 1 | 6     |
| pepino           | 5          |   |   | 1 |   |   | 6     |
| beringela        | 5          |   |   |   |   |   | 5     |
| coração neg      | 5          |   |   |   |   |   | 5     |
| pinha            | 4          |   |   |   |   | 1 | 5     |
| ancoros          | 4          |   |   |   |   |   | 4     |
| carambola        | 1          |   |   |   | 3 |   | 4     |
| cenoura          |            |   | 1 | 1 |   | 2 | 4     |
| milho            |            |   |   | 4 |   |   | 4     |
| pimento          | 3          |   |   | 1 |   |   | 4     |
| cacau            | 1          |   |   |   | 1 | 1 | 3     |
| caiota           | 3          |   |   |   |   |   | 3     |
| mirtilo          | 2          |   |   | 1 |   |   | 3     |
| pitanga          | 2          |   |   |   | 1 |   | 3     |
| abóbora          | 2          |   |   |   |   |   | 2     |
| acerola          | 1          |   |   |   | 1 |   | 2     |
| alcachofra       |            |   |   |   | 2 |   | 2     |
| batata           | 1          |   |   |   |   | 1 | 2     |
| café             | 2          |   |   |   |   |   | 2     |
| guaraná          | 1          |   |   |   | 1 |   | 2     |
| passa            | 1          | 1 |   |   |   |   | 2     |
| pistácio         | 2          |   |   |   |   |   | 2     |
| alface           |            |   |   | 1 |   |   | 1     |
| alfarroba        | 1          |   |   |   |   |   | 1     |
| beldroega        |            |   |   |   | 1 |   | 1     |
| cana/açúcar      | 1          |   |   |   |   |   | 1     |
| cebola           |            |   |   |   |   | 1 | 1     |
| chila            |            |   |   |   |   | 1 | 1     |
| chuchu           |            |   |   | 1 |   |   | 1     |
| cidra            | 1          |   |   |   |   |   | 1     |
| cidrão           | 1          |   |   |   |   |   | 1     |
| codorno          |            |   |   | 1 |   |   | 1     |
| fisalis          | 1          |   |   |   |   |   | 1     |
| jabuticaba       |            |   |   | 1 |   |   | 1     |
| jaca             |            |   |   | 1 |   |   | 1     |
| kiwano           | 1          |   |   |   |   |   | 1     |
| malagueta        | 1          |   |   |   |   |   | 1     |
| mogango          | 1          |   |   |   |   |   | 1     |
| pêro             |            |   |   |   | 1 |   | 1     |
| rambutan         | 1          |   |   |   |   |   | 1     |

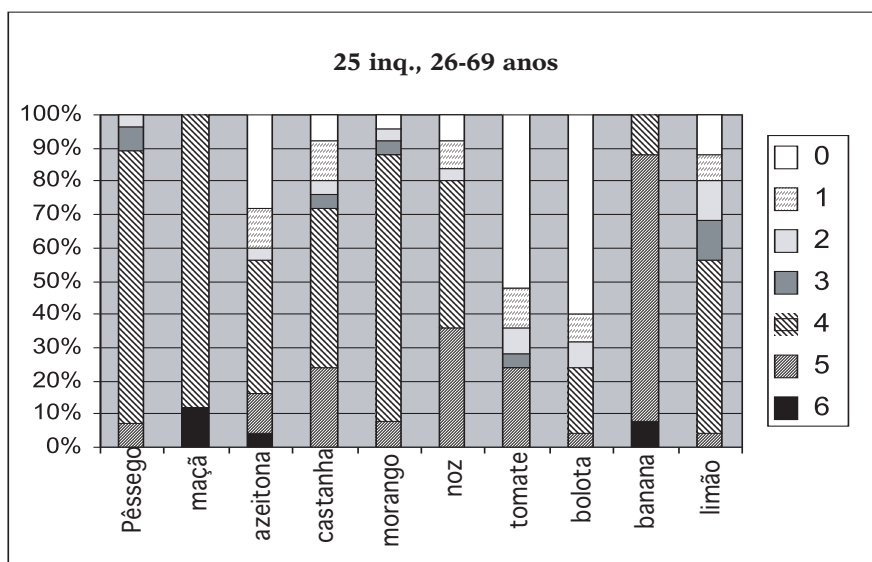
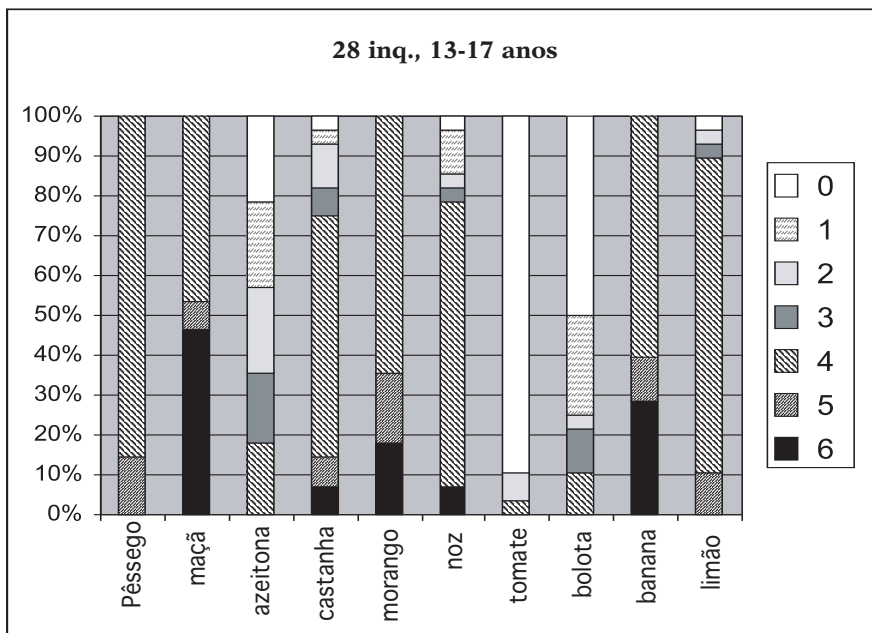
## Anexo 2

## Inquérito de níveis: Total (430 inquiridos)

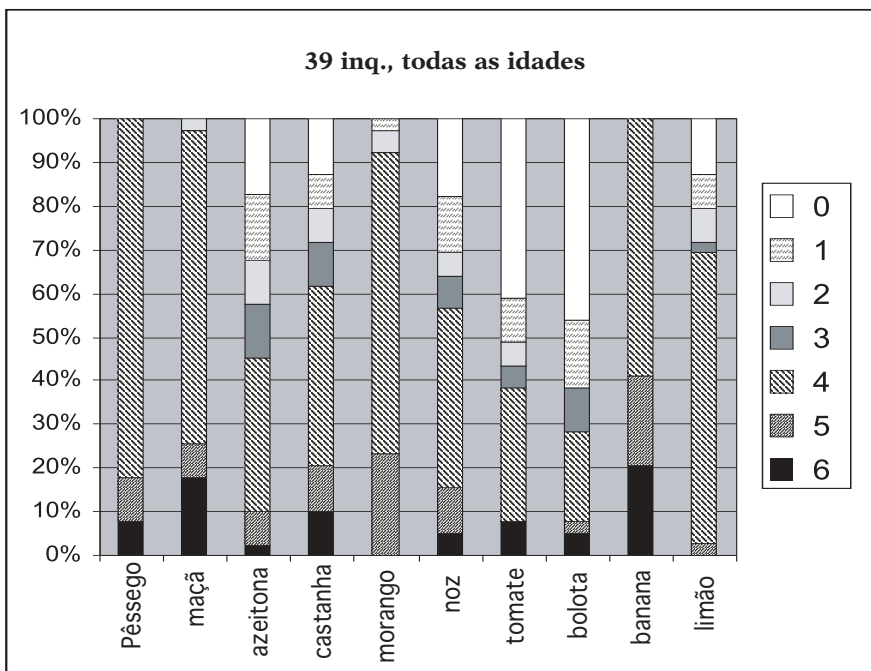
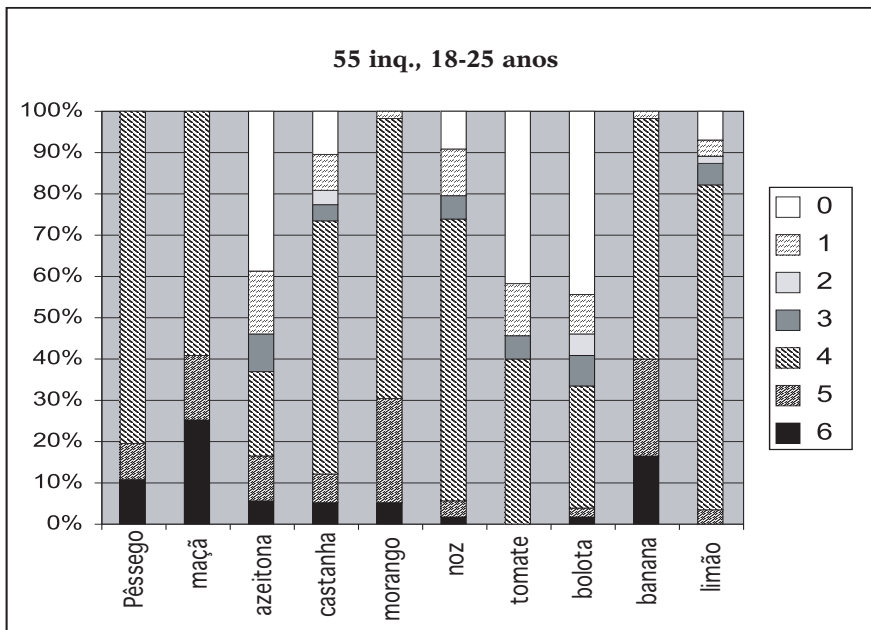
| Frutos_  | Nível 0 | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 | Nível 4 | Nível 5 | Nível 6 |
|----------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| Pêssego  | 1       | 1       | 3       | 6       | 328     | 58      | 29      |
| maçã     | 0       | 1       | 4       | 1       | 259     | 52      | 97      |
| azeitona | 144     | 53      | 33      | 43      | 74      | 31      | 17      |
| castanha | 55      | 32      | 28      | 35      | 199     | 51      | 27      |
| morango  | 4       | 4       | 8       | 45      | 285     | 55      | 27      |
| noz      | 59      | 45      | 18      | 30      | 215     | 49      | 14      |
| tomate   | 234     | 33      | 30      | 20      | 88      | 12      | 6       |
| bolota   | 226     | 54      | 17      | 40      | 70      | 12      | 7       |
| banana   | 1       | 4       | 5       | 3       | 271     | 80      | 60      |
| limão    | 45      | 19      | 24      | 25      | 269     | 35      | 9       |

## Anexo 3

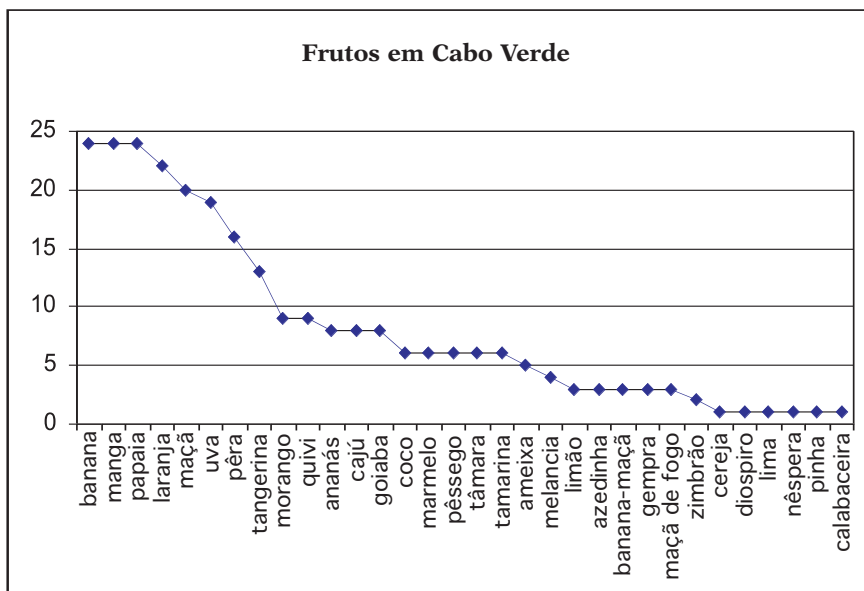








## Anexo 4





# *Condicional e Imperfeito.*

## Breve percurso por fragmentos da literatura portuguesa do século XIII ao século XX

CARLA ABREU VAZ

Mestranda

(Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra)

### Abstract

The present paper is an attempt to establish the components of meaning or meanings that induce the choice in favour of the *conditional* («condicional») or of the *past continuous tense* («imperfeito») in specific contexts, through the study of the written warranties of the use of these two forms in literary texts of diverse kinds and of different ages. We intend to identify the occurrences of the use of the *conditional* and of the *past continuous tense* and their linguistic and semantic consequences following from the choice of one form instead of the other. We aim to find if it will always be possible to choose one or another form, indifferently, in all the contexts or if it is precisely the context that provokes that choice.

**Palavras-chave:** condicional, imperfeito.

A auscultação dos possíveis valores e sentidos dos monemas específicos dos chamados *condicional* e *imperfeito* do sistema verbal português afigura-se tarefa complexa que requererá, *a priori*, algumas suposições teóricas. A nossa abordagem teórica tomará como base a semântica linguística, debruçando-se sobre o estudo das palavras e a relação existente entre estas, bem como as ligações entre a sua forma e o seu sentido e o modo como estas asseguram a sua função. Tentaremos, assim, estabelecer as componentes de sentido ou de sentidos que fazem com que se escolha usar o chamado *condicional* (ou *futuro do passado*) ou o *imperfeito* em contextos específicos<sup>1</sup>. Pretendemos

---

<sup>1</sup> Usamos a terminologia adoptada por Maria Helena Mira MATEUS *et alii*, *Gramática da Língua Portuguesa*, 5.<sup>a</sup> edição, revista e aumentada, Lisboa, Caminho, 2003.

estudar as abonações escritas do uso do *condicional* e do *imperfecto* em textos literários dos diversos modos (narrativo, dramático e lírico) e de diferentes épocas<sup>2</sup>. Através destas, intentaremos identificar as ocorrências do uso do *condicional* e do *imperfecto* e as consequências linguísticas e semânticas advindas da opção de um em detrimento de outro, em contexto e/ou situação de comunicação. No fundo, procuraremos saber, através da prova da comutação, se será sempre possível a escolha entre um e outro, indiferentemente, em todos os contextos, ou se é o contexto linguístico que induz essa escolha. Tentaremos apurar, também, se será sempre possível a substituição de uma forma por outra sem acarretar alteração significativa de sentido ou de sentidos<sup>3</sup>. Questionaremos, ainda, o facto de determinados sentidos que hodiernamente e de forma mais ou menos consensual se imputam ao *condicional* e ao *imperfecto* não serem todos aqueles que se conferiram em fases pretéritas da língua a estas duas modalidades; não o sabemos e será esta entre outras questões que nos propomos averiguar.

Em suma, tentaremos descobrir se o *condicional* e o *imperfecto* encerram os mesmos sentidos que hoje se lhes atribui; se nessas épocas passadas já haveria contextos ou situações em que um pudesse comutar com o outro sem acarretar significativa alteração de significado; qual a altura histórica, por exemplo, se isso tiver, efectivamente, ocorrido e se for possível verificar-se, em que os seus sentidos começaram a aproximar-se e de que forma essas escolhas do passado se reflectirão nos documentos escritos.

Não podemos, ainda, deixar de vincar que a escolha de um *corpus* linguístico não se torna, em absoluto, fácil e infalível e, muito menos, irrepreensível. A escolha do *corpus* poderá tornar-se um pouco alea-

---

<sup>2</sup> Trata-se de um *corpus* escrito de cariz literário o que, *de per se*, anuncia já um cuidado e um tipo de atenção especiais no descortino dos sentidos, na medida em que não podemos esquecer que não se tratará de formulações tão espontâneas como as que constituem, por exemplo, um *corpus* oral, mas, pelo contrário, serão fruto de mais aturada reflexão.

<sup>3</sup> Adentro deste tipo de estudo, em que é necessário estabelecerem-se considerações acerca da significação linguística, neste caso, de monemas gramaticais próprios do sistema verbal português, há que ter em conta o *valor* de cada unidade de significação dentro do contexto comunicativo. Chamamos a atenção para a existência de uma disciplina, a *Axiologia*, cuja tónica se coloca, precisamente, sobre o estudo do *valor* de cada unidade significativa. Consulte-se, por exemplo, a obra *Grammaire fonctionnelle du français*, sob a direcção de André MARTINET, Paris, Didier, 1979, na qual, no início de cada capítulo, se pode encontrar um ponto intitulado *Axiologie*, onde se explana, precisamente, o valor linguístico de cada unidade, construção, modalidade ou item em causa.

tória, na medida em que dependerá dos objectivos do estudioso<sup>4</sup>. Na constituição do *corpus*, optámos por uma divisão bastante elementar: aquela que é fruto da cronologia. Deste modo, os textos que escolhemos inserem-se no período que medeia entre os séculos XIII/XIV e XX. No entanto, a escolha mais difícil recaiu sobre as entidades e respectivas obras que deverão preencher os espaços correspondentes a cada centúria da história da nossa literatura. O critério que preferimos seguir é aquele que assenta, genericamente, no cânone literário<sup>5</sup>, por nos parecer o mais isento de contestação.

---

<sup>4</sup> O *corpus* que servirá de base ao presente estudo é fruto da recolha de textos em fontes várias: CD-ROM *Biblioteca Virtual de Autores Portugueses* (esta ferramenta de trabalho foi lançada em 1998 pela Biblioteca Nacional e é constituída por 2 CDs), de textos digitalizados e posteriormente tratados por nós, bem como de textos retirados de «sites internéticos», entre outros, do CIPM (*Corpus Informatizado do Português Medieval*) que se encontra disponível em <http://cipm.fchsh.unl.pt/corpus/>. O CIPM é um *corpus* que, não obstante encontrar-se em construção, possui já um número considerável de textos disponíveis *on-line*. Tem como base textos editados, publicados até à data, de vários tipos e géneros até ao século XVI. Esses textos encontram-se tratados informativamente, datados, anotados, normalizados de acordo com critérios estabelecidos e bem especificados. Para um conhecimento mais alargado dos estudos em Linguística de *Corpora* e, em particular, deste *corpus* (CIPM – «Corpus Informatizado do Português Medieval»), leiam-se os seguintes artigos que esclarecem possíveis dúvidas quanto aos seus conteúdos e quanto à sua utilização, propriedades e potencialidades, e consulte-se a bibliografia neles recomendada: M. Francisca XAVIER, M. Lourdes CRISPIM, M. Graça VICENTE, «Português Antigo. Construção e Disponibilização de Recursos em Suporte Informático», em *Actas do XVIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa, APL, 2003, p. 859-867; Maria Francisca XAVIER, «*Corpora* e Estudos Linguísticos», *ibidem*, p. 869-883; Maria Fernanda Bacelar do NASCIMENTO, «O lugar do *corpus* na investigação linguística», *ibidem*, p. 601-605; Maria Francisca XAVIER, Maria de Lourdes CRISPIM, «Das edições impressas às versões digitalizadas de textos medievais: o caso do CIPM», em Ivo de CASTRO, Inês DUARTE, (Org.), *Razões e Emoção. Miscelânea de estudos em homenagem a Maria Helena Mira Mateus*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003, p. 437-448.

<sup>5</sup> Assunto sempre pródigo que poderíamos, sem dúvida, discutir é o que reporta ao conceito de cânone literário e a todas as questões que gravitam à sua volta; não é este, porém, o objectivo do nosso estudo. O único texto inserto no *corpus* que não preencherá esta condição será a obra de Manuel José de PAIVA, *Infermidades da Língua, e arte que a ensina a emmudecer para melhorar*, publicada sob o pseudónimo de Sylvestre Silvério da Silveira e Silva, em Lisboa, na Oficina de Manoel Antonio Monteiro, em 1759/1760, que escolhemos para representar o século XVIII. Esta opção é fruto do nosso interesse pela originalidade da obra e pelo pensar do seu autor. Assim, cuidámos que integrar este texto no *corpus* do actual exercício seria uma boa maneira de dar a conhecer a obra e de chamar a atenção para o seu valor, na medida em que esta é passível de possibilitar estudos linguísticos de diversa ordem.

Pelo exposto, o nosso procedimento consistirá, em linhas gerais, na análise monemática do sintagma verbal, delimitando os monemas atribuíveis às manifestações linguísticas do *condicional* e do *imperfecto*, tendo em conta os monemas que integram as classes sintáticas de «tempo» e de «perspectiva» para o estabelecimento das componentes de sentido ou de sentidos que fazem com que se escolha usar o *condicional* ou o *imperfecto* em contextos específicos<sup>6</sup>.

Existindo já estudos acerca do *condicional* e do *imperfecto*, seus usos, sentidos e valores – quer independentemente, cada um *de per se*, quer em confronto um com o outro –, parece-nos haver ainda poucos trabalhos, perspectivados diacronicamente, que visem o exame específico e a averiguação da ocorrência destas duas formas de modo sistematizado, em contexto específico. Existe avultada produção numa perspectiva mais teórica e conjectural, quer no português, quer no castelhano, no francês ou no inglês, etc., mas não enraizada neste tipo de orientação<sup>7</sup>.

Acreditamos que a necessidade deste tipo de estudo e tratamento das formas em causa não irá, evidentemente, ser colmatada com este breve exercício a que nos abalancamos. Almejamos, tão-somente, o entendimento das formas de *condicional* e de *imperfecto* em textos grafados ao longo dos tempos, bem como do seu contexto e da sua frequência de ocorrência, do equilíbrio ou não equilíbrio do seu uso; da sua possibilidade ou impossibilidade de comutação; da sobreposição de uma forma à outra; da usurpação de sentidos por parte de uma forma em relação à outra. São estas questões que consideramos importantes e que tentaremos equacionar ao longo da presente reflexão que nos propomos realizar. Acreditamos dever referir um aspecto que não cabe, neste contexto, aprofundar e que se prende com a inclusão do *condicional* e do *imperfecto* numa classe sintática. Relativamente a este ponto, tomamos já uma posição – o *condicional* cons-

---

<sup>6</sup> Seguimos o modelo de Jorge Morais BARBOSA, inserto em «Le système verbal portugais», em Fernand BENTOLILA (Ed.), *Systèmes verbaux*, Louvain-la-Neuve, Peeters, 1998, p. 71-86 e em «Modalidades Verbais Portuguesas», em *Confluência*, n.º 16, 2.º semestre, Rio de Janeiro, 1998, p. 49-64, onde o autor teoriza a respeito das modalidades verbais portuguesas, definindo os monemas das classes sintáticas de «tempo», «perspectiva», «aspecto» e «modo».

<sup>7</sup> Citamos apenas um estudo que consideramos de relevância, neste âmbito: Isabel Maria do Poço Lopes PINTO, *Estudo sintático e axiológico das formas cantava e cantaria em português*, Dissertação de Mestrado, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1995 (policopiado).

titui um sintagma composto de monemas de várias classes<sup>8</sup>. Destacamos a posição de Jorge Morais Barbosa, que concebe o *condicional* como uma combinação de monemas, «passado» e «posterior», na medida em que o fundamental não é somente a remissão para um *tempo físico* posterior relativamente a um momento passado (daí a designação tradicional de *futuro do passado/pretérito*), mas também a orientação ou «perspectiva» respeitante a um «tempo linguístico» anterior ao momento da enunciação (Me) («passado»/*imperfeito*), enquanto ponto de referência (Pr) para um momento posterior a este mesmo Pr («posterior»/*condicional*). No respeitante ao *imperfeito*, parece-nos que não haverá muito a discutir, dado que é consensual a sua incorporação, nas diversas gramáticas de que nos socorremos para este estudo<sup>9</sup>, dentro da categoria de «tempo»<sup>10</sup>.

Antes de iniciarmos o já anunciado percurso, vejamos de que modo se manifestam linguisticamente as formas de *condicional* e de *imperfeito* a que nos temos referido, sem descurmarmos a análise monemática do sintagma verbal. Por conseguinte, tentaremos isolar os monemas que integram as classes sintáticas de «tempo» e de «perspectiva», sem negligenciarmos o monema de «pessoa» que, no português, tem uma importância fundamental, na medida em que desempenha a função sintática de sujeito, enquanto expansão de um núcleo constituído pelo predicado. Por conseguinte, vejamos quais os monemas correspondentes à manifestação linguística do *condicional* e do *imperfeito*.

---

<sup>8</sup> Para uma melhor compreensão do exposto, cf. Jorge Morais BARBOSA, «Le système verbal portugais» e «Modalidades Verbais Portuguesas», ob.cit. Para uma maior complementaridade do assunto, pode, também, consultar-se a obra *Grammaire fonctionnelle du français*, ob. cit, a qual inclui o chamado *condicional* na «Classe da Visão».

<sup>9</sup> Cf. Celso CUNHA e Luís F. Lindley CINTRA, *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, 6.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Edições Sá da Costa, 1989; Evanildo BECHARA, *Moderna Gramática Portuguesa*, 37.<sup>a</sup> edição, revista e ampliada, Rio de Janeiro, Editora Lucerna, 1999; Maria Helena Mira MATEUS *et alii*, ob. cit.

<sup>10</sup> Não desprezamos, contudo, à semelhança do uso do *presente*, a riqueza do uso do *imperfeito* na transmissão, nem sempre da noção de *tempo*, mas de diversas outras noções como a de delicadeza ou cortesia (considere-se o exemplo: «Querias um café, por favor!»), a de distanciamento, num registo mais formal, dependente do interlocutor e da relação que o falante estabelece com este («Sr. Professor, podia explicar-nos melhor esse ponto da matéria?»), a noção de desejo ou de vontade («Querias tanto que me telefonasse.»/«Era bom que ele viesse.»), entre outras.

Atente-se nos seguintes excertos <sup>11</sup>:

- a) **751** X: Já estou aqui há nove anos (...) / A: Pois! / X: Mas é assim. E ainda tenho um campo, ainda faço um campito fora, e ainda tenho de ir à erva, tenho de ir aos coelhos, tenho lá um nabal. / B: No outro dia queria comprar uma toura!
- b) **1394** X: Agora, já depois do vinte cinco de Abril acabei outra peça que deve ser lida dentro de dias a uma empresa. uma farsa trágica / A: Pois! / X: Onde contestava a burguesia, porque, é evidente, eu... o meio social que eu posso focar e tratar é o meio social burguês [...] / A: Claro! / X: Porque o povo... conheço-o bem, mas é, **seria** sempre / A: Literariamente. / X: (...) Muito convencional. [...]

Encontramos, em a), um sintagma verbal, contendo a forma *-ia-* («*queria*») que, por sua vez, integra o amálgama, comportando o valor de «tempo» («passado») e o valor de 3.<sup>a</sup> pessoa (P3). O tempo manifestado define-se pela sua posição relativamente a um ponto de referência que é, neste caso, o ponto Me (Momento da enunciação). Considere-se o sintagma «no outro dia», em a), que estabelece, desde logo, uma posição temporal de anterioridade relativamente a Me, veiculando, por isso, um valor de «passado». Em b), encontramos um sintagma verbal que contém a forma *-va-* («*contestava*»), integrando o amálgama com o valor de «tempo» («passado») e com o valor de 1.<sup>a</sup> pessoa (P1). Se relevarmos o sintagma «já depois do vinte cinco de Abril acabei outra peça que deve ser lida dentro de dias», verificamos que sucede

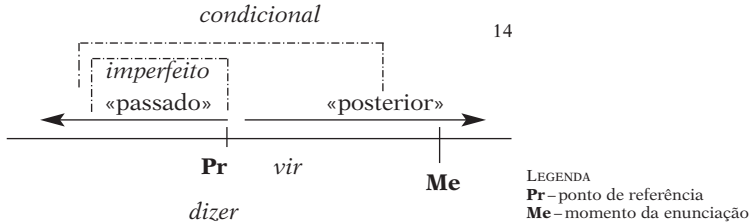
---

<sup>11</sup> Socorremo-nos, para este exemplo, de fragmentos de um *corpus* oral espontâneo. Este *corpus* diz respeito às entrevistas do *Português Fundamental* e encontra-se disponível *on-line* na página do CLUL (Centro de Linguística da Universidade de Lisboa): [www.clul.ul.pt](http://www.clul.ul.pt). O número que colocámos antes de cada enunciado diz respeito àquele que lhe foi atribuído no texto inserto no *Português Fundamental*. As letras maiúsculas que surgem no início de cada enunciado, dizem respeito, no *corpus* do *Português Fundamental*, aos intervenientes das entrevistas: inquiridor(es) e inquirido(os). Os *sublinhados* e os *negritos* que marcam as formas em estudo são da nossa responsabilidade. Reforçamos que o recurso a fragmentos de um *corpus* oral, neste momento preliminar do presente estudo, não colide, de modo algum, com o facto de na restante análise nos socorrermos de um *corpus* escrito. Há, efectivamente, diferenças entre os planos da oralidade e da escrita; acreditamos, no entanto, na existência de uma base semântica comum que faz com que as formas em estudo não sofram alteração ao nível dos seus sentidos mais enraizados pelo facto de surgirem num discurso oral ou num discurso escrito. Existirão diferenças que, em nosso entender, não serão relevantes para o descortino dos sentidos e valores dos usos do *condicional* e do *imperfecto*.

exactamente o mesmo que no exemplo anterior. A forma «contestava» estabelece uma relação temporal de anterioridade em relação a Me, reportando, assim, para um tempo passado<sup>12</sup>.

Em b), deparamo-nos com um outro sintagma verbal, incluindo a forma composta *-ria-* («*seria*»), constituída por um monema com valor de «posterior» e um monema com valor de «passado»<sup>13</sup>. Esta forma, considerada na gramática tradicional como manifestação própria do dito *condicional*, veicula um sentido que aponta para um momento posterior a um momento no passado que poderá continuar até Me e, inclusivamente, prolongar-se para além deste, sendo este último, por sua vez, anterior a Me. Desta sorte, tentaremos situar o *condicional* e o *imperfeito* num esquema que permita visualizar as relações por estes mantidas na cadeia do tempo linguístico.

Considere-se, ainda, o enunciado «Eles diziam que virias» – em que o *imperfeito* se manifesta através das formas *-ia-* e *-va-*, actualizadoras do monema de «passado», e o *condicional* através da forma *-ria-*, actualizando os monemas de «posterior» e de «passado» – e atentemos no esquema abaixo apresentado.



<sup>12</sup> Verificamos, com efeito, que surgem duas formas diferentes (*-ia-* e *-va-*) para representarem uma mesma escolha; podemos, por isso, considerá-las como variantes contextuais do monema de «passado» ou do chamado *imperfeito*. Sobre este assunto, veja-se Jorge Morais BARBOSA, *Introdução ao estudo da fonologia e morfologia do português*, Coimbra, Almedina, 1994.

<sup>13</sup> A respeito do carácter composto desta forma, remetemos para a proposta de classificação que Jorge Morais BARBOSA apresenta em «Modalidades Verbais Portuguesas», ob. cit. Reforçamos a nossa posição relativamente ao entendimento do chamado *condicional* como uma forma composta («posterior» + «passado»), atrevendo-nos quase a afirmar que esta categoria não existe, pelo menos da forma como é concebida na gramática tradicional, que a inclui ora na categoria de *modo* ora na categoria de *tempo*.

<sup>14</sup> Baseámo-nos, para a elaboração deste esquema, nas teorias insertas em Jorge Morais BARBOSA, «Modalidades Verbais Portuguesas», ob. cit.

Depois do exposto, iniciemos a anunciada digressão por algumas peças da literatura portuguesa, começando pelo século XIII, percorrendo os vários outros séculos até à recente, mas já passada, centúria de Novecentos<sup>15</sup> e vislumbremos os usos, os sentidos e os valores passíveis de serem imputados ao *condicional* e ao *imperfeito*, observando os seus contextos específicos de ocorrência.

### Século XIII/XIV

Atentemos nos primeiros excertos que apresentamos e vejamos, mais de perto, as leituras que estes poderão encerrar.

- i) «Senhor, que de grad' oj' eu **querria**, / se a Deus e a vós aprouguesse, / que hu vós estades estevesse / bem vosqu' e por esto me terria / por tan bem andante / que por rey nen iffante / dès ali adeante / non me canharia. [...]»

D. D., CAr (LXXXII)<sup>16</sup>

- ii) «Valer-vos-ia, amigu'e meu ben, / se eu ousasse, mais vedes quen / me tolhe d'aquest': é non al / mia madre, que vos á mortal / desamor, e com este mal / de morrer non mi pesa[ria]. / Valer-vos-ia, par Deus, meu ben, / se eu ousasse, mais vedes quen / me tolhe de vos non valer; / mia madr'ê, qu'end'[á] o poder / e vos sabe gran mal querer / e por en mia morte **querria**.»

D. D., CAr (XXXIX)

---

<sup>15</sup> Decidimos organizar os fragmentos a estudar por ordem crescente dos séculos em que foram produzidas as obras que estes integram, de modo a criar uma visão dinâmica e diacrónica dos fenómenos linguísticos a examinar. Esta será uma disposição legítima e pertinente, na medida em que propicia uma visualização mais clara dos factos e facilita as comparações indispensáveis ao estabelecimento e fundamentação das conclusões finais.

<sup>16</sup> Apresentamos, de seguida, as abreviaturas do *corpus* que usamos, por ordem de ocorrência: D. D. – D. Dinis, CAr – Cantiga de Amor, CAg – Cantiga de Amigo, Af. X – Afonso X, PP – *Primeira Partida*, F – Fólio, F. L. – Fernão Lopes, CDF – *Crónica de D. Fernando*, Pr. – Prólogo, Cap. – Capítulo, G. V. – Gil Vicente, IP – *Farsa de Inês Pereira*, A.V. – António Vieira, SS – *Sermão da Sexagésima*, Pt. – Parte, [todas as obras atrás enunciadas foram retiradas de *Biblioteca Virtual de Autores Portugueses*, Biblioteca Nacional, 1998, 2 CDs.], M. J. P. – Manuel José de Paiva, IL – *Infermidades da Língua*, V. – Visita [em *Infermidades da Língua, e arte que a ensina a emmudecer para melhorar*, Lisboa, Oficina de Manoel Antonio Monteiro, 1759/1760], E. Q. – Eça de Queirós, M – *Os Maias* [em *Biblioteca Virtual de Autores Portugueses*, Biblioteca Nacional, 1998, 2 CDs.], J. S. – José Saramago, MC – *Memorial do Convento* [As referências da 1.ª edição desta obra são: *Memorial do Convento*, Lisboa, Caminho, 1982. Este texto foi digitalizado e, posteriormente, tratado por nós; as referências que indicamos dizem respeito à edição, em suporte de papel, que usámos: José Saramago, *Memorial do Convento*, Lisboa, RBA (Editores Reunidos Lda), 1994], p. – página(s).



Em i), surge um sintagma verbal, onde podemos observar a forma composta *-ria-* («*terria / canbharía*»), constituída por um monema com valor de «posterior» e outro com valor de «passado». Esta forma veicula um sentido que aponta para um momento posterior a um momento no passado («des ali adeante») que pode continuar até ao momento da enunciação e, até mesmo, prolongar-se para além deste; sendo este último, por seu turno, anterior a Me (como vimos já no esquema da página anterior). No fragmento ii), voltamos a encontrar a forma *-ria-* («*valer-vos-ia / pesaria*»). Note-se, no entanto, que o sentido que esta transmite não será já meramente temporal, situando o enunciado num determinado tempo físico referente a Me, mas, mais claramente, um valor aspectual, dado que, não obstante a ideia de posterioridade, o sentido que se destaca será um sentido hipotético-conjectural reforçado pelo uso do *conjuntivo* («*ousasse*»). Surge, ainda, em ii) a forma «*querria*» constituída pelo monema com o valor de «passado» *-ia-*, marca do *imperfeito do indicativo*. Neste contexto, o sentido que o *imperfeito* adquire não nos parece ser o de passado, mas o de actualização, na medida em que não remete para uma ideia de um tempo físico passado relativamente a Me, mas, tal como nos exemplos que vimos com a forma de *condicional*, veicula um sentido aspectual. O sentido que se comunica através do uso do *imperfeito* *poder-se-ia* comunicar através do *presente* («e vos sabe gran mal querer / e por en mia morte quer»), pois, em nosso entender, obter-se-ia o mesmo efeito<sup>17</sup>.

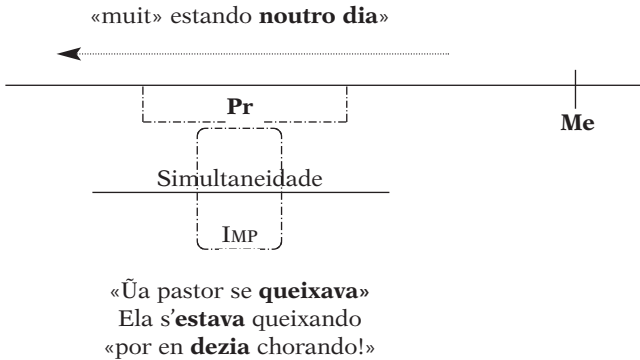
- iii) «Ûa pastor se **queixava** / muit'estando noutro dia, / e sigo medês **falava** / e **chorava** e **dizia** / com amor que a **forçava**: / «par Deus, vi-t'en grave dia, / ai amor!» / Ela s'**estava** queixando, / come molher com gram coita / e que a pesar, des quando / nacera, non fora doita, / por en **dezia** chorando! / «Tu non és se non mia coita, / ai, amor!» / Coitas lhi **davam** amores, / que non lh'**eran** se non morte, / e deitou-s'antr'úas flores [...]

D. D., CAg (I)

Atentemos no esquema que apresentamos:

---

<sup>17</sup> Esta hipótese parece-nos aceitável, do ponto de vista semântico, pois pensamos que o sentido que se pretende transmitir não é alterado. Porém, no exemplo em causa, devemos ter em consideração que estamos ante um texto lírico e que, por este motivo, a escolha recai sobre a forma «*querria*» para manter a coerência com as outras formas verbais de maior destaque («*valer-vos-ia / pesaria*»).



No contexto específico em que surge no trecho iii), o *imperfecto* imprime um sentido de anterioridade, activando, assim, um valor de «passado» que é, desde logo, corroborado pela expressão «muit'estando noutro dia». Descreve-se uma situação já acontecida relativamente a Me. Para além do valor de «passado», o *imperfecto* imprime, ainda, neste contexto concreto, um sentido durativo, de prolongamento da acção no tempo, reforçado, grandemente, pelo uso do gerúndio ou de perífrase verbal com gerúndio («~Ua pastor se queixava / muit'estando noutro dia»; «Ela s'estava queixando»; «por en dezia chorando!»). É assaz conhecida a designação de «presente do passado» conferida ao *imperfecto*, precisamente, pela criação de um efeito de simultaneidade com um intervalo de tempo no passado ou de um efeito de prolongamento da acção num determinado intervalo de tempo situado num momento passado respeitante a Me. Este sentido durativo não é intrínseco ao monema de «passado». É o contexto específico de ocorrência, neste caso com o gerúndio, que destaca e intensifica esse sentido<sup>18</sup>.

<sup>18</sup> Não vamos distinguir se, no troço em questão, se tratará de um uso independente do gerúndio em co-ocorrência com outras formas verbais ou, efectivamente, se se tratará de perífrase verbal com gerúndio, pois esta é uma questão que escapa ao âmbito do presente estudo. Para um maior esclarecimento sobre este assunto veja-se: José Luís MUÑOZ VALVERDE, *El gerundio en el español medieval (S. XII-XIV)*, Málaga, Ágora, 1995; Mário SQUARTINI, *Verbal Periphrases in Romance, Aspect, Actionality, and Grammaticalization*, Berlim, New York, Mouton de Gruyter, 1998; Alicia YLLERA, *Sintaxis histórica del verbo español: las perífrasis medievales*, Zaragoza, Departamento Filología Francesa, Universidad de Zaragoza, 1980; Odette A. de Souza CAMPOS, *O gerúndio no português*, Rio de Janeiro, Presença/INL-MEC, 1980.

## Século XIV

Observados e analisados os sentidos e valores do *condicional* e do *imperfeito* em excertos de textos do século XIII, avancemos para o seguinte e atentemos no comportamento sintáctico e semântico destas mesmas formas.

- iv) «[...] E depouys deue a diz(er) como (con)jura o diaboo polo Padre e pelo Filho e pelo Sp(ir)itu S(an)to q(ue) se p(ar)ta daq(ue)la s(er)ua de De(us) e q(ue) o ameaça dizendo q(ue) aq(ue)l Sen(hor) lho manda q(ue) abriu os olhos aaq(ue)l q(ue) nasceu cego e rressuscitou Lazaro q(ue) **auia** q(ua)tro dias q(ue) **jazia** no muymêto. [...]»

Af. X, PP, F17c

- v) «[...] Desacordarõ alguũis meestres de deryto sobr(e)la parauõa q(ue) Sam Paulo disse que **auia** a seer sen pecado m(or)tal o q(ue) q(ui)sessẽ ordinar p(er)a b(is)po. Ca taaes hy ouue q(ue) dis(er)õ q(ue) o omẽ q(ue) **pecaua** m(or)talm(ẽ)t(e) depouys q(ue) rrecebeu o bautismo q(ue) nõ deue seer eslegudo p(er)a b(is)po. \$ E sse o fosse q(ue) **fazia** grã pecado e q(ue) deue a seer desposto lel ssy dlesl q(ue) **era** ordinado **vsaua** da ordem q(ue) desta maneyra ouuesse rrecebudo q(ue) **pecaua** \$ out(ro)ssy, p(er)o q(ue) ouuesse feyta peedença daq(ue)l pecado, fora ende se o papa lho out(or)gasse q(ue) nõ fosse embargo p(er) elle. E os q(ue) esto **diziã** nõ **dauã** out(ro) entẽdimẽto aa parauõa do apostolo senõ como a let(er)a soo. \$ E por ende tal entẽdimẽto como este **era** ssem rrazõ por q(ue) ssegundo esto nõ poderia nẽgũũ achar q(ue) ffossem p(er)a b(is)po. Ca esto seerya muy grã marauilha e contra vso de natura d' achar q(uẽ) nõca ouuesse pecado. \$ E por en nõ sse deue a entender assy aq(ue)la parauõa p(ri)meyra q(ue) disse o apostolo [...] se **entendia** polos mlaylores q(ue) os hom(ẽ)s **faziã** e nõ dos meores. Ca des que destes meores ffezesse peendẽça nõ lhys enbargariã p(er)a seer b(is)po nõno desporiã por elles [...]»

Af. X, PP, F 71d/F 72a

Vejamos como em iv) se estabelece, desde logo, uma posição temporal de anterioridade relativamente a Me, corroborada pelo sintagma «havia quatro dias» em «auia q(ua)tro dias q(ue) jazia no muymêto», veiculando, por isso, um valor de «passado». O mesmo sucede em v), onde o uso do *pretérito* em co-ocorrência com o *imperfeito* coadjuva, justamente, o valor de «passado», logo um sentido de anterioridade em relação a Me («Ca taaes hy ouue q(ue) dis(er)õ / «depouys q(ue) rrecebeu o bautismo»). Encontramos também, no excerto em causa, um sentido de simultaneidade («E os q(ue) esto diziã nõ dauã out(ro) entẽdimẽto aa parauõa do apostolo senõ como

a let(er)a soo»), como aquele que podia encontra-se em iii), não já catalisado pelo uso do gerúndio, mas, simplesmente, pelo monema de «passado» que, em contexto específico, adquire esse mesmo sentido de simultaneidade, criando um efeito de paralelismo de acções. Contudo, no mesmo trecho, podemos ainda reconhecer outros sentidos ao *imperfecto*: «Sam Paulo disse que auia a seer sen pecado m(or)tal o q(ue) q(ui) sessẽ ordinar p(er)a b(is)po». Neste caso, temos não já um sentido de anterioridade mas um sentido de posterioridade tendo como ponto de referência Me. Este uso do *imperfecto* propicia um sentido que poderia ser veiculado, sem dúvida alguma, pelo uso do *condicional*, sem com isso se comprometer a semântica do conjunto («Sam Paulo disse que [aueria] a seer sen pecado m(or)tal o q(ue) q(ui) sessẽ ordinar p(er)a b(is)po»).

Encontramos, ainda, em v) um sentido que implica suposição e que é activado pelo monema de «posterior» em combinação com o monema de «passado», isto é, é activado por meio do uso do *condicional*. Este sentido conjectural é espoletado pelo contexto onde as respectivas formas («poderia», «seerya», «enbargariã», «desporiã») ocorrem. Note-se que, como se trata da narração de factos passados, opta-se pelo uso do *imperfecto*. No entanto, surge, no trecho em questão, um ponto de charneira («E os q(ue) esto diziã nõ dauã out(ro) entẽdimẽto aa parauõa do apostolo») em que, a partir deste enunciado, se substitui a escolha do *imperfecto* pela do *condicional*, pois os propósitos a servir são outros. Não se pretende já narrar factos acontecidos, mas sim lançar hipóteses. Para a criação de um efeito conjectural, Afonso X, o *Sábio*, abandona, momentaneamente, a forma de *imperfecto* para se socorrer da forma de *condicional*, certamente, por melhor servir os seus propósitos<sup>19</sup>. Veja-se, ainda, que no contexto em causa não se conseguiria o mesmo objectivo, do ponto de vista semântico, se se substituísse o *condicional* pelo *imperfecto* («segundo esto nõ poderia nõgũ achar q(ue) ffossem p(er)a b(is)po. Ca esto seerya muy

---

<sup>19</sup> Não podemos deixar de referir que esta e todas as outras leituras que possamos aventar acerca dos fragmentos em análise são susceptíveis de ser questionadas, pois não será possível interrogar os autores dos textos acerca das escolhas tomadas a favor de uma ou de outra forma. Acreditamos que, na maior parte das vezes essas escolhas serão fruto de uma espécie de consciência linguística que impele a língua e, neste caso concreto a pena, a registar uma forma e não outra. Contudo, não podemos afastar a hipótese de outra parte das escolhas ser feita de modo muito consciente dos valores e sentidos passíveis de serem transmitidos pelas formas em estudo. Não podemos nem devemos, porém, descurar nenhuma das possibilidades.

grã marauilha»; «entender assy aq(ue)la parauõa p(ri)meyra q(ue) disse o apóstolo»; «Ca des que destes meores ffezesse peendêça nõ lhys enbargariã p(er)a seer b(is)po nõno desporiã por elles»). A possibilidade de comutação de uma forma por outra, neste caso, só seria possível no primeiro troço por nós destacado, na medida em que, para além de um valor hipotético, poderá atribuir-se a esta forma um valor temporal de posterioridade em relação a Me, alicerçado no contexto («q(ue) ffossem p(er)a b(is)po»). Neste troço, através do *imperfecto do conjuntivo* (fossem) incute-se um carácter prospectivo à narração. É por este facto que afirmamos a possibilidade de comutação, mas apenas neste caso, do *condicional* pelo *imperfecto* («por q(ue) ssegundo esto nõ [podia] nõgũũ achar q(ue) ffossem p(er)a b(is)po»). Nos outros casos essa permuta não será possível, pois não favorece a manutenção da semântica existente («Ca esto [era] muy grã marauilha»; «entender assy aq(ue)la parauõa p(ri)meyra q(ue) disse o apóstolo»; «Ca des que destes meores ffezesse peendêça nõ lhys [embargavam] p(er)a seer b(is)po nõno [despunham] por elles»). Como vemos, pelo exemplo dado, a comutação das duas formas faz com que o valor hipotético-conjectural se perca.

- vi) «[...] E dalhy adeant(e) nõ lhy ualrria ordẽ q(ue) rreçebesse por q(ue) nõ **auia** fundamento sobr(e) q(ue) esteuesse. \$ E por esso ha mest(er) de sse faz(er) bautizar e ordinhar segũdo de susso he d(i)to \$ ca depouys q(ue) en tal duujda caer e souber çertamẽt(e) q(ue) o nom foy, (con)uẽ çertamẽt(e) en todas g(ui)sas q(ue) o seia ou p(or) q(ue) sospeytariã os hom(ẽ)s ou o descobrirriã. \$ Out(ro)ssy por nõ caer en p(er)igoo de ssa alma q(ue) caeria se o nõ fosse [...]»

Af. X, PP, F 23a/F23b

Observamos em vi) a forma de *condicional* que veicula, uma vez mais, um sentido de posterioridade tendo em conta Me («nõ lhy ualrria ordẽ»), reforçado pelo respectivo contexto («E dalhy adeant(e)»), mas também, e uma vez mais, um sentido de suposição («p(or) q(ue) sospeytariã os hom(ẽ)s ou o descobrirriã; «de ssa alma q(ue) caeria se o nõ fosse»), igualmente fortalecido pelo uso do advérbio *certamente* («e souber çertamẽt(e) q(ue) o nom foy, (con)uẽ çertamẽt(e) en todas g(ui)sas q(ue)»).

- vii) «[...] E enoutro logar o disse N(ost)ro Sen(hor) Jh(es)u Cr(ist)o a Nicodem(os) q(ue) o Esp(ir)itu S(an)to hu **queria aspiraua** q(ue) a uoz del **era** ouuida mays nõ **sabiã** onde **vijnha** nõ hu **hia** e q(ue) assy **era** do homẽ q(ue) **naçia** do Esp(ir)itu S(an)to [...]»

Af. X, PP, F18a

- viii) «[...] E por esta desasperãça en q(ue) caerō cuydando q(ue) nẽ hũũ omẽ nõ rressuçitarya nẽ sse saluaria, p(or)ende **desp(re)çauã** as almas e nõ sse **q(ue)riam** rrepẽeder nẽ faz(er) pẽedẽça de sse(us) pecados, mays **faziã** doos grandes e desaguizados polos m(or)tos, assy que algũũs hy ouue q(ue) nõ **q(ue)rryã** comer nẽ beu(er) ata q(ue) **morriã**. E out(ro)s q(ue) sse **matauã** (con) sas mãos. \$ E out(ro)s q(ue) tanto **põhiam** doo en seu coraçõ q(ue) **p(er)diã** o siso. \$ E os out(ro)s q(ue) meos q(ue) isto **faziã messauã** os cabellos ou **escallauã** ou **desffaziam** sas caras rrascandoas ou en fendendosse (con) algũas (cou)ssas ou sse **leyxauã** caer en t(er)ra de maneyra p(er) q(ue) rreçebessẽ lixõ ou **auã** a morrer. \$ E todas estas cousas **faziã** p(or) desp(re)çam(ẽ)to en q(ue) os **metia** o diaboo fazẽdolhy creer q(ue) nõ solam(ẽ)t(e) **p(er)diã** os q(ue) **morriã** [...] de sũũ. \$ E esto era eresia muy (contra) rrazõ [...]

Af. X, PP, F 53d/F 54a

Em vii) e viii) destacamos o número de ocorrências da forma de *imperfecto* comparativamente à forma de *condicional*. Em viii) os monemas de «posterior» e de «passado» que se aduzem às unidades *rressucitar* e *salvar* («cuydando q(ue) nẽ hũũ omẽ nõ rressuçitarya nẽ sse saluaria») incutem-lhes quer um sentido aspectual, de hipótese, quer um sentido temporal, de futuridade. Atentemos, no entanto, mais de perto nas formas de *imperfecto* constituintes dos dois trechos em análise: grande parte das formas de *imperfecto* remete para um tempo actual num momento passado em relação a Me. Este será, certamente, o sentido mais comum atribuído à forma de *imperfecto*<sup>20</sup>. Observemos em vii) o seguinte troço: «mays nõ **sabiã** onde **vijnha** nẽ hu **hia**»; podemos confirmar, pela forma *sabiam*, o que acabámos de expor. Atentemos, porém, nas formas *vinha* e *ia*; embora situando-se ambas, tal como a forma *sabiam*, num ponto temporal anterior a Me, distinguem-se pelo facto de a primeira veicular um sentido de actualização e a segunda um sentido de posterioridade em relação a Me<sup>21</sup>.

<sup>20</sup> Reforçamos, por isso, a questão de o *imperfecto* ser, muitas vezes, designado de «presente do passado».

<sup>21</sup> Para melhor se compreender a nossa observação há que considerar a necessidade de distinção dos sentidos de *ir* e de *vir*, tendo em conta a existência de um ponto de referência, de uma perspectiva. Esse ponto de referência, cuja perspectiva é sumamente pertinente, é um sujeito enunciador, ponto fulcral para essa diferenciação, dado que ambas as formas implicam «movimento de um determinado local para outro». A disjunção de sentidos é feita, com efeito, partindo desse sujeito enunciador: *vir* envolve movimento para um ponto de referência, aproximando-se dele, e *ir* implica movimento

## Século XV

Como ilustração do século XV, tomamos a *Crónica de D. Fernando de Fernão Lopes*. Esta, mais do que qualquer uma das obras que analisamos e que viremos a analisar, pelo seu teor, contém um considerável manancial de formas de *imperfeito* que superam largamente as formas de *condicional*. Observemos, desta sorte, que sentidos encerrarão estas formas, atentando nos seus contextos de ocorrência.

- ix) «Avendo ja hũ anno e nove meses que esta guerra **durava**, começando-sse a era de quatrocentos e nove, **estavom** os de Carmona mui esforçados com pouca voontade de dar a villa a el-rrei dom Henrique nem tomar sua voz, por o grande esforço que **tiinham** em el-rrei dom Fernando, que lhes prometera que, sendo cercados, os fosse decercar. [...]»

F. L., CD, Cap. XLV

Em ix) podemos ver como o *imperfeito* permite referenciar ocorrências passadas, característica comum aos fragmentos anteriormente examinados. Neste caso, o sintagma «Avendo ja h~u anno e nove meses», bem como a presença do monema de «anterior» («prometera»), fornecem a indicação de que o tempo a que o enunciado se refere é já um tempo passado. Estabelece-se, deste modo, uma relação de simultaneidade com um momento no passado que coloca a situação descrita num momento anterior a Me.

Atentemos no seguinte conjunto de excertos e vejamos, na sua globalidade, quais os sentidos que prevalecem do uso das formas de *condicional* e de *imperfeito*.

- x) «Rreinou ho iffante dom Fernando, primogenito filho d'el-rrei dom Pedro, depois de sua morte, avendo entom de sua hidade viinte e dous anos e sete meses e dezoito dias: mancebo vallente, ledto e namorado, amador de molheres e achegador a ellas. **Avia** bem composto corpo e de rrazoada altura, fremoso em parecer e muito vistoso, tall que estando acerca de muitos homães, posto que conhecido nom fosse, logo o julgariam por rrei dos outros [...] E pera sse esto melhor fazer, mandou que todollos bispos e meestres e comendadores e quaaesquer outras pessoas a que ouvessem de dar pouasa-

---

a partir desse ponto de referência, afastando-se dele. O que sucede é que a semântica dos dois verbos cria dinâmicas distintas no que concerne ao estabelecimento dos possíveis sentidos de cada uma das formas; é por isto que *ir* carrega um sentido de futuridade relativamente a Me e *vir* mantém um sentido que permanece num *continuum* e que não é ulterior a Me.

das de pousentadaria, que tevessem casas nas villas e logares de seu senhorio, que as corregessem todas ataa certo tempo, de guisa que podessem em ellas pousar; e que fossem logo rrequeridos seus donos d'ellas, e seus procuradores, que as corregessem: e sse os senhores d'ellas ou seus procuradores fossem a ello negligentes, **mandava** aos juizes que dos seus bães dessem mantiimento a taaes que as fizesse correger; e sse os juizes **poinham** em ello tardança, **mandava** ao corregedor da comarca que pellos bães dos juizes os fizesse correger; e sse o corregedor **era** negligente, **mandava** el-rrei que sse corregessem pellos bães do corregedor: e d'esta guisa **eram** todos aguçosos a poer em obra o que el-rrei **mandava**, e os poderosos **tiinham** clasas [*sic*] em que pousassem, rrelevando o poboo de muita semrazom que ante d'esto **padeciam**. Muitas hordenações outras fez e mandou comprir por boom rregimento e prroll do seu poboo este nobre rrei dom Fernando, que rrazoadas todas por meudo fariam tam grande trautado quall aqui nom compre de seer scripto.»

F. L., CDF, Pr.

- xi) «[...] Martim Anriquez seu alferez com trezentas lanças que sse fosse com elles, e foi-sse a hã sua villa que chamam Tudella, que he acerca do rreino d'Aragom, e alli traudou com hũ cavalleiro, primo de monssé Beltram de Claquim, que **diziam** monssé Oliver de Manar, que **estava** na villa de Borja que **era** sua, que fizesse d'esta guisa: que el-rrei de Navarra andaria aa caça antre Borja e Tudella, que **eram** quatro legoas d'hã aa outra, e que monssé Oliver sahisse a elle e o prendesse e levasse preso ao castello ; e que o tevesse alli preso em Borja ataa que a batalha antre el-rrei dom Pedro e el-rrei dom Henrrique fosse passada, e d'esta maneira teeria boa escusa que nom podera per seu corpo seer com elle na batalha; e que por esto lhe daría el-rrei de Navarra em moradia hũa sua villa que chamam Gabraí, com tres mil francos de rrenda. Hordenado esto e feitas suas juras e prometimentos, foi-sse el-rrei hũ dia aa caça, e saio a elle monssé Oliver e prendeo-o e teve-o preso ataa que a batalha foi feita; e estonce cuidou el-rrei outra arte per que saisse de seu poder sem lhe dar nêhũa cousa, e traudou com ell que lhe leixaria alli em arrefêes o iffante dom Pedro seu filho, e que monssé Oliver o levasse aa sua villa de Tudella, e que alli lhe daría rrecado de todo o que com el posera. Monssé Oliver disse que lhe **prazia**, e trouverom o iffante, e elle foi-sse com el-rrei; e elles em Tudella, mandou el-rrei prender monssé Oliver e hũ seu irmão, e o irmão fogindo per hũs telhados foi morto; e preso monssé Oliver; derom o iffante dom Pedro por elle. Assi que n'esta preitesia el perdeo o irmão e nêhã cousa ouve d'o que prometido fora.»

F. L., CDF, Cap. IV

- xii) «[...] Em esto enviou el-rrei de França suas cartas a el-rrei dom Henrrique, em que lhe **enviava** dizer e rrogar que escusasse aquella



batalha e fezesse guerra per outra guisa; ca fosse certo que com o principe **viinha** a froll da cavallaria do mundo, e que o principe e aquellas gentes nom **eram** de condiçom pera muito durarem no rreino de Castella, e d'hi a pouco se tornariam; e que porém desviasse aquella pelleja a todo seu poder que sse nom fezesse. E escreveo aaquelles cavalleiros franceses que assi lh'o conselhassem; os quaaes fallando a el-rrei sobr'esto, rrespondeo ell que o fallaria em segredo com os seus; e todos lhe conselharom que todavia possese a batalha, ca sse soamente fezesse mostrança e possese duvida em nom querer pellejar, que os mais do rreino se partiriam d'elle e se hiriam pera el-rrei dom Pedro, e isso meesmo fariam as villas e cidades, pollo gram medo que d'el **aviam**; e sse vissem que ell **quiria** pellejar, que todos **esperavom** a ventuira da batalha, a qual **fiavom** na merce de Deus que el venceria. E esta rreposta deu el-rrei a monssé Beltram e aos outros, e determinou de poer batalha [...]

F. L., CDF, Cap. V

xiii) «[...] El-rrei disse que per nêhũa guisa nom **podia** taaes castellos poer em fiellidade, ca diriam os do rreino que **quiria** dar a terra a gentes estranhas, nem as mill lanças que lhe **rrequiria**, que nom **avia** por bem de ficarem em seu rreino, mas que o senhorio de Bizcaya e Crasto d'Ordialles e Soria a monssé Joham, que bem lhe **prazia** de o outorgar. E sobre estas cousas ouve muitos debates, fallando-sse todo per aquelles de que **fiavom**, dizendo o principe que **quiria** saber como **aviam** de seer pagados os seus, e ell seer fora de sua obrigaçom. El-rrei lhe enviou dizer que loguo **mandava** per todo seu rreino a pedir ajuda pera pagua d'estas divedas, e que a hũ dia certo lhe faria paga da meatade; e pollo mais tevesse em arrefês as suas tres filhas que em Bayona ficarom, ataa que fosse pagado de todo [...] E el-rrei disse que nunca taaes cartas mandara, e que de a aver e lhe seer entregue lhe **prazia** muito, e que em todo lhe poeria bõo remedio n'eeeste espaço dos quatro meses, e assi se espidio d'elle.»

F. L., CDF, Cap. XII

Genericamente, os sentidos que mais se destacam nos excertos transcritos são aqueles que também já identificámos em trechos anteriores. No caso do *imperfeito*, encontramos a referência a acontecimentos passados – corroborada pela presença do monema de tempo «pretérito» («Rreinou», «mandou», «fez», «foi», «trautou», «trouverom», «disse», «derom», «enviou»...) ou do monema de perspectiva «anterior» («podera», «posera», «fora», «mandara»...) –, criando, assim, uma situação de simultaneidade com um momento passado, localizando a acção ou situação descrita num momento anterior a Me.

O uso do *condicional*, nos extractos em causa, exprime sobretudo a ideia de ulterioridade relativamente a um momento anterior a Me – («que rrazoadas todas por meudo fariam tam grande trautado», «e d'esta maneira teeria boa escusa», «e que por esto lhe daria el-rrei de Navarra em moradia», «leixaria alli em arrefões o iffante dom Pedro seu filho», «e que alli lhe daria rrecado de todo o que com el posera», «que o fallaria em segredo com os seus», «que os mais do rreino se partiriam d'elle e se hiriam pera el-rrei dom Pedro, e isso meesmo fariam as villas e cidades», «a qual fiavom na merce de Deus que el venceria», «ca diriam os do rreino que quiria dar a terra a gentes estranhas») –; ideia que é, por vezes, reforçada por expressões como «e **d'hi a pouco** se tornariam», «e que **a hũ dia certo** lhe faria paga da meatade», «poeria bõ rremedio **n'este espaço dos quatro meses**», e pela ideia de incerteza, dúvida, suposição («que el-rrei de Navarra andaria aa caça antre Borja e Tudella»). Note-se que se substituíssemos todas estas formas de *condicional* pelas correspondentes formas do *imperfecto* a semântica das expressões alterar-se-ia, porque desapareceria o monema de «posterior». Sem pôr em causa o sentido de futuro no passado, o uso do *imperfecto* diminuiria, consideravelmente, a força deste sentido.

Destacamos o seguinte troço por nos parecer ambígua a sua leitura: «fremoso em parecer e muito vistoso, tall que estando acerca de muitos homães, posto que conhecido nom fosse, logo o julgariam por rrei dos outros». O *condicional* poderá, neste contexto, apontar para um momento posterior a um outro; isto é, tendo em conta a lógica da narração, os homens, depois de verem D. Fernando (consideramos implícito o acto de *ver*, *avistar*), julgá-lo-iam por rei dos outros. Deste modo, o ponto de referência será *ver*, ao passo que *julgar* situar-se-á num ponto ulterior a este. Uma outra possível leitura da expressão relevada será aquela que exprime hipótese, incerteza, dúvida<sup>22</sup>.

## Século XVI

Como referimos no início deste exercício, o nosso propósito fundamenta-se na análise de textos escritos de diversos tipos. É, preci-

---

<sup>22</sup> Acreditamos que esta tendência de leitura possa ser, em parte, influenciada pela própria semântica do verbo *julgar* que carrega já *de per si* um sentido de dúvida e incerteza. Pensamos ser de aventar as várias hipóteses que se nos apresentam como válidas, mesmo que condicionadas por factores de ordem diversa.

samente, por este motivo que, como representante do século XVI, escolhemos uma obra de Gil Vicente, na medida em que, até ao momento, vimos apenas obras de carácter lírico e narrativo. Olhemos, pois, mais de perto para os fragmentos abaixo transcritos.

- xiv) «[...] MÃE: Logo eu adivinhei / Lá na missa onde eu **estava**, / Como a minha Inês **lavrava** / A tarefa que lhe eu dei... / Acaba esse travesseiro! [...]»

G. V., FIP

Em xiv), encontramos o sintagma verbal «estava» que estabelece uma relação temporal de anterioridade em relação a Me, reportando, assim, para um tempo passado, também coadjuvado pelo monema de «pretérito» em «adivinhei» e pelo sintagma «lá na missa»; o próprio advérbio *lá* reforça esta mesma ideia. Ainda no mesmo trecho, encontramos o sintagma verbal «lavrava» que, mais do que a expressão de anterioridade relativamente a um determinado momento, expressa, uma vez mais, simultaneidade, como já pudemos verificar em excertos anteriores aquando da consideração das formas de *imperfeito*, implicando que no momento em que a mãe de Inês se encontra na missa, Inês está lavrando. A mesma expressão de simultaneidade pode ser encontrada no excerto xv).

- xv) «[...] LIANOR Tamanho? eu to direi: **Vinha** agora pereli / Ó redor da minha vinha, / E hum clérigo, mana minha, / Pardeos, lançou mão de mi; / Não me **podia** valer / Diz que **havia** de saber / **S'era** eu fêmea, se macho. / MÃE Hui! seria algum muchacho, / Que **brincava** por prazer? (...)»

G. V., FIP

- xvi) «[...] Eu cuido que falo e calo... / Calo eu agora ou não? / Ou falo se vem à mão? / Não digas que não te falo. / IN S Jesu! Guarde-me ora Deus! / Não falará um de vós? / Já **queria** saber isso... / MÃE Que siso, Inês, que siso [...] ESCUDEIRO Se esta senhora é tal / Como os Judeus ma gabaram, / Certo os anjos a pintaram, / E não pode ser i al. / Diz que os olhos com que **via** / Foram de Santa Luzia, / Cabelos, da Madanela... / Se fosse moça tão bela, / Como donzela **seria**? [...]»

G. V., FIP

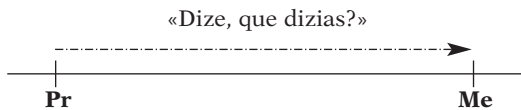
Atentemos no segmento «Vinha agora pereli», em xv), onde o advérbio «agora» e, mais adiante, o monema de *pretérito*, em «lançou», têm um papel clarificador. Contudo, repare-se que em «Diz que havia de saber» não é já esse sentido que apontámos em xiv) que sobressai,

mas um sentido de futuridade que, no plano do discurso filtrado através da voz da personagem Lianor<sup>23</sup>, se lança para além daquele momento no passado; isto é, *havia de saber* é posterior a *dizer*. Porém, no plano do discurso da narradora, neste caso Lianor, ambas as acções, *havia de saber* e *dizer*, são anteriores a Me. Ainda em xv), note-se o uso do *condicional* em «Hui! seria algum muchacho», exprimindo um valor hipotético-conjectural. Um valor semelhante a este pode encontrar-se em xvi) («Se fosse moça tão bela, / Como donzela seria?»); no entanto, mais do que dúvida ou incerteza, parece ressaír uma expressão de descrença, inclusivamente, de irritação que, em última instância, se poderá traduzir em ironia e que é completada por todo o contexto.

- xvii) «[...] VIDAL Já calo. / Senhora, fomos... agora falo, / Ou falas tu? / LATÃO Dize, que **dizias**? / Que foste, que fomos, que **ias** / Buscá-lo, esgravatá-lo... / VIDAL Vós, amor, quereis marido / Mui discreto, e de viola? [...]»

G. V., FIP

Em xvii) podemos perceber um sentido veiculado pelo *imperfeito* que não se limita, meramente, à informação temporal, mas que comunica um sentido aspectual, na medida em que, remetendo para um momento passado, tendo em conta Me, abona a ideia de prolongamento da acção até esse mesmo ponto de referência que é Me. Este sentido pode ser atestado pelo segmento «Dize, que dizias?» e representado, em esquema, do seguinte modo:



Ainda neste excerto, é curioso o facto de, no troço «Que foste, que fomos, que ias», o *imperfeito* poder adquirir um sentido prospectivo,

<sup>23</sup> Neste caso, estamos perante um exemplo do chamado discurso indirecto livre, em que o narrador, neste excerto Lianor, se apropria das palavras da personagem que com ele interage, num tipo de discurso cujas vozes, a do narrador e a da(s) personagem(ns) se aglomeram, sendo, muitas vezes difícil perceber quem está, efectivamente, a falar. Para um melhor entendimento deste tipo de discurso e das suas funcionalidades, veja-se Carlos REIS, Ana Cristina M. LOPES, *Dicionário de Narratologia*, Coimbra, Almedina, 7.ª ed., 2000, p. 320-321.

na medida em que ocorre em contiguidade com o monema de «pretérito» («foste», «fomos») e reforça a ideia de uma acção que se lança para além de um dado momento no passado; esse momento é marcado pelo acto de *dizer*, o qual é anterior ao facto de *ir* («Dize, que dizias? [...] que ias»), sendo que o *condicional* poderia comutar com o *imperfecto*, sem significativa alteração de sentido («Dize, que dizias? [...] que irias»). Porém, cremos ser lícita, ainda, a seguinte leitura: o acto de *ir* pode ser entendido como reportando a um momento passado que é ele mesmo anterior a *Me*, isto é, o *dizer* correspondente a *Me* será posterior a um outro acto de *dizer* acerca do acto de *ir*.

xviii) «[...] MOÇO Que vos praz? / ESCUDEIRO A viola. / MOÇO (Oh! como ficará tola / Se não fosse casar ante / Co mais sáfio bargante / Que coma pão e cebola!). / Ei-la aqui bem temperada, / Não tendes que temperar / ESCUDEIRO Faria bem de ta quebrar / Na cabeça bem migada! / MOÇO E se ela é emprestada, / Quem na **havia** de pagar? / Meu amo, eu quero m'ir. / ESCUDEIRO E quando queres partir? / MOÇO Ante que venha o Inverno, / Porque vós não dais governo / Pera vos ninguém servir [...]

G. V., FIP

No trecho acima reproduzido, reconhecemos à forma de *condicional* bem como à forma de *imperfecto* um mesmo sentido, o de futuramente relativamente a *Me* em «Faria bem de ta quebrar» e «Quem na havia de pagar?». Vemos concretizada, neste exemplo, a possibilidade de *condicional* e *imperfecto* comutarem entre si, mantendo incólume o sentido do enunciado: «Fazia bem de ta quebrar» e «Quem na haveria de pagar?»<sup>24</sup>.

---

<sup>24</sup> É pertinente e importante que, a respeito destes excertos que preenchem o século XVI, refiramos a relevância, nos textos, do emprego de vários tipos de discurso. Neste excerto recorre-se ao uso do discurso directo, como é comum no modo dramático. Tendo em conta este facto, vincamos que o *condicional* neste tipo de ocorrência, poderá encerrar outro sentido que já não aquele que temos vindo a notar que é o de reportar para um momento posterior a um dado momento que é anterior a *Me*. Quando está em causa um enunciado em discurso directo, o *condicional* transmite um sentido de posterioridade em relação a *Me*, na medida em que o discurso não é filtrado por ninguém, mas é actualizado pelo próprio sujeito enunciator. Não devemos, no entanto, esquecer o sentido hipotético-conjectural que também pode ser transmitido pelo uso do *condicional*, como vimos aquando da análise do texto de Gil Vicente.

## Século XVII

Continuando o nosso percurso por fragmentos da literatura portuguesa na tentativa de entendimento dos usos, sentidos e valores das formas de *condicional* e de *imperfeito*, introduzimos o século XVII com a obra de uma das personalidades mais marcantes do seu tempo.

- xix) «[...] Agora torna a minha pergunta: E que faria neste caso, ou que **devia** fazer o sementeiro evangélico, vendo tão mal logrados seus primeiros trabalhos? Deixaria a lavoura? Desistiria da sementeira? Ficar-se-ia ocioso no campo, só porque **tinha** lá ido? Parece que não. Mas se tornasse muito depressa a buscar alguns instrumentos com que alimpar a terra das pedras e dos espinhos, seria isto desistir? Seria isto tornar atrás? [...]»

A.V., SS, Pt. I

Examinemos o exemplo xix) onde se percebe, claramente, uma oscilação entre a forma de *condicional* e a de *imperfeito* («E que faria neste caso, ou que **devia** fazer o sementeiro evangélico»). Veja-se que a opção pelo monema de «posterior» + «passado» implica o reforço de um sentido prospectivo, apontando para um momento posterior a um dado momento situado num tempo anterior a Me.

Consideremos ainda o excerto xix) e vejamos como as formas de *condicional* («deixaria», «desistiria», «ficar-se-ia»; «seria») vincam um sentido aspectual de cariz hipotético-conjectural, bem ao gosto do estilo retórico do sermão barroco<sup>25</sup>. Estas formas não apontam para um sentido temporal, mas servem apenas o propósito de coadjuvar o discurso. O efeito que se consegue não é, rigorosamente, o mesmo, recorrendo às formas de *imperfeito*; vejamos: «Deixava a lavoura? Desistia da sementeira? Ficava-se ocioso no campo, só porque **tinha** lá ido? Parece que não. Mas se tornasse muito depressa a buscar alguns instrumentos com que alimpar a terra das pedras e dos espinhos, era

---

<sup>25</sup> Neste caso, devemos ter em conta que o texto que estamos a observar pertence a um tipo específico, o sermão, havendo que ponderar as suas funções e os seus objectivos. Sabemos que, neste tipo de construção, é muito comum o uso das questões retóricas e de elementos deícticos que impliquem o ouvinte para que este esteja, constantemente, atento e se sinta envolvido e comprometido. Para um melhor entendimento acerca do sermão, da sua construção, das suas funções e objectivos *vide* João Francisco MARQUES, «Oratória Sacra ou Parenética», em Carlos Moreira AZEVEDO ( direcção de), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, s. l., Círculo de Leitores, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2001, pp. 470-510.

isto desistir? Era isto tornar atrás?». Em nosso entender, todo o enunciado perde força expressiva com a troca do *condicional* pelo *imperfeito*; esta perda de expressividade poderá dever-se ao facto de o *condicional* possuir o monema de perspectiva («posterior») que o *imperfeito* não possui, como verificámos a propósito do texto de Fernão Lopes<sup>26</sup>.

- xx) «[...] Viram os ouvintes em nós o que nos ouvem a nós, e o abalo e os efeitos do sermão seriam muito outros [...]»

A.V., SS, Pt. IV

Surge em xx) uma forma de *condicional* que víamos já em xix) («seriam»); cremos, contudo, que neste caso, para além do sentido hipotético, advirá, ainda, do seu uso em contexto específico, um possível sentido temporal. Atentemos no tipo de construção e entendamos que o *condicional* ocorre com o *pretérito* que é aqui usado, com um sentido comumente difundido pelo *conjuntivo* («**Vissem** os ouvintes em nós o que nos ouvem a nós, e o abalo e os efeitos do sermão seriam muito outros»). É por este motivo que aventamos a hipótese de existência de um sentido de ulterioridade, sendo que o facto de *ser* ocorrerá depois do acto de *ver*.

- xxi) «[...] Há tal modo de alegar! O Ceptro Penitente dizem que é David, como se todos os ceptros não foram penitência; o Evangelista Apeles, que é S. Lucas; o Favo de Claraval, S. Bernardo; a Águia de África, Santo Agostinho; a Púrpura de Belém, S. Jerónimo; a Boca de Ouro, S. Crisóstomo. E quem quitaria ao outro cuidar que a Púrpura de Belém é Herodes que a Águia de África é Cipião, e que a Boca de Ouro é Midas? Se houvesse um advogado que alegasse assim a Bártolo e Baldo, **havíeis** de fiar dele o vosso pleito? Se houvesse um homem que assim falasse na conversação, não o **havíeis** de ter por néscio? [...]»

A.V., SS, Pt V

Do excerto acima registado, em consonância com o que acabámos de sugerir relativamente à comutação de formas de *condicional* com formas de *imperfeito*, destacamos o uso do *imperfeito*, precisamente,

---

<sup>26</sup> Não esqueçamos, porém, que o monema de «passado» pode, por si só, veicular valores que são usualmente comunicados através do monema de «posterior» + «passado», como já verificamos em vários fragmentos analisados neste estudo. O que acontece é que, em alguns casos, a troca não é plenamente satisfatória ao nível semântico.

num contexto onde se poderia recorrer a uma forma de *condicional* («**haveríeis** de fiar dele o vosso pleito?», «não o **haveríeis** de ter por néscio?»), sem com isso modificar significativamente a semântica do enunciado, mas, em nosso entender, não alcançando a mesma intensidade expressiva.

- xxii) «[...] **Estava** Cristo acusado diante de Caifás, e diz o Evangelista S. Mateus que por fim vieram duas testemunhas falsas: *Novissime venerunt duo falsi testes*. Estas testemunhas referiram que ouviram dizer a Cristo que, se os Judeus destruíssem o templo, ele o tomaria a reedificar em três dias. Se lermos o Evangelista S. João, acharemos que Cristo verdadeiramente **tinha dito** as palavras referidas. Pois se Cristo **tinha dito** que **havia** de reedificar o templo dentro em três dias, e isto mesmo é o que referiram as testemunhas, como lhes chama o Evangelista testemunhas falsas: *Duo falsi testes?* O mesmo S. João deu a razão: *Loquebatur de templo corporis sui*. Quando Cristo disse que em três dias reedificaria o templo, **falava** o Senhor do templo místico de seu corpo, o qual os Judeus destruíram pela morte e o Senhor o reedificou pela ressurreição; e como Cristo **falava** do templo místico e as testemunhas o referiram ao templo material de Jerusalém, ainda que as palavras **eram** verdadeiras, as testemunhas eram falsas [...]»

A.V., SS, Pt. IX

Do último extracto que apresentamos para representar o século XVII, assinalamos o uso do *imperfeito* para descrever eventos passados relativamente a Me, emprego que nos parece ser o mais comum<sup>27</sup>. Este uso, no contexto do extracto em causa, não provoca surpresa na medida em que o padre jesuíta, no seu sermão, remonta à narração bíblica da prisão de Jesus e relata os acontecimentos nesse tempo já distante. Podemos afirmar que algo parecido acontece com o uso do *condicional*, dado que a este se recorre para apontar para um momento futuro, que não ultrapassa Me, mas que se restringe a um ponto de referência posterior a um dado ponto no passado, anterior a Me. Parece-nos encontrar condensados neste mesmo excerto aqueles que podemos dizer serem os sentidos prototípicos do uso do *imperfeito* e do *condicional*<sup>28</sup>.

<sup>27</sup> Chamamos a atenção para o uso do *mais-que-perfeito composto*, em «tinha dito», que carrega o monema de «anterior», vindo reforçar, ainda mais, a nossa leitura.

<sup>28</sup> Lembramos, novamente, as designações tradicionais de «presente do passado» e de «futuro do passado» atribuídas ao *imperfeito* e ao *condicional* respectivamente.



## Século XVIII

Entramos no século XVIII e na conseqüente análise dos usos e sentidos do *imperfeito* e do *condicional* numa obra que, pensamos, representa bem o seu século e cujo autor não teve, ainda, em nosso crer, o reconhecimento que lhe é merecido.

- xxiii) «[...] Se Vós não valesseis a este livro concedendo-lhe que com o Vosso Nome se condecorasse, padeceria, por efeito de sua natural efficacia, o estallar com a força com que se dirige [...]»

M. J. P. IL, Pr.

Observamos no trecho xxiii), uma vez mais, o uso do *condicional* transmitindo um sentido de ulterioridade e uma ideia bastante comum de causa-efeito, em que uma acção só terá lugar depois de outra acontecer. Deste modo, o facto de *padecer* só será possível depois do acto de *valer*.

- xxiv) «[...] Assim parece que Deos se não offenderia da soberba; porque tantas mostras dá de proceder das faltas do juizo, se não consistira a sua malicia na temeraria apreheção [...]»

M. J. P. IL, 2.<sup>a</sup> V.

- xxv) «[...] Oh que felicidade teria o mundo, se todos os homens nelle fossem mudos, porque os enganos então seriam mais deficeis do que quando se pôdem introduzir com boas palavras; e as traiçoens mais difficultozas, por se não poderem formar com tanta facilidade como os falços testemunhos. Se fosse mudo hum amante que, em proseguidas loquellas está aplaudindo a formusura do seu objecto, e a constancia do seu peito, como o alucinaría de sorte, que, sem outra força, o vencesse, e sem outras armas o sugeita-se? Como esta delicada fiska, faz tanto mais barato o seu negocio; que vem a escuzar os lances de huma rede em que empregaria muito trabalho, e muito dinheiro; e ainda assim, o peixe nella, lhe pôde escapar pela malha [...]»

M. J. P. IL, 3.<sup>a</sup> V.

- xxvi) «[...] Se me disserem, que as partes de que se compoem hum todo conservaõ parcialmente a mesma natureza desta composição, e que qualquer materia que ao ar se lançasse não propenderia para o descanço, mas para o movimento, seguindo a ordem de seu natural destino, pois assim como o Sol teria virtude, e força para agitar taõ grande maquina, mais facil lhe seria conduzir, pelo mesmo gyro a pedra que se lança ao ar, sem que esta propendesse para o chão: a isso responderey com a força centripeda, a qual sounhey huma

noute **havia** nos meatos da terra, e não **podia** haver no Sol; porque **observava** de dia ao fogo muito prezado, e a terra tão liviana [...] Quem vay de jornada por terra, e encontra huma chuva copiosa que o alaga, e aos campos por onde passa com grande perigo, queixa-se de si; porque podera ler o calculo do planeta que perdomina noanno, e saberia que naquella occasiaõ **prometia** muita agoa, sem haver gota que não estivesse ja medida em qualquer taverna. Quem cahio pela sua escada abaixo, ao sahir da sua porta. Queixe-se de si, porque podendo mandar tirar a sua sina, nella acharia que o oroscopo em que nasceo lhe **cominava** aquelle dezastre naquelle dia, e poderia assim evitallo. [...] Se não houvera experiencia, de que muitas vezes acertão, por erro, os que discorrem no futuro, ja se teria feito hum calculo infallivel da insalibilidade dos pronosticos, porque quanto nesta materia dicta o discurso, devem julgar os homens prudentes por fatuidade, e valleria a parvoisse pezada sciencia [...]»

M. J. P. IL, 8.<sup>a</sup> V.

Em xxiv), xxv) e xxvi) encontramos o uso do *condicional* num sentido mais aspectual do que temporal que sugere hipótese, incerteza, dúvida («offenderia», «teria», «seriam», «empregaria», «propenderia», «saberia», «acharia», «poderia»...) e que, por exemplo, em xxiv) é sublinhado pelo verbo *parecer*, cuja semântica é já veiculadora desse mesmo sentido. Chamamos a atenção para o seguinte troço: «porque podera ler o calculo do planeta que perdomina noanno, e saberia que naquella occasiaõ **prometia** muita agoa». Notemos a presença do monema de «anterior» em «podera» que aponta para um momento situado num tempo anterior a Me; reforça esta leitura a presença do sintagma «naquella occasiaõ». Este sintagma é seguido de uma forma de *imperfeito* («prometia»), afirmando, uma vez mais, o seu sentido de actualização e simultaneidade referente a uma acção que se encontra no seu decurso num tempo que é anterior a Me. Para além destas, temos a forma «saberia» constituída pelos monemas de «posterior» + «passado», que, como a grande parte das formas de *condicional* que vimos neste conjunto de extractos, adquire um sentido conjectural; isto é, a leitura possível não será «depois da acção de *ler* virá o facto de *saber*», mas «pelo acto de *ler* é possível e provável o facto de *saber*». Atentemos em várias possibilidades de comutação: a) «porque podera ler o calculo do planeta que perdomina noanno, e *sabia* que naquella occasiaõ *prometia* muita agoa»; b) «porque podera ler o calculo do planeta que perdomina noanno, e *sabia* que naquella occasiaõ *prometia* muita agoa»; c) «porque podera ler o calculo do planeta que perdomina noanno, e *saberia* que naquella occasiaõ *prometia* muita

agoa». Em nosso juízo, o segmento que se mantém mais coerente, no que respeita à semântica original, é o b), aquele que contém duas formas de *imperfeito*.

## Século XIX

Foi Eça de Queirós, com *Os Maias*, o eleito para integrar o estudo das formas de *imperfeito* e de *condicional* no século XIX. Vejamos, seguidamente, quais as suas escolhas e quais os sentidos delas advindos.

- xxvii) «[...] A venda da Tojeira fôra realmente aconselhada por Villaça: mas nunca elle approvara que Affonso se desfizesse de Bemfica – só pela rasão d'aquelles muros terem visto tantos desgostos domesticos. Isso, como **dizia** Villaça, **acontecia** a todos os muros. O resultado **era** que os Maias, com o Ramalhete inhabitavel, não **possuiam** agora uma casa em Lisboa; e se Affonso n'aquella edade **amava** o socego de Santa Olavia, seu neto, rapaz de gosto e de luxo que **passava** as ferias em Paris e Londres, não **quereria**, depois de formado, ir sepultar-se nos penhascos do Douro [...]»

E.Q., M, Cap. I

- xxviii) «[...] Nenhum desejo forte parecera jámais vibrar n'aquella alma meia adormecida e passiva: só ás vezes **dizia** que gostaria muito de voltar para a Itália [...] **Era** o excellente Sequeira que **perguntava** porque não faria Pedro uma viagem longa, para se instruir, á Allemanha, ao Oriente? [...]»

E.Q., M, Cap. I

Examinando os trechos xxvii) e xxviii), encontramos usos do *condicional* e do *imperfeito* que já nos fora dado reconhecer noutros excertos que vimos atrás. Observamos formas de *imperfeito* que ocorrem com formas determinadas pelo monema de «anterior» («fôra», «approvara», «parecera»), dispondo, *a priori*, para uma leitura que situa os acontecimentos num tempo anterior a Me e imputando, desde logo, ao uso do *imperfeito* um valor de actualização num momento passado («Isso, como **dizia** Villaça, **acontecia** a todos os muros»; «e se Affonso n'aquella edade **amava** o socego de Santa Olavia», «só ás vezes **dizia** que gostaria muito de voltar para a Itália»). Repare-se no uso do *condicional*, neste último enunciado que transcrevemos, e vejamos como «gostaria» se reporta a um momento futuro relativamente ao acto de *dizer*, em contexto de discurso indirecto livre, permanecendo, contudo, fixado num tempo anterior a Me. Note-se que existem dois

momentos de enunciação: um primeiro que corresponde à voz da personagem e um segundo que diz respeito à voz que reproduz posteriormente o que essa personagem dissera. Veja-se que, neste contexto, se se permutar o *condicional* com o *imperfeito*, não se obterá, em rigor, a mesma semântica.

Temos, ainda nos extractos em causa, outras formas de *condicional* que merecem análise; são elas: «quereria» («não quereria, depois de formado, ir sepultar-se nos penhascos do Douro») e «faria» («**Era** o excelente Sequeira que **perguntava** porque não faria Pedro uma viagem longa»). No primeiro enunciado, entrevemos um sentido de ulterioridade, vincado pelo sintagma «depois de formado», que poderia ser veiculado, também, através do *imperfeito* («não queria, depois de formado, ir sepultar-se nos penhascos do Douro»). Todavia, recorrendo ao uso do *imperfeito* perder-se-ia o sentido conjectural que é passível de entrever-se através da adução do monema de «posterior» ao monema de «passado». Temos, claramente, mais um exemplo de que nem sempre a substituição do *condicional* pelo *imperfeito* é isenta de alteração semântica significativa<sup>29</sup>. No segundo enunciado destacado, a forma «faria» sugere, identicamente a «quereria», um sentido aspectual de hipótese ou de conjectura que, cremos, se sobrepõe a um possível valor temporal assistido pela própria semântica do verbo *perguntar*, na medida em que, assim o entendemos, não é, efectivamente, «um perguntar» à procura de resposta, mas «um perguntar» de retórica, designadamente um conjecturar.

- xxix) «[...] Por fim a tosse de Maria Eduarda foi aumentando – como a tristeza das suas palavras. Já **fallava** da «sua ambição derradeira», que **era** ver o sol uma vez mais! Por que não voltariam a Bemfica, ao seu lar, agora que o sr. Infante **estava** também desterrado e que **havia** uma grande paz? Mas a isso Affonso não cedeu: não **queria** ver outra vez as suas gavetas arrombadas a coronhadas – e os

<sup>29</sup> Insistimos que se o objectivo dos enunciados é estabelecer comunicação, este não é gorado, pois no troço em análise a troca da forma de *condicional* pela de *imperfeito* não castra a comunicação. Há uma mensagem que é transmitida e entendida, independentemente da forma escolhida. Isso também é possível em enunciados como «Eles foi ao cinema.»; entendemos que alguém foi ao cinema, mas há um pormenor que pode necessitar de maior esclarecimento; isto é, «ele foi ao cinema» ou «eles foram ao cinema». Acontece o mesmo com o exemplo em causa, na medida em que há informação que, recorrendo ao uso do *imperfeito*, não é veiculada. Por vezes, poderá parecer informação insignificante, no entanto, em nosso entender, é informação que ao olhar mais atento se revestirá de interesse.

soldados do sr. D. Pedro não lhe **davam** mais garantias que os malsins do sr. D. Miguel [...]

E.Q., M, Cap. I

- xxx) «[...] – Venho trazer-lhe um doente, disse ella sem erguer o véu, como fallando do fundo d'aquella toilette negra que a **dissimulava**. Não o mandei chamar, por que realmente pouco é, e **tinha** hoje de passar por aqui... [...]

E. Q., M, Cap. II

Em xxix) distinguimos, apenas, o seguinte enunciado: «Por que não voltariam a Bemfica, ao seu lar, agora que o sr. Infante **estava** tambem desterrado e que **havia** uma grande paz?». Na forma «voltariam» podemos entender o mesmo sentido hipotético-conjectural que acabámos de ver para «quereria» e «faria». No que concerne às formas «estava» e «havia», insistimos na propriedade que o *imperfeito* possui de criar um efeito actualizador num tempo passado em momento anterior a Me, reforçado, no presente exemplo em discurso indirecto livre, pelo advérbio «agora». O mesmo sucede em xxx) no enunciado «Não o mandei chamar, por que realmente pouco é, e **tinha** hoje de passar por aqui», onde «tinha» exhibe o mesmo sentido que vimos para «estava» e «havia», neste caso reforçado pelo advérbio «hoje» e pelo monema de «pretérito» em «mandei».

## Século XX

Em representação do século XX, seleccionámos o *Memorial do Convento* de José Saramago. Vejamos, então, de que modo se usam as formas de *condicional* e de *imperfeito* e que sentidos e valores estas envergam. Consideremos o excerto abaixo transcrito.

- xxxi) «[...] Veio a viúva do porteiro da maçã dizer ao padre que **tinha** o jantar servido, em baixo passou uma companhia de alabardeiros rodeando um coche. Desgarrada das suas irmãs, uma gaivota pairou sobre o beiral do telhado, **sustentava-a** o vento que **soprava** da terra, e o padre murmurou, Bendita sejas, ave, e em seu coração achou-se feito da mesma carne e do mesmo sangue, arrepiou-se como se estivesse sentindo que lhe **nasciam** penas nas costas, e, sumindo-se a gaivota, viu-se perdido num deserto, Caso em que Pilatos estaria sendo igual de Jesus, isto pensou de repente e regressou ao mundo, transido por se sentir nu, esfolado como se tivesse deixado a pele dentro do ventre da mãe, e então disse em voz alta, Deus é uno [...]

J. S., MC, p. 159

Observamos em xxxi), do mesmo modo que noutros casos que deixámos para trás, como o *imperfeito* permite referenciar circunstâncias já acontecidas, estabelecendo uma relação de simultaneidade com um momento no passado que coloca a situação descrita num momento anterior a Me<sup>30</sup>.

- xxxii) «[...] Logo a seguir vêm as damas, três graças preciosas, a mais bela de todas Santa Isabel Rainha da Hungria, que morreu na idade de vinte e quatro anos apenas, e depois Santa Clara e Santa Teresa, mulheres muito apaixonadas, que em fogo interior arderam, é o que se presume das suas acções e palavras, quanto mais presumiríamos se soubéssemos de que é feita a alma das santas. Quem bem chegado vem a Santa Clara é S. Francisco, não admira a preferência, conhecem-se desde Assis, encontraram-se agora neste caminho de Pintéus, de pouco valeria a amizade, ou lá o que foi que os uniu, se não continuassem a conversa na palavra que ficou em meio, como íamos dizendo. Se este é o lugar que realmente melhor conviria a S. Francisco, por ser, de todos os santos que vão nesta leva, o de mais feminis virtudes, de coração manso e alegre vontade, também em lugar certo vêm S. Domingos e Santo Inácio, ambos ibéricos e sombrios, logo demoníacos, se não é isto ofender o demónio, se não seria justo, afinal, dizer que só um santo seria capaz de inventar a inquisição e outro santo a modelação das almas [...]

J. S., MC, p. 314, 315

- xxxiii) «[...] As populações vêm ao caminho festejar a passagem, só estranham de ver os santos deitados, e nisso têm razão, que mais formoso e edificante espectáculo não dariam as sacras figuras se viajassem de pé sobre os carros, como se fossem de andor, até os mais baixitos, que não chegam a três metros, medida nossa, seriam avistados de longe, que fariam os dois da frente, S. Vicente e S. Sebastião, quase cinco metros de altura, gigantões atléticos, hércules cristãos, campeões da fé, olhando lá do alto, por cima dos valados e das copas das oliveiras, o vasto mundo, então sim, seria isto religião que nada ficaria a dever à grega e à romana [...]

J. S., MC, p. 316

---

<sup>30</sup> Não vamos repetir o percurso analítico para este excerto, dado que, ainda que de modos distintos e com dados diversos, já o estabelecemos para outros excertos portadores de enunciados cujos sentidos veiculados são similares.

Note-se que em xxxii) e xxxiii) todas as formas que surgem determinadas com a marca *-ria-* (monema de «posterior» + «passado») podiam ser, sem qualquer perda de sentido ou de significado, substituídas, unicamente, pelo monema de «passado», economizando, deste modo um monema; vejamos:

xxxii\*) «[...] Logo a seguir vêm as damas, três graças preciosas, a mais bela de todas Santa Isabel Rainha da Hungria, que morreu na idade de vinte e quatro anos apenas, e depois Santa Clara e Santa Teresa, mulheres muito apaixonadas, que em fogo interior arderam, é o que se presume das suas acções e palavras, quanto mais **presumiamos** se soubéssemos de que é feita a alma das santas. Quem bem chegado vem a Santa Clara é S. Francisco, não admira a preferência, conhecem-se desde Assis, encontraram-se agora neste caminho de Pintéus, de pouco **valia** a amizade, ou lá o que foi que os uniu, se não continuassem a conversa na palavra que ficou em meio, como íamos dizendo. Se este é o lugar que realmente melhor **convinha** a S. Francisco, por ser, de todos os santos que vão nesta leva, o de mais feminis virtudes, de coração manso e alegre vontade, também em lugar certo vêm S. Domingos e Santo Inácio, ambos ibéricos e sombrios, logo demoníacos, se não é isto ofender o demónio, se não **era** justo, afinal, dizer que só um santo **era** capaz de inventar a inquisição e outro santo a modelação das almas [...]»

J. S., MC, p. 314, 315

xxxiii\*) «[...] As populações vêm ao caminho festejar a passagem, só estranham de ver os santos deitados, e nisso têm razão, que mais formoso e edificante espectáculo não **davam** as sacras figuras se viajassem de pé sobre os carros, como se fossem de andor, até os mais baixitos, que não chegam a três metros, medida nossa, **eram** avistados de longe, que **faziam** os dois da frente, S. Vicente e S. Sebastião, quase cinco metros de altura, gigantões atléticos, hércules cristãos, campeões da fé, olhando lá do alto, por cima dos valados e das copas das oliveiras, o vasto mundo, então sim, **era** isto religião que nada **ficava** a dever à grega e à romana [...]»

J. S., MC, p. 316

Verificamos, em xxxii) e em xxxiii) que o *condicional* e o *imperfeito* são usados, atrevemo-nos mesmo a dizê-lo, indiscriminadamente, para a descrição de situações hipotético-conjecturais. Contudo, já o reforçamos, nem sempre o uso, aparentemente indiscriminado, destas formas comunicará, com precisão, os mesmos sentidos.

Tendo empreendido, como anunciado desde o início deste estudo, uma breve peregrinação por fragmentos da literatura portuguesa, partindo do século XIII até ao século XX, chegamos ao cabo desse percurso com a convicção de que este foi um dos excursos possíveis no âmbito de muitas outras possibilidades tão ou mais válidas do que esta que urdimos. Os motivos que induziram as escolhas já os expusemos na parte inicial desta análise; tivéramos seleccionado outros autores, outros textos e, dentro destes, outros fragmentos e a nossa digressão bem como as suas consequentes conclusões poderiam ter sido diferentes. O estudo que ora apresentamos é fruto de todas as opções e de todas as conjecturas que tentámos cerzir ao longo destas páginas. Os fragmentos seleccionados são a súpula das nossas leituras e opções, sendo que o produto que delas descende não se limitou unicamente ao estudo, observação e exame destes excertos, mas é antes o resultado de uma morosa e exigente clivagem.

O averiguar e o concluir acerca dos usos, sentidos e valores de determinada forma linguística, contemplando os seus contextos de ocorrência, as formas com que se relaciona e as características intrínsecas a cada objecto de estudo não se verificou empresa simples. Por esta razão, pretendemos aperceber as diversas possibilidades de leitura e análise, intentando clarificar os sentidos e os valores advindos do uso, em textos literários, das formas de *condicional* e de *imperfeito*.

No culminar deste estudo, apuramos que é de há muito o confronto entre as formas de *imperfeito* e de *condicional* e também, muitas vezes, o entrecruzar dos seus sentidos, dificultando, em alguns casos, o reconhecimento de um sentido como próprio de uma ou de outra forma. Podemos concluir que o mero facto de, pelo menos desde século XIII<sup>31</sup>, já existir oscilação entre o uso das formas de *condicional* e de *imperfeito* e de ambas terem sobrevivido até ao século XXI – sem que nenhuma sofresse pouca recorrência e pouca frequência no seu uso, culminando no seu abandono e consequente esquecimento – aponta para a hipótese de nenhuma das formas ser passível de desaparecer. Note-se que a existência de possíveis comutações sem alteração semântica significativa não implica que cada forma não possua características que a tornem única e tonalidades que as distingam entre si.

---

<sup>31</sup> Consideramos, neste caso, apenas os registos escritos como espelho mais ou menos fiel da realidade, dado que não é possível analisar registos orais espontâneos de séculos tão remotos no tempo.



De toda a reflexão que tentámos desenvolver, cremos poder afirmar, talvez até com bastante certeza, que será sempre possível substituir a forma de *condicional* pela forma de *imperfeito* sem que o sentido ou o significado dos enunciados sejam, substancialmente, afectados; o contrário, no entanto, nem sempre será possível. É importante não olvidar que o *condicional* e o *imperfeito* partilham o monema de «passado»; todavia, o *imperfeito* não possui o monema de perspectiva («posterior») que surge no *condicional*. Talvez por este motivo possamos explicar a própria oscilação na escolha entre uma forma e outra. Devemos, em nosso entender, considerar o princípio da economia da língua, subjacente aos sistemas linguísticos, e perceber que escolhendo o *imperfeito* em detrimento do *condicional* economiza-se um monema, rendibilizando, assim, os usos da língua em cada acto comunicativo<sup>32</sup>.

É relevante vincar, outrossim, que os usos do *condicional* e do *imperfeito*, pelo que nos foi dado visionar na linha diacrónica que desenhámos, são aqueles que ainda hoje se lhes reconhecem. Tendo em consideração o *corpus* que serviu de base ao nosso estudo, verificamos que os sentidos que, muitas vezes, encontramos num texto do século XIII também são passíveis de serem encontrados em textos de todas as outras épocas que aqui contemplámos.

Consideramos que este foi um breve estudo, cujas conclusões, não obstante a sua brevidade, julgamos válidas dentro do seu universo. Ressalvamos, do mesmo modo, que ainda que de forma embrionária, podemos, porventura, notar uma possível tendência: existe a probabilidade de que, em textos mais antigos ou em textos que, embora mais próximos de nós no tempo, pretendam imitar uma escrita mais arcaizante, própria de uma época anterior, se recorra, com maior frequência, à forma de *condicional* (foi o que constatámos sobremaneira nos textos barrocos de António Vieira e de José Saramago). Conforme se avança no tempo a caminho do século XXI, cremos que essa propensão tende a diminuir e a escolha a favor das formas de *imperfeito* parece prevalecer. No entanto, o *condicional* poderá ser o eleito para criar determinados efeitos e para servir fins específicos que, acreditamos, o *imperfeito* não conseguirá, possivelmente porque o seu uso se terá difundido mais do que o uso do *condicional*. Em nosso entender, este facto não favorecerá a especificação do *imperfeito*,

---

<sup>32</sup> Remetemos, neste ponto, para a conclusão do estudo de Isabel Maria do Poço Lopes Lopes PINTO, ob.cit.

mas gerará, outrossim, uma tendência para a generalização dos seus sentidos.

## Referências

- BARBOSA, Jorge Morais. 1994. *Introdução ao estudo da fonologia e morfologia do português*. Coimbra: Almedina.
- BARBOSA, Jorge Morais. 1998. «Le système verbal portugais». In BENTOLILA, Fernand (ed.). *Systèmes verbaux*. Louvain-la-Neuve: Peeters. (pp. 71-86).
- BARBOSA, Jorge Morais. 1998. «Modalidades Verbais Portuguesas». In *Confluência*, n.º 16, 2.º semestre. Rio de Janeiro. (p. 49-64).
- BECHARA, Evanildo. 1999. *Moderna Gramática Portuguesa*, 37.ª edição, revista e ampliada. Rio de Janeiro: Editora Lucerna.
- CAMPOS, Odette A. de Souza. 1980. *O gerúndio no português*. Rio de Janeiro: Presença/INL-MEC.
- Corpus do Português Fundamental*. In [www.clul.ul.pt](http://www.clul.ul.pt).
- Corpus Informatizado do Português Medieval*. In <http://cipm.fcsh.unl.pt/corpus/>.
- CUNHA, Celso, et al.. 1989. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, 6.ª edição. Lisboa: Edições Sá da Costa.
- MARQUES, João Francisco. 2001. «Oratória Sacra ou Parenética», em AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, s. I., Círculo de Leitores, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2001, pp. 470-510.
- MARTINET, André. 1979. *Grammaire fonctionnelle du français*. Paris: Didier.
- MATEUS, Maria Helena Mira, et alii. 2003. *Gramática da Língua Portuguesa*, 5.ª edição, revista e aumentada. Lisboa: Caminho.
- MUÑO VALVERDE, José Luís. 1995. *El gerundio en el español medieval (S. XII-XIV)*. Málaga: Ágora.
- NASCIMENTO, Maria Fernanda Bacelar do. 2003. «O lugar do corpus na investigação linguística». In *Actas do XVIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL. (pp. 601-605).
- PAIVA, Manuel José de. 1759/1760. *Infermidades da Língua, e arte que a ensina a emmudecer para melhorar*. Lisboa: Oficina de Manoel Antonio Monteiro.
- PINTO, Isabel Maria do Poço Lopes. 1995. *Estudo sintático e axiológico das formas cantava e cantaria em português*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra (policopiado).
- REIS, Carlos, et al. 2000. *Dicionário de Narratologia*, 7.ª ed.. Coimbra: Almedina. (p. 320-321).

- SARAMAGO, José. 1994. *Memorial do Convento*. Lisboa: RBA (Editores Reunidos, Lda).
- SQUARTINI, Mário. 1998. *Verbal Periphrases in Romance, Aspect, Actionality, and Grammaticalization*. Berlin, New York: Mouton de Gruyter.
- XAVIER, M. Francisca, et alii.. 2003. «Português Antigo. Construção e Disponibilização de Recursos em Suporte Informático». In *Actas do XVIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL. (pp. 859-867).
- XAVIER, Maria Francisca. 2003. «Corpora e Estudos Linguísticos». In *Actas do XVIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL. (pp. 869-883).
- XAVIER, Maria Francisca, et al.. 2003, «Das edições impressas às versões digitalizadas de textos medievais: o caso do CIPM». In Castro, Ivo de, et al. (org.), *Razões e Emoção. Miscelânea de estudos em homenagem a Maria Helena Mira Mateus*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. (pp. 437-448).
- YLLERA, Alicia. 1980. *Sintaxis histórica del verbo español: las perífrasis medievales*. Zaragoza: Departamento Filología Francesa, Universidad de Zaragoza.